ALVARO VALLE

Américo Camargo • Eduardo Portella Netto • Flávio Rocha
Jacinto Lamas • Jadihel Loredo Júnior • Jayme Magrassi de Sá
José Gelson Sá • José Guilherme Merquior • Marco Antonio Vales

2ª EDIÇÃO

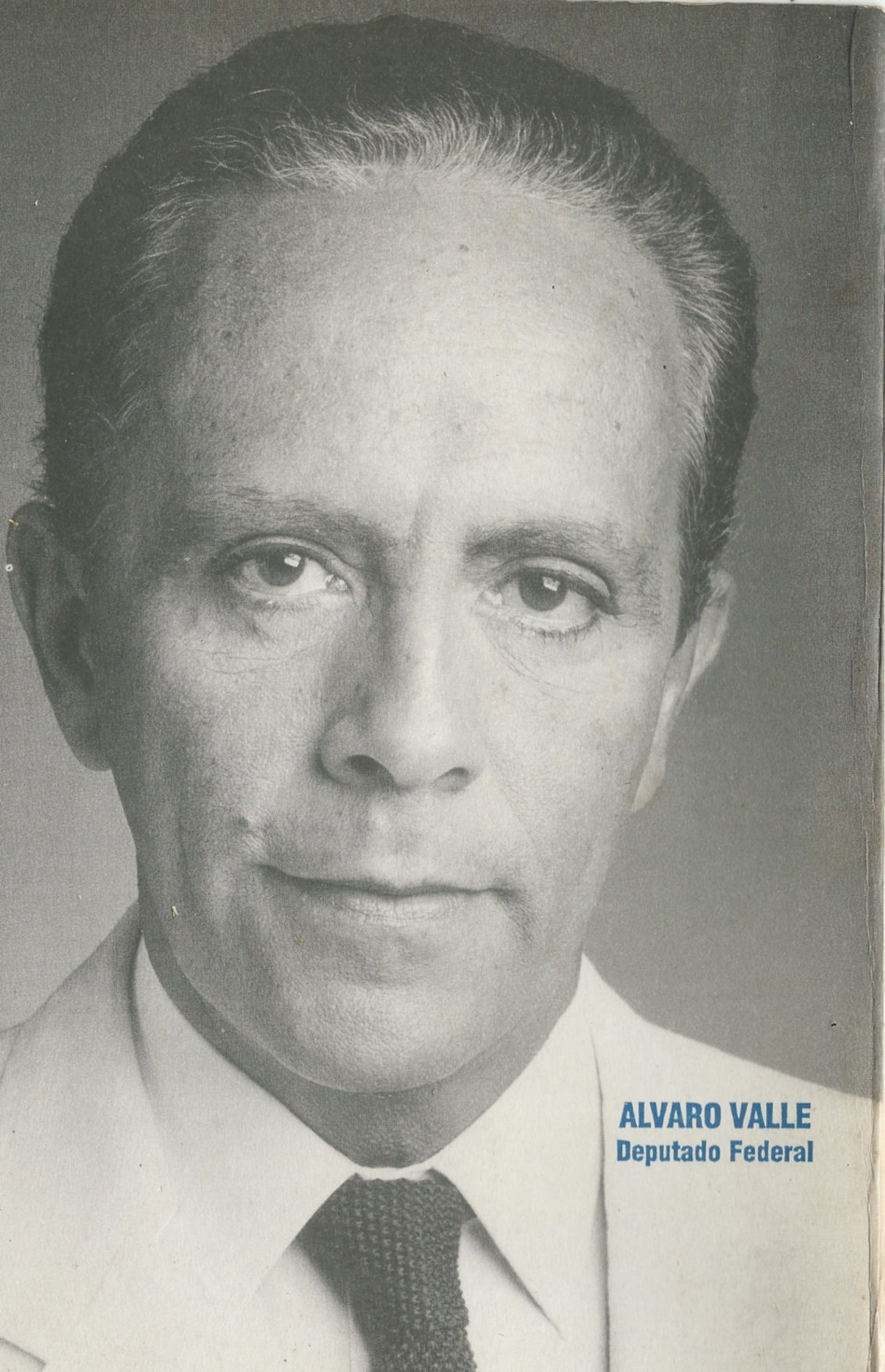
O LIBERALISMO SOCIAL

A DOUTRINA DO

PL PARTIDO LIBERAL

O LIBERALISMO SOCIAL

AR 87 H



ALVARO VALLE
Deputado Federal

O LIVRO

O Liberalismo Social não é um livro de catequese, mas de sistematização e conscientização dos pensamentos liberais que orientam o Partido Liberal, onde sobressaem o Bem Comum e a liberdade individual. Reflete a evolução das preocupações e dos fundamentos políticos da sociedade moderna, ao nível nacional e internacional, e dá uma panorâmica dos problemas do Brasil, apontando suas soluções. Por isso, não é apenas um livro para militantes e dirigentes de um partido, mas para todos os brasileiros.

A preocupação de **Álvaro Valle** em construir um partido definitivo e duradouro que contrarie a tendência oportunista da política nacional, ou melhor, a "delinqüência política que hoje estremece a imberbe democracia brasileira", nas palavras de Joelmir Beting, advém da sua formação de professor, diplomata, cristão, e estudioso político. Quando a social-democracia atingia o seu ápice, fui encontrá-lo na década de 60, como representante da diplomacia brasileira na Escandinávia, estudando os problemas políticos e econômicos locais e profetizando o descalabro do socialismo nórdico, de ambiente democrático, mas antinatural. O seu posicionamento político é reflexo de uma longa caminhada de convivência prática — e não apenas teórica e científica — com o comportamento das sociedades sob os mais diversos regimes. Daí, a profundidade e a amplitude de seus pensamentos que encontram na colaboração de nomes ilustres, incluídos neste livro, a terra fecunda de onde está crescendo e se fortalecendo o seu Partido Liberal.

Jaime Bernardes, editor.

OS AUTORES

Alvaro Valle, diplomata e professor. Deputado federal pelo Rio de Janeiro, eleito com algumas das maiores votações do Estado. Como diplomata, serviu nos Estados Unidos, França, Suécia e Argentina. Fundador e Presidente Nacional do PL. Livros publicados: *Estruturas Políticas Brasileiras* (Laudes), *Suécia e Outros Assuntos* (Laudes), *O Presidente e a Revolução* (Laudes), *Os Contemporâneos* (Laudes), *Novas Estruturas Políticas Brasileiras* (Nórdica), *Carta para um Jovem Cristão* (Nórdica), *As Eleições de 1982 e o Voto Distrital* (Essinger), *O Parlamento* (UGF), *O Bom Combate* (Advice).

Américo Camargo, professor. Vereador pelo Rio de Janeiro desde 1977, ano de instalação da Câmara Municipal. Autor de inúmeros projetos aprovados de real interesse para a população e de incentivo para o magistério. Diretor de cursos e fundador do PL.

Eduardo Portella Netto, advogado. Destacou-se na vida pública como Secretário de Governo na administração do Governador Negrão de Lima, no Rio de Janeiro. Brilhante conferencista. Fundador e dirigente do PL.

Flávio Rocha, deputado federal pelo PL, eleito com grandes votações. Tem lutado incansavelmente pela redução da carga fiscal que pesa sobre o contribuinte brasileiro. Idealizador do Imposto Único. Fundador e Vice-presidente do PL.

José Gelson de Sá, professor e jornalista. Especialista em Política Internacional.

Jacinto Lamas, advogado. Responsável pela área internacional do Partido. Fundador e Tesoureiro Nacional do PL.

Jadihel Loredo Júnior, professor da UFRJ. Especialista em Ciência Política. Fundador e dirigente do PL.

Jayme Magrassi de Sá, economista e professor do Instituto Rio Branco e da UFRJ.

José Guilherme Merquior, diplomata e escritor. Como ensaísta, é considerado um dos maiores intelectuais do pensamento liberal. Faleceu em 1991.

Marco Antonio Vales, economista. Consultor e elaborador dos manuais do Partido sobre procedimentos legais. Fundador e Secretário-geral Nacional do PL.

ALVARO VALLE

Américo Camargo ▪ Eduardo Portella Netto ▪ Flávio Rocha
Jacinto Lamas ▪ Jadihel Loredo Júnior ▪ Jayme Magrassi de Sá
José Gelson Sá ▪ José Guilherme Merquior ▪ Marco Antonio Vales

O LIBERALISMO SOCIAL

SEGUNDA EDIÇÃO

1994

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Valle, Álvaro, 1934-
V273L O liberalismo social: a doutrina do Partido Liberal / Álvaro Valle, Américo Camargo... [et al]. Rio de Janeiro: Partido Liberal, 1992 (Rio de Janeiro: Editorial Nórdica)

Bibliografia recomendada: p. 247

1. Liberalismo. 2. Partido Liberal (Brasil). 3. Brasil – Política e governo. I. Camargo, Américo. II. Partido Liberal (Brasil). III. Título. IV. Título: A doutrina do Partido Liberal.

CDD – 320.51
324.281
CDU – 329.12
329 (81) PL
92-0740

Todos os direitos reservados sob a legislação em vigor.

© Partido Liberal,PL, 1992
Câmara dos Deputados
Anexo 1, 26º andar
70160-000 Brasília DF
Fone: (061) 318-5826 e 318-5899

Editoração e produção:
Editorial Nórdica Ltda.
Rua Oito de Dezembro, 353
20550-200 Rio de Janeiro RJ
Fone: (021) 284-8848
Telegramas: Nórdica, Rio de Janeiro
Fax: (021) 264-8607

O LIBERALISMO SOCIAL

Para Maria do Rosário,
com o abraço amigo do
Hallo
29-8-94

SUMÁRIO

A DOUTRINA, Alvaro Valle / 13

1. Por Que um Partido Político? / 15
O Dever dos Partidos / 15
Os Partidos e o Povo / 16
Como Surgiram os Partidos / 16
Legitimidade / 17
Partidos Ideológicos / 17
Fim das Ideologias / 17
Partidos Doutrinários: O PL / 18
Ética / 18

2. A Doutrina Liberal / 20
Coerência da Doutrina / 20
A Política / 20
Direitos Naturais / 21

3. Conceito de Liberdade / 22
No Liberalismo Clássico / 23
No Socialismo e Marxismo / 24
No Pós-socialismo / 26
No Neoliberalismo / 27
No Liberalismo Social / 28

4. O Liberalismo Social: a Doutrina do PL / 29
O Trabalho / 29
Salário Justo / 30
Capital e Trabalho / 31
A Propriedade Privada / 31
O Estado / 32
Limites do Estado / 32
O Estado Necessário / 32

O Estado no Brasil / 33
Ineficiência do Estado / 34
Estímulo ao Capital / 34
Prioridades / 34
Desenvolvimento / 35
A Realidade Atual / 35
Dívida Externa / 36
Liberdade e Justiça / 37

O PROGRAMA DO PARTIDO LIBERAL COMENTADO, Alvaro Valle / 39

1. Conceitos Iniciais / 41
Democracia / 41
As Crenças / 41
A Pessoa / 42
Alienação e Dominação / 43
Liberdade e Ética / 44
O Estado / 45
As Estruturas / 46
A Finalidade das Instituições / 47
A Política / 47
Política É Humanismo / 48

2. Pontos Programáticos / 49
Representação Política e Federação / 49
Equilíbrio de Poderes / 50
Desenvolvimento Econômico e Social / 51
A Intervenção do Estado na Economia / 52
Propriedade e Reforma Agrária / 53
Empresa Nacional e Capital Estrangeiro / 55
A Pequena e a Média Empresa / 57
Participação nos Lucros e Co-gestão / 57
A Dívida Externa / 57
Ocupação do Solo Urbano / 59
Transporte Urbano / 61
Turismo / 62
Informática / 63
Defesa do Consumidor / 64
Salário Familiar Justo / 65
Sindicato e Direito de Greve / 66
Previdência Social / 67
Funcionalismo Público / 69
Forças Armadas / 70
Educação / 71
Censura / 73
Esporte e Lazer / 75

Saúde / 75
A Família / 76
Violência Urbana / 77
Meio Ambiente / 77
Minorias / 78
A Mulher / 79
Terceira Idade / 79
Relações Internacionais / 80

OS CURSOS DO PL / 81

1. Apresentação Inicial, Américo Camargo / 83
Tipos de Cursos / 83
Grau dos Cursos / 85
Conteúdo dos Cursos / 85
Objetivos dos Cursos / 87

2. O Liberalismo Social, a Doutrina do PL, Alvaro Valle / 90
Observações Iniciais / 90
As Origens do Liberalismo / 91
O Socialismo / 96
O Pós-socialismo / 99
O Liberalismo Social / 103
A Ética na Vida Pública / 110
Avaliação / 110
Bibliografia Resumida / 110

3. Partidos Políticos, Alvaro Valle / 111
Aspectos Gerais / 111
Tipos de Partidos / 113
Os Membros do Partido / 117
A Disciplina Partidária / 118
Liderança, Solidariedade e Convívio Partidário / 119
Cursos de Formação / 121
A Burocracia do Partido / 121
Partidos no Brasil / 122
Avaliação / 129

4. Socialismo e Liberalismo, José Guilherme Merquior / 130
Socialismo e Democracia / 130
Social-democracia / 131
Renascimento dos Liberalismos / 131
O Moderno Liberalismo Social / 132
Liberdade e Igualdade / 133
Avaliação / 133

5. O Poder e a Influência na Política, Jadihel Loredo Júnior / 134
O Poder / 135
A Política / 135
Conscientização / 136
Legitimidade / 136
A Política e o Poder / 137
Avaliação / 137

6. Presidencialismo e Parlamentarismo, Jacinto Lamas / 138
Funcionamento dos Sistemas / 138
Origens Históricas / 140
Formas Impuras / 141
Legitimidade e Representatividade / 142
Críticas ao Parlamentarismo e ao Presidencialismo no Brasil / 146
Avaliação / 150

7. A Escola Brasileira, Alvaro Valle / 151
Considerações Gerais / 151
Visão do PL / 157
PL: O Projeto Educação / 158
A Pré-escola / 159
A Escola de 1º Grau / 160
CIEPs / 166
CIACs / 168
A Escola de 2º Grau / 170
O Ensino Supletivo / 172
O Ensino Técnico / 173
A Universidade / 174
Escola Pública — Paga ou Gratuita? / 179
Educação Especial / 181
Escola Não Regular / 184
O Ensino por Módulos / 185
Um Projeto Liberal: Alimentação Infantil / 186

8. Inflação, Jayme Magrassi de Sá / 190
Causas / 191
Medidas / 193
Mecanismos / 193
Aspectos do Caso Brasileiro / 194
A Participação da Sociedade / 195
Avaliação / 196

9. Política e Comunicação, Eduardo Portella Netto / 197
O Mundo Moderno / 197
Destinatários da Mensagem / 198
Pequenos Círculos / 198
Comunicação em Círculos Médios / 199
Comunicação de Massa / 200
A Ética e a Comunicação Política / 202
A Atualidade Histórica / 202
Instrumentos da Comunicação Política / 203
Os Objetivos da Comunicação Política / 203
Avaliação / 204

10. O Imposto Único, Flávio Rocha / 205
O Que É o Imposto Único / 205
Os Impostos Atuais / 205
Se Poucos Pagam, Todos Perdem / 206
A Solução da Charada / 207
As Vantagens para o Trabalhador / 208
Os Mais Pobres e o Imposto de Renda / 209
Custos Administrativos / 209
Os Riscos Inexistentes / 210
Os Dólares do Exterior / 212
Os Fiscais e Contadores / 212
O Imposto Único e a Inflação / 213
A Autonomia dos Estados e Municípios / 214
A Distribuição para o Estado e o Município / 215
Um Modelo Brasileiro / 216
Avaliação / 217

11. Política Externa Brasileira, José Gelson Sá / 218
Princípios Gerais / 218
A Presença do Brasil / 223
Conclusão / 227
Avaliação / 227

A HISTÓRIA DO PL, Marco Antonio Vales / 229

1. A Fundação do PL / 231
O Manifesto / 231
Propostas / 232
Ação para o Futuro / 232

2. O PL no Brasil / 234
Região Norte / 234
Região Nordeste / 237
Região Sudeste / 240
Região Sul / 244
Região Centro-oeste / 245

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA / 247

A DOUTRINA
Alvaro Valle

1. POR QUE UM PARTIDO POLÍTICO?

A lamentável atuação do Estado, no Brasil, não nos permite esquecer os seus deveres de garantidor dos Direitos Humanos e guardião do Bem Comum, sobretudo em uma sociedade marcada pela profunda injustiça social.

A ineficiência e a corrupção, já se disse, são problemas políticos e não justificam o fim do Estado, e sim maior rigor na limitação de seus poderes e de sua área de atuação, bem como maior eficiência do seu poder de fiscalização. No Brasil atual, o maior dever do Estado deve ser o de esforçar-se pela redução das desigualdades sociais.

O DEVER DOS PARTIDOS

Em uma democracia representativa, o povo, que comanda o processo histórico, faz as correções políticas por intermédio de partidos políticos.

Um partido político objetiva a conquista do Poder, para executar um programa que conduza ao Bem Comum da sociedade. Poder é, pois, a capacidade de produzirmos os efeitos que desejamos.

Ao mesmo tempo, o partido tem o dever de procurar divulgar suas idéias e aprimorar sua doutrina, contribuindo para a formação da consciência nacional.

Usa-se o Estado como meio, porque o fim é o Homem e a sua plena realização, como indivíduo e como ser social.

Em uma democracia, a conquista do poder deve dar-se em contexto pluripartidário, com eleições livres e voto universal, direto e secreto.

Nessas condições, o poder legítimo é o que se conquista através da opinião pública, assentado em valores éticos e cristãos, em competência e em modernidade.

OS PARTIDOS E O POVO

Os partidos políticos devem ser os grandes canais democráticos das aspirações e da vontade popular, por onde transitam não só os anseios e angústias, mas também as esperanças da sociedade. A filosofia e os métodos de ação partidária exprimem-se, ao fim, nos programas de ação governamental.

O pressuposto essencial do exercício da ação partidária é a consulta intensa e o diálogo permanente com os demais segmentos da sociedade civil, numa tentativa de harmonização e realimentação do sistema governo/povo.

O Homem, afinal, é "sujeito autônomo de decisão moral", e a sua "sociabilidade" não está apenas no Estado ou nas organizações políticas, mas também na Família e nos grupos de toda ordem, sejam sociais, culturais, econômicos ou profissionais.

Os partidos políticos não apenas aglutinam e conduzem as correntes de opinião pública, mas exercem também o chamado poder-serviço, colaborando, de diversas formas, com a sociedade. Entender essa vocação para o serviço da comunidade é o que distingue os verdadeiros estadistas e homens públicos.

Não há democracia sem partidos políticos sólidos. Foram eles os responsáveis pela estabilização democrática, no último século.

Um partido é, assim, um grupo voluntário, organizado e com hierarquia própria, que procura representar parte da sociedade, e se destina a lutar pelo poder político, com o apoio popular.

COMO SURGIRAM OS PARTIDOS

Com o crescimento dos socialismos, no século XIX, e a organização dos movimentos proletários, acelerou-se a formação dos modernos partidos. Na Inglaterra, os sindicatos começaram a transformar-se em organizações políticas; na Alemanha e na França, os socialistas organizaram-se em partidos. Em reação, os grupos adversários começaram também a estruturar-se. Nos Estados Unidos da América, já podemos identificar sementes de partidos a partir da segunda metade do século XIX.

Com o desenvolvimento do mundo, os partidos tornam-se essenciais para a democracia. Não há como consultar o povo, diretamente, em cada situação. Este papel de análise, fiscalização e controle repousa, dessa forma, nos partidos políticos, que representam as correntes de opinião.

Começa-se a formar a democracia representativa: o povo governa (democracia) por intermédio de seus representantes. Se o povo governasse diretamente (resolvendo tudo em plebiscito, por exemplo), teríamos a democracia direta.

LEGITIMIDADE

Não basta, todavia, a simples existência de partidos; é preciso que eles atuem de acordo com a vontade e aspirações daqueles que representam. Desta coerência, resulta a legitimidade, a representação fiel.

Também não é apenas suficiente que haja eleições. A História registra a ocorrência de grupos eleitos que deixaram de ser representativos; e também de grupos eleitos que se afastaram do povo para beneficiar-se do poder, perdendo a legitimidade. Se os partidos políticos não representam mais seus eleitores ou traem os ideais que os instituíram, todo o edifício da democracia estará comprometido. Eles têm de ser autênticos e fiscalizar seus filiados que se elegem e, depois, deixam de ser representativos.

PARTIDOS IDEOLÓGICOS

Devem-se distinguir os partidos ideológicos dos doutrinários.

Os partidos ideológicos acreditam ter uma visão integral e completa do mundo; montam sistemas que analisam e explicam todos os fenômenos e problemas e, mais que isto, indicam métodos, soluções e modelos operacionais. Encarceram num sistema rígido a realidade sócio-política. O ideólogo concebe o mundo e, depois, tenta adaptar e enquadrar a realidade aos seus esquemas.

Tal predisposição ideológica tende necessariamente para o autoritarismo e freqüentemente para o totalitarismo. No exercício do poder, não têm como admitir a crítica e o debate. O nazismo, o comunismo, o liberalismo clássico ortodoxo e o fascismo são ideologias.

O mundo vive, hoje, o "fim das ideologias". A complexidade dos fenômenos, o desenvolvimento das ciências e da tecnologia, a sofisticação das técnicas de administração e de governo, superaram o imobilismo das ideologias, que não resistiram ao choque da realidade. Haja vista o socialismo, que de teorizador do movimento operário acabou tornando-se uma teoria do poder do Estado, Estado que, aliás, ao concentrar poderes e privilégios de grupos, tornou-se conservador e reacionário.

O fato é que, progressivamente, os partidos ideológicos foram reduzindo seus discursos a "slogans" de efeito emocional, quase sempre fora da realidade social em que atuam.

FIM DAS IDEOLOGIAS

Desprezados os modelos rígidos, os governantes competentes procuram hoje injetar eficiência e modernidade no Estado, situando-se

a discussão não mais nos processos de produção, mas na otimização da combinação de seus fatores (produzir mais com menos custos). O importante, assim, é descobrir qual o melhor processo adaptável a cada situação, respeitados os princípios éticos e os direitos resguardados pela sociedade. Com maior produtividade, chega-se ao grande objetivo: o de salários mais justos.

Ao cidadão não mais interessa se uma solução é rotulada como de direita ou de esquerda; espera que seja uma solução viável e que o beneficie. Pouco interessa a suposta ideologia.

O povo quer melhores salários, melhor escola, alimento mais barato e abundante, transportes, habitação, polícia, água e esgoto, ruas calçadas. Quer terra, crédito, hospitais, empregos. Não quer continuar a ouvir "slogans", nem a apreciar a montagem de grandes edifícios ideológicos, que tendem a burocratizar-se e a ruir, levando com eles a prosperidade e a paz sociais.

PARTIDOS DOUTRINÁRIOS: O PL

É um grave engano, infelizmente comum em nossa vida política, confundir partido ideológico com partido doutrinário.

Um partido doutrinário, como o PL, tem um sistema coerente de idéias que inspiram e subordinam seu Programa, encontrando nelas modelos que serão aplicados a diferentes situações. Não existe, porém, uma visão acabada do fato político e social, uma ótica estática e inamovível; as posições liberais vão-se formando (e evoluindo) ao longo de estudos e debates com diferentes segmentos sociais. A crítica e a análise, no caso, fortalecem a democracia e impedem os autoritarismos.

Um partido liberal, por exemplo, sempre defenderá o indivíduo contra a opressão, seja do Estado, das maiorias, ou de quem abuse do poder. Em cada situação concreta, estará presente esta idéia de defesa do indivíduo e de sua liberdade. Assim, queremos, por exemplo, o fortalecimento do Estado quando ele está voltado para a luta contra as desigualdades sociais, que oprimem a liberdade dos mais humildes.

Como ainda há, no mundo, multidões em estado de miséria material, cultural e moral, os liberais sociais dispõem-se a buscar a eficiência e a modernidade a qualquer preço, desprezando o aprisionamento das ideologias e obedecendo ao princípio de que o Bem Comum é o ponto de referência, respeitados os legítimos direitos individuais.

ÉTICA

Tal conduta, tal busca, tal doutrina, não podem, contudo, ser conduzidas de forma dissociada dos princípios básicos estabelecidos e da ética cristã.

Mesmo em uma sociedade em turbulência e crise, não é possível separar a doutrina política adotada por um partido de suas conseqüências econômicas, sociais, administrativas e institucionais.

Quer isso dizer que haverá sempre princípios a definir e a obedecer, e eles informarão as ações do poder.

Não podemos, por exemplo, aceitar uma lei, por mais eficiente que pareça ser, se ela agride a liberdade individual ou o Direito Natural.

2.
A DOUTRINA LIBERAL

COERÊNCIA DA DOUTRINA

É preciso definir, com transparência, quais valores doutrinários orientam o PL, analisando as próprias idéias para melhor conhecê-las. Cumpre, além disso, relembrar as nossas diretrizes gerais de pensamento e ação.

Tantas vezes somos cristãos aos domingos e, logo na segunda-feira, em um debate sobre assuntos econômicos, revelamo-nos francamente socialistas. Já na terça-feira, ao negarmos o salário justo aos nossos empregados, adotamos o capitalismo no que ele tem de selvagem. Na quarta, desinteressamo-nos do irmão, do vizinho e da sociedade, numa atitude burguesa e egoísta. É preciso ressuscitar o humanismo todos os dias da semana, pois só assim seremos coerentes. Isto serve para o médico, para o operário, para o professor ou para o político.

Uma economia que ainda se situa entre as dez maiores do mundo, não pode continuar a ter estruturas e hábitos políticos tão dissociados da Ética e da Justiça.

A POLÍTICA

Santo Tomás de Aquino já nos lembrava ser a Política a arte de governar os homens visando ao Bem Comum e de acordo com as normas da Razão. Sob este prisma, afirmava, a Política é a mais nobre das ciências, depois da Teologia.

É imperioso pôr em evidência que os políticos não são ladrões ou fariseus, interessados apenas em vantagens pessoais. É preciso mostrar o que podem fazer homens sérios, dedicados à busca do Bem Comum, tendo como referência valores cristãos e humanistas.

sem democracia econômica, verdade que o socialismo havia feito esquecer.

Raymond Aron, um dos maiores liberais contemporâneos, resumia sua crítica ao neoliberalismo em uma frase: "Eu não recuso a Hayek minha admiração. Mas eu me reservo de dar-lhe minha fé".

Na prática, os neoliberais defendem apenas a liberdade dos proprietários e empresários. A supressão da liberdade dos outros, pela miséria, é aceita por eles como uma realidade inevitável e indispensável. Enquanto Marx aceitava a supressão das liberdades na busca da sociedade justa, os neoliberais aceitam essa supressão na defesa das leis do mercado.

A realidade nos mostra que a competição perfeita é impossível, e assim cai por terra toda a ideologia neoliberal. Para eles, liberdade é uma palavra de "marketing", de que se servem para a defesa dos que só pensam em maiores lucros.

NO LIBERALISMO SOCIAL

Como vimos e continuaremos a ver ao longo deste volume, para nós, liberais sociais, a liberdade é entendida em sua dimensão humanística. Ela é uma essência da natureza humana e, por isso, um direito natural. Também por isso, ela só se pode exercer dentro do quadro da natureza e destina-se à plena realização do homem e à busca do Bem Comum.

3. CONCEITO DE LIBERDADE

O livre-arbítrio é a possibilidade de escolher, sem restrições, até mesmo a escravidão. A liberdade é a ausência de restrições à realização plena do homem. A confusão entre estas duas noções é muito perigosa para a sociedade.

O homem procura, naturalmente, a Liberdade. No entanto, uma concepção egoísta de liberdade a desvincularia da natureza humana.

O homem é livre, sim, quando pode realizar-se de acordo com as leis naturais, sem sofrer coação irresistível; contudo, a busca da liberdade não nos autoriza a agir contra a natureza, o senso comum, o bem-comum. Há limites, independentes de nossa vontade.

Quando fazemos o que queremos, mas que contraria a natureza, estamos exercendo nosso livre-arbítrio, mas não o nosso direito à liberdade. Por exemplo, quando alguém se droga, não está exercendo a sua liberdade. Pelo contrário, está-se escravizando. Ao tomar a droga, a pessoa exercitou apenas o seu livre-arbítrio. A liberdade é exercida dentro da moldura da natureza, da ética e da moral. É assim que o PL a entende em seu Programa.

Ao longo dos tempos, o problema tem sido o de saber quais são esses limites da liberdade individual. O homem vive comunitariamente, e o Estado surgiu para estabelecer leis e regulamentos condizentes com a harmonia social desejada.

Sabemos que o Indivíduo, a Família e a Sociedade pré-existiram ao Estado, que nasceu para servi-los e disciplinar a sua convivência, defendendo os seus direitos.

O que se pretende, aqui, é discutir:

- quais os limites da liberdade individual, em face da Moral e do Bem Comum;
- quais os limites conseqüentes da ação do Estado ou de quem exerce poder.

O liberal acredita no homem livre e procura sempre ampliar o espaço em que esta liberdade se possa desenvolver. Acredita que os governantes devem ter o seu poder limitado. Acredita que o Estado existe em função do indivíduo e para ele, e não que o homem seja uma parcela apenas da coletividade.

Esta é a essência do humanismo cristão, tal como tem sido exaustivamente definido. O homem não é, apenas, uma molécula do organismo social. O bem do indivíduo não está somente subordinado ao mecanismo sócio-econômico. O homem, sujeito autônomo de decisão moral — já o citamos anteriormente — não tem a sua sociabilidade baseada tão só no Estado, mas na família e nos grupos de toda a ordem (políticos, profissionais e culturais).

O marxismo, por exemplo, caiu em todo o mundo porque não previa a liberdade humana, nem cultural.

O sistema falhou porque contrariava a ordem natural que fez o homem livre.

Vamos ver como diferentes doutrinas encararam o direito à liberdade e os seus limites diante do Estado ou do poder.

NO LIBERALISMO CLÁSSICO

Locke (1632-1704) talvez tenha dado início ao liberalismo, pois já percebera os riscos de os poderes estarem todos concentrados no Rei. Para ele, ao Estado caberia assegurar a liberdade e assegurar a propriedade.

Montesquieu (1689-1755) foi o primeiro liberal a preocupar-se, mais profundamente, com a organização do Estado e com o seu funcionamento.

Em sua obra *O Espírito das Leis*, defende que, para evitar abusos, os poderes do Estado devem ser divididos: Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um sendo exercido por um ramo diferente. Este modelo influenciou decisivamente a Constituição Americana de 1787.

Adam Smith

Adam Smith (1723-1790) é o pai do Liberalismo Clássico e fundador da Economia Política.

Em sua maior obra, *A Riqueza das Nações* (1776), ele associou firmemente a liberdade política à liberdade econômica, preocupando-se:

- com a liberdade política do indivíduo diante do Estado, do indivíduo diante da comunidade, e destes (indivíduo e comunidade) em relação ao Estado;
- com a liberdade econômica, que dependeria da existência de um mercado livre.

Para Adam Smith, a ordem econômica dispensa o Estado, desenvolvendo-se naturalmente. Se o mercado for livre, o equilíbrio se fará naturalmente no trabalho, na produção e nos preços. O lucro seria o motor de toda a atividade que conduziria à satisfação dos interesses sociais.

Após Adam Smith, dois grandes acontecimentos abalaram a ciência política e a economia mundiais, marcando-as fortemente: a Independência Americana (1787) e a Revolução Francesa (1789).

Foi um período rico para o liberalismo, com o aprimoramento dos conceitos de liberdade, igualdade, direitos individuais. Nascia o primeiro Estado realmente liberal, de poderes limitados. As leis seriam garantidas por tribunais independentes. Os cidadãos escolheriam seus dirigentes, pelo voto.

A Revolução Francesa foi mais além, definindo um conceito de "participação" dos indivíduos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (27 de agosto de 1789) assegura o princípio de que "toda soberania reside na nação. Nenhum ente ou indivíduo pode exercer autoridade que não emane expressamente dela". Dentro da tradição liberal, lembra que "a propriedade é direito inviolável e sagrado".

NO SOCIALISMO E MARXISMO

O processo histórico foi-se desenvolvendo, surgindo mudanças radicais nos campos econômico, político, social, científico e tecnológico.

Todavia, a preocupação obsessiva e exclusiva com a liberdade individual e com a propriedade privada ia gerando modelos econômicos individualistas e injustos e arbitrários, a serviço da dominação dos mais poderosos. Tais modelos não poderiam satisfazer à grande massa, ao corpo social no seu conjunto. O liberalismo político, já então, servia apenas de suporte ideológico para garantir a liberdade econômica daqueles que já eram proprietários. O Capital passou a ser sagrado, uma nova forma de propriedade — intocável — e o trabalhador acabou tornando-se mercadoria, sujeita ao mercado, não se cogitando do mínimo necessário para o sustento vital do indivíduo e de sua família. O desemprego significava, literalmente, fome, pois não havia qualquer espécie de previdência ou seguridade social.

A Revolução Industrial veio tornar mais evidentes e dramatizar as injustiças sociais, pois não limitava horários de trabalho, sexo, idade do operário ou salário injusto.

O progresso indiscutível do mundo não trazia apenas valores positivos, como o desenvolvimento das indústrias, a criação de novos empregos e a evolução científica e tecnológica. Há outro lado, a acumulação e concentração de riqueza, a miséria das massas. A par da

tomada de consciência dos trabalhadores de seus direitos fundamentais.

Começava a acumular-se a grande "dívida social" e, com ela, vinham as reações radicais e revolucionárias ao capitalismo selvagem.

O Socialismo, diz-nos Merquior, não era, em suas origens, uma teoria política, mas econômica, que procurava reorganizar a sociedade industrial.

Há, em verdade, vários tipos de socialismo. Todos eles, no entanto, consideram a liberdade do indivíduo em função da coletividade, e não acima dela.

Marx

Karl Marx (1808-1883), que se tornou o mais importante socialista, vê no mundo à sua volta o modelo da exploração capitalista, conseguindo empolgar os vários movimentos socialistas do seu tempo.

Marx foi um pensador teórico, mais preocupado com idéias do que com o modelo de uma sociedade concreta. Para ele, o conceito burguês de liberdade é errôneo, servindo tão-somente para reprimir o proletariado e alienálo.

Com efeito, Marx nunca valorizou os direitos civis (de expressão, credo, profissão, associação, etc). O socialismo marxista e todos os governos conduzidos pelo regime comunista sempre refletiram esse menosprezo pelos direitos civis.

Tomando de Hegel a noção do processo dialético, Marx define que a sociedade será levada pela luta de classes a uma inevitável revolução, que culminará com a vitória do proletariado. Essa ditadura será uma fase na passagem para a sociedade socialista, uma sociedade sem classes e justa.

Marx vivia num mundo de absoluta exploração do trabalho, alheio à ética e à justiça. Imagina, dessa forma, que o processo teria agravamento continuado, com o acúmulo cada vez maior de riqueza pelo capitalista e a conseqüente exploração progressiva do trabalhador. Chegaria ao ponto em que o operário não mais resistiria, tornando inevitável a revolução.

Marx rejeitava totalmente a propriedade privada e sacralizava o proletariado, responsável pela revolução, porque, afinal, era o único interessado nela.

Marx pregava a ditadura do proletariado, o partido único e a supressão das liberdades burguesas, para que se pudesse chegar à sociedade comunista ideal, sem os vícios do passado.

O Fracasso do Marxismo

Embora tenha analisado, com acuidade, o mundo em que vivia, Marx não foi feliz em suas previsões do futuro. As sociedades comunistas, como sabemos, não surgiram das grandes sociedades industriais,

como a Inglaterra ou Alemanha, que permanecem liberais. Vieram de países em fase pré-capitalista — como a Rússia e a China — e nestes o poder foi entregue, não ao proletariado, mas a soldados descontentes, agricultores sem terra e, depois, a burocratas do partido. Estes criaram em seguida sociedades industriais, contrariando toda a fatalidade dialética.

O modelo comunista fracassou porque desconheceu a natureza humana, a liberdade e os direitos naturais. Ideologicamente, tentou adaptar o homem ao mundo imaginário de Marx. Como resultado, em vez de progresso, conduziu os países ao atraso e a ditaduras desumanas.

NO PÓS-SOCIALISMO

Depois das guerras de 1914 e 1939, o mundo estava cansado do egoísmo antiético e anti-humanista do liberalismo clássico e dos vícios do capitalismo selvagem. Havia tereno fértil para os variados tipos de socialismo.

Havia também a consciência generalizada de que o mundo se encaminharia para o socialismo, concebendo uma sociedade talvez mais justa e igualitária.

O Estado ia aumentando seus instrumentos de ação, seus tentáculos, e estabeleciam-se restrições à propriedade privada. Durante longo período tivemos Estados fortes, protetores, administradores e centralizadores.

Os tempos pós-guerra — após 1918 e 1945 —, entretanto, trouxeram de volta a rotina do progresso das nações. O desenvolvimento tecnológico diversificou enormemente a produção, e o Estado não mais teve competência para administrar o mercado. Nem para produzir industrialmente a custos competitivos. Nem para, sequer, produzir alimentos baratos e abundantes para abastecer seus próprios povos.

O mundo foi-se conscientizando de que os regimes socialistas não haviam proporcionado nem liberdade, nem justiça.

A acusação — corrente entre os socialistas — de que o Estado burguês estava a serviço da classe e elite dirigentes, passou a aplicar-se, com mais propriedade, aos seus próprios regimes.

Neste espaço, crescia o "esquerdismo" (a caricatura, tão temida por Lenin). Sem conseguir escudar-se na análise científica e sem respaldo na realidade dos fatos, a esquerda radical moderna foi-se reduzindo a frases feitas, preceitos e "slogans", repetidos com fervor quase religioso. Perdido totalmente o senso crítico e da realidade, os esquerdistas não consideram, sequer, os pontos positivos e realizações que se podem creditar ao capitalismo, ao longo da História.

Irrealistas, os esquerdistas ainda falam em ditadura do proletariado, enquanto os operários — que sabem bem o que querem — dese-

jam liberdade e empresas fortes que lhes dêem mais empregos, melhores salários e efetiva assistência e seguridade social. Não querem destruir as classes mais favorecidas: querem acesso a elas.

Social-Democracia

Tentando compatibilizar socialismo e democracia, um grupo de políticos e pensadores esforçou-se por renunciar, na gestão pública, ao dirigismo econômico absoluto e à dominação total da economia pelo Estado. Compreendeu, pela visão dos fatos, que o dirigismo socialista provocava sempre ineficiência econômica e despotismo político. Mas não abriu mão da idéia da coletividade prevalecendo sobre o indivíduo. São os sociais-democratas.

Buscam a igualdade por meio do "Estado protetor", que atenda às necessidades elementares da população, sem renunciar à "orientação oficial" da economia. Insistindo em juntar contrários, tendem à burocratização para administrar o Estado e a sociedade.

A social-democracia defende a liberdade individual, tal como os liberais, mas enxerga o indivíduo como uma célula apenas da comunidade.

NO NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo é uma doutrina liberal que o PL não aceita por considerá-la ultrapassada e tão ideológica quanto o socialismo. Parte de premissas estabelecidas e sobre elas assenta rigidamente um programa radical. Talvez por isso, José Guilherme Merquior o tenha chamado de paleoliberalismo. É quase religiosa a sua crença no mercado, e seus maiores teóricos são Von Mises (1881-1973) e Hayek (1899-1992).

Voltam, com os neoliberais, antigos conceitos: mercado intocável e rejeição absoluta do Estado.

Os liberais clássicos chegavam a aceitar a intervenção protetcra do Estado em áreas fundamentais, como navegação e a educação dos pobres, dentre outras.

Os neoliberais nem isso admitem. Acreditam que qualquer intervenção desequilibra o mercado, provocando outras intervenções em cadeia para corrigir os desequilíbrios resultantes.

Justiça Social e Bem Comum não existem para os neoliberais. Seriam meras desculpas de grupos de pressão, que pretendem satisfazer seus interesses às custas do Estado e dos que produzem.

A miséria, numa sociedade competitiva, seria um preço inevitável a pagar. Negam os serviços sociais e a assistência do Estado.

Um mérito tem de ser creditado ao neoliberalismo. Ele fez voltar à ciência política a noção de que é impossível haver democracia política

4.
O LIBERALISMO SOCIAL: A DOUTRINA DO PL

Já nos ocupamos, aqui, de dois conceitos fundamentais para a perfeita compreensão de nossa Doutrina:

- a noção de Liberdade; e
- o conceito social e cristão de Humanismo.

Procuraremos, agora, discutir alguns outros conceitos, igualmente básicos, como os direitos e a dignidade do Trabalho; os direitos individuais e sociais; o papel do Estado na sociedade; a propriedade privada e a destinação universal dos bens. Episodicamente, registraremos idéias sobre o mercado, o lucro, o desenvolvimento, a privatização, a dívida externa. Assim fazendo, estaremos também lembrando conceitos que inspiraram o nosso Programa partidário.

O TRABALHO

Desde que surgiu a chamada Questão Operária, no século XIX, com seus conflitos, diversos filósofos e pensadores políticos, e também as grandes instituições mundiais, tentaram encontrar um ponto de equilíbrio entre os sistemas em confronto: Liberalismo e Socialismo.

Condenava-se um falso conceito de liberdade, que, sem vínculo com a vontade e a realidade, resvalava para o egoísmo.

Igualmente, procurava-se incentivar a implantação de um Humanismo autêntico e integral, que considerasse o homem não apenas engrenagem de uma máquina, mas sujeito autônomo de direitos e de decisão moral, no contexto da comunidade, da família e de seu grupo social.

A crítica e a condenação dos defeitos e das conseqüências desastrosas da implantação do capitalismo e do socialismo eram correntes, e já se buscavam mecanismos de proteção aos mais pobres.

O centro dos debates situava-se na afirmação dos direitos fundamentais dos trabalhadores, ignorados ou menosprezados pela Revolução Industrial. Procurava-se a dignidade do trabalhador como pessoa humana e sujeito de direitos inalienáveis, na ordem natural e na ordem moral, logo, na ordem política. Buscava-se, também, a dignidade do trabalho, como fator de produção, e não como mercadoria à disposição do mercado.

SALÁRIO JUSTO

Dentre os direitos então defendidos, ressaltava o do salário justo. O salário, para ser justo, deve ser suficiente para manter o trabalhador e sua família, inclusive para o lazer e formação de poupança. Não cabe ao Estado, burocraticamente e apenas, garantir um "contrato" de trabalho. Se ele ignorar o conceito aqui exposto cometerá violência contra a Justiça.

A questão foi colocada pelo Partido em seus parâmetros políticos e doutrinários, perante a Câmara dos Deputados, em agosto de 1991: "Equações e gráficos de economistas não nos deveriam impedir de aprovar, ao menos, um salário decente para o trabalhador. O cidadão não existe para satisfazer à Economia; ao contrário, cabe a ela, como ciência auxiliar da Política, a tarefa de encontrar soluções para servir ao homem".

Não é, definitivamente, o salário a causa da inflação neste país. Mas, certamente, a injustiça salarial é uma das causas do atraso. Os salários excessivamente baixos impedem o fortalecimento do mercado interno, como os bons empresários reconhecem.

Voltando aos primórdios do Liberalismo Social, outros direitos inalienáveis à pessoa do trabalhador igualmente entravam em questão, naquela época conturbada:

- a limitação das horas de trabalho;
- o repouso remunerado;
- as condições higiênicas do ambiente e a prevenção de acidentes;
- o tratamento a ser assegurado a mulheres e crianças, de acordo com o tipo e a duração do trabalho;
- os direitos de associação profissional, quer para operários, quer para empresários.

Iam, assim, surgindo os sindicatos, que serviam de apoio à classe operária na questão de suas reivindicações.

CAPITAL E TRABALHO

Nós, liberais, não aceitamos o conceito socialista de luta de classes, porque acreditamos que capital e trabalho se devem harmonizar no interesse de todos. Mas, para que exista esta harmonia, o trabalho, que é mais fraco, deve ser protegido e defendido.

A luta pela justiça social, sem violência e sem ódios mútuos, exige a discussão aberta entre as partes, na busca do "justo equilíbrio". Compete ao Estado, em conseqüência, interferir subsidiariamente para buscar a igualdade entre as partes sociais, de vez que a existência de uma única parte muito poderosa pode reduzir a outra à servidão.

A PROPRIEDADE PRIVADA

A propriedade privada, extensão da liberdade humana, é um direito fundamental para a autonomia e o desenvolvimento da pessoa e da atividade humanas.

Os chamados bens sustentam a vida do homem, satisfazem as suas carências e são naturalmente objeto de seus direitos.

Mas, o direito de propriedade não é um direito absoluto; traz em si os seus próprios limites.

Santo Tomás de Aquino definiu que os "bens externos" não são próprios, mas comuns, ou seja, podem e devem beneficiar ao proprietário e aos outros, quando for o caso (destinação universal dos bens). O conceito é filosófico e decorre do que se poderia definir como origem dos bens. Por exemplo: Deus fez a terra e a entregou a todo o gênero humano, para que a trabalhe e se sustente com os seus frutos, sem excluir nem privilegiar ninguém. O homem, com seu esforço e inteligência, apropria-se de parte da terra, adquirida com o seu trabalho.

Esta é a origem e a justificativa ética da propriedade individual.

Somente mediante o trabalho, a terra dá frutos. Nessas condições, a propriedade pode ser considerada ilegítima quando não é valorizada; ou quando serve para impedir o trabalho de outros; ou quando serve para obter um ganho de ilícita exploração ou de especulação; ou quando a propriedade impõe condições injustas ao trabalho.

O conceito de propriedade e de destinação universal dos bens não se aplica apenas à terra e aos bens materiais. E também não se dirige apenas aos seres humanos individuais.

Também o Conhecimento, a Técnica, o Saber são objeto da destinação e uso comum das nações e dos povos. O não acesso à moderna tecnologia tem marginalizado milhões de pessoas, principalmente no Terceiro Mundo. Os países que não têm acesso ao mercado mundial tendem à estagnação e à recessão. Mediante livre negociação, impõe-se que lhes seja facultado o uso de tais bens, com o pagamento do preço justo estabelecido.

O ESTADO

Para o Liberalismo Social, o Estado deve ser necessariamente um agente e promotor do Bem Comum.

Os poderes do governo devem ser harmônicos e independentes entre si, sem que haja preponderância de nenhum. Assim se caracteriza o Estado de direito, que, ao contrário dos totalitarismos, reconhece e garante a existência e a liberdade da família, da escola, das comunidades, de grupos e dos indivíduos, garantindo-lhes o direito de participação na vida pública e suas opções políticas. O Estado, se deseja ser verdadeiramente participativo, terá de dispor-se a promover os indivíduos, através da educação.

LIMITES DO ESTADO

O Partido Liberal (PL) não acredita no Estado que pretenda competir com a iniciativa privada, nem na coletivização dos meios de produção. Por outro lado, não basta retirar o Estado totalmente da esfera da Economia. Compete ao Estado determinar o enquadramento jurídico no qual se desenvolvem as relações econômicas, salvaguardar a concorrência e, na medida do possível, o livre mercado.

A atividade econômica não se pode realizar em um vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, ela precisa de segurança, no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes. A falta de segurança, a corrupção, o enriquecimento ilícito, a especulação, a ação de monopólios e oligopólios são fatores impeditivos do desenvolvimento de um país. É dever do Estado dar esta segurança.

O ESTADO NECESSÁRIO

Se, de um lado, não mais se acredita no Estado providencial, todo-poderoso, de outro lado, haverá situações em que a ação do Estado é necessária para corrigir a desigualdade de poder entre as partes sociais. Keynes já nos lembrava que nem sempre os interesses particulares e sociais coincidem e estes não são necessariamente a soma daqueles.

Muitas vezes, a ação efetiva do Estado é indispensável para a defesa dos mais fracos. Toda a história do sindicalismo evidencia essa realidade. Se, ao longo dos tempos, o capital tivesse ficado sem freios, jogando com as teses de Adam Smith, talvez se tivesse desenhado a tragédia prevista por Marx. Foi a luta por salários mínimos impostos pelo Estado que permitiu ao trabalho ocupar o lugar que ele tem nos

países modernos e liberais. O trabalhador e a classe média, especialmente na realidade brasileira, não podem contar apenas com as regras de um mercado imperfeito, em país de forte concentração de rendas.

O mercado, embora livre, tem de ser fiscalizado pelas forças sociais e estatais, de modo que garanta as exigências mínimas da liberdade. O lucro, quando legítimo, é salutar e indica o bom funcionamento de uma empresa. Mas não é o único indicador das condições desta empresa; a política salarial, o tratamento do homem, são igualmente fatores de aferição social.

Há, também, outras áreas específicas em que a ação do Estado pode ser reconhecida ou aceita pelos liberais. O protecionismo à empresa nacional, por exemplo, foi utilizado por liberais de todos os países, quando convinha implantar algum setor produtivo pioneiro.

A limitação à ação do Estado é medida pelas exigências da conjuntura política, econômica e social. Não nos devemos esquecer que o intervencionismo provisório esteve diretamente ligado ao fortalecimento empresarial nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

Outras tarefas do Estado serão a de garantir o exercício dos direitos humanos, inclusive segurança e justiça; assegurar o direito de todos ao trabalho, secundando a atividade das empresas ou criando condições que garantam frentes de trabalho nos momentos de crise; prover direta ou indiretamente a seguridade social, a prevenção de acidentes, a liberdade sindical.

O Estado tem o dever de intervir nas situações de monopólio e oligopólio.

Exerce também função supletiva ou pioneira, quando os grupos empresariais ainda se mostram demasiado débeis para a implantação de setores vitais ao desenvolvimento.

O ESTADO NO BRASIL

A presença do Estado, em nosso país, apesar de alguns esforços recentes, ainda está divorciada da moderna tendência mundial de promover, ao máximo, a privatização das atividades produtivas e de prestação de serviços. Na Itália, Espanha, Japão, Inglaterra, e até mesmo na hoje extinta União Soviética, o objetivo declarado da ação governamental é o de retirar o Estado dessas atividades em que a burocracia o envolveu.

O Estado deve caminhar para a fixação das grandes metas nacionais: regular, corrigir, induzir, estimular ou desestimular, são as etapas a que se deve entregar com competência.

Ao lado dessas atividades, entregar-se à seguridade social, atenuando as dificuldades daqueles que sofrem com as desigualdades sociais, inevitavelmente promovidas pelo mercado. O Estado deve

garantir a todos, por exemplo, educação e saúde, pelo menos, embora, é claro, não deva ser o exclusivo prestador de serviços nessas áreas.

São, entretanto, funções típicas do setor privado o investir, produzir riquezas, gerar empregos e assumir riscos para os quais o Estado não está habilitado.

INEFICIÊNCIA DO ESTADO

Embora não haja aí uma regra absoluta, a experiência histórica nos mostra que o Estado no Brasil é altamente ineficiente. A fisiologia e o clientelismo geram o empreguismo nas empresas públicas. Não havendo nelas o objetivo do lucro, é, então, menor a preocupação com a produtividade. Seus dirigentes, como não são punidos com sanções financeiras, se são ineficientes, tornam-se maus administradores. A corrupção não é punida. O resultado deste quadro são empresas deficitárias, e é o povo, com seus impostos, que paga a ineficiência estatal.

ESTÍMULO AO CAPITAL

Uma política econômica sábia para o nosso país será a de estimular ao máximo o capital de risco (iniciativa privada, nacional ou estrangeira), tendo em vista que:

1. O Estado não pode ser responsabilizado pelos investimentos — quase sempre bastante elevados — exigidos em cada qual de todos os setores.
2. O Estado deve limitar-se aos setores que definir como prioritários ou àqueles em que, por motivos conjunturais, deva atuar como indutor e regulador. Por definição, a ação do Estado nestes últimos casos deve ser limitada no tempo.
3. O Estado deve promover regras definidas, de forma a que o setor privado possa programar-se, sem a incerteza das mudanças súbitas e do excesso de regulamentação.
4. O Estado deve parar de proteger a incompetência generalizada, quer pelo sistema de subsídios, protecionismos e clientelismo, quer pela cobertura de déficits de empresas públicas ineficientes, ressalvados os déficits naturais das que prestam serviços sociais.

PRIORIDADES

Para o PL, descentralização, desestatização e desregulamentação são prioridades básicas do liberalismo social no Brasil.

Descentralizar as atividades executivas para outros níveis de administração e governo (Estados e Municípios), no concernente às atividades públicas.

Desestatizar o que for da vocação da empresa privada. Permitindo-se o livre funcionamento da sociedade de mercado, chegaremos à maior produtividade e a melhores salários reais. As metas de eficiência e justiça social serão mais fáceis de atingir com a economia livre.

Desregulamentar a atividade econômica quer dizer reduzir a massa de leis, decretos e regulamentos que o Estado produz diariamente, impedindo o planejamento das empresas. A regulamentação é indispensável, mas ela não deve descer a detalhes desnecessários, e, sobretudo, não deve alterar-se com freqüência, tirando do mercado as indispensáveis regras estáveis.

DESENVOLVIMENTO

A retomada do crescimento econômico, necessário para o desenvolvimento, é uma nítida opção do Partido Liberal (PL). Repercutem ainda, no mundo inteiro, as sábias palavras de Paulo VI contra a miséria e o atraso: "Desenvolvimento é o novo nome da Paz".

Somente pelo crescimento e pela oferta abundante de empregos, poderá o país recuperar-se do processo de letargia em que ingressou.

Deve-se lutar contra a inflação e buscar-se a estabilização da moeda.

Não poderemos, porém, manter esta luta apenas à custa do agravamento do processo recessivo, do aviltamento contínuo dos salários (e do mercado consumidor, em conseqüência) e do sacrifício exclusivo dos segmentos mais indefesos da sociedade.

Leão XIII, há um século, recorria ao Estado para dar o justo remédio à condição dos pobres: o dever do Estado continua sendo o de promover o Bem Comum. Isso é válido também ainda hoje, pois transformações econômicas, sociais e políticas ainda produzem, em muitas partes do mundo, os mesmos males — ou sucedâneos — identificados no século XIX.

A REALIDADE ATUAL

Desde 1980 vêm caindo as ditaduras na América Latina, na África e na Ásia. Em 1989, começou a desmoronar o império comunista da Europa Central e Oriental. Em 1991/92, desapareceu a segunda potência mundial: a URSS.

É um novo mundo que surge. Mas cumpre analisar, com prudência e serenidade, os sinais dos tempos em que vivemos.

Tendemos para novas formas políticas mais participativas e mais justas. Inicia-se um novo período, que pode permitir maior diálogo e solidariedade e maior negociação política e diplomática, pela condenação das guerrilhas, do terrorismo internacional e da luta de classes (entre indivíduos, classes sociais e países).

Mas a crise do marxismo não eliminou as situações de injustiça e opressão que ele denunciava.

O marxismo-leninismo caiu porque sacrificava a liberdade humana e econômica, fracassando nas duas frentes que abriu, pela incapacidade (e impossibilidade) prática de criar modelos técnicos que acompanhassem as novas realidades mundiais.

A derrocada do socialismo real, todavia, não deixa o capitalismo ortodoxo como único modelo de organização econômica e social.

Afirma-nos João Paulo II, um perito incontestável nesta área:

"Se por capitalismo se indica um sistema econômico que reconhece o papel positivo da propriedade privada, da livre criatividade humana, sim.

Mas, se a liberdade de mercado não está enquadrada em sólido contexto jurídico que o coloque a serviço do homem integral, então, não."

A queda do marxismo fez sobressair a realidade da interdependência entre os povos. A paz e a prosperidade pertencem a todo o gênero humano: não é possível gozar deles, se obtidos e conservados em prejuízo de outros povos e nações.

Já citamos, ao analisar a destinação universal dos bens, a clamorosa injustiça que é praticada contra os países do Terceiro Mundo, cujo acesso é vedado às últimas gerações do avanço tecnológico e científico das grandes potências. Estas estão em "débito de Justiça".

DÍVIDA EXTERNA

O mesmo tipo de consideração se poderá fazer em relação à dívida externa dos países em desenvolvimento.

Os liberais sociais não pregam o calote; ao contrário, temos plena consciência de que as dívidas contraídas devem ser pagas.

O PL não concorda, no entanto, que o processo de desenvolvimento brasileiro e a dignidade humana de populações inteiras, sejam sacrificados pela cobiça dos juros cumulativos, altos e flutuantes, e pela ausência de conteúdo político-social nas negociações.

LIBERDADE E JUSTIÇA

O liberalismo social procura conciliar os ideais de liberdade e de justiça: liberdade para todos e satisfação das necessidades da coletividade.

De pouco adiantaria falar de liberdade de mercado para miseráveis que não têm sequer como chegar a esse mercado e como pressioná-lo; não são agentes econômicos. Esquecê-los em nome de uma ideologia de mercado, seria ignorar que o ser humano deve estar no centro de todas as preocupações, ainda que não esteja comprando ou vendendo.

No princípio, o liberalismo era a luta contra a arbitrariedade. Depois, foi também a defesa da liberdade do indivíduo e das minorias. Hoje, busca a extensão dessa defesa a todos os membros da coletividade. Beveridge lembrou, certa vez, a Churchill que "liberdade também quer dizer ser livre da miséria".

Houve forte associação, no passado, de conceitos absolutos de liberdade e de propriedade, e a preocupação maior era a defesa do proprietário e de sua capacidade absoluta de dispor de seus bens. Um pioneiro do liberalismo social, Friedrick Harkort, disse em 1844: "Não aceito a criação da riqueza humana baseada na degradação da classe operária. O papel da máquina é libertar o homem, e não modelar uma escravidão ainda mais terrível".

A democracia política, conquista liberal, dá ao liberalismo a sua dimensão social quando os não-proprietários de terras ou de máquinas passam a também participar dos seus frutos e das decisões do poder e quando têm reconhecido o seu direito de acesso a essa propriedade.

A Igreja e sua doutrina social exerceram forte influência sobre o liberalismo social, incorporando-lhe a noção de Bem Comum e tirando-lhe a marca de individualismo egoísta do século passado. O homem passa a ser o centro da atividade política e econômica. Mantém-se, é claro, a defesa do direito de propriedade — que é um direito natural — mas agrega-se, igualmente, a filosofia da destinação universal dos bens.

Quanto à intervenção do Estado, o moderno liberalismo não pretende dizer apenas "menos Estado". Quer dizer, sobretudo, "mais liberdade". O melhor liberalismo não deve ter um permanente pavor do Estado; deve, sim, advogar a existência de um Estado forte e atuante, mas limitado em suas funções. Um Estado fortalecido em sua vocação, como estimulador da justiça social e redutor de diferenças. Não o Estado-concorrente da livre empresa.

O PL prega no Brasil a única doutrina política atual que leva profundamente a sério o ideal democrático, no sentido rigoroso da palavra, de governo do povo.

O PROGRAMA DO PARTIDO LIBERAL COMENTADO

Alvaro Valle

1. CONCEITOS INICIAIS

DEMOCRACIA

"O Partido Liberal (PL), utilizando a Democracia como instrumento de ação, busca a realização do Bem Comum, em uma sociedade livre, pluralista e participativa."

O Partido Liberal inicia o seu Programa fazendo uma definição e uma afirmação de fé na democracia. Com precisão, lembra não ser a democracia um fim em si mesmo, mas um instrumento.

O primeiro parágrafo do Programa o resume, ao definir o objetivo do Partido: a realização do Bem Comum. Este deve também, na sadia Doutrina, ser o objetivo do Estado. Segue-se a definição de que, para o PL, o Bem Comum deve ser procurado em uma sociedade livre, pluralista e participativa.

A defesa da sociedade pluralista representa o respeito do Partido pelas minorias, pelos diversos segmentos de opinião, de credo, de etnias, e a crença no convívio das divergências que asseguram o desenvolvimento da cultura. A sociedade participativa é aquela na qual o povo participa das formulações políticas e das decisões, inclusive por intermédio das sociedades civis organizadas.

O primeiro parágrafo de nosso Programa define os objetivos centrais do Partido e do liberalismo social.

AS CRENÇAS

"Reafirmamos nossa crença na Pessoa livre, titular de direitos naturais e inalienáveis; na Sociedade, unidade orgânica e comunidade de homens; na Política, atividade voltada para a administração da sociedade, com vistas ao Bem Comum."

Não é por acaso que Pessoa aparece em maiúscula. Não é apenas no indivíduo que o Partido reafirma a sua crença. É na pessoa titular de direitos naturais e inalienáveis.

Há aí uma afirmação doutrinária da maior importância. Ao contrário dos positivistas, nós acreditamos nos direitos naturais. Acreditamos que, ao ser criado como foi, o homem adquiriu direitos decorrentes da Criação. Esses direitos são inalienáveis e anteriores à lei positiva. Ou seja, uma lei escrita que os contrarie é ilegítima, porque não podemos legislar ou agir contra a Natureza. O direito à alimentação, por exemplo, é um direito natural fácil de entender. Não podemos viver sem comer, porque fomos criados com um organismo que exige a alimentação. Uma lei que proibisse as pessoas de se alimentarem estaria violando um direito natural.

Consideramos a liberdade um direito natural, e também, como veremos adiante, o direito de propriedade e muitos outros.

Neste momento, o importante é constatar a afirmação programática de crença na existência dos direitos naturais. Esta afirmação explicará outras passagens do Programa, em que recorremos a valores éticos e morais. Quando esses valores são esquecidos, contrariamos a Natureza, porque a Moral (não confundir com costumes) não é definida pelo Homem; é conseqüente da Criação, e, por isso, as leis que a contrariam, são ilegítimas.

A sociedade é entendida como uma unidade orgânica. Ou seja, ela é um todo e se integra para que o homem realize sua vocação. Não estão isolados e independentes os componentes da sociedade; todos se interligam para um objetivo comum, tal como em um organismo. A sociedade é uma comunidade e não um mero ajuntamento de homens.

Fazendo eco ao primeiro parágrafo, o Programa lembra que a Política visa à administração dessa sociedade e tem por objetivo o Bem Comum.

A PESSOA

"Mais que nunca, a Pessoa deve ser valorizada . Uma visão ideológica do Estado e da Sociedade faz com que o Homem se fracione, esquecendo sua qualidade de ser concreto, a grandeza de sua origem e de sua missão pessoal."

Aqui, o Programa caracteriza o humanismo do Partido. Humanismo, entendido em sua grandeza cristã. Despedimo-nos aqui dos socialismos, inclusive em suas variações modernas, e do liberalismo ortodoxo impessoal e desumano.

O Estado não pode enxergar o homem como um número ou como

uma peça perdida na multidão. Ele é um ser concreto, que come, bebe, sonha, tem alegrias, aspirações e angústias, tem uma origem, e, sobretudo, tem uma missão pessoal.

Os que souberem entender o significado deste parágrafo verão por que o PL não poderá aprovar planos de governo que destruam segmentos da população, em nome de teorias ou experiências econômicas. Que mutilem gerações em benefício de outras. Porque a sociedade é orgânica e se inter-relaciona, inclusive no tempo, é justo que haja sacrifícios de alguns por outros, mas não a ponto de se esquecer o valor e o momento de cada indivíduo. Cada pessoa merece respeito e nos repugna, por exemplo, a política dos que pretendem resolver os problemas do "país" à custa dos mais pobres, dos aposentados, dos consumidores, dos marginalizados. Para nós, o país os inclui. O homem não se fraciona: ele não se pode tornar, nos planos burocráticos, apenas o aposentado que dá despesas ou o marginal que se torna incômodo. Em qualquer situação e sempre, ele é um ser humano, participante da sociedade orgânica. Este é o verdadeiro Humanismo que o PL defende.

O Programa, neste parágrafo, faz a crítica da visão ideológica. Socialistas e liberais do século passado, tais como tantos outros, inventam, na sua imaginação, como devem ser o Estado e a sociedade. Tentam depois submetê-los à sua ideologia pré-fabricada. Esta visão autoritária do Estado faz do homem um de seus fragmentos. Por ser um Partido que se inspira no reconhecimento dos valores éticos (naturais), por acreditar na sociedade orgânica, por defender uma sociedade participativa, o PL não tem uma visão ideológica do Estado. Temos, sim, um corpo de doutrina, que nos permite entender o Estado à luz das idéias que formam essa doutrina. A doutrina nos orienta o pensamento e as definições programáticas, mas não nos impõe autoritariamente uma ideologia globalizante e artificial.

ALIENAÇÃO E DOMINAÇÃO

"As gigantescas concentrações de poder no mundo moderno alienam o Homem, que deixa de ser dono de seu próprio destino. Sobretudo quando o desenvolvimento das ciências facilita a administração do poder, estimulando a dominação e a desumanização. Agravam-se os riscos dessa dominação e diminuem-se as potencialidades do ser livre, quando a sociedade moderna estimula a formação de uma consciência mítica do Estado onipotente. Aceitando-a, o homem se reduz a objeto e anula sua capacidade crítica."

Neste texto, o Programa do PL faz importante definição da consciência liberal e lembra riscos modernos, para os quais os liberais de nosso século devem estar atentos.

O liberalismo começou lutando contra os reis absolutos, porque eram eles que oprimiam a liberdade. Quando as monarquias se tornaram constitucionais ou foram substituídas pelas repúblicas democráticas, a luta do liberalismo passou a ser contra o Estado, que se tornou o grande opressor. Em suma, a luta liberal não é contra os reis ou contra o Estado. É em defesa da liberdade e contra os que a oprimem, sejam quais forem os opressores.

No mundo moderno, há o risco das grandes concentrações de poder, as quais podem estar no Estado, em grandes empresas privadas, em grandes grupos de comunicação, em monopólios ou oligopólios. Essas concentrações alienam o homem e tendem a oprimi-lo.

Há hoje corporações gigantescas, onde seus empregados são conhecidos por números e avaliados por computadores impessoais. Andam com placas foto-elétricas que dizem a que horas o empregado chegou, a que horas se levantou de sua mesa ou foi ao banheiro, por onde andou na empresa, a que horas saiu. Os funcionários moram em conjuntos edificados pela empresa, todos em casas ou apartamentos iguais, vão e voltam para o trabalho em ônibus da companhia, comem em seu refeitório e têm o lazer programado pela corporação. Seu salário, seus aumentos e promoções são determinados pela empresa, que assim controla integralmente o indivíduo. Esta realidade não pode ser aceita por quem tenha consciência liberal, e a luta contra ela deve ser tão intensa quanto a luta contra a opressão do Estado.

O Programa refere-se a instrumentos tecnológicos que, ao invés de serem utilizados para o engrandecimento do homem, podem ser usados para facilitar sua dominação. A corporação que imaginamos acima, por exemplo, só pode existir graças à informática, que aí está sendo mal utilizada.

Da mesma forma, quando criamos o mito do Estado onipotente, capaz de tudo realizar, estamos reduzindo o homem a instrumento desse Estado, e anulando a sua capacidade de observar, julgar e criticar.

LIBERDADE E ÉTICA

"O respeito aos valores naturais deve ser o único limite à liberdade individual. A consciência desses valores éticos insere o indivíduo em sua sociedade natural, histórica e humana, permitindo-lhe a plena realização das potencialidades.

"Nesse plano, o Bem Comum estabelece limites para o exercício da liberdade individual."

Novamente, o Programa do PL faz importante definição doutrinária, falando sobre os limites da liberdade e, de certa forma, conceituando-a.

A liberdade só existe dentro da Ética Natural. Ou seja, não somos livres para fazer o que contrarie a Moral e a Natureza.

Cabe aqui não confundir liberdade com livre arbítrio. O livre arbítrio nos permite errar. Se quisermos, podemos matar, podemos drogar-nos, podemos até acabar com nossa própria vida. Estamos utilizando o nosso livre arbítrio, mas não o nosso direito à liberdade. Seria uma contradição usarmos a liberdade, que é uma dimensão essencial de nossa existência, por exemplo, para acabar com a própria vida.

Quando o homem entende a sua destinação e o seu papel na sociedade orgânica e respeita a moldura que Deus estabeleceu no ato contínuo da Criação, ele se realiza plenamente e é livre. Livre dentro desta moldura.

Não adianta nos atirarmos de grande altura, dizendo "como sou livre, faço o que quero, e resolvi voar". Apesar de nossa determinação, não voaremos; vamos apenas estatelar-nos no chão, porque não fomos criados com asas. Nesse caso, tentamos usar a suposta "liberdade" contra a natureza, fora da moldura em que estamos enquadrados.

Esta moldura não depende de nós, e não nos cabe modificá-la. Cabe-nos reconhecê-la. A Ética explica-nos os valores naturais que limitam a nossa liberdade.

Dentro dessa concepção, o Bem Comum estabelece limites à nossa liberdade individual.

Esta afirmação do Programa é importante por suas conseqüências práticas. Não aceitamos, por exemplo, um direito soberano ao uso da propriedade, se esse uso contraria o Bem Comum. Coerentemente, não vamos admitir que, em nome da liberdade individual, alguém possa prejudicar a coletividade ou o seu semelhante.

O ESTADO

"O Partido Liberal (PL) vê no Estado o garantidor dos direitos humanos, promotor e guardião do Bem Comum. O Estado institucionaliza o poder com o exclusivo objetivo de promover o Bem Social. Só se justifica quando é instrumento para a eliminação de todas as formas de dominação entre os homens."

O Programa define a concepção que o PL tem do Estado. Aqui, a definição é política (o Estado é o poder institucionalizado), e não jurídica (há o Estado quando há terra, população e governo). O Estado tem o direito de organizar e institucionalizar o poder para buscar o Bem Comum. Neste momento, estamo-nos afastando do Estado liberal ortodoxo, que o usa para garantir os privilégios de grupos dominantes, e do Estado da primeira fase da sociedade comunista, que o imagina para o exercício da ditadura do proletariado.

O Bem Comum exige a eliminação de todas as formas de dominação e aí está, novamente, uma afirmação liberal. Queremos uma sociedade onde todos sejam livres, e a dominação não deve existir entre homens, grupos sociais ou países. O Estado deve usar seu poder não para oprimir, mas, ao contrário, para libertar. Só então ele se justifica.

AS ESTRUTURAS

"Embora reconheçamos a crise moral na etiologia dos conflitos que cabe ao Estado administrar e dirimir, entendemos que a injustiça já passou do âmbito das consciências para instalar-se nas próprias estruturas econômicas e sociais. Não basta, por isso, o simples apelo a valores éticos para que se corrijam tais injustiças, que, do ângulo societário do Estado, se caracterizam, sobretudo, pelas clamorosas desigualdades sociais. Cabe ao Estado, administrador do poder da sociedade, liderar processos revolucionários, sem o recurso da violência desumana, para que se eliminem as formas de dominação entre os homens e as injustas desigualdades sociais."

Preliminarmente, o Programa reconhece que a crise moral está na origem dos problemas atuais.

Esta crise moral conduziu à injustiça, ao egoísmo, ao desconhecimento do próximo, à dominação. Com o correr do tempo, instituições já se formaram para tentar perpetuar essas injustiças e formas de dominação. Ou seja, o problema deixou de ser apenas um problema de consciência (e aí seria um problema apenas religioso) para ser um problema das próprias estruturas sociais (e aí passou a ser um problema político).

Não basta, então, apenas, fazer apelos à consciência e aos valores. É necessário lutar para modificar estruturas políticas e sociais. Esta é uma luta revolucionária, porque se destina à subversão das estruturas.

Em nova afirmação, o Programa lembra que o PL não aceita a revolução estrutural com o recurso à violência desumana, o que marca a nossa clara separação dos socialismos ortodoxos. A violência desumana gera novas formas de injustiça também inaceitáveis.

Seguindo a linha geral do Programa, aqui se afirma que, por ser o Estado uma sociedade (um organismo, como vimos anteriormente, em que todas as partes devem funcionar interligadas para o mútuo benefício), as maiores injustiças que ele deve combater são as que comprometem o seu próprio caráter societário, sobretudo as desigualdades sociais. Realmente, não se concebe uma sociedade orgânica, uma família, por exemplo, onde alguns têm tudo e outros passam fome.

A luta contra as desigualdades sociais é uma luta pela liberdade e pela humanização. É, então, uma definitiva prioridade do liberalismo.

Para acentuar esta prioridade definida em nosso Programa, o PL chama a sua doutrina de liberalismo social

A FINALIDADE DAS INSTITUIÇÕES

"A pobreza e injustiça social representam a irresponsabilidade coletiva da sociedade e caracterizam o erro do Estado, que deve entender o Homem como a razão e a finalidade de todas as instituições."

Mantendo a sua coerência e insistindo no tema, o Programa define a pobreza e a injustiça como irresponsabilidades coletivas da sociedade. Os teólogos da libertação falam em "pecado coletivo". Preferimos acreditar que o pecado é sempre individual e, por isso, com maior rigor, falamos em "irresponsabilidade" coletiva.

De fato, em uma sociedade orgânica, não se podem admitir a injustiça social e a pobreza — aqui entendida em seus níveis mais altos — que impossibilitem o homem de ser livre. Se não houvesse a crise moral a que nos referimos, a injustiça social seria naturalmente repelida.

O Estado, que institucionaliza o poder para a busca do Bem Comum, erra ao não utilizar esse poder para a erradicação da miséria. Neste momento, ele não entende o homem como a sua razão e finalidade. Este entendimento teleológico (de objetivos e destinações) aplica-se não só ao Estado como a qualquer instituição em uma sociedade orgânica.

A POLÍTICA

"O Partido entende a Política como atividade essencialmente ética, que busca a formação de estruturas de poder e de governo, livres e democráticos. Respeitando o pluripartidarismo, os direitos e deveres participativos do homem, a Política é um instrumento permanente de luta pelo Bem Comum e pela liberdade individual. Por isso, esta luta passa necessariamente pelo esforço para a desintegração das ideologias."

A Política é uma atividade essencialmente ética. Ela não pode ser entendida ou exercida fora dos padrões morais. Mais do que isso: fora desses padrões, ela não se justifica.

Com esta afirmação, o PL mostra sua repulsa aos procedimentos políticos brasileiros habituais, à corrupção generalizada, ao uso da política para satisfação de interesses pessoais. Não há desculpa para esse comportamento, que um filiado do PL deve repelir com veemência, denunciar e exigir punições.

A política é um instrumento para a busca do Bem Comum e da

liberdade individual. Deve respeitar opiniões divergentes e minorias (pluralismo) e os direitos de participação de indivíduos e grupos da sociedade civil organizada.

Como a política luta pela liberdade individual, deve esforçar-se pela desintegração das ideologias que limitam essa liberdade, como vimos acima. Os ideólogos não procuram ler a realidade. Inventam uma "realidade" e a querem impor autoritariamente. Por isso, restringem a liberdade individual.

POLÍTICA É HUMANISMO

"A Política não deve apenas buscar o necessário e o oportuno, o pragmático e o utilitário. A sua teleologia ética deve impeli-la para o reconhecimento dos valores dos homens, e para o estabelecimento de melhores relações entre eles. Nesse sentido, Política é Humanismo."

O Programa do PL, em um de seus momentos mais inspirados, conclui seu conceito de política e observa que, por ele, a política não apenas deve respeitar o humanismo; entendida desta forma, a Política é Humanismo.

Humanismo é o reconhecimento dos valores do Homem e o estabelecimento de melhores relações entre eles. Entendemos que a Política tem destinações éticas (teleologia ética) que a impelem exatamente para isso. Então, ela é Humanismo.

Feitas as definições doutrinárias básicas, o Programa do Partido passa a examinar como elas se aplicam a diferentes instituições e situações. Até aqui, o Programa estabeleceu conceitos doutrinários. A partir de agora, ele examinará o desdobramento dessa doutrina em situações concretas e apresentará outras posições do Partido que não são doutrinárias, mas que representam posições assumidas pela maioria de seus membros.

2. PONTOS PROGRAMÁTICOS

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E FEDERAÇÃO

"O Partido Liberal (PL) defende eleições diretas para a chefia do Executivo, em todos os níveis. O sufrágio é livre e secreto, devendo a lei propiciar a todos os candidatos a possibilidade de comunicação de suas idéias. A lei deve punir severamente o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais, e a fraude nas apurações."

A Federação

"A autonomia dos Estados, no plano político e econômico, deve ser assegurada, sendo fundamentais reformas tributárias, que reduzam, gradualmente, a concentração de rendas da União.

"O Partido Liberal (PL) defende a consulta popular para qualquer alteração na divisão administrativa do país.

"A lei federal, utilizando, sobretudo, uma política de incentivos coerente, deve propiciar a redução das injustas desigualdades regionais, privilegiando o Nordeste e o Norte do país."

O PL define-se a favor de eleições diretas. Esta não é uma posição doutrinária, mas política. O Partido foi criado em um momento em que as eleições diretas eram uma luta comum do povo brasileiro e representavam a grande aspiração dos democratas. Nada impede que um liberal e um democrata defendam as eleições indiretas, mas um filiado do Partido não poderá votar a favor de eleições indiretas, sob pena de estar violando o Programa ao qual se comprometeu. Se essa for a sua posição, ele deverá lutar, no âmbito interno, para alterar a definição partidária.

O Programa defende o sufrágio universal e secreto, o direito dos candidatos à comunicação de suas idéias e legislação que impeça o abuso do poder econômico e as fraudes.

No mundo moderno, dominado pelos veículos de massa, e em um país como o nosso, de grandes dimensões e sem o voto distrital, o poder econômico assume extraordinária importância nas eleições, o que contraria fundamentalmente a doutrina liberal. Não faltam em nossos parlamentos os que se elegeram exclusivamente às custas do dinheiro, aproveitando-se da miséria do povo e de sua dificuldade para ter acesso a informações não manipuladas pelos mais poderosos. Lutar contra esta realidade é um dever dos filiados do PL.

O Programa defende a federação real, em que os Estados estejam menos sujeitos ao poder da União. Coerentemente, defende que as populações sejam ouvidas antes das fusões e dos desmembramentos que a União tem feito, sem ouvir o povo. A tese já está consagrada na Constituição vigente.

Como defende doutrinariamente a redução das desigualdades, o PL mostra-se favorável a uma política de incentivos que estimule o desenvolvimento do Norte e do Nordeste, as regiões mais pobres do país.

EQUILÍBRIO DE PODERES

"Enquanto mantido o regime presidencialista, a Lei deve cuidar para que se estabeleça o correto equilíbrio entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

"Todos os acordos e tratados internacionais devem ser submetidos ao Poder Legislativo. O Legislativo deve examinar e aprovar todos os orçamentos, inclusive o monetário. A inviolabilidade da tribuna parlamentar deve ser assegurada, sem que aí se inclua o direito à impunidade, nos casos de crime comum.

"Ao Poder Judiciário, devem ser asseguradas prerrogativas e garantias que lhes permitam o julgamento sereno e livre de pressões."

O Programa do PL não se define entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Os filiados e parlamentares do Partido podem, então, definir-se livremente por qualquer dos dois sistemas. O Programa abre a porta para o parlamentarismo, ao falar sobre o equilíbrio dos poderes, "enquanto mantido o regime presidencialista". No regime parlamentarista, o poder é concentrado no Parlamento, sendo o Executivo um mero delegado de sua vontade.

Há a afirmação de que todos os acordos e tratados devem ser submetidos ao Legislativo. Atualmente, o Executivo submete ao Legislativo o que lhe parece conveniente. Quando o acordo recebe a denominação de "tratado", é submetido ao Legislativo, ainda que seja um tratado de pequena importância. No entanto, acordos fundamentais para o país, como os que se assinam com o FMI e outros sobre a dívida externa, não são submetidos ao Legislativo, porque não têm a designa-

ção de tratados. O Programa do PL defende que todos esses acordos devam ser examinados pelo poder popular.

Há vários orçamentos: um que relaciona as despesas e o que o governo espera ter de receita; outro, que descreve os planos para os anos seguintes (plurianual de investimentos). Eles são enviados ao Congresso. Mas o PL quer que também o Legislativo seja ouvido quanto às emissões e outros instrumentos de que dispõe o Executivo no campo do crédito. Por isso, há a referência ao orçamento monetário. De pouco adianta o Legislativo autorizar despesas (que o Executivo fará ou não), se não puder controlar, por exemplo, as emissões de moeda, que significam muito mais para a economia do país. O Executivo usa um poder discricionário, sem o respaldo popular, nessas situações.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

"O Partido Liberal (PL) acredita ser o desenvolvimento econômico instrumento para o maior desenvolvimento social e para que se chegue à melhor qualidade de vida para o povo brasileiro.

"O enriquecimento não deve ter como objetivo o acúmulo de riqueza ou poder pelo Estado, mas sim o fortalecimento econômico do cidadão, para que possa viver com mais dignidade e conforto. De nada adiantam grandes hidrelétricas, redes rodoviárias ou de comunicação, se a maioria da nação não pode pagar a luz, dispor de automóveis ou usar o telefone.

"A política econômica de uma nação solidária não deve ser como a de um empório que visa a propiciar lucros no final de um exercício; ela se destina a dar a todos os homens, de forma bem distribuída, melhores condições de vida.

"Dentro desse espírito, o Partido Liberal (PL) apoiará as medidas que visem ao crescimento econômico integrado, ao aumento do mercado de trabalho, à redução da dependência do exterior, à ampliação do mercado interno, à correção das injustas desigualdades sociais e regionais.

"A recessão econômica é sempre insuportável."

O desenvolvimento econômico não é um bem em si. Ele deve ser procurado para que se chegue ao maior desenvolvimento social. De nada adianta que o país teoricamente enriqueça, se a grande massa do povo estiver pobre. O Brasil são todos os brasileiros. É preciso que haja estradas ou telefones, mas eles só se justificam quando um maior número de pessoas puder usá-los. De que adiantaria haver esses bens, se as pessoas não tiverem dinheiro para usufruir deles? Nesse caso, o desenvolvimento econômico serviria apenas para uma minoria que estaria desfrutando do progresso. O objetivo do desenvolvimento econômico é dar ao povo melhores condições de vida.

Queremos o enriquecimento, não para que o Estado fique mais rico, mas para que o povo viva melhor e mais dignamente.

O PL assume aqui outra importante definição programática: a recessão econômica é sempre insuportável. O Partido, por seu Programa, não apóia políticas que tenham a recessão como objetivo.

Aparentemente, essa frase diz o óbvio, mas, como sabemos, há políticos e governos que, lamentavelmente, defendem uma política de recessão como meta da administração. A recessão significa menos empregos, atraso, empobrecimento do país, desmantelamento de seu parque industrial e de sua rede de comércio, desorganização de suas equipes de trabalho, redução do seu potencial tecnológico. O Estado existe para promover o contrário, para estimular o progresso. A recessão nunca pode ser o objetivo.

Para o combate à inflação, muitas vezes são necessárias medidas que têm caráter recessivo, e elas podem ser indispensáveis. No entanto, essas medidas, se adotadas, devem sê-lo, visando ao Bem Comum, por curtos períodos, e se rigorosamente indispensáveis. Por outro lado, programas sociais devem ser desenvolvidos, para que se protejam os mais pobres, que certamente serão os primeiros a sofrer, sobretudo com o desemprego.

Para o Estado, a recessão é a forma mais cômoda e mais óbvia de combater a inflação; mas, certamente, não há de ser a melhor nem a mais justa. Se se paralisar a atividade econômica, se se reduzirem os salários e o poder de compra dos assalariados, a inflação tenderá a cair, mas os preços pagos pelo país serão insuportáveis.

Há outras formas de combate à inflação, sobretudo a redução de despesas estatais, a reforma fiscal e a busca de maior produtividade na atividade econômica, permitindo-se melhor produção a menores custos. São formas menos espetaculares, porém mais corretas e mais justas.

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

"A atividade econômica deve ser desenvolvida pela empresa privada e livre, admitindo-se a intervenção do Estado:

- para a defesa do Bem Comum e proteção do trabalhador;
- para dirimir conflitos;
- para impedir a formação de monopólios e oligopólios;
- para a defesa da empresa nacional;
- para a produção de bens e serviços indispensáveis, que caracterizam deveres do Estado, como os necessários para o equipamento urbano (água, luz, energia, transporte, etc.) ou que tenham relevante significação estratégica para a soberania ou segurança do país.

"A empresa pública, sempre suplementar, não deve buscar lucros contábeis, mas atuar em busca da promoção social, sobretudo em áreas e setores carentes."

O Programa do PL afirma a sua posição liberal, ao dizer que a atividade econômica deve ser desenvolvida pela empresa privada e livre. Inova, se comparado a outros programas partidários, ao limitar expressamente as raras situações em que se permite a intervenção do Estado. É importante observar que, mesmo nesses casos, o Programa não defende a estatização; apenas admite a ação do Estado, limitadora da liberdade empresarial.

No caso dos serviços indispensáveis, por exemplo, o Programa refere-se ao poder regulamentador e fiscalizador do Estado. Igual ação do Estado é necessária nos casos relacionados. Para garantir o melhor funcionamento do mercado, uma importante aspiração liberal, dá-se ênfase à necessidade de ação que impeça a formação de monopólios ou oligopólios.

O papel da empresa pública, quando indispensável, não é, como no caso das empresas privadas, o de dar lucro. Ela só se justifica quando é suplementar à empresa privada ou quando atua com objetivos sociais. Nesses casos, seu prejuízo contábil é justificado, se for resultante dos benefícios sociais que promove, e não da má administração. Promover esses benefícios é um dos deveres do Estado e para isso ele arrecada impostos. É, por exemplo, perfeitamente natural que o transporte para áreas mais carentes (o caso do transporte ferroviário na periferia dos grandes centros) seja deficitário, mesmo que a empresa seja bem administrada.

PROPRIEDADE E REFORMA AGRÁRIA

"O Partido Liberal (PL) considera o direito à propriedade como natural, inalienável e anterior à lei positiva.

"A propriedade justifica-se, sobretudo, como instrumento para que se assegure a liberdade. Não se pode, por isso, transformar em arma ou pretexto para o exercício do egoísmo e da opressão.

"O Estado tem o dever de impedir o abuso do direito de propriedade, quando ela se torna instrumento de dominação ou fonte de injustiças. Por ser um direito natural, todos são seus titulares, e deve ser estendido aos brasileiros sem terra e à população urbana carente e de média e baixa renda.

"A legislação tributária deve desestimular e penalizar o latifúndio improdutivo e a concentração de imóveis urbanos ociosos.

"Paralelamente à distribuição de terras, a Reforma Agrária deve

propiciar aos pequenos proprietários os benefícios do equipamento rural, da educação, do financiamento e da assistência técnica, facilitando sua organização de forma cooperativa.

"O estímulo ao cooperativismo, além de propiciar melhores condições para a produção, pode auxiliar o produtor a libertar-se da ação de intermediários ou especuladores."

Como vimos anteriormente, para o PL, o direito à propriedade é um direito natural. Não pode, no entanto, ser utilizado em prejuízo do Bem Comum.

A grande inovação de nosso Programa, neste capítulo, está em usar a expressão "direito à propriedade", ao invés da expressão comum "direito de propriedade". Com isso, o Programa quer dizer que, por considerar o acesso à propriedade um direito natural, ele é de todos, e não apenas daqueles que atualmente têm propriedades.

Em outras palavras, o Programa defende a necessidade de uma reforma agrária, aceitando a intervenção do Estado, sempre que haja o abuso do direito. Um proprietário que mantenha grandes áreas improdutivas, onde outros não têm terras, está, sem dúvida, abusando do direito de propriedade.

O ideal seria que cada família rural pudesse ter a sua propriedade, a qual, ao lado de seu trabalho, garantisse, pelo menos, o seu sustento, a segurança e o seu conforto.

Convém notar que, no entanto, quando se defende o acesso à propriedade, isso não quer dizer necessariamente que cada pessoa ou família deva ter um lote marcado de terra. Um grupo de pessoas associadas pode também dispor de uma grande área, onde cada um seja proprietário de uma fração ideal do terreno. A área poderá ser ainda de uma cooperativa à qual estejam associadas as pessoas ou as famílias. Nesses casos, elas estarão usufruindo de seu direito à propriedade.

A observação do parágrafo anterior é importante porque, no Brasil, a Reforma Agrária tem-se prestado à demagogia política, em prejuízo dos sem-terra. A produção de grãos, só para citar um exemplo, exige grandes áreas para que se torne econômica. Só assim se justificam os custos e a utilização de grandes máquinas, indispensáveis para uma produtividade razoável. De nada adianta, nesses casos, lotear-se a área, entregando-se um lote a cada lavrador. Ao fim da colheita, ele não teria a quem vender o fruto de seu trabalho, por causa dos altos custos. Nem valeria trabalhar para consumir: comprando os grãos em um armazém, ele os teria por menos do que o que gastou para plantá-los e colhê-los. Nessas situações específicas, pode-se aplicar a idéia das cooperativas ou associações e das frações ideais de terreno.

As modernas técnicas agrícolas também sugerem cada vez mais o estímulo ao cooperativismo, citado no Programa. Só assim, os peque-

nos proprietários poderão, a custos razoáveis, ter acesso a máquinas indispensáveis, adquirir insumos necessários a menores preços e comercializar sua produção com lucros. Através de uma cooperativa, os agricultores podem, por exemplo, ter tratores e colhedeiras, sem que precise cada um comprar as suas, deixando-as ociosas a maior parte do tempo. Por outro lado, as cooperativas são modelos de associações que, enxergando a empresa como uma comunidade de trabalho, lhe dão a sua mais nobre dimensão.

O Programa defende uma legislação que desestimule o latifúndio improdutivo e, pela primeira vez em programas políticos, refere-se à Reforma Urbana — tão esquecida — assemelhando os imóveis ociosos e desocupados a esse latifúndio.

As referências feitas à propriedade rural aplicam-se também à propriedade urbana.

EMPRESA NACIONAL E CAPITAL ESTRANGEIRO

"A legislação deve estimular e proteger a empresa nacional.

"O Partido Liberal (PL) reconhece a realidade de uma economia internacional interdependente, que busca maior produtividade, logo, melhor remuneração para o trabalho. Para que o trabalhador brasileiro participe desses benefícios, são indispensáveis, entretanto, medidas de proteção à empresa brasileira que não tenha ainda chegado ao nível da competição internacional.

"É bem-vinda a participação do capital externo para a formação da riqueza nacional, em áreas e setores que não afetem a segurança do país.

"A legislação que ordena as atividades do capital estrangeiro deve ser, sobretudo, estável, assegurando-lhe a justa remuneração, impedindo abusos, disciplinando remessas de lucros e o pagamento de 'royalties', impedindo 'dumpings'. Deve ser exigida a transferência sempre atualizada de sua tecnologia. As empresas estrangeiras, sobretudo as supranacionais, devem ser severamente impedidas de qualquer ingerência na vida política do país."

No mundo moderno, a interdependência econômica é uma realidade. O fracasso dos países então socialistas, que pretendiam o isolamento econômico, é a prova que faltava para não deixar dúvidas sobre as vantagens do intercâmbio.

A liberdade de comércio é fundamental para que se reduzam custos e para que se evite o abuso de empresas nacionais que encontram poucos concorrentes dentro das fronteiras do país. Essa liberdade traz, afinal, benefícios para o trabalhador: reduzindo-se custos, valoriza-se o trabalho.

No entanto, há situações temporárias em que a empresa nacional

deve ser protegida, para que se desenvolva algum setor da economia e se desenvolva o mercado interno de trabalho. O exemplo da Informática é talvez o mais eloqüente. Foi necessária a proteção, para que surgisse uma indústria de informática no Brasil. A proteção, no entanto, foi mantida além do prazo razoável, e com características de reserva de mercado (proibindo-se totalmente as importações de certos produtos). O resultado dessa política foi desastroso: sem concorrência, protegidos pela lei, os empresários brasileiros produziram produtos de má qualidade e a altos custos, com grandes prejuízos para a economia do país.

A legislação sobre o capital estrangeiro deve proteger os interesses nacionais e, sobretudo, ser estável.

Como é natural, o capital estrangeiro busca lucros e os investidores vão procurar os países onde podem obter os melhores rendimentos e produzir a menores custos. Esse capital, sobretudo das supranacionais, não tem preferência por nações e não deve ser julgado por critérios emocionais. Ele busca melhores condições, seja lá onde for, e com isso todos ganham, já que se barateiam os produtos (logo, valoriza-se o trabalho). O Brasil pode oferecer tais condições, e assim receber os investimentos indispensáveis para o seu crescimento.

Nada pior, no entanto, para o capital internacional, que a instabilidade da legislação que o regula. Nesse caso, o investidor não saberá onde ou o que investir, porque seu planejamento se tornará impossível, se as regras do jogo mudarem a cada instante.

Devem também ser tomadas precauções para que se garanta a transferência atualizada de tecnologia. A tecnologia é também uma propriedade, e a ela se aplicam os conceitos que desenvolvemos anteriormente. No mundo moderno, cada vez mais dependente do desenvolvimento tecnológico, todos devem ter acesso a ele, sob pena de alguns povos serem condenados definitivamente à pobreza e ao subdesenvolvimento.

Os "dumpings" acontecem quando empresas vendem produtos por preço vil, até abaixo do custo, para expulsar do mercado competidores que não podem acompanhá-los com tais preços, pelos prejuízos insuportáveis decorrentes. A legislação deve estar atenta para evitar essa prática.

As empresas estrangeiras não devem poder exercer influência na vida política do país. Há uma referência específica às supranacionais, porque geralmente elas são as mais poderosas.

Vale observar que o Programa usa a expressão supranacionais e não, multinacionais, mais freqüente, mas menos apropriada. Na realidade, tais empresas não são de várias nações; elas não são de nação nenhuma e têm uma visão empresarial internacional, como vimos anteriormente.

A PEQUENA E A MÉDIA EMPRESA

"A pequena e a média empresa devem ser estimuladas com privilégios de natureza fiscal, financeira e creditícia.

"Entendida como um freio à desumanização e à indevida concentração de poder, a pequena empresa deve ser protegida, sobretudo contra a ação dos conglomerados e das supranacionais."

A defesa da pequena e da média empresa é uma tradição do verdadeiro liberalismo moderno, que busca a humanização e a proteção à liberdade individual. Este capítulo do Programa deve ser entendido dentro do espírito da doutrina do PL, anteriormente discutida. A pequena empresa é um freio poderoso, talvez o maior deles, contra os riscos da desumanização promovida pelas grandes corporações.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E CO-GESTÃO

"A efetiva participação do trabalhador no lucro e na gestão da empresa é fundamental para a democratização da sociedade: a empresa deve ser entendida como uma comunidade prestadora de serviços e não como um palco de luta entre o capital e o trabalho.

"A recusa da luta de classes não pode ser confundida com conformismo diante da atual prevalência dos interesses do capital."

A defesa da participação nos lucros e da co-gestão é uma conseqüência natural na doutrina do PL. Consideramos a empresa uma comunidade; não aceitamos a antinomia das classes (patrão-empregado); defendemos a humanização e a participação de todos em uma sociedade orgânica; acreditamos no direito à propriedade. Todos esses conceitos conduzem à participação nos lucros e à co-gestão.

Para que não haja dúvidas sobre a posição do Partido, o Programa deixa claro que a recusa da luta de classes não deve ser confundida com a posição dos que usam o combate ao socialismo para encobrir a defesa da opressão do capital.

Os neoliberais, por exemplo, usam a liberdade como palavra de marketing, boa para a defesa exclusiva do capital e dos poderosos. Não é o caso do PL. Na realidade brasileira, o capital oprime o trabalho e os filiados do PL não se devem conformar com essa opressão.

A DÍVIDA EXTERNA

"As grandes cifras da dívida brasileira são consequência de processos acumulados de espoliação, dominação e incompetência. Seu agi-

gantamento beneficiou os grandes banqueiros internacionais que, às nossas custas, se acostumaram a fazer com que dinheiro gerasse dinheiro, cobrando taxas abusivas e humilhantes.

"Apesar desses vícios, o Brasil deve honrar os compromissos legalmente assumidos, exigindo condições e prazos que não sacrifiquem o povo, tornando-o escravo dos especuladores internacionais.

"Por outro lado, o ritmo de pagamentos não deve comprometer a taxa de poupança interna, indispensável para o desenvolvimento do país e fundamental para a sua libertação do jugo internacional.

"As empresas transnacionais, também responsáveis pelo alto nível do endividamento devem assumir a sua parcela na solução do problema.

"O Partido Liberal (PL) defende ainda o maior entendimento entre os países devedores, sobretudo da América Latina, para a negociação do seu débito."

Com eloqüência, o Programa refere-se à origem da dívida externa.

É indiscutível que grande parte da dívida brasileira foi bem utilizada e permitiu o desenvolvimento em décadas passadas. Mas chegamos às grandes cifras em conseqüência de fatores que não podem ser esquecidos. De um lado, a incompetência dos administradores que planejaram obras que não chegaram a ser concluídas ou desnecessárias ou sob preços exagerados, inclusive devido à corrupção.

Também deve ser considerada a ganância dos banqueiros internacionais e a sujeição a que foi conduzido o Brasil, tornando-se, muitas vezes, vítima da política econômica de outros países, sobretudo dos Estados Unidos. Explicamos:

Os juros que pagamos pela dívida foram-se somando, ao longo do tempo, e incorporando-se ao principal. É a soma desses juros que leva a dívida para as grandes cifras que ela atingiu. Quem determina de quanto são os juros, são os banqueiros internacionais. Eles dizem quanto devemos pagar, em cada momento, sem que o Brasil tenha negociado esta taxa, que eles alteram unilateralmente.

Por conveniência política ou da economia interna do seu país, o Governo americano provoca o aumento — ou, algumas pouca vezes, a redução — da taxa de juros no mercado internacional. E, ao crescer, para atender aos interesses americanos — ou europeus — o Brasil, que não participou das decisões a respeito, passa a pagar juros maiores e, em conseqüência, tem ampliada a sua dívida, mesmo nada havendo recebido de acréscimo, em contrapartida.

O PL sugere a participação das supranacionais na solução do problema, não só porque foram beneficiadas pelo endividamento, mas porque têm meios de colaborar para a redução dessa dívida e para colaborar com as negociações.

O Brasil é um país que, por seus níveis de pobreza, não tem poupanças suficientes para o seu crescimento econômico e, por isso,

recebe com interesse o capital externo. Não teria sentido que essas raras poupanças fossem comprometidas no pagamento da dívida externa, impedindo-se o crescimento brasileiro. A transformação de parte da dívida em investimentos é uma das formas que pode atender aos mútuos interesses. Como os problemas são comuns, o entendimento entre as nações devedoras é indispensável.

Apesar de todos esses aspectos, o PL defende o pagamento da dívida, manifestando-se contra "calotes" e moratórias unilaterais. Acreditamos que os negociadores brasileiros devem ser firmes na defesa dos interesses do país, ressaltando os aspectos a que nos referimos. Temos capacidade de mobilizar grupos estrangeiros (exportadores e importadores, por exemplo) que não têm interesse em que o Brasil viva em crises. Para que o país se desenvolva, sua economia não pode ser exaurida com pagamentos vultosos decorrentes dos juros que nos foram impostos.

OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

"A urbanização é fenômeno universal e inevitável, consequente da industrialização e da mecanização do campo. Não cabe ao Estado tentar impedi-la, mas sim, administrá-la, ordenando o crescimento das cidades.

"No acompanhamento do processo de urbanização, o Estado deve esforçar-se, com um planejamento democrático, para que a expansão da cidade se faça racionalmente, sempre que possível dentro de padrões aceitos de densidade demográfica.

"A explosão demográfica desordenada impossibilita a criação concomitante ao crescimento, da indispensável infra-estrutura urbana. O Estado deve desestimular tal processo e facilitar outros que conduzam à melhor distribuição demográfica em áreas já superpovoadas, sempre ouvidas as comunidades interessadas. E, entre estes, devem ser considerados prioritariamente investimentos racionais na infra-estrutura e no equipamento de regiões menos povoadas, estímulo ao transporte urbano gratuito e rápido, integração de conjuntos habitacionais com fábricas e empresas geradoras de trabalho e com centros de lazer.

"A legislação sobre ocupação do solo urbano, no caso das grandes metrópoles, deve ser desenvolvida dentro da perspectiva da região metropolitana. A legislação federal poderá justificar-se quando se conflitam poderosos interesses imobiliários em pequenas comunidades, com reduzida capacidade de defesa contra o abuso do poder econômico."

O Programa do PL é o único dos programas partidários brasileiros a dedicar-se, com atenção, especificamente, ao problema da ocupação do solo.

TRANSPORTE URBANO

"Todos devem ter assegurado o direito de livre locomoção em sua comunidade. Com o agigantamento das cidades, o transporte urbano passou a ser uma extensão das pernas por ser instrumento indispensável para essa locomoção. Deve, por isso, ser entendido como um dos serviços comuns e fundamentais (tal como água, luz, saneamento, etc.) que cabe ao Estado prestar.

"As vias públicas e a sua conservação são pagas com dinheiro de impostos arrecadados de toda a população, inclusive carente. Os que utilizam transporte individual são os maiores beneficiários desse equipamento e os que mais o ocupam.

"O Partido Liberal (PL) defende a criação do sistema gratuito de transporte urbano, sendo financiados por taxas ou impostos distribuídos socialmente por toda a população.

"Paralelamente, a iniciativa privada poderá criar sistema para os que preferirem, às suas expensas, utilizar seus serviços."

O direito à liberdade inclui o direito à locomoção. Nas cidades dos tempos antigos, o homem poderia deslocar-se por toda a sua comunidade, andando. Nas grandes cidades de hoje, isso é impossível: o transporte urbano é uma extensão de suas pernas e por isso essencial para o exercício de sua liberdade.

Esta visão, profundamente liberal, do transporte urbano é uma das inovações que o Programa do PL traz para o debate político brasileiro. Por causa dela, o Partido Liberal (PL) esforçou-se, com êxito, em definir, na Constituição, o transporte urbano como serviço público.

Neste capítulo, defende-se o "ônibus da liberdade", que tem a marca da solidariedade e do espírito comunitário.

Já que o ônibus é um serviço essencial, as suas despesas podem ser pagas como as da luz ou da coleta de lixo, mensalmente (ou trimestral ou anualmente). Todos os habitantes da cidade disporiam de um talão que lhes permite viajar nos transportes públicos. Este talão seria adquirido no comércio ou nas agências bancárias. Com ele, o cidadão viajaria quando quisesse e para onde quisesse.

Os que não usam transporte público deveriam, também, adquirir o talão, que seria exigido para o estacionamento de carros em via pública. Em troca, o Estado garantiria a segurança dos veículos.

Não há aqui, como alguns pensam, a promessa de um sonho impossível. Os que viajam sabem que em todos os países desenvolvidos, o transporte público é pago por mês ou até por ano. Também nas maiores cidades do mundo, o estacionamento em via pública é pago.

A única novidade que há no Programa do PL é associar os dois serviços e tornar compulsório o pagamento (mensal ou semestral) do estacionamento, para baratear o transporte público. Em um país com

tantas desigualdades sociais, é justo que os que têm automóvel paguem uma pequeníssima taxa para reduzir a tarifa dos ônibus de trabalhadores que moram distantes de suas casas. A maioria das ruas é asfaltada ou calçada para que nelas circulem os automóveis (não os ônibus); assim os mais pobres estão contribuindo com seus impostos, para que os mais ricos tenham maior conforto. A pequena taxa do estacionamento seria uma compensação.

A falta de uma política social de transportes faz com que, nos grandes centros, milhares de trabalhadores durmam em bancos de praça, por não terem dinheiro para ir diariamente às suas casas.

O Programa do PL não defende a estatização do serviço de ônibus. O "ônibus da liberdade" pode e deve ser implementado e administrado pela iniciativa privada, que seria, inclusive, responsável pelo recolhimento das taxas, sob a fiscalização do Estado. Esta é a única forma de garantir-se que os recursos não serão desviados para outros setores. O pool de empresas privadas saberá como distribuir os recursos entre as empresas prestadoras dos serviços.

O Estado limitar-se-á a determinar as linhas que devem ter por objetivo prestar serviço à população, ao contrário do que acontece hoje, quando cada linha tem de ser essencialmente lucrativa (visão do lucro, e não do serviço), em prejuízo de várias áreas da cidade.

Todos os exemplos de estatização de ônibus no Brasil, sem exceção, redundaram em fracasso: maiores custos, piores serviços, empreguismo e, freqüentemente, corrupção.

O "ônibus da liberdade" permitirá ao trabalhador maior lazer, maiores facilidades para a educação dos filhos e maior acesso ao mercado; todas, preocupações liberais.

O PL defende que, criado o "ônibus da liberdade", outras linhas, pagas, podem ser livremente estabelecidas pela iniciativa privada, já que a população dispõe do essencial e usará essas novas linhas, se quiser.

Praticamente nenhuma grande cidade brasileira tem o seu transporte integrado. Os grandes eixos deveriam ser servidos por ferrovias (ou metrôs), alimentadas por ônibus, que fariam os menores trechos. No Brasil, os ônibus tornaram-se transportes de grandes distâncias urbanas, o que os encarece e tumultua o trânsito.

TURISMO

"Por seus recursos naturais e pela infra-estrutura disponível, o Brasil está preparado para um forte desenvolvimento da indústria do turismo.

"O turismo deve ser considerado como produto de exportação, recebendo do Estado estímulo e subsídios. Se o turismo externo deve ser reconhecido como fator fundamental para a aproximação dos povos

e de suas culturas, o turismo interno deve ser também compreendido como poderoso instrumento de integração nacional.

"Ao Estado cabe estimular agentes de viagem, transportadores e hoteleiros, por intermédio da legislação fiscal e pelo apoio financeiro e logístico às suas atividades.

"As áreas prioritárias de turismo devem merecer especial atenção das autoridades responsáveis pela segurança pública."

O turismo é grande instrumento para a aproximação dos povos e para a humanização, além de ser importante para a educação e para a cultura. No caso do Brasil, pode também transformar-se em serviço importante para a captação de divisas estrangeiras.

Atento à realidade, o Programa do Partido lembra a necessidade de oferecer-se maior segurança aos turistas que nos visitam. Alguns anos depois da elaboração do Programa, a falta de segurança nas áreas turísticas confirma-se como o grande obstáculo para o desenvolvimento desta indústria no Brasil.

INFORMÁTICA

"O Partido Liberal (PL) defende a proteção à indústria nacional de informática. A Política de Informática deve permitir a todo cidadão acesso a dados e informações a eles referentes, manipulados por terceiros, inclusive pelo Estado.

"A Política Nacional de Informática deve estar atenta para que se evitem os riscos do desemprego e para que a nova ciência não se transforme em instrumento de opressão, desumanização e concentração de poder."

A defesa da proteção à indústria nacional de informática pelo PL não inclui a defesa da reserva de mercado, que tanto tem prejudicado o crescimento brasileiro.

A proteção a novos setores industriais é, muitas vezes, indispensável, e esse é o caso da indústria de informática, pela alta tecnologia que envolve, a qual dificulta a concorrência entre novas empresas e as grandes supranacionais já estabelecidas.

Essa proteção, no entanto, como já vimos anteriormente, deve ser temporária e limitada, tal como acontece em outros países liberais. No Brasil, criou-se uma reserva de mercado que desestimulou a produtividade, impediu a importação de ferramentas essenciais para o progresso e beneficiou apenas um pequeno cartório de privilegiados.

Um computador pode tornar-se um grande instrumento para a humanização, se bem entendido e utilizado. Um computador não é uma "máquina pensante". Pelo contrário: ele não tem qualquer autonomia, limitando-se a fazer, com precisão, aquilo que o homem determina.

São duas, e apenas duas, as suas utilidades intrínsecas: ele guarda mais informações do que somos capazes e devolve essas informações ou as processa, quando solicitado. Dessa forma, aumenta a capacidade da memória do homem. Além disso, processa cálculos com uma velocidade infinitamente maior do que faríamos. Assim, ele permite ao homem um raciocínio mais rápido e a escolha de mais alternativas diante de uma situação concreta. Nos dois casos, está engrandecendo o homem e dando-lhe maior capacidade de raciocínio e de cálculo.

Bem utilizado, o computador, além de engrandecer o homem que o utiliza e de conduzi-lo à maior precisão no pensamento (para poder dar ordens precisas), é útil para a redução de custos e maior eficiência do trabalho. Desse modo, ele valoriza o trabalhador, tendendo a aumentar os salários reais.

O Programa alerta, no entanto, quanto aos riscos de ser a Informática usada, como vimos no início dos nossos comentários, para a desumanização e a concentração do poder. Tratando-se de uma ciência relativamente nova, esta ressalva ética deve merecer a atenção dos políticos e estadistas e representa mais uma prova da modernidade do Programa do Partido Liberal (PL).

Outro importante ponto defendido pelo Programa é o do direito do cidadão de ter acesso às informações acumuladas a seu respeito. Esse direito é fundamental, para que ele se defenda de eventuais injustiças e se proteja contra o poder.

DEFESA DO CONSUMIDOR

"O Estado deve estimular associações de defesa do consumidor. A legislação deve punir com severidade os abusos do comércio, indústria ou prestadores de serviços, assim como a corrupção de órgãos fiscalizadores."

Esta é uma das situações em que o Estado pode e deve intervir na atividade econômica para a proteção dos mais fracos.

Teoricamente ou para os liberais ortodoxos, a competição em um mercado perfeito faria com que todos procurassem atender ao consumidor, sob pena de serem expulsos desse mercado. Esta situação de "competição perfeita", imaginada por Adam Smith ou von Mises, não existe, nem nunca existiu, em nenhum país do mundo. Mesmo nos Estados Unidos, a sociedade liberal mais ortodoxa, o Estado tem de agir fortemente em defesa dos consumidores e contra os oligopólios.

No Brasil, a situação é muito mais grave por termos uma economia fortemente oligopolizada. Os produtores combinam seus preços e suas condições; o consumidor ficaria indefeso, sem a proteção de suas associações e de uma legislação adequada. A proteção inclui a defesa

contra a publicidade enganosa, a má qualidade de produtos e tudo mais que induza o consumidor a erro.

SALÁRIO FAMILIAR JUSTO

"O Partido Liberal (PL) defende o salário justo que represente a efetiva participação do trabalhador na formação da riqueza nacional. O salário justo não é aquele que apenas cobre as necessidades fundamentais dos trabalhadores. Além de permitir à família moradia, alimentação, saúde, educação, lazer e formação de poupança, ele deve traduzir o correspondente à sua participação na formação da riqueza. Os salários indiretos não devem ser aceitos como pretexto para menor remuneração, já que retiram do trabalhador o direito de dispor livremente do resultado de seu esforço. Só atingiremos o objetivo do salário justo com profundas reformas estruturais que equilibrem a prioridade até agora dada à remuneração do capital.

"Na sociedade ocidental a luta pelo salário justo passará necessariamente pelo esforço por melhores índices de produtividade. A responsabilidade pelo aumento da produtividade é também do trabalhador, mas reflete, sobretudo, a maior capacidade de organização da empresa."

Neste capítulo, o Programa do PL demonstra, na prática, toda a sua filosofia liberal social. O Partido não defende apenas o salário mínimo e sim, o salário justo.

O salário mínimo sugere que se pague ao trabalhador apenas o necessário para que ele sobreviva e continue a trabalhar, como se fosse máquina. Nós queremos o salário justo, mostrando o respeito do Partido pelo ser humano e o reconhecimento dos seus direitos. Como participante da formação da riqueza, ele tem direito à sua parte nela. Passamos também da noção de salário individual para a de salário familiar, vendo na família o núcleo fundamental da sociedade.

Além de moradia, alimentação, saúde e educação, o trabalhador tem direito ao lazer. É indispensável também que o tenha à formação de sua poupança, e o reconhecimento desse direito está profundamente ligado ao nosso conceito de direito de todos à propriedade. A poupança não só é necessária para a aquisição de uma propriedade física, mas já se constitui, ela própria, numa propriedade, a que o trabalhador faz jus por seu trabalho. A poupança do trabalhador colabora para que ele se torne mais livre, menos dependente dos mais poderosos.

O Programa lembra que salários indiretos não devem ser considerados, ao se calcular o salário justo. Empresários conservadores e egoístas freqüentemente alegam que seus operários ganham bem porque "eu dou alimentação, até uma cesta básica, transporte, etc.".

É bom que as empresas mantenham serviços sociais, e muitas vezes eles são mantidos no interesse da própria empresa, para o aumento da produtividade e criação de melhores condições de eficiência. Mas esses salários indiretos não devem ser considerados no cálculo do salário justo, porque o trabalhador não pode dispor livremente desses recursos, obtidos com seu trabalho. A tese do salário indireto, levada aos seus extremos, é que permite a escravização no campo, quando grandes latifundiários pagam a seus colonos com alimentos e roupa, alegando que a eles que nada fica faltando para a sobrevivência.

O Programa do PL, coerentemente com seus princípios doutrinários, lembra que o conceito do salário justo só será firmado, quando a sociedade tiver para com o trabalho, pelo menos, o respeito que hoje tem para com o capital. Para chegarmos a tanto, são indispensáveis as reformas estruturais a que nos referimos anteriormente.

De nada adianta aumentarmos salários nominais, se esse aumento for logo corroído pela inflação. Essa frase é verdadeira, mas deve ser usada com extrema cautela, pois é exatamente a frase mais repetida pelos reacionários que, com essa desculpa, querem negar toda espécie de aumentos salariais.

Os aumentos devem ser concedidos, quando justos, e medidas paralelas devem ser tomadas para impedir que sejam corroídos pela inflação. A melhor forma de fazer com que os aumentos sejam reais, é aumentar a produtividade. Para que haja o aumento da produtividade, é essencial a colaboração do trabalhador. Mas dificilmente essa colaboração será possível ou útil, se a empresa não estiver bem organizada ou administrada.

SINDICATO E DIREITO DE GREVE

"O sindicato deve ser livre de pressões e da influência do Estado. A legislação deve ser radicalmente alterada para que assegure autonomia ao sindicato brasileiro.

"O reconhecimento do processo de espoliação a que foi submetido o trabalhador brasileiro obriga o Partido à defesa dos sindicatos únicos, nesta fase de nosso desenvolvimento, para que não se enfraqueça a capacidade de reivindicação das diferentes categorias. Reconhecemos, entretanto, o ideal da pluralidade sindical, corolário da liberdade de associação.

A greve é direito legítimo que deve ser assegurado a todas as categorias de trabalhadores. Deve ser entendida como último recurso do trabalhador, só se justificando após terem sido esgotadas as tentativas de entendimento e conciliação. Sendo instrumento de conquista do Trabalho, não deve ter por objetivo conquistas políticas, que, em uma sociedade democrática e partidária, são atingidas por outros instrumentos."

Preliminarmente, o Programa defende a liberdade dos sindicatos. Não se concebe a tradicional legislação brasileira que subordina os sindicatos a autoridades, que decidem até sobre problemas internos de sua administração.

O liberalismo defende a liberdade de associação em qualquer nível e setor. Coerentemente, defendemos a liberdade, ou seja, a pluralidade sindical. Isso quer dizer que qualquer grupo de pessoas poderia formar seu próprio sindicato.

A tese contrária, ainda vigente no Brasil, é a de que cada categoria pode ter apenas um sindicato. É a tese da unidade sindical.

No entanto, o Programa reconhece que, provisoriamente, a unidade sindical permite de maneira mais concreta a defesa do trabalhador, porque torna mais fortes os sindicatos, em um país onde o capital é tão privilegiado e tão mais poderoso. Haveria o risco de termos sindicatos muito divididos, reduzindo sua capacidade de negociação e de pressão.

Caberá aos dirigentes do Partido Liberal (PL), julgar o momento em que devemos lutar pelo indiscutível ideal da liberdade sindical.

Sobre o direito de greve, o Programa é bastante claro, estabelecendo alguns pontos definidores: a greve é direito legítimo e deve ser assegurada a todos os trabalhadores; não deve ter objetivos meramente políticos; só deve ser utilizada quando se tiverem esgotado todas as tentativas de entendimento.

A greve existe para restabelecer o equilíbrio entre o capital e o trabalho: é a arma final do trabalhador. Ela se torna ilegítima, quando é utilizada indevidamente.

Um exemplo típico de greve ilegítima é a de empregados de serviços públicos monopolizados, que prejudica toda a população, retirando-lhe um serviço essencial, em busca de conquistas que não foram anteriormente negociadas ou discutidas. Neste caso, ela não reequilibra as relações entre empregados e patrões. Com todos os instrumentos em suas mãos, as lideranças exercem uma virtual ditadura sobre a população, em prejuízo do Bem Comum. Nestas situações, a autoridade deve tomar as necessárias providências para que os serviços essenciais sejam mantidos.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

"O aposentado deve receber proventos iguais aos que perceberia, se estivesse em atividade, inclusive os reajustes correspondentes, não necessitando exercer outra atividade remunerada.

"Aos pensionistas devem ser asseguradas pensões condignas e que lhes permitam a manutenção de seu padrão de vida. A Lei deve prever isenções de impostos sobre imóveis herdados, no caso de

famílias que tenham tido reduzida a sua renda familiar, após a morte de seu chefe.

"Ressalvados os direitos adquiridos, o Partido Liberal (PL) reconhece a necessidade do estabelecimento de idades mínimas para aposentadoria, como condição para que se assegure ao aposentado a manutenção de seu salário real."

A aposentadoria deve ser entendida como a justa compensação por uma vida de trabalho. Presume-se que o aposentado não deve mais trabalhar e deve manter o seu padrão de vida, conquistado com seu esforço. Para isso, ele contribuiu durante anos.

O mesmo conceito de justiça aplica-se às pensões que trabalhadores deixam para seus beneficiários, as quais devem permitir padrão de vida semelhante àquele de que gozava a viúva ou o filho, quando o trabalhador era vivo.

Aqui também relembra-se a situação de viúvas que herdam uma pequena propriedade, adquirida para a sua segurança, e têm de vendê-la, por não poderem pagar os impostos extorsivos.

Em todos os países do mundo, a sociedade colabora para que os proventos dos aposentados e as pensões tenham maior valor; e eles não correspondem apenas ao que foi descontado durante a atividade. É natural que isso aconteça também em nosso país, respeitando-se as dificuldades do Erário.

No Brasil, a Previdência Social tornou-se um escândalo público e um dos maiores sinais de desrespeito ao trabalhador e dos baixos níveis a que atingiram a política e a administração em nosso país.

A Previdência notabiliza-se pelos escândalos permanentes, pelos altíssimos índices de corrupção, pela ineficiência administrativa, pelo desrespeito ao cidadão. Recursos da Previdência são desviados para outros setores do governo; proventos milionários são pagos a beneficiários ou a corruptos.

Como resultado desse quadro de descalabro, aposentados e pensionistas vivem em situação de miséria.

Em vez de corrigir tais erros, sucessivos governos têm preferido negar os direitos constitucionais de aposentados e pensionistas, reduzindo seus proventos e pensões e negando-lhes aumentos que atualizem seus valores.

O Partido Liberal (PL) considera ponto programático o direito dos aposentados e pensionistas a pagamentos justos.

O Programa, com honestidade e coragem, já em 1985, reconhecia a necessidade do estabelecimento de idades mínimas para a aposentadoria.

À primeira vista, poderá parecer aos que se aposentam precocemente, que tal medida os prejudicaria. No entanto, o que acontece na prática? Alguém se aposenta aos 40 anos, recebe migalhas de proven-

tos e tem de voltar a trabalhar, inclusive porque não chegou à idade da ociosidade. Na realidade, não se aposentou. Continua no trabalho, com a desvantagem de ter de procurá-lo no mercado, geralmente em condições desfavoráveis.

Havendo o limite, ele continuará a trabalhar da mesma forma, só que no mesmo emprego ao qual já está habituado e onde pode prestar melhores serviços. Em troca, quando se aposentar de verdade, receberá como se estivesse em atividade. Feitos os cálculos, não sofrerá qualquer prejuízo e a sociedade é também beneficiada.

Em todos os países que têm boa seguridade ou previdência social, existe o limite mínimo de idade. A solução definitiva da estrutura da previdência brasileira só será encontrada quando também aqui houver esse limite. O Programa do Partido assegura os direitos adquiridos daqueles que preferirem manter-se no antigo sistema para o qual contribuíram.

A iniciativa privada pode e deve participar da previdência social, desde que o Estado não se descuide da seguridade (este é dever seu) social, que protege a população de menor renda. No caso da previdência privada, é indispensável uma severa vigilância do governo para que os segurados não sejam enganados por empresas que arrecadem suas contribuições e as dissipem antes da época de efetuar os pagamentos devidos.

Outro risco freqüente no campo da previdência privada é o de empresas que aceitam seus segurados e, após alguns anos, sem qualquer controle governamental, aumentam as contribuições, tornando inviável para o segurado continuar a contribuir. São verdadeiras (e freqüentes) arapucas, que acabam ficando com os recursos do contribuinte, o qual é obrigado a desistir do plano a que havia aderido. O Estado deve exercer severa vigilância, nesses casos, em defesa do consumidor.

FUNCIONALISMO PÚBLICO

"O Partido Liberal (PL) considera o concurso público como única forma de acesso a cargos na administração pública direta ou indireta, em qualquer nível. Excetuam-se os cargos em confiança, que devem ser temporários, raros e perfeitamente justificados.

"A alta dignidade da função pública pressupõe estabilidade, salários condignos, o reconhecimento do mérito para a promoção, garantias contra pressões políticas e a segurança de proventos justos na inatividade."

Aqui estão os princípios programáticos básicos para uma política do funcionalismo público: concurso público para a admissão, estabilidade, salários condignos, plano de carreira, liberdade de trabalho, garantias na aposentadoria.

A estabilidade é o ideal em qualquer relação de trabalho, ressalvadas as demissões justificadas. Um ideal de profundo sentido humano, mas que, infelizmente, não pode ainda ser generalizado nas instáveis economias modernas. Pode e deve ser mantido, entretanto, quando o empregador é o Estado, que não sofre concorrência e não disputa preços.

Não é culpa do trabalhador se nomeações foram feitas em excesso e se os quadros do funcionalismo público estão inchados. É fácil dizer-se, com um papel à frente, que devem ser demitidos tantos milhares de trabalhadores. Os que dizem tais frases esquecem a realidade de chefes de família que não conseguirão outros empregos e que não são culpados pela ineficiência de suas repartições. Se estão sem trabalhar, seu trabalho deve ser exigido, aí sim, sob risco de demissão. Mas é desumano demiti-los, em conseqüência de erros alheios.

A estabilidade não pressupõe garantia de promoções ou acessos.

O que o Estado pode e deve fazer é desestimular a permanência de funcionários desnecessários, que poderão procurar melhores oportunidades em outros setores da produção. Em outras palavras, garante-se o emprego mínimo já conquistado e a sobrevivência. Não se garantem outras vantagens, que só são devidas, se houver eficiência e produtividade.

FORÇAS ARMADAS

"Subordinadas ao poder civil, as Forças Armadas têm no Presidente da República, Chefe do Estado democrático, o seu comandante-em-chefe.

"Devem ser permanentemente adestradas e modernizadas, em seu equipamento e em sua organização, para que cumpram o seu papel de garantia da soberania nacional e das instituições.

"Os salários dos militares devem levar em conta as suas altas responsabilidades, a vida árdua a que são submetidos, com viagens constantes e transferências do servidor e de sua família.

"O direito de votar e ser votado deve ser assegurado aos militares, em qualquer nível, como a todos os cidadãos."

O Programa do PL lembra a subordinação das Forças Armadas ao poder civil. Seu comandante é o Presidente da República eleito.

O PL defende o direito de voto dos soldados, que não deixam de ser cidadãos por estarem servindo às forças militares. Razões disciplinares não podem ser pretexto para que se cassem direitos de cidadania. Ao defender que seus subordinados não votem, muitos oficiais superiores não percebem que estão atentando contra o civismo, que

deve ser uma qualidade de todos os cidadãos, sobretudo dos que prestam serviço militar. Ao invés de se engrandecerem perante à Pátria por lhe prestarem serviço, são cassados nos seus direitos de cidadania.

Mesmo em tempo de paz, e ainda que não haja perspectivas aparentes de guerra, o Brasil deve manter Forças Armadas equipadas e modernizadas. Uma nação livre e soberana, sobretudo com as extensões territoriais brasileiras, exige a presença de Forças Armadas prontas para a sua defesa, garantia de suas fronteiras e de sua paz interna. Evidentemente, potências estrangeiras poderosas preferem que outros países não disponham de forças armadas eficientes e dependam de sua proteção, que custa altos preços e obriga a concessões em diferentes terrenos.

Tal como no caso dos funcionários civis, os salários dos militares devem se condignos e levar em conta as suas condições de trabalho.

EDUCAÇÃO

"A família tem o direito e o dever da educação de seus filhos, sendo o Estado suplementador e auxiliar.

"O acesso à escola de 1º e 2º Graus é direito de todo cidadão. O direito à escola de 3º Grau deve ser assegurado a todos que revelem vocação e aptidão para a vida universitária.

"O Partido Liberal (PL) acredita que a democratização da Educação não se atinge com o mero acesso à escola. É fundamental que a escola seja eficiente, transmitindo informações e estimulando a capacidade crítica do cidadão; a sua capacidade de pensar autonomamente.

"Ao magistério devem ser asseguradas liberdade de cátedra, remuneração justa, estabilidade, promoções e aposentadoria especial.

"A má qualidade do ensino brasileiro já criou um ciclo vicioso que faz com que a escola, mal equipada, tenha preparado muitos professores que precisam ser reciclados para que melhor cumpram a sua missão. Os cursos de reciclagem devem preocupar-se, sobretudo, com o conteúdo das matérias.

"O estímulo ao pré-escolar, principalmente em áreas carentes, é prioritário."

O Programa inicia este importante capítulo afirmando que o direito e o dever de educação de seus filhos é da família. Em outras palavras, a família tem o direito de livremente escolher o tipo de formação que quer dar a seus filhos e a escola em que os quer educar (gestão). Cabe ao Estado permitir que essa liberdade se exerça (provisão dos meios).

Isso não exclui a intransigente defesa da escola pública, que vem sendo uma característica cada vez mais acentuada da atividade parlamentar do PL. Para que a família possa livremente escolher a escola,

ela deve ter opções. Se a escola pública é ineficiente, porque não tem recursos e seus professores são mal pagos, a família não tem alternativas senão tentar matricular seus filhos em escolas privadas.

Para que a escola privada seja livre, inclusive cobrando o que lhe parecer justo, é preliminar e fundamental que a escola pública seja eficiente e de qualidade. Os pais que quiserem poderão matricular seus filhos em uma escola particular, mas terão a alternativa válida de uma escola pública gratuita de qualidade.

A escola particular deve ser integralmente livre. Não pode, entretanto, tornar-se balcão de comércio, quando estaria abusando de seus direitos e desconsiderando o Bem Comum. Nesses casos, sua ação deve ser coibida. Por exemplo, quando, durante o ano letivo, aumenta abusivamente suas mensalidades, acima da inflação, prejudicando alunos que não se podem transferir durante o ano.

O Brasil deve à escola particular todo o edifício de sua educação. Ela deve ser prestigiada e os verdadeiros educadores devem merecer as homenagens da sociedade. Em seu próprio benefício, devemos distinguí-los dos que transformam a escola em meros balcões de comércio.

A escola de 1º e 2º graus é direito de todos e deve ser gratuita para aqueles que não a puderem pagar. Este é um ponto programático fundamental do PL. Essa gratuidade pode ser assegurada por intermédio da escola pública de qualidade ou de convênios com escolas particulares.

A universidade deve ser garantida àqueles que provem vocação e aptidão. A terminalidade natural da escola é no fim do 2º grau. A universidade é reservada para os que têm vocação para os estudos superiores. Nesse caso, esses estudos devem-lhes também ser assegurados gratuitamente pelo Estado, pelo menos para os que não disponham de recursos.

Não basta o acesso à escola. Se ela não for de qualidade, estará sendo apenas um instrumento de alienação, porque dará a falsa sensação de mobilidade social. O que democratiza, permitindo o acesso de todos às elites, é o saber, e não apenas a freqüência à escola. A má escola é elitizante, porque retira dos mais humildes a possibilidade de aquisição de conhecimentos, que fica reservada àqueles que podem pagar colégios caros.

Não basta que os professores recebam salários dignos. Devêm ser estimulados com planos de carreira, estabilidade e aposentadoria especial, que leve em conta as características árduas da profissão. A aposentadoria especial dos professores é uma vitória parlamentar no PL que a manteve na Constituição em vigor, depois de ter conseguido sua aprovação na Constituição anterior.

A reciclagem do magistério é também fundamental no atual quadro caótico da escola brasileira. A má escola já formou alguns professores que hoje estão ensinando.

O Programa ressalta a importância do "conteúdo". Esta preocupação programática de nosso Partido foi incorporada na Constituição em vigor pela bancada do PL. Em última análise, é a defesa da eficiência da escola. Cabe a ela transmitir conteúdos e acostumar os alunos a discuti-los criticamente. Mas uma escola que se entregue apenas à "crítica", sonega informações que os alunos mais pobres só podem receber no ambiente escolar.

O estímulo ao pré-escolar é uma tradição do PL, que tem obtido importantes vitórias neste campo. A democratização da escola começa no pré-escolar, quando se desenvolvem as reações psicomotoras das crianças e se estimula a sua sociabilização. O pré-escolar é absolutamente fundamental nas áreas mais carentes, justamente onde ele é mais raro em nosso país.

Para nós, há democracia quando todos têm iguais oportunidades. Uma criança pobre, mal alimentada e sem o pré-escolar, não está em igualdade de condições com outra que se alimentou bem e que já se alfabetizou antes dos seis ou sete anos de idade. Começando com tais desvantagens ela enfrentará enormes dificuldades para competir na sociedade moderna. É uma desigualdade que agride frontalmente a consciência liberal.

Por isso, é dever dos filiados do Partido Liberal a defesa intransigente e permanente do pré-escolar e da alimentação para gestantes e para a infância carente, que discutiremos em outro tópico do Programa. Esses pontos são essenciais para o PL, porque são preliminares para a construção de uma democracia liberal, humana e cristã, e essa é, afinal, a razão de nosso Partido e de nossa militância.

CENSURA

"A liberdade de criação e de invenção intelectual é um direito natural, estando implícito o direito à transmissão, comunicação e consumo desta produção.

"A liberdade exercita-se na crítica permanente, cabendo ao Estado, sem ingerências ou paternalismo, estimular as situações de diálogo na sociedade.

"A censura política é inadmissível, sob qualquer pretexto.

"Não cabe ao Estado impedir a circulação de idéias pela imprensa, pelo livro, por artes plásticas, pelo teatro ou cinema. No caso do teatro ou cinema, justificam-se exclusivamente limitações à frequência de menores desacompanhados de seus pais, estabelecidas por educadores. Ao adulto deve ser assegurado o direito de consumir livremente o produto cultural que lhe agrade, não devendo o Estado exercitar a crítica ou tornar-se guardião de usos ou preconceitos socialmente impostos. Tal posição anticrítica o tornaria instrumento fossilizador e inibidor do debate criativo.

"A censura moral pode justificar-se na televisão ou no rádio, preferentemente exercida por instituições comunitárias. Nestes casos, o direito à livre expressão pode conflitar-se com o direito natural da família à educação de seus filhos, dentro de padrões éticos.

"A liberdade de expressão implica a de organização, mobilização e conscientização das forças sociais."

O Partido Liberal volta a inovar no campo dos programas políticos, ao encarar com tanta ênfase o problema da censura. A preocupação revelada pelo PL mostra a sua coerência e a sua fidelidade à doutrina liberal. A censura é o oposto da liberdade individual. É uma das formas mais odientas de dominação, porque se faz sobre a inteligência, impedindo o acesso à informação.

A cultura vive do choque de idéias e a liberdade exercita-se na crítica. A liberdade de criação é dos mais elementares direitos naturais, e, como conseqüência, o da transmissão dessa criação.

Um liberal não aceita a censura política, em nenhuma situação.

O Programa do PL justifica a censura moral no rádio e na televisão, o que é coerente com o que examinamos anteriormente sobre o conceito de liberdade. Há situações em que a família deve ser protegida contra o estímulo à imoralidade, em veículos sobre os quais não pode exercer suficiente controle. Nesses casos, não se coíbe a liberdade, mas o abuso dela. O problema é saber quem fará o julgamento. O PL sugere que essa análise seja feita por associações comunitárias e não, por burocratas governamentais.

A censura moral proibitiva não se justifica para o livro, artes plásticas, cinema ou teatro. Lê um livro quem quer, tal como só quem quer assiste a uma peça. No caso do cinema e teatro, aceitam-se limitações por idade, apenas para crianças desacompanhadas de seus pais. Cabe à família a educação de seus filhos e não, ao Estado. Assim, se a criança estiver acompanhada de seus pais, eles deverão fazer o julgamento. Se admitirmos que os pais sejam capazes de absurdos flagrantes na educação dos filhos, há outros instrumentos jurídicos para a proteção do menor. Tais exceções não devem anular a norma geral que assegura e reconhece o direito familiar à educação livre.

Excetuados rádio e televisão, não cabe ao Estado qualquer tipo de censura ao produto cultural consumido por adultos, sob nenhum pretexto.

O PL e seus deputados têm uma posição histórica contra a censura e em defesa da livre manifestação artística. Quando o Partido ainda nem havia sido fundado, foram futuros dirigentes do PL que conseguiram aprovar as primeiras medidas contra a censura, no período militar. Também é de nossa autoria a legislação que permitiu a livre circulação de livros estrangeiros e, afinal, a própria regulamentação da profissão de artista. Esta cultura em favor da liberdade de expressão e das artes

foi trazida para o Partido, que manteve a mesma linha, aprovando, por exemplo, a legislação sobre a livre circulação de áudio-visuais.

ESPORTE E LAZER

"A prática de esportes deve ser estimulada pelo Poder Público, em todos os níveis.

"O esporte de massa e a prática esportiva comunitária, além de constituírem fator de lazer, propiciam o congraçamento entre as pessoas e são importante fator para a melhor saúde pública."

Ao referir-se aos esportes, o Programa dá relevo aos esporte de massa, praticados por grande número de pessoas, sem visar a campeonatos ou recordes olímpicos. O esporte tem papel essencial na educação, quando entendido em toda a sua grandeza: propiciar melhores condições de saúde, mas também estimular o congraçamento. Por isso, o Programa refere-se também à prática esportiva comunitária.

Coube a parlamentares do PL, na direção da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a realização do primeiro grande Seminário sobre Educação Física do país, quando essa disciplina foi alçada, no Congresso Nacional, ao nível das outras disciplinas escolares.

Nessa oportunidade, foi unânime a conclusão de que, em todos os níveis, o Estado desprestigia o esporte, estimulando mais a construção de estádios, que a prática esportiva. Os inúmeros estádios existentes no país, se integrados às escolas e orientados por professores, dariam uma estrutura que permitiria uma verdadeira revolução do país no setor. O mesmo aconteceria se áreas urbanas em poder do Estado fossem entregues a associações comunitárias, para a prática desportiva.

O esporte de alto nível, que prepara campeões, é importante como fator de estímulo para a prática do esporte de massa.

SAÚDE

"O Partido Liberal (PL) considera dever do Estado propiciar aos brasileiros carentes assistência médica, inclusive odontológica, independentemente de contribuições previdenciárias. Quem assumiu responsabilidades para com a Nação Brasileira foi o Estado, não o INAMPS.

"Os recursos para despesas públicas com Saúde devem ser obtidos de impostos e não pela arrecadação de taxas.

"Uma criança mal alimentada está irremediavelmente incapacitada para o pleno desenvolvimento intelectual. Não existe esforço pela democratização do país, quando a milhões de brasileiros são negadas

as condições mínimas de vida. São, por isso, prioritários os programas de alimentação de gestantes e crianças carentes."

Aqui, o PL volta ao tema liberal da igualdade de oportunidades, ao lembrar que uma criança mal alimentada não tem condições de aprendizagem, e que a aceitação desta realidade agride a consciência democrática. Esta posição do Partido deve ser entendida associada com os princípios programáticos expostos no capítulo relativo à Educação.

É prioridade essencial para os filiados e militantes do PL a luta pela erradicação da desnutrição e subnutrição na primeira infância. Também aqui, o nosso Partido já pôde dar importante contribuição para o país. Os poucos (infelizmente) programas existentes nesta área assentam-se sobre programas e estudos de nosso Partido. Um dos mais importantes estudos sobre o assunto foi preparado pelas comissões do PL e serve de orientação para projetos governamentais e acadêmicos.

Garantir para todos a prestação de serviços no campo da saúde é dever do Estado. Por isso, este serviço não pode ser condicionado ao pagamento de taxas ou à apresentação de carteiras. Evidentemente, inclui-se aí a Medicina Preventiva, com medidas que vão desde o saneamento básico até a vacinação.

A FAMÍLIA

"O Estado deve reconhecer a família como célula básica da sociedade. A lei deve protegê-la, reconhecendo o direito à educação livre, e penalizando comportamentos que atentem contra a ética natural, como o aborto indevido e a limitação da natalidade por processos antinaturais e coativos."

A referência do Programa à instituição familiar está coerente com todas as posições expostas anteriormente nos diferentes capítulos. Com coragem, o PL assume uma posição frontal contra o aborto indevido e a limitação da natalidade por processos antinaturais e coativos, estimulados ou impostos em vários países subdesenvolvidos e até por organismos internacionais.

Tal política é considerada pelo Partido como atentatória à ética natural; é, por isso, ilegítima e criminosa.

Por ser a célula básica da sociedade, a família deve ser reconhecida e protegida pelo Estado, inclusive quanto ao seu direito de educar livremente os seus filhos, como vimos anteriormente.

VIOLÊNCIA URBANA

"O aumento da violência e da criminalidade urbanas tem como uma de suas causas primárias a injustiça social, em um país que não proporciona a todos iguais oportunidades de educação, saúde, trabalho e promoção social. O trabalho mal remunerado ou escravo, gerador de desesperança e revolta, é uma das causas fundamentais da violência urbana.

"Enquanto se busca a solução para problemas dessa natureza, não pode o Estado, entretanto, negligenciar seus deveres fundamentais de assegurar proteção ao cidadão, à sua vida e ao seu patrimônio.

"A lei e a sua aplicação pela Justiça devem ser severas, sobretudo quando penalizam traficantes de tóxicos ou de drogas. A leniência em tais situações seria injusta para com as vítimas de seus crimes e um estímulo a agressões a cidadãos que têm direito à proteção do Estado. O esforço policial, exercido nos limites da lei, deve ser prestigiado."

É indiscutível que a violência e a criminalidade urbanas têm como causas básicas a miséria e o modelo de sociedade desumana em que vivemos. Esta perspectiva não deve ser perdida de vista, tal como não se deve esquecer que criminosos são também seres humanos que merecem o respeito devido a todos os homens. Sob nenhuma alegação, seus direitos humanos podem ser relegados.

O combate à violência deve traduzir-se sobretudo no esforço por uma sociedade mais justa e mais humana.

Não se pode, entretanto, sob essa alegação, cruzar os braços diante do fato concreto da violência, que põe em risco imediato a ordem e a tranqüilidade a que também têm direito os cidadãos. Não só os criminosos devem ter respeitados os seus direitos humanos. A sociedade tem direito à sua legítima defesa.

Para a proteção da vida e do patrimônio dos cidadãos, as forças policiais devem ser bem equipadas e prestigiadas. São servidores que arriscam suas vidas em defesa da coletividade.

A repressão ao tráfico de drogas deve ser permanente e severa.

Oferecer Justiça e Segurança está entre os deveres mais elementares do Estado. Deixamos de viver em uma sociedade organizada e civilizada, quando faltam a polícia, que nos protege, e a Justiça, que nos assegura os direitos, sob leis permanentes.

MEIO AMBIENTE

"O Partido Liberal (PL) defende a necessidade da defesa intransigente do meio e do patrimônio natural do país, com vistas à maior integração e harmonia entre o homem e seu ecossistema.

"O patrimônio cultural e a memória nacional devem ser preservados, sendo prestigiados os órgãos responsáveis pelos necessários tombamentos.

"As associações e instituições que se propõem a esta defesa devem ser estimuladas pelo Estado."

Assim é definido o objetivo da política ecológica: maior integração entre o homem e o seu ecossistema.

Com esta definição, o PL afirma uma posição de intransigente defesa do meio ambiente, tendo o ser humano como centro de suas preocupações.

A referência ao patrimônio cultural e à memória nacional estão coerentes com a permanente preocupação do Partido com o estímulo à cultura e às artes, como vimos anteriormente. Faz-se especial menção às associações culturais, indicação de que o PL não considera esta atividade como dever exclusivo do Estado; ao contrário, imagina-o estimulando as instituições culturais privadas.

MINORIAS

"O Partido Liberal (PL) defende o direito das minorias étnicas, sociais e religiosas, de plena participação na vida social.

"A legislação deve propiciar proteção e benefícios aos negros, como forma de correção de injustiças acumuladas ao longo do tempo, pela discriminação que sofreram. O patrimônio da cultura negra deve ser preservado e respeitado.

"Aos índios, deve ser assegurada a proteção do Estado e o respeito a seus direitos e tradições, sem que lhes seja negado o acesso aos benefícios da sociedade brasileira."

Em todo o mundo, liberais têm especial preocupação com o respeito às minorias. O reconhecimento de seus direitos é um postulado liberal.

Há uma importante referência aos negros, em um país onde se diz não haver discriminação. É indiscutível que a etnia negra foi socialmente perseguida, ao longo do tempo. Não basta fazer cessar essa perseguição ignominiosa; é necessário que se tomem medidas que compensem tais erros, em um esforço para o restabelecimento do equilíbrio.

Em relação aos índios, o Programa do Partido Liberal assume posição clara, ao contrário do que acontece em documentos de outras agremiações que preferem usar frases inócuas, quando se referem à população indígena.

A proteção e o respeito do Estado devem ser assegurados. Isso não quer dizer, no entanto, que se devam afastar os índios dos benefí-

cios da civilização, como querem tantos. É a posição dos indianistas lúcidos, que querem a preservação das culturas indígenas, mas não às custas do desrespeito aos direitos dos indivíduos.

A MULHER

"O Partido Liberal (PL) defende as alterações legislativas necessárias para que se assegure à mulher rigorosa igualdade de direitos na sociedade.

"A mãe solteira e seus filhos devem merecer o respeito e a proteção do Estado.

"A legislação deve obrigar e estimular a abertura de creches nos locais de trabalho e em grandes aglomerações sociais."

Apesar dos avanços neste campo, ainda existem na sociedade brasileira normas que não reconhecem o status de igualdade da mulher. Ao defender as alterações legislativas necessárias, o Programa do PL reafirma seu compromisso liberal.

Com o mesmo espírito, refere-se à mãe solteira e seus filhos, que não devem ser legal ou socialmente discriminados.

O parágrafo referente às creches revela a permanente preocupação do PL, já demonstrada anteriormente, com a primeira infância. Também aí está um direito da trabalhadora, conquista liberal em todo o mundo, mesmo nos casos em que a lei o assegura.

TERCEIRA IDADE

"O idoso tem o direito ao respeito público. Deve ser estimulada a sua maior participação nas atividades sociais.

"Aos aposentados devem ser assegurados pagamentos condignos e permanentemente reajustados."

Os programas políticos costumam referir-se aos jovens, que têm maior densidade eleitoral. Raramente lembram os idosos, como faz o PL.

Nosso programa não vê o idoso como alguém que se afasta da sociedade. Pelo contrário, defende sua maior participação nas atividades sociais. Consagra-se uma reivindicação da terceira idade, geralmente esquecida pelos poderes públicos, que tende a tutelar os idosos, ao invés de estimular a sua participação.

O Programa do PL reafirma aqui sua posição, analisada anteriormente, em relação aos direitos dos aposentados.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

"O Partido Liberal (PL) defende os princípios da autodeterminação dos povos e da não-intervenção. Não reconhece a liderança automática de qualquer das superpotências, e condena sua ação imperialista e suas tentativas de ingerência na política interna de outros Estados.

"O Brasil deve defender a maior integração da América Latina, buscando o fortalecimento dos pactos regionais e a criação de uma comunidade continental. O Brasil deve manter relações diplomáticas e comerciais com todos os países que as queiram estabelecer, independentemente de seus regimes de governo, e nos termos das convenções internacionais.

"A defesa da paz e a intensificação do diálogo Norte-Sul, em busca da melhor distribuição do poder e da riqueza mundial, devem ser preocupações permanentes do Brasil."

Em três parágrafos, o Programa fixa a sua posição sobre os pontos básicos que devem nortear a política externa brasileira: autodeterminação, não intervenção, amplas relações e política para o desenvolvimento.

O não-reconhecimento de lideranças automáticas não sugere qualquer tipo de política terceiro-mundista. O que não aceitamos é que as maiores lideranças internacionais se tornem fiadoras e guardiãs da política externa de outros países.

Enfaticamente, o Programa recomenda que o Brasil mantenha relações com todos os países, corolário de nossa posição de não-intervenção e de respeito à autodeterminação. Não nos cabe julgar regimes ou governos, salvo quando se agridem os direitos humanos, desobedecendo-se a ordem jurídica e as convenções internacionais.

A referência ao diálogo Norte-Sul e à melhor distribuição da riqueza mostra a coerência do PL. Aplicam-se aqui, em uma dimensão universal, os conceitos de humanismo e de justiça social, que discutimos anteriormente.

Tal como acontece em uma sociedade nacional, também no plano mundial não haverá ordem ou paz, se não se respeitarem os princípios de justiça e a dignidade humana.

OS CURSOS DO PL

1. APRESENTAÇÃO INICIAL
Américo Camargo

Os cursos têm sido uma das grandes marcas do Partido Liberal (PL), desde a sua fundação. Foi o PL que trouxe para o Brasil a idéia de cursos sistemáticos de doutrina e de iniciação política promovidos por um partido. Em nosso continente, antes de o PL os ter trazido para o Brasil, esses cursos já eram freqüentes no Chile e na Venezuela. Na Europa, eles existem em quase todos os países ocidentais, sendo mais notáveis os desenvolvidos na Alemanha, Áustria e Itália. Em outros países, eles são mantidos sobretudo pelos partidos socialistas (inclusive os ex-partidos comunistas) e pelos democrata-cristãos.

No Brasil, os cursos de iniciação política foram inaugurados pelo PL do Rio de Janeiro, logo se estendendo por todo o país.

Eles são organizados pelo Diretório Nacional do Partido e pelos diretórios regionais (estaduais) ou municipais. É meta do PL, já aprovada em vários de seus Encontros, exigir certificado de cursos mais desenvolvidos para que o militante se possa eleger para cargos de direção em nível estadual ou nacional.

TIPOS DE CURSOS

De acordo com a forma de serem administradas as aulas, os cursos podem ser:

- tradicionais (palestras e aulas, com a presença dos professores);
- à distância (com o envio de aulas escritas, cassetes ou vídeo-cassetes).

Os cursos tradicionais realizam-se na sede do Partido ou em auditórios cedidos por instituições culturais, clubes, igrejas ou organiza-

ções comunitárias. Fornecem certificado de presença (se não houver avaliação final) ou diplomas (quando há avaliação). No primeiro caso, o curso deve ter a duração mínima de 30 horas; no segundo, de 40 horas.

Em todos os cursos, salvo os específicos, devem ser dedicadas pelo menos duas horas ao estudo do Programa do Partido.

Os cursos à distância foram desenvolvidos pela Comissão Executiva Nacional do Partido, de acordo com normas do Diretório Nacional. O primeiro desses cursos foi o de Formação Política, por correspondência, que já forneceu atestados a dezenas de milhares de alunos de todos os estados brasileiros.

O Curso de Formação Política por correspondência foi desenvolvido sob a forma de módulos, constando de treze aulas. Ao inscrever-se, o aluno recebe a primeira aula, devendo estudá-la e enviar seus comentários. Poderá fazê-lo no tempo que lhe parecer conveniente e que seja necessário para que ele ou seu grupo apreendam o conteúdo. Enviando para o PL os comentários sobre a primeira aula, receberá a segunda, devendo proceder da mesma forma também com as aulas seguintes. Desta forma, o curso pode ser feito em poucas semanas ou muitos meses, dependendo do tempo disponível do aluno e da capacidade de aprendizagem do aluno ou do grupo.

Os cursos de Formação Política por correspondência continuarão a ser desenvolvidos pelos diretórios estaduais e municipais, mas a Executiva Nacional, com a publicação deste livro que estamos lendo, deixará de realizá-los, porque neste volume e neste Título (capítulos seguintes), estão publicadas as aulas que antes eram remetidas por módulos. A última aula deve ser criada em cada curso, de acordo com as necessidades percebidas em seu desenvolvimento.

Os cursos por cassete são desenvolvidos pela Executiva Nacional, tendo-se iniciado também pelo Curso de Formação Política, nos mesmos moldes do curso por correspondência.

Os cursos por vídeo-cassete foram desenvolvidos sobretudo pelo PL do Rio de Janeiro, abrangendo não só as aulas de formação política, como outras sobre problemas específicos do estado.

Os cursos por correspondência fornecem atestados que, sempre que possível, devem ser recebidos pessoalmente pelos alunos em solenidades do Partido. Nessas solenidades, os alunos que concluem o curso devem receber também o escudo do PL.

Os cursos por cassete e vídeo-cassete são acompanhados por um manual de instruções para o orientador ou animador do grupo.

GRAU DOS CURSOS

Os cursos (por qualquer processo) podem ser:

- de iniciação;
- médios;
- avançados.

O diretório ou a comissão executiva que promove o curso determina o seu grau, de acordo com a natureza do curso. Os cursos de formação política são, geralmente, cursos de iniciação; mas nada impede que se realizem em nível mais avançado e com maior profundidade.

A tendência no PL é a de não exigir diplomas para os cursos médios ou avançados. Não faltam em nosso país excelentes autodidatas, que não dispõem de diplomas, mas são perfeitamente capazes de participar de cursos de maior profundidade. Por outro lado, nem sempre os diplomas atestam o conhecimento que atribuem ao diplomado.

No interesse do aluno (para que esteja apto a acompanhar as aulas) e por motivos didáticos (para que a turma tenha um mínimo de homogeneidade), nos cursos médios e, sobretudo, nos avançados, costuma-se fazer uma avaliação prévia dos inscritos, selecionando-se os alunos. Os que não estejam preparados para fazer os cursos que pretendem são indicados para cursos de outro grau.

CONTEÚDO DOS CURSOS

Os cursos, de acordo com os temas das aulas, podem ser:

- de formação política;
- de formação de candidatos;
- de formação de militantes;
- de filosofia política;
- de temas específicos.

Os cursos de formação política destinam-se a dar um mínimo de informações sobre política em geral e sobre problemas brasileiros, para filiados ou não do Partido. Esses cursos têm currículos adaptados à realidade da clientela e ao seu nível. Em diferentes estados, eles incluem aulas de História e de Geografia da região, assim como a discussão de problemas locais.

A partir do próximo capítulo, publicamos neste livro as doze aulas que constituem o curso básico desenvolvido pela Executiva Nacional do Partido. Uma décima terceira aula completa as anteriores e é escolhida em função da avaliação do curso. Geralmente, acentua pro-

blemas de Saúde, que já foram desenvolvidos na aula sobre a Escola Brasileira, além de problemas ecológicos e de transporte.

Estas aulas básicas podem e devem ser aproveitadas pelos diretórios do PL, que podem reproduzi-las e multiplicá-las (fazendo cópias ou imprimindo) para seus próprios cursos. Se for o caso, podem ser acrescentadas aulas sobre assuntos locais.

Os cursos de formação de candidatos vêm-se desenvolvendo com êxito, desde as primeiras eleições a que o PL concorreu. São pioneiros desses cursos os diretórios do Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e Paraná.

Os cursos de formação de candidatos são cursos tradicionais que se realizam durante três ou quatro dias, em tempo integral, e destinam-se a preparar candidatos para as eleições. Baseiam-se em três grandes matérias, em torno das quais são programadas as aulas: A Doutrina do PL, Temas da Campanha e Técnicas Eleitorais.

As aulas sobre temas da campanha são dadas por especialistas, que procuram desenvolver os temas atuais, apresentando as propostas de solução à luz da doutrina do Partido. As aulas sobre técnicas eleitorais são também dadas por especialistas, que procuram orientar os candidatos sobre como maximizar os recursos disponíveis em uma campanha eleitoral.

Os cursos de formação de militantes destinam-se exclusivamente a filiados do PL que pretendam tornar-se militantes do Partido (ver sobre este assunto no capítulo III, adiante, a aula sobre Partidos Políticos). São cursos de maior duração que os de formação política, nos quais se aprofunda o estudo da doutrina do PL, da organização do Partido e de suas técnicas de ação. Esses cursos devem ser ministrados sempre de forma tradicional, sendo indispensável a avaliação. Podem ser completados por cursos à distância.

Os cursos de filosofia política são cursos avançados, com duração mínima de seis meses, nos quais se estudam em profundidade as grandes correntes políticas, ao longo da História. Nesses cursos, a ênfase é dada aos precursores do liberalismo social. No apêndice deste livro, publicamos um modelo de programa para um curso de filosofia política, que pode ser utilizado e adaptado por diretórios regionais. Os professores devem ser cuidadosamente escolhidos entre nomes de reconhecido e indiscutível valor em suas áreas.

Os cursos de temas específicos são cursos especiais sobre temas de interesse que o diretório local julgue importante desenvolver. São cursos de duração variável, de acordo com o tema escolhido.

A título de exemplo, eis alguns temas mais freqüentes nesses cursos do PL: Sistemas Eleitorais, História das Constituições Brasileiras, A Empresa Privada no Brasil, O Ônibus da Liberdade, O Meio-Ambiente e o Progresso, A Dívida Externa, a Dívida Interna, Desenvolvimento e Inflação, Previdência e Seguridade, A Democracia e as Minorias, Política e Moral, O Problema Energético Brasileiro.

OBJETIVOS DOS CURSOS

A organização e a realização dos cursos geralmente entusiasma os dirigentes do PL, sobretudo porque entre nossos militantes e dirigentes é grande o número de professores. O entusiasmo é saudável, mas traz o risco, em alguns casos, de tornar esquecidos os objetivos desses cursos.

O Partido Liberal é um partido político e não uma escola. Cada instituição tem a sua missão e os seus deveres para com a comunidade. Um partido político deve procurar fazer com que prevaleça a sua doutrina, engajar eleitores, formar militantes e procurar chegar ao poder para realizar seus ideais. Esses são os deveres do PL e os cursos são um dos instrumentos para o seu cumprimento.

No planejamento e na realização dos cursos, os dirigentes devem ter sempre em mente os seus objetivos, que são, basicamente:

- tornar mais eficiente a ação do PL;
- colaborar para a unidade doutrinária do Partido e de suas bancadas;
- formar quadros para o Partido;
- divulgar o Programa do PL e a sua compreensão;
- analisar criticamente a estrutura partidária brasileira, dentro da perspectiva do PL;
- analisar criticamente os problemas fundamentais do país, indicando as soluções apontadas pelo PL.

Os cursos colaboram fortemente para que se evitem dois riscos sérios, para os quais devem estar atentos todos os militantes e, sobretudo, os dirigentes do Partido:

– o primeiro desses riscos é o da confusão entre os diferentes matizes do liberalismo. Nas últimas décadas, a palavra "liberalismo" passou a ter no Brasil uma conotação reacionária e conservadora, contrariando toda a história do pensamento liberal. No Brasil, isso aconteceu porque muitos defensores do pensamento liberal fixaram-se na defesa apenas da liberdade econômica e empresarial. Com freqüência, não são verdadeiros liberais. São políticos e empresários que usam a palavra "liberdade" apenas para defender seus interesses pessoais e sua ânsia de maiores lucros, com um mínimo de fiscalização do Estado ou da sociedade. Esses são os neoliberais.

É fundamental que o PL não se confunda com esses grupos. Nossa doutrina é o liberalismo social. Defendemos, como eles, a liberdade econômica e a economia de mercado, porque vemos aí os melhores instrumentos para a realização da grande meta, que é a busca da justiça social (expressão que os neoliberais nem aceitam). O liberalismo, ao longo da História, sempre se caracterizou por não ser conserva-

dor, pelos avanços sociais que defendeu e pelas lutas pela liberdade individual. Em um país como o nosso, a luta pela liberdade individual passa necessariamente pela luta contra as desigualdades sociais.

Os cursos do PL têm o dever de deixar bem clara a diferença entre o neoliberalismo reacionário e o liberalismo social do PL, avançado e moderno.

– o outro risco que corremos é o da idéia de que o fim das ideologias implica o fim da Política. Sobretudo com os maus exemplos da classe política, há os que admitem que os políticos deveriam ser substituídos por administradores bem sucedidos, por lideranças comunitárias ou sindicais e até por especialistas universitários. Em suma, não faltam os que confundem Estado com Empresa. Às vezes, confundem também o Bem Comum da sociedade como um todo com o êxito contábil ou estatístico do Estado ou de suas empresas.

A Política visa ao Bem Comum. Os administradores da ação política devem ter a visão global da sociedade, o que se torna impossível para especialistas e técnicos isolados ou para empresários bem sucedidos apenas em suas respectivas áreas.

É verdade que, modernamente, a Política torna-se aventureira, se não utilizar os recursos e o auxílio da técnica. Mas os técnicos são apenas auxiliares da obra maior, da obra política. O não-entendimento dessa premissa conduz à tecnocracia, com todos os seus malefícios a médio e longo prazos.

Os vícios dos políticos são vícios do poder e da natureza humana. Quando eles são substituídos por técnicos e especialistas, os vícios também aparecem, tão logo esses técnicos aproximam-se do poder e o usam. Então, os malefícios são ainda maiores, porque não existem as defesas naturais que a Política oferece e nem a visão de comunidade, inerente à ação política.

Durante o período ditatorial, a classe política brasileira foi desprestigiada, criando-se um vácuo logo ocupado por diferentes instituições comunitárias, desde a Igreja, até associações de bairro, nos centros urbanos, ou sindicatos rurais, no interior do país.

Tais associações comunitárias são excelentes organizações intermediárias e canais eficientes entre o estado e o povo. A sociedade civil organizada participou, por exemplo, de forma definitiva no processo de democratização do país.

Normalizada, entretanto, a vida nacional, a Política volta à cenâ e ao comando do Estado, devendo as sociedades intermediárias servir como auxiliares. Se essas sociedades assumem ou pretendem assumir o poder, perdem as suas características positivas e deixam de ser críticas. São cooptadas pelo poder e pelo Estado, passando a trazer os mesmos riscos da tecnocracia limitada, com a agravante de que nem a eficiência estão buscando. Tornam-se caricaturas da classe política, sem votos e sem representatividade, mas tentando substituí-la.

É dever dos cursos do PL criar a consciência da importância da Política e da alta dignidade da função política. Esse dever inclui o da crítica aos erros e desmandos dos agentes da ação política, mas não deve ser confundido com a negação da Política, como ciência e arte insubstituível para o governo da sociedade.

Nos capítulos seguintes, transcrevemos algumas das aulas básicas do Curso de Formação Política do PL Nacional.

2.
O LIBERALISMO SOCIAL, A DOUTRINA DO PL
Alvaro Valle

OBSERVAÇÕES INICIAIS

É muito pequena a bibliografia em português sobre o liberalismo social. O Partido Liberal (PL) tenta suprir esta lacuna em seus cursos.

Por isso, este capítulo que se refere à primeira aula de nosso curso, deve dar aos leitores que pretendam aprofundar seus estudos, pelo menos um roteiro para pesquisas e para leituras mais avançadas.

Ao mesmo tempo, deve servir para alunos que, não tendo experiência de estudos políticos, estejam iniciando-se no assunto.

Os capítulos assinalados com (*) destinam-se a alunos que queiram adquirir noções mais aprofundadas, e podem ser saltados, sem prejuízo da leitura.

A leitura dos demais capítulos dá ao leitor as noções básicas de liberalismo social, necessárias para a continuação do curso.

Sugere-se que o texto seja estudado preferentemente em grupo. Sendo necessariamente denso, a leitura deve ser lenta e acompanhada, se possível, de debates.

A avaliação pode ser feita em conjunto pelo grupo de estudos. Se o curso está sendo organizado pelo PL, as avaliações devem ser enviadas aos coordenadores, para que os alunos recebam seu certificado no final do curso.

Se o estudo é individual, leia todo o texto, ainda que você tenha dificuldades de compreensão de algumas partes. Depois, releia lentamente, fazendo anotações, sublinhando o que lhe parece importante. Após cada capítulo, interrompa a leitura para refletir sobre o que você leu. Conforme explicado anteriormente, você pode saltar a leitura dos capítulos marcados com (*).

Objetivos Mínimos

Esta aula propõe-se, pelo menos, a:

1. Mostrar que, desde suas origens, o liberalismo está associado à idéia de liberdade, luta contra a tirania, defesa da propriedade e dos oprimidos.
2. Caracterizar o fim das ideologias no mundo contemporâneo.
3. Deixar claras as diferenças entre o neoliberalismo e o liberalismo social.
4. Explicar o que é o liberalismo social, acentuando sua preocupação humanista e socialmente avançada.

AS ORIGENS DO LIBERALISMO

A Questão Fundamental

Naturalmente, o homem procura a liberdade. Por outro lado, para viver em comunidade, precisa submeter-se a normas que limitam a sua ação; ou haveria o império da desordem, cada um fazendo o que quisesse.

Ao longo dos tempos, o dilema político tem sido o de saber quais os limites da liberdade individual, quais os objetivos da vida em comum (estaremos então discutindo a própria razão de ser da vida humana), quais as atribuições daqueles que governam, como devem ser escolhidos e em que podem limitar a ação do indivíduo.

Platão, por exemplo, acreditava que os filósofos, os que mais conhecem, deveriam ter a responsabilidade do governo, em benefício de toda a coletividade. Aristóteles não lhes conferia tanto, por não acreditar ser possível atribuir a homens este saber integral, que justificaria a exclusividade do poder. Preferia o governo das leis.

Como veremos adiante, o liberalismo passa por várias fases, e vários sistemas podem ser chamados de liberais, mas sempre haverá uma atitude comum diante de algumas questões fundamentais.

O liberal acredita no homem livre e procura sempre ampliar o espaço em que esta liberdade se possa desenvolver. Acredita que os governantes devem ter o seu poder limitado por leis. E acredita que o Estado existe em função do indivíduo e para ele, e não que o homem seja apenas uma parcela da coletividade.

Nos tempos antigos, os liberais lutaram contra os reis, porque eram eles que oprimiam o indivíduo, concentrando em suas mãos todo o poder. Os monarcas absolutos foram substituídos pelo Estado, que passou a ser o grande opressor. Por isso, o Estado tornou-se o alvo dos liberais. Na sociedade de um futuro que já se desenha, talvez as grandes corporações impessoais venham a ser os opressores da liberdade individual. Os liberais estarão contra elas.

Hoje, quando alguém recebe um salário miserável e se escraviza a seu patrão ou a um sistema, sua liberdade está sendo sufocada. Os verdadeiros liberais têm o dever de defendê-los.

O liberal não é, em princípio, contra ninguém. Nem contra os reis, nem contra o Estado, nem contra os poderosos. É a favor da liberdade individual. Defende o indivíduo contra os poderosos, a minoria contra a opressão das maiorias. Defende os empresários contra o Estado que restringe a sua liberdade de mercado. Defende o proprietário contra os que lhe querem retirar a propriedade, garantia de sua liberdade. Defende o operário contra o patrão que rouba o seu trabalho. Em suma, o liberal tem sempre uma atitude de luta contra a opressão que sofrem indivíduos ou minorias, seja a opressão exercida pelo Estado, por grupos, corporações ou por qualquer outra pessoa ou entidade.

De Locke a Montesquieu (*)

John Locke (1632-1704) talvez seja o pai daquilo que hoje chamamos de liberalismo. Já percebe os riscos de poderes concentrados e pensa em separá-los, não deixando nas mesmas mãos o direito de fazer as leis e de executá-las.

Locke defende o indivíduo contra o Estado, que, para ele, deveria existir para assegurar a liberdade de cada um e garantir a propriedade.

Já aí começamos um debate fundamental: Para que existe o Estado?

Milton (1608-1674) o vê como um inevitável limitador da liberdade. O Estado a limita pela censura. É um pensamento contrário ao de Locke, que vê no Estado um garantidor das liberdades e da propriedade, que são anteriores ao próprio Estado.

Também Spinoza (1632-1677) entende que o homem nasceu para ser livre. Mas, na vida em comum, esta liberdade pode ser ameaçada, e os choques serão inevitáveis. Surgiu o Estado para que a liberdade individual fosse garantida.

Mais tarde, Kant (1724-1804) irá além nesta visão do Estado-garantidor das liberdades. Este é seu único objetivo e não o de promover a felicidade dos súditos. A liberdade é assegurada pelo respeito de todos às leis.

Montesquieu (1689-1755) foi o primeiro liberal a preocupar-se com a organização do Estado e com o seu funcionamento. Aliás, depois dele, há poucos outros preocupados com este tema, na história do liberalismo.

Em sua obra *O Espírito das Leis*, defende que, para evitar abusos, os poderes do Estado devem ser divididos. Seus poderes fundamentais são os de julgar, fazer leis e executá-las. Cada um deles deve ser exercido por um ramo diferente.

Aí está a inspiração para o modelo que seria adotado pela Constituição americana, ao criar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Pensando nesta separação, Montesquieu se estava insurgindo contra os poderes absolutos dos monarcas.

Adam Smith

Adam Smith (1723-1790) é o fundador da Economia Política e também o pai do que hoje chamamos de liberalismo clássico.

Com método, ele se debruçou sobre as relações econômicas, publicando sua obra definitiva em 1776: *A Riqueza das Nações*. É importante lembrar que, por coincidência, esse livro, que teve forte influência, aparece no mesmo ano em que as treze colônias que formariam os Estados Unidos iniciam seu processo de independência.

Adam Smith não se preocupa apenas com a liberdade do indivíduo diante do Estado. Ele verá o indivíduo em relação à comunidade, e o indivíduo e a comunidade em relação ao Estado. Nas relações econômicas, a sua liberdade dependerá também da existência de um mercado livre, onde possa exercitá-la.

A propriedade continua sendo fundamental, mas a sua garantia dependerá mais do mercado livre que do Estado.

Adam Smith acredita que se o mercado for livre, o equilíbrio se fará naturalmente, no campo do trabalho, da produção e dos preços. Para ele, a ordem econômica dispensa o Estado, porque ela se desenvolve naturalmente. O homem busca o lucro, o verdadeiro motor de toda a sua atividade. Buscando o lucro, ele é guiado por uma mão invisível, que o conduz, inclusive, à realização dos interesses sociais. Esses interesses não são os de uma sociedade imaginária, mas do conjunto de indivíduos. Eles representam a soma dos interesses individuais, que são satisfeitos com o lucro.

Para o liberalismo clássico de Adam Smith, toda a economia gira em torno do lucro.

A Divisão do Trabalho (*)

Para obter maior eficiência e melhores lucros, o homem divide o trabalho. Um homem sozinho nunca fabricaria um navio. Mas se muitos homens se reunirem, cada um fazendo uma parte, o navio poderá ser construído.

Adam Smith vê nesta divisão do trabalho um elemento diferenciador entre o homem e o animal. Ela revela a tendência natural do homem para a troca, o que não acontece entre os animais.

Para ele, nesta troca permanente, em que cada um buscará lucros, está o segredo do progresso. Tanto maior seja a especialização, melhor. Há até, para Adam Smith, a vantagem de se ganhar tempo: fazendo sempre a mesma coisa, o trabalhador não se precisará deslocar, nem reunir novos instrumentos.

O Estado não se deve envolver no mercado. O mercado é regulado pela especialização de cada um, pela procura do lucro e pelo egoísmo; não por princípios humanitários.

Quando compramos pão, diz Adam Smith, não nos dirigimos à humanidade do padeiro, mas a seu egoísmo. Não lembramos a ele

nossas necessidades, mas as vantagens que terá com a venda de seu produto. Só um mendigo pode ficar na dependência da boa vontade alheia, e, mesmo assim, quando gastar as esmolas que recebeu, estará participando do mercado.

Para Adam Smith, é a divisão do trabalho que irá distinguir os homens. Todos seriam semelhantes até os 6 ou 8 anos, quando começam a ter orientações e ocupações diversas, e aí se iniciam as distinções que continuarão ao longo de sua vida.

Trabalho Produtivo (*)

Outro conceito de Adam Smith é o do trabalho produtivo: é produtivo o trabalho que acrescenta valor ao objeto sobre o qual se exerce. O trabalho produtivo, desta forma, incorpora-se ao objeto.

O trabalho improdutivo (que nem sempre é inútil, para Adam Smith) é o que fisicamente desaparece. O trabalho dos artistas, por exemplo, é improdutivo.

O grande esforço deve ser o de aumentar o trabalho produtivo. O improdutivo existe às custas do produtivo.

O Estado é improdutivo. Ele só consome; não produz. Seu papel deve então ser mínimo, apenas assegurando, sem qualquer participação, o funcionamento livre do mercado. No conceito de Adam Smith, se, por exemplo, o trigo estiver muito caro, mais agricultores vão plantá-lo, em busca de lucro. A oferta vai aumentar e os preços vão naturalmente cair. Tudo se ajustará, sem que o Estado precise envolver-se. O processo estará sendo conduzido pela mão invisível para o benefício de todos.

Da Constituição Americana à Revolução Francesa

Tocqueville (1805-1859), em sua obra *Democracia na América*, diz ao mundo sua admiração com o que vira na Nova Inglaterra.

Os Estados Unidos de hoje foram colonizados por famílias que fugiam das perseguições religiosas na Inglaterra. Apegados à propriedade, tinham natural aversão à tirania. Não aceitavam a religião subordinada ao estado e tinham especial tendência para a vida comunitária.

Tocqueville, que temia o risco da tirania das maiorias, entusiasma-se com esse espírito comunitário. Para ele, lá está o exemplo de homens que se tornam cidadãos, porque o Estado existe em seu benefício e eles se sentem parte desse Estado. Na Europa, ao contrário, o homem sentia-se súdito, administrado por um estado que o controlava. Nos Estados Unidos, as idéias de liberdade e igualdade começavam a conviver.

Em 1787, os convencionais redigem a Constituição dos Estados Unidos, e inicia-se a campanha dos federalistas para obter a aprovação de seu texto pelos estados.

Este é um período rico para o liberalismo.

A liberdade, a igualdade, os direitos do indivíduo são assegurados. Nasce o primeiro Estado realmente liberal, onde o poder é limitado. As leis democraticamente aprovadas são garantidas por tribunais independentes. Os cidadãos escolhem seus dirigentes.

A campanha pela aprovação da Constituição serve também para criar uma consciência liberal no país.

Mas só com a Revolução Francesa o conceito de democracia iria ampliar-se para, efetivamente, significar, não só o voto, mas a participação de todos. Até então, o ideal liberal buscava sobretudo conter os soberanos e limitar o poder do Estado. Com a Revolução, surge a idéia da vontade geral, sem as características antiindividualistas de Rousseau (como veremos adiante). Contém-se o soberano, mas isso não basta. O indivíduo é visto em nova dimensão participativa e social.

A Declaração dos Direitos do Homem (27 de agosto de 1789) assegura que "o princípio de toda soberania reside na nação. Nenhum corpo nem indivíduo pode exercer autoridade que não emane expressamente dela". Dentro da tradição liberal, lembra que "a propriedade é direito inviolável e sagrado".

A Crítica

Por motivos históricos, até o século XVIII, a liberdade era defendida para os proprietários e para a burguesia. Só com a Revolução Francesa, começa-se, palidamente, a ter visão da coletividade, do direito de todos.

Adam Smith, por exemplo, tal como seus raros seguidores modernos, luta pela liberdade dos burgueses e defende uma economia desumana em que os trabalhadores, como os escravos, devem ser eficientes. Não há preocupação com a liberdade deles.

O grande desafio do liberalismo social moderno é o de aproveitar as lições de liberdade dos liberais clássicos e aplicá-las a todos. Na sociedade moderna, em que todos são cidadãos, todos votam, todos têm acesso às informações, todos têm também o direito de ser livres.

O Programa do PL dá uma demonstração prática de aplicação do liberalismo social, ao defender intransigentemente o direito à propriedade (e não apenas o direito de propriedade).

Todos devem ter acesso à propriedade. Não defendemos apenas os atuais proprietários e seus sucessores ou herdeiros.

Como liberais, recebemos as lições que, modernamente, vêm desde Locke (defesa da propriedade), mas estendemos este direito a todos, ao contrário do que faziam os liberais clássicos e daquilo que os neoliberais defendem hoje.

O velho liberalismo teve o mérito de despertar as consciências contra as tiranias, mas a aplicação hoje de suas receitas seria desumana e promoveria uma nova espécie de tirania contra os mais pobres, sobretudo em um país como o Brasil, onde a injustiça social é flagrante.

O SOCIALISMO

Há "socialismos" para todos os gostos. Mas nos diversos modelos sempre encontraremos alguns pontos comuns.

Ao contrário do liberal, o socialista enxerga o homem em função da coletividade, e não como indivíduo acima dela. A partir daí, surgirão muitas divergências, sobretudo nas décadas que se seguiram à Revolução Industrial.

Muito antes, Rousseau (1712-1778) já enxergava na propriedade privada a grande fonte dos problemas. Para ele, o homem vivia na natureza, em estado de inocência. O conceito de propriedade privada acabara com esta inocência e a harmonia do mundo. Ela, e não o pecado, como sugerira Milton, nos havia feito perder o paraíso.

Para estabelecer a ordem e permitir o convívio, os homens fizeram uma espécie de pacto (o contrato social), concedendo algum poder aos soberanos. Apenas nesse sentido, Rousseau foi um liberal, porque defendia a limitação desse poder, que só seria legítimo para o cumprimento do pacto. Mas sua preocupação não era com o indivíduo: sua visão era a da "vontade geral", o poder da coletividade. Por outro lado, a sua crítica radical à propriedade também o afasta do liberalismo.

Muitos pensadores, e durante muito tempo, combatiam os conceitos individualistas de liberdade. Saint-Simon (1809-1865), com rigor lógico, não imaginava o homem livre dentro de um mundo físico governado por leis imutáveis.

A preocupação obsessiva e exclusiva com a liberdade individual e com a propriedade criava modelos individualistas e egoístas que não poderiam satisfazer a todos. Movimentos socialistas e anarquistas multiplicavam-se, inconformados com esse individualismo do liberalismo clássico, que Hegel chamaria de "despotismo da liberdade". Uma liberdade cômoda para os que já eram livres e proprietários.

A Revolução Industrial agravou o quadro social. Eis como Edmund Wilson descreve aquela época: "... as crianças, que começavam a trabalhar nas fábricas aos cinco ou seis anos, recebiam pouca atenção das mães, que também passavam todo o dia nas fábricas, e nenhuma instrução de uma sociedade que só queria delas que executassem operações mecânicas. Quando se deixavam sair das verdadeiras prisões que eram as fábricas, as crianças caíam exaustas, cansadas demais para lavar-se ou comer, quanto mais estudar e brincar... Também nas minas de ferro e carvão, mulheres e crianças, juntamente com os homens, passavam a maior parte de suas vidas, rastejando em túneis estreitos debaixo da terra e, fora deles, viam-se presas nos alojamentos da companhia".

Este quadro de miséria e a crítica justa ao liberalismo clássico, que o aceitava, estimulou o pensamento socialista, que encontraria em Marx a sua maior expressão.

O Marxismo

Karl Marx (1818-1883) vê no mundo de sua época o modelo da exploração capitalista desenvolvida pelos que proclamavam a liberdade.

Estudioso, com extraordinária argúcia, trabalhador incansável, autoritário, Marx consegue empolgar os vários movimentos socialistas de seu tempo. A partir dele, não se falará em socialismo sem ter a sua obra como referência.

Na realidade, a obra de Marx é complexa, muito extensa e, em vários momentos, contraditória. Por isso, tudo se faz em seu nome. Citando Marx, a União Soviética escravizou milhões de homens e mulheres ou os enviou para os campos de concentração e asilos psiquiátricos. Diferentes movimentos socialistas e comunistas defendem teses contraditórias, sempre citando-o.

Marx foi um pensador teórico, mais preocupado com idéias que com homens ou com a concretização de sua sociedade ideal. Seu amigo Engels (1820-1895), mais próximo da realidade, sobreviveu a Marx, mas não procurou aplicar suas teorias e idéias a situações concretas. Seus seguidores foram sobretudo ativistas que conheciam e admiravam o tema da sinfonia marxista, mas, muitas vezes, não estavam sequer à altura de conhecer em profundidade toda a sua obra. Lenin (1870-1924) é o melhor exemplo. Agiam, como agem até hoje, e depois vão buscar a justificativa na vasta obra de Marx (da qual até hoje só se publicam textos dispersos). Sempre encontram a justificativa que querem.

Para Marx, o conceito burguês de liberdade é errôneo. Ele traduz uma conquista da burguesia, no fim da Idade Média, e está ligado a estruturas feudais que nada têm a ver com o mundo atual. Serve apenas para oprimir o proletariado e para aliená-lo.

Tomando de Hegel a noção do processo dialético, Marx vê uma sociedade que será levada pela luta de classes a uma inevitável revolução, que culminaria com a vitória do proletariado.

A todos os fatos ou acontecimentos (tese) se seguem movimentos ou fatos contrários (antítese). Os elementos positivos da tese e da antítese gerarão uma síntese, que se transforma em tese, provocando uma antítese, e assim por diante. Este movimento não é presidido por nenhuma mão invisível ou por algum Absoluto (Hegel), mas processa-se de forma inexorável na infra-estrutura econômica, determinando o que se passa na superestrutura. As idéias e as artes, por exemplo, são determinadas pela realidade econômica e pelos processos de produção.

Marx não aceita a instituição da propriedade privada. Irrita-se com a célebre frase de Proudhon (1809-1865), um dos pais do socialismo moderno: "A propriedade é um roubo". Para Marx, dizer que ela é um roubo significa que foi roubada de alguém, logo alguém era proprietário. Proudhon estaria reconhecendo a propriedade, sem perceber.

O proletariado é sacralizado. Nele residem a sabedoria e a capaci-

dade de ação, adquiridas ao longo de tanto tempo de espoliação e de sacrifícios. Ele fará a revolução.

A sociedade medieval teria engendrado a sociedade industrial. A síntese das duas, aproveitando o humanismo de uma e as técnicas (não o modelo) de produção da outra, seria a sociedade comunista.

Mas aí, o movimento dialético não poderia continuar. Como o seu motor são as contradições internas (que geram antítese), elas teriam de ser eliminadas. Marx sugere então, logo após a revolução, uma ditadura do proletariado, para que desapareçam todos os resquícios da burguesia. Depois se chegaria naturalmente a uma sociedade ideal, onde, após algumas etapas intermediárias, todos viveriam de acordo com suas necessidades, sem a exploração do homem pelo homem.

Marx vivia naquele mundo a que nos referimos anteriormente, de absoluta exploração do trabalho. As unidades de produção se tornariam cada vez mais caras, com o desenvolvimento tecnológico. Então, imaginava ele, cada vez mais o capitalista terá de acumular fortuna para adquirir estes bens. Terá de explorar o proletário e aumentar a mais-valia (a diferença entre o que ganha o trabalhador e o valor real de seu trabalho ou o tempo que ele trabalha a mais do que deveria, pelo que recebe). Chegaria a um ponto em que o operário não mais resistiria, e a revolução seria inevitável.

A Crítica

A grande contribuição de Marx não foram suas conclusões, mas o seu método de análise histórica. Ele procurava observar os fatos, e concluir. Deu à Economia a sua justa importância, demolindo a velha História, apenas dirigida por heróis e guerreiros. Fez a grande crítica da sociedade burguesa de sua época, mas não soube encontrar soluções; e as suas previsões não se confirmaram. Ele analisava o presente e o passado, mas não previu o futuro.

As revoluções comunistas não aconteceram, como pensava Marx, na Inglaterra ou na Alemanha, em conseqüência do desenvolvimento industrial. Ao contrário, a Rússia ou a China viviam ainda fases pré-capitalistas, quando o socialismo marxista assumiu o poder. Bastaria isso para pôr abaixo toda a lógica da cosmovisão marxista. E, nesses países, o poder não foi tomado pelo proletariado, mas por soldados descontentes, agricultores e vítimas de generais corruptos ou incompetentes. Curiosamente, ao invés de serem consequentes da industrialização, esses Estados criaram sociedades industriais. Neles, como em toda a Europa Oriental, não houve revolução; houve golpes.

Mau economista, Marx só examinou o processo pelo ângulo da produção, esquecido o do consumo.

Os capitalistas não poderiam indefinidamente oprimir o trabalho, ou não haveria consumidores para seus produtos. A partir de certo momento, o centro dinâmico do processo teria de deslocar-se para a

procura. Fortalecem-se os sindicatos, aumentam-se os salários reais, desenvolvem-se as sociedades anônimas, confundindo-se as figuras do trabalhador e do empresário. E a experiência foi mostrando que o proletário, ao invés de revoltar-se, foi procurando melhorar os seus padrões de consumo, de acordo com os hábitos da burguesia. Nem revolta, nem solidariedade proletária. Se chega ao poder, o trabalhador segue, às vezes com mais rigor, a velha gramática burguesa. Tudo ao contrário do que previra Marx.

Romântico, Marx imaginava uma sociedade sem pecado e sonhava com um mundo perfeito, onde todos estariam conscientizados para o bem comum. Na realidade, a ditadura do proletariado serviu apenas de desculpa para o domínio de grupos mais tirânicos que os velhos monarcas.

Nem Marx nem Engels sabiam como iria funcionar o seu sistema. Na prática, aplicou-se de sua teoria o que convinha aos detentores do poder. O ateísmo, por exemplo, era norma seguida à risca, não porque as religiões estimulem e sejam fruto da alienação, como sugerira Marx, buscando inspiração em Feuerbach. Eliminaram-se as religiões para tentarem fazer desaparecer parâmetros éticos e evitar resistências ao poder dos tiranos (como aconteceu na Polônia). Lenin, o prático, lembrava que "o marxismo é o materialismo". Somente sem religiões no horizonte, ele poderia dizer que "é moral tudo que serve para destruir a antiga sociedade". Sem um projeto definido, Marx sempre foi usado no que era útil para o Estado socialista e para os que detinham o poder.

O PÓS-SOCIALISMO(*)

É natural que as guerras aumentem o poder e a influência dos Estados. A segurança das nações depende de exércitos que os governos comandam. Todo o consumo e a produção se alteram, e os povos vivem sobretudo o esforço comum que tem como objetivo a vitória militar. O Estado é o ator principal e o organizador de todo esse espetáculo.

Neste século, tivemos duas grandes guerras que acostumaram as nações à direção centralizada dos Estados. A primeira delas permitiu o aparecimento do Estado socialista (bolchevista) na Rússia.

O mundo se cansara do egoísmo do liberalismo clássico e das evidentes injustiças que o processo capitalista gerara no final do século passado. Os sonhos de Marx, de seus antecessores e de seus seguidores encontravam terreno fértil.

O socialismo desenvolveu-se então por toda parte. Socialista chegou a parecer sinônimo de humano e bom. Em certa época, criou-se a consciência de que o mundo caminharia inevitavelmente para o socialismo, e assim se criaria uma sociedade mais justa e igualitária.

A propriedade privada sofria restrições e o Estado aumentava seus

tentáculos, tornando-se protetor e administrador. Durante quase cem anos, o socialismo teve sua oportunidade de provar eficiência e realizar aqueles sonhos de justiça e igualdade.

Mas, com o fim das guerras e a volta do mundo à sua rotina de progresso, o modelo começou a mostrar suas falhas. O desenvolvimento tecnológico tornou a produção tão diversificada, que o Estado se tornou incompetente para administrar o mercado. As teorias socialistas e marxistas foram sendo derrubadas uma após outra, como um castelo de cartas que se desmancha.

A idéia socialista do Estado burguês a serviço de uma classe dirigente passou a aplicar-se não às democracias ocidentais, mas exatamente aos regimes socialistas, onde o Estado era o grande opressor.

O Estado socialista tornou-se dramaticamente ineficiente. Retirava o dinheiro do mercado para fazer mais caro e pior o que a empresa privada faria com mais eficiência. Em toda parte, onde empresas foram estatizadas, os resultados foram lamentáveis.

A União Soviética conseguira progredir graças à escravização do trabalho e a uma férrea ditadura. As comparações indicam que, com tal sacrifício do consumo e disponibilidade de mão-de-obra, num regime liberal teriam conseguido resultados incomparavelmente melhores. Sem o sacrifício das liberdades, o operário alemão e o inglês libertaram-se, e têm hoje um padrão de vida que não se poderia conceber na primeira década do século. E muito superior aos dos antigos regimes socialistas.

Em 1970, Benoist, socialista, em uma obra que se vai tornando clássica, anunciava: "Marx morreu". E dez anos depois, Alain Touraine, socialista insuspeito, chegaria a dizer: "O socialismo é hoje apenas uma ideologia que atrasa a compreensão de uma sociedade que nasce sob nossos olhos".

Gorbatchev deu o tiro de misericórdia em um regime cuja sentença de morte já estava assinada. Os regimes socialistas desabaram em toda a Europa e na União Soviética. A destruição do Muro de Berlim é o símbolo do fim de uma época de opressão, mantida em nome de ideais populares.

É importante, no entanto, que não se confunda o fim do socialismo com a ressurreição do liberalismo clássico capitalista. Esse liberalismo de Adam Smith morreu antes do socialismo e foi sepultado por ele.

Entusiasmados com o que vêem no Ocidente, há líderes de países ex-socialistas que sonham com as vitrines de eletrodomésticos em seus países, achando que basta deixar o mercado livre e o progresso virá. Como se o Ocidente não estivesse acumulando este progresso desde o século XVI, inclusive com o trabalho de suas colônias.

No Brasil, há os que saúdam o fim do socialismo como o início de uma nova era em que o Estado desaparecerá. Em nosso país, onde o povo não vê atendidas suas satisfações mínimas de educação, saúde e seguridade social, o Estado ainda tem muito o que fazer.

O Partido Liberal (PL) tem o dever histórico de lutar para que, no Brasil, o pós-socialismo inaugure a época do liberalismo social e não se transforme em bandeira do velho liberalismo egoísta.

(Ver no Apêndice deste livro o artigo Collor e Yeltsin.)

O Fim das Ideologias(*)

Com o socialismo, acabam também as ideologias.

O ideólogo acredita ter uma visão integral e completa do mundo. Tem um sistema que lhe parece coerente para explicar todos os fenômenos e problemas e para indicar soluções. O ideólogo concebe o mundo e tenta adaptar e enquadrar a realidade aos seus modelos. Como julgam ter as soluções, dentro de sua onisciência, os ideólogos tendem sempre para o totalitarismo. Não precisam de crítica ou de debate; basta-lhes o poder para realizar aquilo que lhes parece melhor. O nazismo, o comunismo, o fascismo são ideologias.

Muitos dizem que os partidos devem ser ideológicos, quando querem dizer que devem ser doutrinários. O PL, por exemplo, é um partido doutrinário, e não ideológico.

No mundo moderno, quando os fatos econômicos e sociais podem ser tão bem estudados, as ideologias cederam à análise do real, do concreto. Busca-se a maior eficiência, sem a preocupação de modelos.

Os modelos ideológicos não resistiram ao choque da realidade. O socialismo, que seria a teorização do movimento operário, acabou tornando-se uma simples teoria do poder do Estado. Este Estado que foi, após as guerras, a fortaleza do socialismo, ao invés de libertar os oprimidos, tornou-se o grande protetor de privilégios e de direitos dos detentores do poder, logo, conservador.

Neste sentido, o socialismo, como ideologia, tornou-se conservador e reacionário, subvertendo todos os antigos conceitos de esquerda e direita.

Sem preocupações ideológicas, os países da Europa oriental abrem-se hoje para a empresa privada, procurando dar eficiência à sua economia. Por outro lado, nos Estados Unidos, o governo interfere na atividade econômica do país, protegendo setores de sua indústria, ao mesmo tempo em que desenvolve programas de benefícios sociais, o que seria inconcebível em uma "ideologia" liberal clássica.

A preocupação não é saber as motivações ou teorias que expliquem o comportamento e o justifiquem. O importante é descobrir, sem compromissos ideológicos, qual o melhor processo e que método se aplica a cada situação.

Um partido doutrinário como o PL procura essas soluções atendendo aos princípios que inspiram sua Doutrina. Não há uma ideologia limitando a ação, mas a ação não pode, mesmo em nome da eficiência, contrariar a Doutrina.

O Neoliberalismo

Com o fim do socialismo, o liberalismo volta a fortalecer-se. Duas correntes irão buscar suas inspirações na doutrina liberal: o neoliberalismo e o liberalismo social. Nesta última, está o Partido Liberal (PL), que luta contra o neoliberalismo.

O neoliberalismo moderno tem como seus maiores teóricos Von Mises (1881-1973) e Hayek (1889-1992). São fortemente individualistas e despreocupados da realidade social. Acham que tudo se resolverá, se as leis do mercado forem seguidas.

Os neoliberais tendem a sacralizar a liberdade, inclusive a do mercado, considerando-a um bem em si mesmo e o objetivo final que deve ser procurado. Para Hayek, a liberdade é a ausência de qualquer coerção ou coação. A coação existe quando a ação do indivíduo está a serviço da vontade ou da intenção do outro. Um sacerdote ou um soldado da Legião Estrangeira perderam sua liberdade, ainda que tenham livremente feito a sua opção. Já um soldado de um exército regular não está na mesma situação, porque não se submete à vontade de alguém, mas a leis que são obedecidas também por seus superiores.

Diante do fracasso socialista, o neoliberalismo vai ainda além de Adam Smith na rejeição do Estado e na defesa da liberdade de mercado. O liberal clássico aceitava a proteção do Estado em certas áreas fundamentais (navegação, por exemplo) e para certos fins sociais (promover a educação dos mais pobres).

Os neoliberais acreditam que qualquer intervenção do Estado é prejudicial, porque desequilibra a sociedade de mercado, provocando, em cadeia, outras intervenções para corrigir este desequilíbrio.

Para os neoliberais, expressões como Justiça Social e Bem Comum são meros álibis de grupos de pressão, que pretendem satisfazer seus interesses às custas do Estado e dos que produzem.

Para que haja liberdade, é preciso que haja progresso permanente, e este progresso precisa de um mercado absolutamente autônomo. Tocar nele ou no lucro paralisa os mecanismos que promovem esse progresso e asseguram a liberdade. Para Hayek, a idéia de liberdade consolidou-se no pensamento humano não por questões religiosas ou éticas. Ela não é antecedente; é conseqüente. Corresponde apenas à racionalidade. O homem é livre porque assim é mais eficiente e produz melhor.

Para o pensamento neoliberal, em uma sociedade competitiva, como ela deve ser para progredir, a miséria, por exemplo, é um preço inevitável que se tem que pagar. Às vezes, este preço é elevado, mas não há alternativa, ou os homens se submeteriam a opções e a escolhas subjetivas de alternativas dos que governam. Todo o equilíbrio da sociedade livre desaparece então. O mercado é deificado pelos neoliberais. Ele, e só ele, deve determinar as regras da vida e da sociedade.

A ação humanitária ou social do Estado parece aos neoliberais,

pelo menos, hipócrita e despida de lógica. Para Hayek, se o homem não fosse, por exemplo, tão egoísta e se tivesse realmente preocupado com os que morrem em desastres de automóvel, teria uma solução: acabar com os automóveis. O que ele não faz. Da mesma forma, é ilógico pretender parecer que resolve problemas, quando apenas prejudica a livre competição entre os homens, gerando problemas maiores.

Negam-se os serviços sociais do Estado. Para Hayek, não é justo obrigar pessoas a contribuírem para objetivos que talvez não lhes interessem, como a assistência social. Se quiserem ser caridosas, que o sejam livremente. Além disso, o Estado não é confiável, e não se pode julgar a necessidade real, a extensão e o custo de tais serviços. Nesta linha de raciocínio, mesmo o imposto progressivo (que taxa mais os mais ricos) será injusto.

Esse neoliberalismo traria fatalmente como conseqüência de sua ideologia, a apologia de grupos e de empresas ou corporações capitalistas que falam em "liberdade de mercado" apenas como uma desculpa para justificar a exploração do consumidor e da sociedade e a busca de lucros sempre maiores.

O neoliberalismo é ideológico, tal como o socialismo. Parte de premissas discutíveis e sobre elas assenta todo um programa mais radical que o do liberalismo clássico.

Raymond Aron, um dos maiores liberais contemporâneos, resumiu sua crítica em uma frase:" Eu não recuso a Hayek minha admiração. Mas eu me reservo de dar-lhe minha fé".

O LIBERALISMO SOCIAL

A outra importante corrente liberal moderna é o liberalismo social, que se reflete no programa do Partido Liberal.

O Conceito de Liberdade no Liberalismo Social(*)

O homem é livre quando, sem sofrer coação irresistível, pode realizar-se, de acordo com as leis naturais. Em outras palavras, a busca da liberdade (e o estado de liberdade) não nos autoriza a agir contra a natureza. Se decidirmos atirar-nos de um edifício para voar até o outro mais próximo, usando a nossa "liberdade" de agir, apenas nos iremos estatelar no chão. A natureza impõe-nos limites, às vezes estreitos, e eles não dependem de nossa vontade.

É-nos assegurado o livre-arbítrio, conceito diferente do de liberdade. Podemos, usando nosso livre-arbítrio, atirar-nos da janela, matar, roubar ou viciar-nos em drogas. Em qualquer dessas hipóteses, estaríamos não ganhando, mas perdendo a liberdade.

Em resumo: todos temos o livre-arbítrio. Podemos fazer o que quisermos, até matar-nos. Mas livre-arbítrio não é igual a liberdade.

Só exercitamos a nossa liberdade quando utilizamos o nosso livre-arbítrio dentro dos limites éticos que a Natureza nos impõe. Fora disso, estamos contrariando a nossa própria condição humana, na qual a liberdade está inserida.

A liberdade não pode ser alegada, por exemplo, para o ato imoral ou, no plano social, para a opressão de outro indivíduo. Ela é um bem que visa à dignificação do homem.

É esta a concepção que o Programa do PL tem de liberdade.

Para sermos livres, não podemos dizer, como Lúcifer, "não servirei", em busca do poder total e da suposta liberdade total. Ao contrário, quando procuramos essa pretensa liberdade, fora da ordem natural, escravizamo-nos.

O neoliberalismo clássico retira da liberdade qualquer conteúdo ético, o que já esvaziara o liberalismo clássico, tornando-o antinatural. Talvez por isso, dissera dele Lamennais (1782-1854): "Torne-o católico e ele renascerá". Na primeira metade do século XIX, Mme. de Stäel também se opunha à separação dos liberais das religiões, lembrando não se precisar ser ateu para amar a liberdade. Os dois autores não queriam dizer que o liberalismo deveria ser católico e nem religioso. Diziam que, se se acrescentassem a ele os valores éticos das religiões, ele se engrandeceria. O liberalismo individualista e antinatural, baseado no egoísmo e no individualismo, tal como o socialismo, foi e é fortemente condenado pelos papas, ao longo dos tempos.

O liberalismo social, ao contrário desse liberalismo egocêntrico, entende a liberdade dentro da ordem natural.

Humanismo do Liberalismo Social

A liberdade é um bem fundamental e, por isso, deve estender-se a todos; e não servir de desculpa para que grupos sociais sejam privados dela. Ela é fundamental, porque permite a plena realização do ser humano e, assim, todos têm direito a ela.

Com esta visão, damos ao liberalismo a sua dimensão humanista, retirando-o das cadeias de um individualismo egoísta, impostas pelos liberais clássicos.

No mundo de Adam Smith, um pequeno grupo civilizado desinteressava-se das grandes massas, entendidas apenas como força de produção ou mão-de-obra disponível. Os que dirigiam a sociedade (sob certos aspectos, eram a sociedade) pretendiam garantir apenas o seu próprio direito à liberdade. Em uma moderna democracia de massas, têm também de ser considerados os que querem obter esse direito.

Quando Adam Smith, por exemplo, entusiasma-se com a divisão do trabalho levada a seus limites extremos, vê o homem como simples máquina, instrumento da produção. Quando imagina que todos são iguais aos seis anos, sequer pensa nos miseráveis deformados e

subalimentados. Realmente, as forças do mercado tendem a equilibrar preços, mas enquanto isso não acontece (e não é inevitável que aconteça, porque o mercado perfeito teórico não existe), mulheres e homens podem morrer de fome ou serem escravizados através de um trabalho mal pago. Como o centro de suas preocupações não é o ser humano, todas essas considerações são irrelevantes para os liberais clássicos e os neoliberais.

Para o liberalismo social que inspira o Partido Liberal (PL), as ciências políticas ou econômicas estão a serviço do humanismo e devem ter como prioridade fortalecer o indivíduo, mas entendendo-o em toda a sua dimensão humana.

O mercado não deve ser sacralizado. Acredita-se nele porque aí os homens fazem suas trocas e encontram satisfação para seus interesses. Ele é, então, um meio, não um fim. O meio mais eficaz para que o homem progrida e se realize, no plano econômico.

A obsessão teórica pelo mercado faz com que os liberais clássicos esqueçam os vícios que o mercado pode adquirir quando não é regulado. O monopólio e o oligopólio são os mais comuns desses vícios. Em nome da não-ingerência do Estado, um grupo impõe preços a consumidores, que não têm alternativa. Eles são, na realidade, tão opressores quanto o Estado, e devem ser reprimidos.

No PL, acreditamos na livre iniciativa e no mercado, porque, em geral, eles são o meio mais eficiente para chegarmos à valorização real do trabalho e, então, à justiça social. Mas não hesitamos em defender a intervenção do Estado, quando ela for necessária para atingir esses objetivos.

A Diferença da Social-Democracia (*)

O liberalismo social está muito próximo da social-democracia, nos seus objetivos. Mas, conceitualmente, há diferenças importantes.

Nós, liberais-sociais, partimos do respeito ao indivíduo e à liberdade individual. Fazemos concessões ao Estado e ao coletivo, quando essas concessões são indispensáveis para a proteção do indivíduo e de sua liberdade. Nós nascemos com o liberalismo de Locke e o fomos atualizando.

Ao contrário, os sociais-democratas nasceram com o socialismo. Partem do coletivo. Também eles fizeram suas concessões. No caso dos sociais-democratas, as concessões são à liberdade individual, à propriedade, às minorias.

Na prática, temos projetos semelhantes, mas continuamos separados pela inspiração de nossas origens. Suas origens são socialistas; as nossas são liberais.

Conteúdo Social do Liberalismo Social (*)

O liberalismo social procura conciliar os ideais de liberdade e de justiça; de liberdade para todos e satisfação de necessidades da coletividade.

De pouco adiantaria falar em liberdade de mercado para miseráveis que não têm sequer como chegar a esse mercado e pressioná-lo. Não são agentes econômicos. Esquecê-los em nome de uma ideologia de mercado, seria esquecer que o ser humano deve estar no centro de todas as preocupações, ainda que não esteja comprando ou vendendo. No princípio, o liberalismo era a luta contra a arbitrariedade. Depois, também a defesa da liberdade do indivíduo e das minorias. Hoje, ele busca a extensão dessa defesa a todos os membros da coletividade. William Beveridge lembrou certa vez a Churchill, em um de seus relatórios: "Liberdade também quer dizer ser livre da miséria".

Em sua obra *Porque sou Liberal*, Beveridge (1879-1963) discorda da tese de Hayek da liberdade indivisível. Lembra, por exemplo, que a liberdade dada a fábricas inglesas para investir onde quisessem, criou a promiscuidade e a miséria nos subúrbios de Londres. Para ele, há liberdades primárias e secundárias. "Só sacrificando algumas das liberdades menos importantes do passado, poderemos preservar as liberdades essenciais e aumentar seu efetivo desfrute por todos."

No passado, como o conceito de liberdade surgira associado ao de propriedade, a preocupação implícita era a defesa do proprietário, de sua capacidade de dispor de seus bens e trocá-los. Um pioneiro do liberalismo social, Friedrich Harkort, dirá em 1844: "Não aceito a criação da riqueza humana baseada na degradação da classe operária. O papel da máquina é libertar o homem, e não modelar uma escravidão ainda mais terrível". A democracia política, conquista liberal, dá ao liberalismo a sua dimensão social quando não-proprietários de terras ou de máquinas passam a também participar das decisões do poder.

A co-gestão e a participação nos lucros, defendidos pelo Programa do PL, são institutos práticos que dão o exemplo da aplicação dessa dimensão social.

A liberdade de comércio não pode ser instrumento de opressão ou teria um mero objetivo de enriquecimento individual. A moral estaria reduzida a um código de conduta pessoal e estariam esquecidos os próprios objetivos da vida em sociedade.

A Igreja e sua Doutrina Social exerceram forte influência sobre o liberalismo social, desde a Rerum Novarum (1891), de Leão XIII. A noção do Bem Comum, que deve ser buscado pelo Direito ou pela Economia, tira do liberalismo a sua marca de individualismo egoísta dos séculos passados. Ao mesmo tempo, não torna o homem uma simples parcela da coletividade; ao contrário, ele é visto como o centro, o sujeito e o objeto da atividade política ou econômica. Mantém-se a defesa do direito à propriedade, considerado um direito natural. A liberdade, inclusive a de mercado, é, no entanto, considerada dentro de sua verdadeira dimensão humana.

Dentro desta linha, é fundamental o conhecimento da *Centesimus Annus*, encíclica de João Paulo II.

Diz José Guilherme Merquior (1941/1991), em sua obra exemplar, *O Argumento Liberal*: "Se suprimir o mercado é ferir de morte o substrato material das liberdades modernas, deixar tudo entregue a seu império é limitar significativamente o livre gozo dessas mesmas liberdades a minorias — e a minorias compostas de privilegiados também pelo berço, não só pelo mérito".

A Propriedade e o Liberalismo Social

Para os liberais sociais, o direito à propriedade é um direito natural. Ou seja, ele é anterior ao direito positivo, ao direito escrito. Uma lei que proíba a propriedade privada é ilegítima, porque contraria a natureza humana.

Acreditamos que a propriedade é um direito natural, porque o mundo foi criado com bens que se tornam muitas vezes indispensáveis para o exercício da liberdade e para a própria realização do homem. Chesterton, um famoso pensador inglês divulgado no Brasil por Gustavo Corção, falava dos "três alqueires e uma vaca" (título de um livro de Corção, editado pela Livraria Agir), indispensáveis para que o homem se pudesse sentir livre.

Usando esse símbolo, ele dizia que, tendo esse mínimo, o homem poderia resistir a pressões e ser livre, porque não lhe faltaria onde ficar e como alimentar-se. Sem a propriedade, o homem pode tornar-se escravo de quem a tenha, porque não tem condições mínimas de sobrevivência.

É nesse sentido que entendemos o direito à propriedade.

Esse direito, como qualquer outro, não pode, no entanto, ser usado contra as suas próprias finalidades. Se a propriedade é utilizada, não para a liberdade, mas para a escravização, não existe o uso, mas o abuso do direito. Nesse caso, ele é ilegítimo e não pode ser alegado.

O liberalismo social defende a propriedade com mais intransigência que os liberais clássicos ou os neoliberais, porque lhe dá a dimensão de um direito natural. Não a defende apenas por motivos econômicos ou egoísticos. Também aí temos um fosso a separar-nos dos socialistas, que não dão à propriedade o valor que lhe damos.

Por outro lado, o liberalismo social não acredita, como os neoliberais, no direito absoluto de propriedade. Não defendemos apenas os atuais proprietários, mas o direito de todos a ter propriedade, inclusive dos que atualmente não a têm. É uma conseqüência lógica do reconhecimento do direito. Se é um direito, é de todos e não só de alguns privilegiados.

Na prática, esse ponto doutrinário é evidenciado no Programa do PL em várias oportunidades, como vemos no Título II deste livro.

Sobre o assunto, o Papa João Paulo II, na *Centesimus Annus*, pontifica, com extrema precisão, a posição da Igreja, que coincide com a do liberalismo social: "A posse dos meios de produção, tanto no campo industrial como no agrícola, é justa e legítima, se serve para um

trabalho útil. Ao contrário, ela se torna ilegítima, quando não é valorizada ou quando serve para impedir o trabalho dos outros ou para a obtenção de ganhos que não provêm da expansão global do trabalho humano e da riqueza social, mas antes da sua repressão, da ilícita exploração, da especulação, e da ruptura da solidariedade no mundo do trabalho. Tal propriedade não tem qualquer justificação e constitui um abuso diante de Deus e dos homens."

O Estado no Liberalismo Social

Liberais sociais e neoliberais coincidem em seu esforço para reduzir a ação do Estado. Há, no entanto, diferenças importantes entre as duas correntes.

Para os neoliberais, o Estado é um mal necessário.

Como é preciso que alguém cuide dos sinais de trânsito ou defenda as fronteiras do país, aceita-se a existência do Estado. Mas, o equilíbrio social será obtido naturalmente pela sociedade e pelo mercado livres. Esse modelo é teórico e não se aplica à realidade de qualquer país.

Para o liberalismo social, o Estado deve ser fortemente limitado, mas não é um mal em si. Como todas as instituições, deve ser um agente e promotor do bem comum. Ele está na origem da própria organização social, cabendo à Constituição orientá-lo para funções claramente definidas e limitadas.

Tal como o neoliberalismo, o liberalismo social não acredita no Estado providencial que vise à eliminação da miséria e das desigualdades entre os homens. Os bens devem ser procurados pelo trabalho, pela iniciativa, pela prudência e não pelas doações do Estado. Mas há situações em que a ação do Estado é fundamental para que se corrija a desigualdade de poder dos mais fortes e dos mais fracos.

Há áreas específicas em que a ação do Estado sempre foi reconhecida pelos liberais. À época do mercantilismo, a empresa socorreu-se do Estado. Ele deu proteção para aventuras comerciais e para o acúmulo de riquezas. O protecionismo foi utilizado por liberais de todos os países, quando lhes convinha. As ferrovias americanas não hesitavam em receber concessões que lhes permitiam determinar o valor das terras, das colheitas e até os limites de crédito, sem qualquer obediência às leis de mercado.

A ação do Estado está diretamente ligado ao fortalecimento empresarial nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

É Keynes quem lembra que a ação do Estado foi o que interrompeu, a partir dos anos 50, a série de ciclos que o mercado livre provocava na economia mundial. No mundo moderno, sua atuação é fundamental para evitar crises e flutuações das moedas e para coibir trustes e monopólios.

Muitas vezes, o Estado é indispensável para garantir liberdades.

Ele deve ser limitado e não deve competir com a empresa privada.

Mas, ao mesmo tempo, deve ser fortalecido para cumprir sua missão de garantidor das liberdades e de prestador de serviços indispensáveis. A Educação e Saúde para todos são exemplos de serviços que o Estado deve prestar, quando o cidadão os quiser utilizar ou não dispuser de recursos para garanti-los para si próprio e para sua família.

É por isso que, na prática, o PL defende a escola pública básica universal e gratuita.

Limitação do Estado no Brasil

Em nosso país, a economia livre não se fortaleceu, lutando contra o Estado. Dependia dele, nos ciclos do açúcar e do café. Aproveitou-o no início da industrialização e foi protegida por ele na nova fase que se iniciou com a indústria automobilística. Tais fatos colaboraram para o crescimento desmesurado da máquina estatal.

Ineficiente em quase todo o mundo, no Brasil, o Estado é freqüentemente também corrupto e irresponsável. Participa de toda a atividade econômica, paralisa a iniciativa pelo excesso de regulamentação e desperdiça somas incalculáveis que, se aplicadas pela iniciativa privada, estariam gerando empregos e riquezas. Atualmente, as empresas estatais brasileiras têm 48% do patrimônio líquido total das empresas do país, contra 52% das empresas privadas. No entanto, têm 26% da receita operacional líquida contra 74% das empresas privadas.

Tão grande e desorientada é a intervenção do Estado, que empresas e investidores não têm qualquer possibilidade de planejamento eficaz. Normalmente, a capacidade administrativa conduz empresas ao êxito ou ao fracasso, aos lucros ou prejuízos. No Brasil, de pouco tem servido um bom planejamento empresarial porque o governo, com seus planos e intervenções, altera, quando quer, todo o cenário econômico.

Empresários não sabem se devem investir, vender ou acumular estoques. Porque não sabem o que o governo fará na próxima semana. Ele passou a ser um problema, não um estimulador de soluções, para a economia brasileira.

Com raras exceções, as empresas públicas são modelos de ineficiência, repletas de funcionários, trabalhando a altos custos.

A desestatização e a desregulamentação são prioridades básicas do liberalismo social no Brasil. Permitindo-se o mais livre funcionamento da sociedade de mercado, chegaremos à maior produtividade, logo a melhores salários reais. Este é certamente o caminho mais rápido para maior justiça social.

É importante, no entanto, que esta conclusão não se transforme em dogma, aplicado a todas as situações.

A ÉTICA NA VIDA PÚBLICA

De nada valerão as teorias políticas, se não estiverem sendo aplicadas por homens que tenham a noção ética de sua missão.

Diz o Programa do PL: "A Política é atividade essencialmente ética".

Nas últimas décadas, a política brasileira abastardou-se. Multiplicam-se os exemplos de homens públicos que chegam aos cargos para locupletar-se, para o simples gozo do poder, para distribuir recursos públicos e facilidades aos cúmplices que o ajudaram a eleger-se ou que colaboraram para sua nomeação.

O exercício do cargo público deve voltar a ser entendido em toda a sua nobreza. O político é um eleito pelo povo para defendê-lo e cuidar do Bem Comum. Sua missão é de sacrifício e de desprendimento.

No momento em que o homem público esquece esses deveres éticos, comporta-se como os velhos reis ou os autocratas.

O Código de Ética e os Estatutos do PL condenam as mordomias e os benefícios pessoais para políticos não só pelas despesas que eles representam. Condena-os, sobretudo, porque tais privilégios contrariam os princípios básicos da ética liberal.

AVALIAÇÃO

1) Quais as grandes características do pensamento liberal?
2) O que caracteriza o socialismo?
3) Quais as diferenças entre o neoliberalismo e o liberalismo social?
4) Como o liberalismo social entende o direito à propriedade?
5) Por que o PL defende ser essencial o respeito à ética na vida pública?

BIBLIOGRAFIA RESUMIDA

Albert, Michel. *Capitalisme contre Capitalisme*. Seuil, Paris, 1991.

Benoist, J.M. *Marx est mort*. Gallimard, Paris, 1970.

Bramsted, E.K., et alia. *El Liberalismo en Occidente* (8 vol.). Unión Editorial, Madri, 1982.

Mannent, Pierre (apr.). *Les Libéraux* (2 vol.). Hachette, Paris, 1986.

Merquior, J.G. *Liberalismo Antigo e Moderno*. Nova Fronteira, Rio, 1991.

Merquior, J.G. *O Argumento Liberal*. Nova Fronteira, Rio, 1987.

Schooyans, Michel. *La Dérive Totalitaire du Liberalisme*. Editions Universitaires, Paris, 1991.

Touraine, Alain. *L'Après Socialisme*. Grasset, Paris, 1980.

Valle, A. *Carta para um Jovem Cristão*. Nórdica, Rio, 1978.

Valle, A. *O Bom Combate*. Advice, Rio, 1985.

Wilson, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*.

3.
PARTIDOS POLÍTICOS
Alvaro Valle

ASPECTOS GERAIS

A Importância dos Partidos

Não há democracia sem partidos políticos sólidos.

Foram os partidos que consolidaram a democracia no último século e tornaram-se os maiores responsáveis por sua estabilização.

Em sua forma atual, os partidos são recentes na História. Surgiram, com características de grupos organizados nos Estados Unidos, e só depois de 1850 no resto do mundo.

Um partido político é um grupo voluntário, organizado e com hierarquia, que procura representar parte da sociedade, e se destina a lutar pelo poder político, com o apoio popular.

As Origens

No passado, não havia partidos. Como o poder se concentrava nas elites, tornava-se mais fácil o entendimento pessoal entre os que o disputavam ou entre os que o desfrutavam.

Com o passar do tempo, o povo passou a participar das decisões políticas, a ser ouvido e a criticar. As decisões já não podiam ser tomadas em pequenos grupos. Era indispensável organizar essa participação popular, e assim começaram a formar-se os partidos para representar correntes de opinião.

Grupos que representavam correntes de opinião reuniam-se em clubes, em hotéis, ou surgiam espontaneamente nos parlamentos. Na Inglaterra, formavam-se grupos inspirados por princípios religiosos ou por interesses econômicos. Mais tarde, no Parlamento, eles começam a dividir-se entre os que apoiavam o governo e os que faziam oposição.

Em 1714, cria-se uma secretaria (ministério) que tinha por função distribuir favores aos parlamentares governistas (Patronage Secretary) e manter unida a maioria do governo. Mas estavam longe de pensar em um partido, com organização e hierarquia.

Na França, como em todo mundo, desde a velha Grécia, havia grupos unidos por seus interesses ou ideais, que até recebiam, algumas vezes, o nome de partidos, mas sem as características dos partidos políticos atuais.

Alguns indícios de o que seriam os partidos modernos começam a aparecer na França, em 1789, quando os representantes vinham de todo o país para discutir e votar a Constituição. Começavam a formar-se grupos naturais, a princípio de representantes da mesma região. Reuniam-se para trocar idéias e fixar posições. Quando a Constituinte se reuniu em Paris, estes grupos procuraram locais onde se pudessem encontrar.

Muitos passaram a ser conhecidos pelo nome da rua ou do hotel onde se reuniam (rue de Castiglione, rue de Poitiers, etc.). Rapidamente, no período tumultuado de Revolução Francesa, os grupos começam a ganhar uma certa unidade ideológica ou doutrinária. Surgem os jacobinos (cujo núcleo foram os representantes da Bretanha), os girondinos, e tantos outros que passam à História. Mas ainda nada tinham a ver com os partidos políticos atuais. Estão na sua pré-história.

Com o crescimento do socialismo e a necessidade de se organizarem os movimentos proletários é que se acelera a história dos modernos partidos políticos. Na Inglaterra, os sindicatos começam a transformar-se em organizações políticas, levando-lhes sua estrutura. Na Alemanha e na França, os socialistas organizam-se em partidos. Em reação, os grupos adversários começariam também a estruturar-se.

O Funcionamento da Democracia

Em sociedades com milhões de habitantes, os partidos políticos são fundamentais para que possa haver democracia.

Os governos totalitários buscam o apoio direto das massas. Este apoio direto é mais fácil de obter do que o de grupos políticos ou partidos. As reações da multidão são emocionais e repentinas. Com veículos de comunicação disponíveis, os governantes podem obter adesões tumultuadas e incondicionais.

Quando o povo se manifesta por intermédio de partidos autênticos, a adesão, se houver, é condicional, como deve ser em uma democracia. Em grupos menores, os debates podem aprofundar-se, as minorias são mais respeitadas.

Seria impossível a participação direta, por exemplo, de todos os brasileiros na administração do país. Milhares de decisões são tomadas, a cada momento, em diferentes escalões. Não há condições de o povo ser consultado em cada situação e nem de fiscalizar a ação dos governantes. A prática da democracia no mundo moderno exige a organização de instituições que possam desempenhar este papel em nome do povo. São os partidos, sem os quais a democracia seria impossível.

por um grupo autoritário (ex-União Soviética, Alemanha nazista, Irã) e destinam-se à manutenção do controle do Estado. Em alguns casos, há a convivência de vários partidos, mas um deles assume o integral controle da vida política, e, pela fraude ou pela coação, termina por retirar seus concorrentes do cenário. São geralmente alto-falantes ou máquinas burocráticas de lideranças pessoais (Hitler, Mussolini, Khomeini, Fidel Castro, Stroessner). Em alguns países africanos, o partido é apenas um braço político do exército no poder.

Partidos de Ocasião

São partidos que se formam para um momento da vida nacional ou para a defesa de uma aspiração específica. Encerrado aquele período histórico ou conseguido o objetivo (ou se ele se tornar inviável), o partido desaparece.

Tais partidos são freqüentes nos Estados Unidos. Graças à facilidade da legislação, organizam-se partidos locais para a melhoria de uma escola ou até para a abertura de uma estrada.

Os partidos que se formaram no Brasil para combater o sistema de 1964 e apressar a democratização (MDB-ARENA) são outros exemplos.

Incluímos neste grupo os partidos que se formam exclusivamente para operacionalizar uma liderança pessoal, como o atual PRN. Se esta liderança chegar ao poder e consolidar o partido, ou se transmitir forte conteúdo ideológico ou doutrinário, o partido sobrevive ao líder e deixa de ser de ocasião. Se não, o partido desaparece com o fim de seu líder.

Os partidos de ocasião são os que mais freqüentemente abrigam frentes temporárias de diferentes formações doutrinárias. Elas se reúnem por terem um objetivo comum imediato (no caso do MDB, apressar a democratização; da Arena, dar sustentação política ao regime de 1964). Uma vez atingido ou esgotado o objetivo, desaparece o motivo que justificava a coesão, e o partido, inevitavelmente, se divide.

Partidos de Interesse

São tipicamente os grandes partidos políticos americanos. Já Aristóteles falava, na Constituição de Atenas, nos partidos de pescadores e marinheiros, de agricultores e artesãos. No início da vida partidária moderna, surgem partidos sindicalistas (o Partido Trabalhista inglês) com o objetivo específico de defender o proletariado.

Modernamente, os partidos classistas submergiram ou transformaram-se em partidos ideológicos ou doutrinários. À medida que a luta de classes foi desaparecendo ou perdendo suas características, eles perderam também sua motivação. Os elos que hoje ligam sindicatos a partidos são tênues. Mesmo o Partido Comunista Francês, historicamente ligado à Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.), hoje tem na sua direção representantes da direção da Confederação apenas em respeito à tradição.

No Brasil, formou-se o Partido dos Trabalhadores (P.T.) quando organizações partidárias semelhantes já desapareciam em todo o mundo. Nasceu como um partido de interesses, mas tornou-se um partido ideológico, passando, curiosamente, a procurar sustentação nas classes médias urbanas.

Quando se fala em partido de interesse, pensa-se hoje em outro tipo de partido. Eles são simbolizados pelos grandes partidos dos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, os partidos começaram a formar-se quando nascia o próprio país, formado pelas antigas colônias. Alguns queriam ceder poucos poderes à União, fortalecendo as colônias. Uniram-se em torno de Jefferson, e aí está a semente do atual Partido Republicano. Outros, com idéias mais progressistas, queriam fortalecer a Federação. Unidos sob a liderança de Hamilton, criaram o núcleo do que hoje é o Partido Democrata.

Com o correr do tempo, tais referências tornaram-se meramente históricas. Os representantes e eleitores de cada partido americano não obedecem a qualquer programa ou doutrina. Os partidos existem exclusivamente em função das eleições.

Em cada local ou região, foram-se formando grupos que tinham como afinidade o interesse de disputarem juntos eleições parlamentares ou para outros cargos. Reuniam-se no Partido Republicano ou Democrata. A tradição iria consolidando o grupo e seus sucessores, sempre reunidos apenas com o objetivo de chegar ao poder.

Os partidos americanos freqüentemente não têm sedes locais e não se reúnem fora de períodos eleitorais. Suas direções são nomeadas, sem contestação, pelos candidatos aos cargos majoritário, nos diferentes níveis. A burocracia não exerce influência sobre os candidatos; ao contrário, é escolhida e dirigida por eles.

A Fisiologia

No Brasil, criou-se a expressão "partido fisiológico" para designar os partidos que se estruturam e sobrevivem às custas de cargos e dinheiros públicos. Esta expressão não é traduzível para outros idiomas, e nem é conhecida no português de Portugal. Simplesmente porque nas democracias modernas, tal hábito é condenado pela Justiça comum, com pena de prisão para os que o praticam, criminosos que são. Os diferentes códigos e leis caracterizam como crime de prevaricação a utilização de dinheiros públicos para beneficiamento pessoal.

Não se confundam esses partidos fisiológicos com os partidos de interesse. Os fisiológicos não mereceriam sequer fazer parte da classificação dos partidos. Desaparecem quando se aprimoram os costumes políticos e são meros e lamentáveis acidentes na vida política.

Em todo o mundo, ao assumir o poder, os partidos ocupam cargos políticos com os seus quadros, para que a sua política execute seu

programa. Não, para beneficiar os indivíduos, para que aliciem votos ou se apropriem de verbas. Os cargos técnicos, mesmo em regimes presidencialistas, raramente são atingidos quando muda o governo. Apenas, seus ocupantes passam a executar a política do novo governo.

Um partido político existe para disputar o poder e executar seu programa. É natural, então, que ocupe os cargos com seus militantes e dirigentes. Caracteriza-se a fisiologia, quando as pessoas são nomeadas não com esse objetivo, mas apenas para obter vantagens pessoais e eleitorais.

Partidos Ideológicos

Convém ler no capítulo anterior, sobre Liberalismo Social, as considerações que fizemos sobre a diferença entre ideologia e doutrina, se o leitor não estiver lembrado do assunto.

Os partidos ideológicos têm uma visão integral do mundo, uma atitude definida e preconcebida diante do fato social e político. Com a sua cosmovisão, procuram chegar ao poder para pôr em prática suas idéias. Não necessitam da crítica ou do debate com outras correntes porque imaginam terem a verdade, descoberta em suas análises e formulações teóricas. Os partidos nazistas, fascistas e comunistas são ideológicos. Até pouco tempo atrás, os partidos socialistas eram ideológicos. Hoje, os melhores partidos socialistas europeus perderam essas características e comportam-se como partidos doutrinários.

A vitória de partidos ideológicos conduz inevitavelmente à autocracia e à ditadura. Ela está na própria essência do autoritarismo ideológico.

Vivemos hoje o fim das ideologias, que não se devem confundir com doutrinas. A complexidade do mundo moderno, o desenvolvimento das ciências, a necessidade de se desenvolverem as técnicas de administração, fizeram com que as ideologias fossem superadas. Ao cidadão não interessa se uma providência é rotulada como de direita ou de esquerda, socialista ou liberal, interessa que seja eficiente e o beneficie. Despreocupados de modelos, os governantes procuram dar eficiência ao Estado, sem se preocuparem com rótulos. Com isso, os partidos ideológicos se esvaziaram ou transformaram-se em partidos doutrinários.

Os partidos socialistas, por exemplo, assentavam todo o seu modelo na premissa da luta de classes. Interesses de patrões e empregados seriam sempre opostos, e esse fato deveria ser o tema, como em uma sinfonia, de todo o programa de ação política. De repente, descobriram que a luta de classes era apenas uma expressão vazia de conteúdo, nas sociedades mais desenvolvidas. O operário europeu ou americano quer a sua empresa forte para que lhe pague melhor, e o patrão quer operários bem pagos para que comprem seus produtos.

Cada vez mais, os partidos ideológicos foram reduzindo seu discurso a slogans, a pequenas frases que têm apelo meramente emocional.

O apelo emocional sempre foi característica dos partidos ideológicos, mas agora, com um discurso incapaz de enfrentar a realidade concreta, a emoção passou a ser não um instrumento adicional para a ação, mas o único. O slogan não mais resume um raciocínio lógico; ele o substitui.

Partidos Doutrinários

O liberal Benjamim Constant (1787-1830) pensava nos grupos doutrinários, e não nos partidos com as características atuais, quando disse: "Um partido é um agrupamento de pessoas que professam a mesma doutrina política". Mas sua frase é válida para os atuais partidos políticos.

Um partido doutrinário tem um sistema coerente de idéias que inspira o seu programa, estimula e limita a sua atuação.

O nosso Partido Liberal (PL) é tipicamente um partido doutrinário. Tem um programa coerente, defende a doutrina liberal social e realiza cursos para que seus filiados e militantes conheçam e estudem seu Programa.

Ao contrário dos partidos ideológicos, os doutrinários não pretendem ter uma visão acabada do fato político e social. Suas posições vão-se formando ao longo de estudos e debates. O partido doutrinário estimula a crítica e a análise, e por isso tende a fortalecer a democracia.

Um partido socialista terá sempre presente uma visão coletivista da sociedade, tal como um partido social-democrata tenderá a crer na possibilidade do Estado providencial. Um partido liberal estará sempre defendendo o indivíduo contra a opressão do Estado ou das maiorias. Coerentemente, estará enxergando os diferentes problemas e propondo soluções, de acordo com a sua doutrina. Mas, nesses casos, a doutrina não o estará cegando para a realidade concreta e nem impondo decisões acabadas.

Um partido liberal social como o nosso PL, defende o liberalismo, mas não o liberalismo egoísta ultrapassado. Nós temos consciência de que, em um país como o Brasil, com estruturas sociais tão injustas, o Estado ainda é essencial em vários setores, para apressar as reformas.

Fora dos Estados Unidos, que têm uma história política com características peculiares, são os partidos doutrinários os que tendem a dominar o cenário partidário em todo o mundo, representando diferentes segmentos da opinião pública.

Neste trabalho, estaremos analisando basicamente a estrutura dos partidos doutrinários.

OS MEMBROS DO PARTIDO

No estudo dos partidos políticos, há uma clássica divisão: partidos de massa e partidos de quadros.

O partido de massa procura ter grande número de filiados e geral-

mente dispõe de lideranças carismáticas que fazem seus apelos diretamente às bases do partido.

Os partidos únicos são quase sempre partidos de massa.

Os partidos de quadros têm maior preocupação de formar dirigentes e militantes, que servem também de ponte entre as lideranças maiores e suas bases.

Participantes, Militantes e Dirigentes

Podemos classificar os filiados a um partido como participantes, militantes ou dirigentes.

Os participantes são aqueles que preencheram ficha de filiação, participam de convenções e das maiores reuniões do partido, mas não lhe dedicam um tempo especial. O participante pode ser um entusiasta e propagandista do partido, mas seu trabalho não está coordenado com o dos dirigentes.

Os militantes trabalham de acordo com a tática e a orientação dos dirigentes. Não é a intensidade do entusiasmo que caracteriza um militante. É a sua dedicação, sua eficácia e sua disciplina. Ele executa tarefas, trabalha de acordo com a estratégia do partido.

Filiados militantes participam de reuniões, dos conselhos e dos cursos do Partido, freqüentam sua sede. São particularmente importantes nos períodos eleitorais, quando organizam as bases partidárias, fazendo chegar a elas a mensagem do Partido e de seus candidatos.

Os partidos brasileiros, salvo o PL e os partidos socialistas, não têm a tradição de forte militância, sobretudo nos maiores centros urbanos. Neles, os militantes são geralmente recrutados entre pretensos candidatos a eleições futuras e preocupam-se mais com seus próprios interesses de que com o partido. Com isso, enfraquece-se a disciplina, característica fundamental do bom militante partidário.

Em situações especiais, o militante pode não se identificar em seu meio como filiado ao Partido, se isso lhe permite maior eficiência na execução de tarefas que o Partido lhe tenha confiado.

Os dirigentes são os que ocupam os mais altos cargos da direção partidária. São também os responsáveis, em cada nível (municipal, estadual ou nacional) pela máquina burocrática do partido.

A DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Para que um partido político seja eficiente, é fundamental que seus membros, sobretudo seus militantes e funcionários, sejam fortemente disciplinados.

Ao contrário de um clube, um partido nasce e existe para a luta contra adversários. O combate está na própria essência do partido político. Não se luta sem disciplina.

Michels, o primeiro teórico de organização partidária, comparava, no princípio de nosso século, o partido indisciplinado e desestruturado a "um exército selvagem e amorfo, incapaz de fazer frente a um simples batalhão onde haja disciplina". Pensando sobretudo nos partidos socialistas de seu tempo, chega a recomendar, com exagero: "A democracia não é para consumo interno; é artigo de exportação dos partidos".

Duverger, mais moderno, dirá que "no catecismo das obrigações partidárias, a observância de regras hierárquicas chega a ser o artigo 1º. A hierarquia nasce como conseqüência das condições técnicas, e sua formação é um postulado essencial da máquina partidária que funciona bem". Filiados indisciplinados podem ser, no máximo, bons agitadores, mas nunca militantes eficientes.

Se a disciplina é fundamental para a eficiência de qualquer organização, nos partidos políticos ela ainda se tornará mais importante. Partidos trabalham com líderes e estimulam sua usual vaidade. Sem disciplina, será impossível conciliar os interesses e conduzir a máquina a atuar com eficiência. Os interesses pessoais e a vontade de sobressair fazem com que haja uma natural tendência para conflitos internos que enfraquecem os partidos. O hábito da disciplina e do respeito às lideranças reduz esses riscos.

Por outro lado, no mundo moderno, a eficiência de um partido depende cada vez mais do bom emprego de técnicas de comunicação e de organização. Nem todos os militantes e candidatos de um partido são capazes de compreender a sua utilização, sobretudo quando buscam votos individuais. Para que o partido chegue a melhores resultados, precisará então estar disciplinado, pois só assim haverá uma utilização tecnicamente correta dos recursos disponíveis.

Lenin sempre atribuiu à disciplina grande parte do êxito de seu partido. Sem ela, massas de revoltosos haviam sido metralhados pelos cossacos (janeiro de 1905). Só com disciplina e organização, o Partido conquistou o poder. Por isso, ele dirá que sem a obediência de todos a uma direção tática, pode-se formar "um grupo de teóricos, mas não uma unidade política eficiente".

LIDERANÇA, SOLIDARIEDADE E CONVÍVIO PARTIDÁRIO

Para que a indispensável disciplina interna não conduza ao autoritarismo, é fundamental que as lideranças partidárias sejam legítimas e que haja mecanismos internos que estimulem a conscientização, o estudo e o respeito à doutrina do partido. Um dos maiores riscos da indisciplina interna é o de enfraquecer a fidelidade aos princípios.

Nos partidos únicos, freqüentemente a chefia é meramente carismática. O chefe é o chefe porque é; por questões naturais (Führerprinzip). Ele não se elege, e não é votado; é reconhecido.

Nos partidos democráticos, a liderança emerge pelo voto, mas naturalmente. Só os falsos líderes procuram obter cargos, exaltam suas próprias qualidades, dizem suas virtudes, tentam impor sua vontade. Os líderes democráticos reais não se preocupam em impor sua liderança, porque ela é descoberta e reconhecida no correr da atividade partidária.

É grande a responsabilidade das lideranças partidárias, porque, na realidade, elas têm uma ampla delegação para agir em nome dos militantes e do povo que representam.

Rousseau já lembrava que "soberania não se delega". Quando se indicam líderes para atuar em nome dos filiados (e do povo), há uma renúncia. Os filiados não são consultados a cada momento e antes de cada decisão tomada em seu nome. Uma elite partidária decide por eles.

Só anarquistas recusam-se ao reconhecimento das elites nos grupos sociais. De Max Weber a Schumpeter, há o reconhecimento de que na democracia elas existem, inevitavelmente. Devem ser representativas e, sobretudo, todos devem ter acesso a elas. Aí estará a característica do sistema democrático. Em um partido democrático, as elites partidárias e dirigentes são formadas pelos quadros mais competentes e eficazes, reconhecidos pela massa e pelos militantes do Partido.

Não haverá autoritarismo, se no Partido for desenvolvido o espírito de solidariedade, que, nos seus vários níveis de direção, estimula o debate e a autocrítica. É a solidariedade horizontal, que assegura o estudo da doutrina, o bom convívio entre os militantes, e que inspira e limita as lideranças.

Há três tipos de convívio partidário:

- ideológico,
- societário,
- comunitário.

Nos partidos totalitários e ideológicos, os militantes comportam-se como se pertencessem a uma Ordem (Bund). Obedecem porque o chefe sempre tem razão. É o convívio ideológico.

Outras vezes, o militante sente-se como se pertencesse a uma sociedade (Gesellschaft), uma espécie de empresa. Como se fosse um acionista, aceita o que os dirigentes decidiram, em seu benefício. É o mais comum, em partidos de interesse ou de ocasião. É o convívio societário.

Em um partido doutrinário democrático, o militante sente-se parte de uma comunidade (Gemeinschaft). Ele o está influenciando por sua atuação. O partido é uma comunidade da qual ele faz parte e com o qual é solidário. Ele sabe então que, para o bom funcionamento do seu partido, é necessária a obediência às normas hierárquicas. É o convívio comunitário.

As lideranças partidárias, em partidos democráticos, são sempre eleitas e participantes dos debates internos, em permanente contato com suas bases.

CURSOS DE FORMAÇÃO

Os modernos partidos políticos doutrinários mantêm permanentes cursos de formação política. Eles se começaram a desenvolver nos partidos socialistas. A primeira organização de cursos partidários foi no Partido Socialista alemão, em 1906 (Parteischule). Logo estenderam-se aos partidos democrata-cristãos e liberais de toda a Europa Ocidental.

Atualmente, os partidos europeus, sobretudo os alemães, austríacos, italianos e franceses, mantêm verdadeiras escolas de política, destinadas ao estudo de seus programas e à formação de militantes. São poderosos instrumentos para a conscientização e para o fortalecimento da democracia interna.

O Partido Liberal trouxe para o Brasil a instituição dos cursos de formação política. No continente sul-americano, eles existem, sobretudo, na Venezuela e no Chile.

A BUROCRACIA DO PARTIDO

Os partidos modernos dispõem de técnicos e funcionários permanentes que formam o que é conhecido como aparelho partidário.

Em alguns partidos, o aparelho assume tais proporções que se torna responsável não só pela organização burocrática, mas até pela estratégia política. Nesses casos, ele geralmente é comandado pelo Secretário-Geral do Partido.

As atuais técnicas de organização e de comunicação vão tornando cada vez mais importante a burocracia do Partido. É ela que dispõe das informações fundamentais para as decisões dos dirigentes. Em 1921, Lenin já diria: "Teríamos todos desaparecido, se não houvesse o aparelho".

O desenvolvimento do nazismo na Alemanha dependeu fundamentalmente da organização partidária, que se foi tornando uma máquina de Estado. A partir de certa época, não se permitia a existência de qualquer associação no país, mesmo um inocente clube recreativo juvenil, sem a presença de militantes nazistas em sua direção. Essa fantástica coordenação (Gleichshaltung) exigia um aparelho partidário extremamente disciplinado e eficiente. Por intermédio dela, o Partido estava presente em todas as células da sociedade.

Nos partidos democráticos modernos, a burocracia tem seus membros selecionados por sua capacitação profissional. Ao contrário do que acontece com os militantes, o entusiasmo e o devotamento partidário

são menos importantes que a capacidade técnica e a eficiência. A burocracia não toma decisões; informa às lideranças e executa as suas determinações. Não deve participar da política interna do partido. Por isso, funcionários não devem ser recrutados entre antigos ou futuros candidatos.

Na Europa, alguns partidos dispõem de grandes sedes e centenas de funcionários pagos com verbas públicas. Os recursos são distribuídos de acordo com os votos que o partido tenha obtido nas últimas eleições.

PARTIDOS NO BRASIL

O Império

Até a abdicação de D.Pedro I (1831), mal se conseguiram organizar grupos políticos permanentes. Os debates eram sobre circunstâncias, e a política era dominada pela liderança pessoal dos que haviam lutado pela Independência.

No Segundo Reinado, começam a separar-se os liberais dos conservadores. Só nas últimas décadas do Império, os grupos passam a ganhar características de partidos políticos. Embora liberais e conservadores pouco se distinguissem quando estavam no poder, é possível encontrar tendências diversas de comportamento, sobretudo nos últimos anos, quando os discursos nos dois partidos ganhavam consistência. Já naquela época, o Partido Republicano também levava sua mensagem à praça pública.

Eram partidos que se baseavam não em uma organização nacional, mas exclusivamente em bancadas parlamentares.

O Partido Liberal lança seu Manifesto em 1869, um ano após o aparecimento dos liberais radicais, que propunham uma profunda transformação na estrutura política do país. O Manifesto inspirava-se no Partido Liberal belga e propunha uma reforma eleitoral que aumentasse o colégio eleitoral ("Ou a Reforma ou a Revolução!"). Defendia a emancipação dos escravos e propunha várias medidas que fortaleceriam a liberdade individual, repetindo antigos temas dos políticos liberais.

Enquanto o Partido Conservador tendia, sobretudo, para a defesa do Império e das instituições tradicionais, os liberais se iam orientando para as causas mais populares.

No último Gabinete do Império, seu chefe, o liberal Visconde de Ouro Preto sugere um programa que continuaria atual muitos anos depois de proclamada a república. Inclui a extensão do direito de voto, autonomia dos municípios e províncias, liberdade de ensino, e até uma lei de terras que facilitasse a sua aquisição, além de um código civil para o país.

Com a proclamação da república, desaparecem os velhos grupos partidários, inclusive o Partido Republicano.

A República

Na Primeira República, os partidos são regionais. Em poucos momentos, surgem sistemas nacionais, quase sempre procurando apenas coordenar a ação dos partidos regionais.

Sobressaem os diferentes Partidos Republicanos, como em Minas, São Paulo ou Rio Grande do Sul. Durante muito tempo, foram o eixo da atividade política, que se fazia em torno do poder regional (Presidentes dos Estados) ou federal (Presidente da República).

Fora do poder, não havia salvação, inclusive porque o sistema eleitoral permitia depurações. Não existia justiça eleitoral, e as fortes lideranças partidárias, ligadas aos governantes, além de escolher os candidatos, poderiam obter que fossem eleitos na apuração e no reconhecimento dos eleitos. Todas as tentativas de romper o sistema dominante foram inúteis, inclusive as campanhas de Rui Barbosa e de Nilo Peçanha. A estrutura só iria ruir com o movimento político e militar de 1930.

Em 1910, Pinheiro Machado forma o Partido Republicano Conservador, talvez o primeiro nacional, se não se considerar a breve experiência do Partido Republicano Federal, no tempo de Prudente de Morais. Com o PRC, Pinheiro Machado torna-se o homem forte do governo Hermes da Fonseca. O Partido desaparece após a morte de Pinheiro Machado.

No Rio Grande do Sul, surgiram os primeiros partidos doutrinários do país. O Partido Republicano Histórico foi a semente de uma organização conservadora, inspirada no positivismo. Júlio de Castilhos foi seu primeiro líder. De outro lado, com um discurso liberal, surgia em 1892 o Partido Federalista, chefiado por Silveira Martins, e que tinha como principal meta a adoção do parlamentarismo. Em 1928, ele será substituído pelo Partido Libertador, de Assis Brasil, que se concentra na luta pelo voto secreto.

Rui Barbosa cria o Partido Republicano Liberal, que será apenas uma legenda que lhe serve de alto-falante. Na segunda campanha de Rui para a presidência da república (1919), o PRL ganha forte conteúdo social, na linha de o que viria a ser o liberalismo social que hoje o PL defende.

O Partido Comunista do Brasil é fundado em 1922, após várias tentativas de organizações partidárias de esquerda. A primeira fora em 1890 (Partido Operário do Brasil). O Partido Socialista fora fundado em 1902, cinco anos depois da criação do primeiro partido socialista regional, o do Rio Grande do Sul. No Brasil, o PC teve apenas três meses de vida, sendo logo proibido.

Em 1930, a Revolução faz desmoronar toda a estrutura de poder partidário. Teoricamente, o discurso político era liberal: foi uma Aliança

Liberal que levou Getúlio Vargas ao poder. Mas, na prática, esse poder se concentrará nas mãos dos militares vitoriosos, e depois nas do próprio Vargas, todos com forte vocação totalitária.

São convocadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Já em 1932, um decreto regulara o funcionamento dos partidos, dividindo-os em permanentes e provisórios (só para disputar alguma eleição). Novamente, as organizações serão apenas regionais, e poucas (como o Partido Constitucionalista de São Paulo e o Partido Autonomista do Distrito Federal) terão alguma expressão. Na Constituinte, a maior força política nacional organizada seria a da Liga Eleitoral Católica, que elegeria candidatos em todo o país, conseguindo incluir na Constituição todo o seu programa.

Quando o país se preparava para as eleições de 1938, Vargas dá o golpe e implanta o Estado Novo. O Estado Novo foi precedido de intensa campanha dos partidos comunista e integralista, que lutavam um contra o outro. Em 1935, os comunistas tentam um golpe de estado (Intentona), que só serviria para aumentar a repressão de Vargas. Os integralistas, liderados por Plínio Salgado, adaptavam ao Brasil as ideologias nazi-fascistas, então em voga na Europa. Promoviam intensa agitação popular e iriam também procurar a conquista do poder, pelo golpe armado.

Os candidatos presidenciais Armando Sales e José Américo (além do próprio Plínio Salgado) desenvolviam campanhas pessoais. O liberalismo e o discurso social de José Américo preocupavam o exército e as oligarquias, que não tinham desaparecido.

Não é de estranhar que o Estado Novo surgisse em novembro de 1937 com forte mensagem antipartidária. Em 2 de dezembro, o ditador extingue todos os partidos. Ele próprio não se anima a imitar as ditaduras européias que criaram os seus partidos únicos.

Os Partidos de 1945

Na República de 1945, surgem os primeiros grandes partidos efetivamente nacionais. A primeira campanha presidencial já iria separar correntes com maior nitidez. Eduardo Gomes representava o liberalismo, os novos ideais que entusiasmavam o mundo após a derrota do nazi-fascismo. Eurico Dutra, Ministro da Guerra de Vargas, reunia as antigas oligarquias políticas e o conservadorismo agrário. A extrema esquerda apoiava Yedo Fiúza, candidato do Partido Comunista.

O Partido Social Democrático (PSD) foi o maior partido desse período. Fundado por Vargas, tornou-se uma federação de oligarquias locais. Conservador, com vocação de poder, não tinha maiores preocupações doutrinárias, desde que não se agredisse a sua ideologia conservadora. Em alguns momentos, chegaria a aliar-se a grupos populistas, mas por questões eleitorais. Nos momentos decisivos, a sua ação e a sua opção sempre seriam conservadoras.

O PSD deu estabilidade à República de 45. Com seu pragmatismo e graças à experiência de seus líderes, assegurava maioria a governos estaduais e aos presidentes, servindo de freio ao liberalismo udenista e aos partidos socialistas e trabalhistas. Modernizou-se com Juscelino Kubitschek, que, com habilidade, conseguiu conciliar os interesses oligárquicos com uma nova visão progressista de desenvolvimento para o país.

A União Democrática Nacional (UDN) nasceu das lutas liberais contra a ditadura de Vargas. Reuniu alguns dos nomes mais brilhantes da intelectualidade e da política de seu tempo: Virgílio Melo Franco, Prado Kelly, Raul Fernandes, Milton Campos, Pedro Aleixo, Odilon Braga, Julio de Mesquita Filho. Iria reunir figuras expressivas como Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro, Gabriel Passos.

Ao mesmo tempo, juntava algumas poucas oligarquias regionais (em luta contra os adversários locais, abrigados no PSD) como os Caiados, em Goiás, ou os Konders, em Santa Catarina. Abrigou também o tenentismo de 1930 (Juarez Távora, Juracy Magalhães).

A UDN surgiu como partido nitidamente liberal nas campanhas presidenciais de Eduardo Gomes. Suas grandes bandeiras eram as lutas pelas liberdades individuais e pela moralidade na administração pública. A qualidade de suas lideranças fez com que já em 1945 se preocupasse com o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, temas que, em outros partidos, só surgiriam décadas depois.

O Brasil desenvolvimentista da era Kubitschek desatualizou a UDN. Os grandes centros urbanos foram-se proletarizando e a questão social tornou-se o maior tema do país. O discurso udenista era dirigido à classe média e à burguesia. Empolgava a opinião pública nos períodos não-eleitorais, mas não dava votos suficientes para a conquista do poder.

Naturalmente, a UDN tendeu para o golpismo, quando sentiu sua incomunicação com as grandes massas eleitorais. Carlos Lacerda assumiu sua liderança e, com seu carisma, deu ao Partido características ideológicas. Era a ideologia da moralidade pública. A personalidade fulgurante e personalista de Lacerda acabou representando um risco natural para os governantes que empolgaram o poder em 1964. A UDN, que tanto contribuíra para o movimento militar, foi também extinta pelo Ato Institucional nº 2, de 1965.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi o braço popular de Vargas, fundado por ele, tal como o PSD.

Aproveitando o desenvolvimento industrial brasileiro, o PTB cresceu rapidamente: 24 deputados em 1945 e 136 em 1962. Mas vícios de origem impossibilitaram que o PTB desempenhasse no país o papel a que se propunha, de representar o movimento obreiro e ser o vanguardeiro das grandes conquistas sociais. Tornou-se apenas uma espécie

de partido peronista, sem a ideologia e o carisma do partido argentino, com lideranças caudilhescas, no melhor estilo dos pampas, e sem doutrina.

O PTB nasceu à sombra de cargos da Previdência Social e de favores governamentais. Getúlio Vargas e João Goulart, seus maiores líderes, não tinham angústia proletária, mas um comportamento populista. O partido não levava as aspirações de suas bases sindicais ao poder. Ao contrário, era um instrumento para narcotizar as lideranças sindicais, que recebiam favores para levar até as bases a mensagem dos caudilhos. Esses líderes sindicais governistas eram chamados de "pelegos".

Alguns dos lideres do PTB ainda tentaram, sem êxito, corrigir a tendência. Alberto Pasqualini procurou criar um trabalhismo sério, não-socialista, coerente e doutrinário. Fernando Ferrari buscava um trabalhismo utópico e com características moralizantes. Ambos esforçaram-se por uma reação contra os hábitos corruptos das lideranças partidárias, mas resvalaram para um discurso de estilo udenista. Por outro lado, Sérgio Magalhães e Leonel Brizola tentavam rechear o Partido de conteúdo socialista. Mas a falta de consistência e de preparação teórica do Partido tornou os discursos inconseqüentes e contraditórios.

Os outros partidos de 45 não tiveram oportunidade de ocupar maiores espaços, tal a predominância do PSD, UDN e PTB.

O Partido Democrata Cristão (PDC) começava a surgir como um promissor partido doutrinário e formador de quadros, quando foi surpreendido, em pleno crescimento, pela radicalização do debate da questão social, que dividia até a Igreja. Passara de dois deputados, em 1945, para 20, em 1962, mas dividiu-se em grupos que tiraram do Partido toda a coesão interna.

O Partido Social Progressista (PSP) era a organização que dava estrutura política à liderança pessoal de Ademar de Barros, sem qualquer conteúdo doutrinário. Uma versão brasileira dos partidos americanos de interesse, o PSP reunia os que acreditavam na gerência de seu líder, que não escondia o desprezo por exigências éticas ou doutrinárias.

Como partido doutrinário, restava o Partido Libertador (PL), de Raul Pila, sucessor de Silveira Martins e intransigente defensor do parlamentarismo. Liberal, limitado praticamente ao Rio Grande do Sul, o PL defendia a iniciativa privada e afirmava no seu programa que a razão única do Estado era a necessidade da garantia dos direitos individuais.

O Partido de Representação Popular (PRP), chefiado por Plínio Salgado, reunia os remanescentes do integralismo. O Partido Republicano (PR) restringia-se a Minas Gerais, onde elegeu seus únicos quatro deputados em 1962, sob a chefia respeitada de Arthur Bernardes. O Partido Socialista Brasileiro (PSB), nascido da Esquerda Democrática que lutara contra a ditadura de Vargas, reunia intelectuais, como

em um clube, sem qualquer vocação eleitoral. Sob a liderança legendária de João Mangabeira, reuniam-se nomes expressivos como os de Osório Borba, Guilherme Figueiredo, Joel Silveira, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Magalhães Jr., José Honório Rodrigues. Em nenhum momento conseguiu qualquer resultado eleitoral expressivo.

O Presidente Castelo Branco, em 1965, não teria qualquer dificuldade para extinguir esta estrutura partidária. Para substituí-la, os governantes tentam criar um partido semelhante ao PRI mexicano, que desse sustentação política ao regime. Uma espécie de partido único, responsável pelo governo, mas em um regime que mantivesse a aparência e as características formais das democracias.

Os Partidos de 1964

Em 1964, o Estado perdera a confiança da opinião pública brasileira. Desacreditadas as instituições, torna-se fácil para as Forças Armadas assumirem o poder, com um discurso de busca da eficiência e da moralização da administração. Entregaram-no a burocratas de confiança, tradicionalmente hostis a partidos e a políticos. Extinguem-se os partidos e procura-se criar um sistema bipartidário. Por um lado, o governo teria sustentação política e, por outro, seria dada uma satisfação à opinião pública internacional, mantendo-se a aparência democrática. Cria-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que seria o braço político do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que lhe faria oposição.

Nas eleições de 1966 e 1970, a ARENA parecia consolidar sua tendência de transformar-se no partido único do país. Em 1966, obtivera 64% dos votos para a Câmara Federal, chegando a 70% em 1970, em plena expansão do chamado milagre econômico brasileiro.

Mais do que o protesto contra a repressão ou a defesa das liberdades, a crise econômica iria fazer desmoronar o domínio arenista. Em 1974, o MDB conseguiria 14,5 milhões de votos para o Senado, contra 10 milhões da ARENA. Uma série de medidas casuísticas foram então tomadas para garantir a maioria governamental e o predomínio arenista.

Em 1979, extingue-se o bipartidarismo, como nova manobra para evitar a caracterização da minoria governamental e como tentativa de divisão da oposição. Os núcleos da ARENA e do MDB incorporam-se prioritariamente ao Partido Democrático Social (PDS) e ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Criam-se outros novos partidos.

Os Partidos Atuais

O PDS, hoje PPR, e o PMDB, herdeiros da ARENA e do MDB, cumpriram suas missões de apoiar e de fazer oposição ao movimento de 64. Quando este perdeu eficiência e se exauriu, e foi-se democratizando o país, os dois partidos perderam seu eixo de referência e seu discurso.

O PMDB era, naquela época, uma frente que unia desde os liberais de estilo udenista a conservadores do antigo PSD, marginalizados ou perseguidos pelos militares, até a esquerda mais radical do país.

A frente mantinha-se unida, sob o comando de Ulysses Guimarães, por ter um objetivo comum: o fim do autoritarismo. Conseguido o seu objetivo com a eleição de Tancredo Neves, ela perdeu sua razão de ser, e não haveria como se manterem unidas lideranças tão diversas. Fenômeno semelhante acontecia no PDS, que juntava liberais tradicionalmente adversários do populismo getulista a políticos fisiológicos, meramente governistas, no estilo do velho PTB.

O Partido da Frente Liberal (PFL) nasceu como uma dissidência do PDS para apoiar a candidatura de Tancredo Neves.

A rápida transformação do país, que passara da 40ª a 8ª economia do mundo, criava naturalmente novas expectativas políticas. A modernização das estruturas partidárias seria — e será — um corolário natural do desenvolvimento econômico e político. Ao mesmo tempo, o fim das ideologias e o pós-socialismo sugeriam a formação de um partido liberal no país. O PFL parecia ocupar esse espaço, e surgiu com fortes bases, sobretudo na classe média.

Entretanto, logo após fundado, o Partido desviou-se de sua pretendida vocação original e passou a abrigar simplesmente as velhas lideranças apegadas ao poder, que viam no PFL um instrumento para não o perderem.

O Partido tornou-se uma ampla agência de empregos e de favores governamentais, enquanto tentava manter uma aparência de moralismo udenista. É natural que fosse rapidamente perdendo sua substância doutrinária.

O novo PTB formou-se sem qualquer escrúpulo e sem mistificações como partido de interesse, apenas para obter cargos e posições para seus dirigentes. Recebe a soma de votos das lideranças beneficiadas pelo clientelismo. Não aspira ao poder, mas apenas a conseguir maiores privilégios.

O PDT e o PT são os mais importantes partidos nominalmente socialistas. O primeiro é limitado pelo caudilhismo de seu chefe, Leonel Brizola, que não forma quadros e o dirige de forma autoritária. Suas maiores bases estão no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, como reflexo da liderança histórica de seu chefe. Não se consegue, entretanto, expandir em estados-chave como São Paulo e Minas Gerais, justamente por falta de um discurso conseqüente e atualizado.

O PT, nascido para ser um partido operário, estendeu-se sobretudo na classe média do país, onde começa a encontrar dificuldades pela radicalização de seu discurso de esquerda. Com a crise do socialismo, aumentam as dificuldades do Partido, que chegou a disputar a presidência da república, em 1989, contra o Presidente Fernando Collor.

O nosso Partido Liberal (PL) cresceu rapidamente, sobretudo nas

maiores áreas urbanas e em centros universitários. Seus resultados eleitorais vêm sendo cada vez mais expressivos, e, o que é mais importante: os eleitos pelo Partido vão tomando consciência de seu Programa e atuando como membros de um partido doutrinário.

Problemas históricos brasileiros e diferenças regionais tornam difícil a formação de partidos doutrinários nacionais e homogêneos. O PL tenta este caminho, certo de que é nessa direção que sopram os ventos históricos.

Por fim, os antigos partidos comunistas, ao lado do PT, reúnem os grupos ideológicos e radicais de esquerda e buscam um novo discurso, ao mesmo tempo em que perdem a coesão interna, que era a sua grande força.

Os demais partidos são legendas sem expressão, que nasceram para abrigar candidaturas, resolver problemas de dissensões regionais ou aproveitar horários de televisão. Deverão ir desaparecendo, à medida que se consolidar a democracia partidária brasileira e se aprimorarem os costumes políticos.

Em 1993, foram lançadas as bases para uma ampla reformulação partidária no país. Os escândalos da Comissão de Orçamento abalaram as velhas estruturas partidárias, inclusive o PP (Partido Popular), que nasceu na undécima hora para tentar parecer novo e livrar-se da herança de seus dirigentes. Tal como o PDS, tentava esconder-se, trocando o nome para Partido Progressista Renovador.

O Partido Liberal (PL) é o único dos grandes partidos que não teve o nome de nenhum parlamentar ou dirigente acusado nos escândalos de 1993. Pela nova legislação, somente 11 partidos podem apresentar candidatos em todos os níveis: PMDB, PFL, PSDB, PDT, PT, PL, PP, PPR, PSD, PTB e PRN.

A nova legislação criou os partidos de primeira e de segunda categoria.

AVALIAÇÃO

1) O que é fundamental para que um partido político seja legítimo?
2) Em uma democracia pode haver partido único? Por que?
3) Quais as características dos principais partidos de 45?
4) Quais os partidos nascidos com o Ato Institucional nº 2, de 1965?
5) O nosso Partido Liberal (PL) é um partido doutrinário. O que é um partido doutrinário?

4.
SOCIALISMO E LIBERALISMO
José Guilherme Merquior

(Esta aula foi escrita em 1987 para os cursos do PL, tendo o autor feito pequenas alterações no ano seguinte. É publicada neste capítulo sem atualização, tal como foi deixada por José Guilherme Merquior.)

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

O socialismo, em suas origens intelectuais, não era uma teoria política e sim uma teoria econômica. Mais precisamente, uma teoria que procurava reorganizar a sociedade industrial. Os primeiros ideólogos socialistas — os que Engels chamou de "socialistas utópicos" — simplesmente não cogitavam de instituições políticas.

O socialismo só se politizou com Marx, que fundiu a crítica do liberalismo econômico com a tradição revolucionária e igualitária do comunismo.

Marx nunca valorizou os direitos civis (de expressão, profissão, associação, etc.). Ao contrário, chegou mesmo a condená-los, vendo neles mero instrumento de exploração de classe. O socialismo marxista, e muito especialmente o praticado pelos regimes comunistas, sempre refletiu esse menosprezo pelos direitos civis.

Em Lenin, a indiferença de Marx para com a liberdade civil torna-se verdadeira hostilidade aos direitos civis e políticos. Hoje, ninguém mais duvida de que nos regimes comunistas, ninguém consegue, ou tenta, tornar compatíveis socialismo e democracia.

Para tornar compatíveis socialismo e democracia, o socialismo precisa renunciar ao dirigismo econômico, à dominação de toda economia pelo Estado. Isso foi o que fez a social-democracia, desde suas primeiras experiências na Escandinávia. Compreenderam que o dirigismo político provoca ineficiência e despotismo, já que concentra todas as grandes decisões econômicas nas mãos dos que já tem o comando

político. Essa autonomia na esfera socialista nunca foi admitida pelos marxistas, embora Trotsky tenha observado que, após o crescimento industrial, a qualidade da produção está fora do alcance do controle burocrático da economia.

SOCIAL-DEMOCRACIA

Kolakowski baseia sua concepção da social-democracia em alguns valores e regras gerais que se podem resumir assim:

1) Adesão aos princípios democráticos e constitucionais da sociedade aberta;
2) Busca da igualdade, por meio do "Estado protetor", que atenda às necessidades elementares da população, cuide da velhice e da doença e promova, em clima de liberdade, a igualdade de oportunidades;
3) Orientação oficial da economia;
4) Reconhecimento da impossibilidade de tornar inteiramente compatíveis o necessário planejamento e a desejável autonomia.

A social-democracia foi perdendo terreno para o moderno liberalismo, entre outras razões, em conseqüência da revolta no mundo atual contra o estatismo econômico. Por outro lado, a recessão econômica e o desemprego em vários países europeus fizeram com que os social-democratas se afastassem de suas bases sindicalistas.

Na Inglaterra, por exemplo, a vitória de Margareth Thatcher foi em grande parte conseqüência da rebelião do operariado contra a política austera e estatizante dos social-democratas. Na prática, os social-democratas eram forçados à negociação entre empresários e trabalhadores, o que representava o reconhecimento dos interesses do capital, traindo suas origens social-marxistas.

RENASCIMENTO DOS LIBERALISMOS

"Um conservador", disse Irving Kristol, "não passa de um liberal assaltado pela realidade". Na realidade, não é bem assim. A palavra liberal serve hoje para cobrir diferentes comportamentos e pensamentos políticos.

Em outros tempos, o liberalismo estava na defensiva porque os injustos regimes liberais eram comparados com o ideal socialista de liberdade e de justiça. Mas, depois da Segunda Guerra Mundial, quando o socialismo de Stalin foi implantado autoritariamente, as mazelas da realidade socialista foram ficando mais visíveis. O liberalismo passou à ofensiva na produção teórica das universidades e dos pensadores porque o socialismo está longe de ter as mãos limpas e o coração leve.

Lembra Dahrendorf que o liberal raramente precisa envergonhar-se das realidades criadas em seu nome. Ou, quando precisa, resta-lhe o consolo de verificar que seus adversários de esquerda possuem mais esqueletos dentro do armário.

A sociedade moderna, tecnificada e consumista, não requer apenas justiça: exige também eficiência; e a eficiência, por sua vez, implica liberdade econômica.

O neoliberalismo de Hayek tem marcado muitos pontos na denúncia do estatismo econômico, por exemplo, quando se refere à grande expansão de empresas estatais.

É irrealista, no entanto, quando pensa que o Estado pode deixar de dirigir as finanças ou planejar a economia. Importante é que ele não a controle. No seu famoso livro *O Caminho da Servidão*, Hayek levantou a tese de que o envolvimento do Estado na sociedade e na economia, mesmo por intervenções isoladas, redundaria, a longo prazo, em totalitarismo. No entanto, depois de quase cinqüenta anos, desde a guerra mundial, vemos que Hayek se enganou. No Ocidente e no Japão, a ação do Estado ajudou a evitar o totalitarismo. O Estado, às vezes assistencial, contribuiu de modo decisivo para neutralizar movimentos políticos socialistas autoritários.

No Brasil, temos, ao mesmo tempo, Estado demais e Estado de menos. Demais na economia, onde o Estado emperra, desperdiça, onera e atravanca. De menos, no plano social, onde são gritantes e inadmissíveis tantas carências em matéria de saúde, educação e moradia. Por isso há muitas vezes um diálogo de surdos: de um lado liberais se esquecem, ao condenar a ação do Estado, de ressalvar nossas tremendas necessidades no campo assistencial; de outro, os que se dizem defensores "do social" condenam todas as posições liberais.

O MODERNO LIBERALISMO SOCIAL

O moderno liberalismo social, doutrina do PL, não deve querer dizer apenas menos Estado; quer dizer sobretudo mais liberdade. E o Estado contido pode ser um poderoso instrumento para promover liberdade para todos.

Keynes, que tanto transformou o liberalismo econômico, recusou-se a aceitar tanto a opção leninista (sacrificar a democracia para acabar com o capitalismo) quanto a fascista (sacrificar a democracia para salvar o capitalismo). Mas alguns liberais são frios em matéria de fervor democrático. Hayek, por exemplo, chegou a imaginar alternativas que atuassem na base de princípios liberais. Para o neoliberalismo de direita, a liberdade econômica, além de necessária, é suficiente.

Nosso melhor liberalismo não deve ter um permanente pavor do Estado; deve sim — e com crescente vigor — buscar a limitação da

ação do Estado a seus objetivos reais. Este é o liberalismo social que o PL defende.

Liberalismo com preocupações sociais é a única doutrina política atual que leva profundamente a sério o ideal democrático no sentido rigoroso da palavra, de governo do povo. Os socialismos de Estado dizem ser democráticos, mas ninguém se atreveria a dizer que praticaram a democracia como forma de governo. A democracia liberal social é realmente democracia, variando apenas no grau do seu teor democrático. O argumento liberal não precisa fugir à realidade; mas o antiliberalismo socialista só consegue basear-se no idealismo e em promessas sempre refeitas e adiadas de um paraíso de liberdade.

LIBERDADE E IGUALDADE

A verdadeira democracia liberal tem duas paixões — as paixões de Rousseau: liberdade e igualdade.

Por volta de 1850 ou 60, entendia-se a igualdade de acordo com os méritos de cada um. Já definira Rui Barbosa que a verdadeira igualdade consistia em aquinhoar-se desigualmente a cada um, na proporção em que se desigualam. De lá pra cá, tende a prevalecer uma visão "igualitária" de igualdade. Todos são iguais.

Ao mesmo tempo, a liberdade ganha uma versão libertária que tem a anarquia no seu horizonte natural.

Esse é o maior desafio que o liberalismo tem e terá de enfrentar. Do socialismo, o liberalismo só precisa temer a força, não o poder de convencer, pois ele está muito desgastado. Todavia, em nossas sociedades cada vez mais permissivas e reivindicatórias, o liberalismo não está completamente a salvo da perversão interna de seu próprio ânimo: o velho nobre espírito de igualdade.

AVALIAÇÃO

1) Por que o autor diz que, no Brasil, temos estado demais e estado de menos?

2) Quais as duas "paixões" da democracia liberal?

5.
O PODER E A INFLUÊNCIA NA POLÍTICA
Jadihel Loredo Júnior

Inicialmente, vamos estabelecer a diferença entre poder e influência.

Tem poder aquele que é capaz de impor sua vontade e suas decisões, punindo desobedientes. O Estado tem o poder, na medida em que faz leis, baixa regulamentos e dispõe da polícia e de agentes para fazer cumprir sua vontade.

Quando alguém exerce influência, não dispõe de instrumentos visíveis de coação. Sua vontade e suas opiniões são voluntariamente aceitas, muitas vezes sem que se perceba a influência que foi exercida. Quando o Papa expõe opiniões sobre problemas políticos ou sociais, e determina um comportamento, a sua influência se exerce em todo o mundo. Anos depois, leis podem ser mudadas, decisões políticas são tomadas em conseqüência da influência que, de forma direta ou indireta, os homens sofreram.

Um político moderno, eficiente e democrático, adquire poder graças à influência que consegue exercer.

Em países como o Brasil que passaram recentemente por períodos de autoritarismo, é comum confundirem-se políticos eficientes com simples administradores do poder. Durante o período autoritário, houve aqueles que faziam complicadas manobras políticas, que tinham êxito graças ao poder de seus agentes. Com uma lei, fechavam-se partidos e abriam-se outros, por exemplo. A força garantia a decisão tomada. Com o governo na mão, políticos distribuíram — e distribuem — estações de rádio e corrompiam — e corrompem — lideranças menores.

Com tais processos, conseguiam êxitos relativos e temporários, ganhando fama de bons políticos e até de bons articuladores. Eram apenas poderosos.

Sem o poder, perdem sua eficiência, porque não estão acostumados a influenciar, a convencer. Eram apenas obedecidos. Estamos presenciando vários casos de políticos que eram considerados bri-

lhantes e de muito futuro, e, subitamente, perderam suas posições, porque perderam o poder, que era só o que tinham.

O mesmo aconteceu com alguns políticos de oposição, acostumados a impor suas idéias e dispondo do poder de patrulha sobre os que discordassem. A patrulha era, às vezes, também poderosa. Os divergentes do líder eram execrados por jornais, humilhados nos seus sindicatos, marginalizados nos partidos, atacados em sua honra. Muitos desses "líderes de poder" foram esmagados nas urnas, com a abertura democrática.

O PODER

O poder não é só do Estado.

Modernamente, o indivíduo está também sujeito ao poder de grandes corporações, de empresas privadas que dispõem da vida de seus empregados e de seus consumidores. Empresas com milhares de funcionários onde eles são apenas números, modificam até padrões de vida de cidades inteiras. O que dizer de empresas de transporte público ou de outras que detêm a quase exclusividade na prestação de certos serviços? Ou de empresas locadoras de mão-de-obra não qualificada que escravizam os empregados que alugam? Poderiam ser lembrados os bancos ou veículos de comunicação, que, sem qualquer freio da sociedade, dispõem de poderes excepcionais, em certas situações, sobretudo quando não têm ou têm pouca concorrência.

Um exemplo ainda mais fácil de perceber é dos serviços de proteção ao crédito (SPC), entidades privadas que podem alterar seriamente, até por um equívoco, a vida do indivíduo.

O poder do Estado tem a força institucionalizada para garantir o seu exercício. Em uma democracia, este poder é limitado e fiscalizado. Estas organizações dispõem de um poder paralelo, às vezes sem fiscalização que proteja os direitos individuais.

Como já vimos em outras aulas, em uma democracia, o poder público não deve ser exercido apenas por uma pessoa ou um grupo. A história do liberalismo é a história da luta pela limitação do arbítrio do poder, seja de quem for.

Nos Estados democráticos modernos, o poder emana do povo, que se manifesta por eleições periódicas ou por outras formas, como plebiscitos, por exemplo. Como veremos adiante, não basta esta origem legítima para que o exercício do poder seja democrático.

A POLÍTICA

Estaremos aqui falando de política no sentido de "tomada de decisões através de meios públicos" (Deustch).

Na concepção de Sto. Tomás de Aquino, a política é a arte de governar os homens e administrar as cousas, visando ao Bem Comum, e de acordo com as normas da Reta Razão.

É a ação política que orienta a ação do poder público, limita ou aumenta esse poder.

Muitas vezes não percebemos o quanto as decisões políticas influenciam o nosso todo-dia. A política econômica do governo atua decisivamente sobre os nossos salários, sobre a inflação (que altera nossos padrões de vida), sobre os impostos que pagamos. São decisões políticas que interferem na construção de casas, nos aluguéis que pagamos, no trânsito que enfrentamos. Por tudo isso, nenhuma pessoa sensata pode desconhecer a política. Ao contrário deve procurar compreendê-la, e participar.

CONSCIENTIZAÇÃO

Para atuar politicamente, e assim influenciar o poder, o cidadão deve conscientizar-se. Deve informar-se, ouvir, conviver, ler, estudar e procurar formar suas opiniões sobre os diferentes problemas e suas soluções.

Com boa consciência política, o cidadão estará melhor preparado para votar, exigir dos governantes, fazer sugestões, acompanhar o trabalho de seus parlamentares e reagir ou protestar, quando necessário.

A conscientização é o melhor remédio contra o poder ideológico ou de grupos que procuram impor sua vontade.

O poder ideológico (ver o capítulo 3) é impenetrável. Não procura modificar-se e reage contra influências políticas externas. Para impor-se, usa processos autoritários e luta contra seus adversários, mesmo usando mentiras e artifícios desleais.

Não é só o Estado que usa este processo. No Brasil, por exemplo, durante os debates da Constituinte, grupos totalitários espalharam até cartazes com informações falsas sobre votos de deputados. Este tipo de ação não exerce qualquer resultado sobre pessoas bem informadas e conscientizadas, embora sejam demonstração de força típicas do poder autoritário.

LEGITIMIDADE

O poder é exercido legitimamente em uma democracia quando:

1) sua origem também é legitima;
2) não ultrapassa os limites de sua competência;
3) não prejudica o exercício dos direitos de outros.

A origem é legítima quando o poder emana do povo. Ele não pode agir além do que lhe foi autorizado. Quando o governo, por exemplo, impõe o que não está previsto em lei, o exercício do poder é ilegítimo. Se uma lei contraria direitos naturais, o poder (embora seja legal) também se torna ilegítimo, mesmo que a lei tenha sido aprovada pelos representantes eleitos. porque o Estado existe para promover o Bem Comum (este é um limite ao seu poder), o que é impossível, se se contraria a natureza. Seria ilegítima, por exemplo, uma lei que proibisse alguém de comer ou o obrigasse a viver em temperaturas insuportáveis. Ésses são alguns exemplos de agressões flagrantes a direitos naturais.

Mas o poder também torna-se ilegítimo quando é exercido para prejudicar direitos alheios. Isso acontece, por exemplo, quando o Estado prende alguém injustamente.

A POLÍTICA E O PODER

A política estimula o debate e a conscientização, em uma democracia. Como diferentes idéias se confrontam, há uma natural tendência para o entendimento e a conciliação. Desta forma, a ação política influencia decisivamente o poder, impedindo ou dificultando a ditadura das maiorias. Quando não há conciliação, pelo menos a ação política expõe e protege os direitos das minorias.

Não há exercício do poder sem política. Mas nas ditaduras, é o poder que determina a ação política. Nas democracias, dá-se o contrário: é a política que determina a ação do poder.

Por outro lado, a política prepara a opinião pública para melhor aceitar as decisões do poder, graças ao debate e às lideranças intermediárias que naturalmente se formam.

AVALIAÇÃO

1) Qual a diferença entre poder e influência?
2) Por que é importante a conscientização?

6. PRESIDENCIALISMO E PARLAMENTARISMO

Jacinto Lamas

FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS

Neste capítulo, estaremos discutindo as formas puras do presidencialismo e do parlamentarismo, como são concebidos teoricamente em regimes democráticos. Não estamos considerando ditaduras. Em diferentes países, essas formas sofrem alterações, como veremos mais adiante.

Presidencialismo

No regime presidencialista, há três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

São exercidos, respectivamente, pelo Presidente da República, pelo Parlamento e pelo Supremo Tribunal ou Corte Suprema.

Toda a concepção do presidencialismo baseia-se na harmonia desses três poderes. Nenhum pode superar ou impor-se a outro. Para manter esse equilíbrio, há um sistema de freios e contrapesos, pelo qual um poder controla o outro, e cada um depende dos outros dois. Vamos ver alguns exemplos:

É o Parlamento que aprova os projetos de lei, assim como, o orçamento que fixa as despesas. Com isso, o Legislativo controla o Executivo e o Judiciário. Mas o Presidente da República pode vetar o que foi aprovado pelo Legislativo, e, assim, o freia. O Legislativo pode rejeitar o veto, voltando a exercer controle sobre o Executivo.

É o Presidente da República (Executivo) que escolhe os nomes dos membros do Supremo Tribunal, controlando o Judiciário. Mas o Legislativo deve aprovar esses nomes, controlando o Executivo e o Judiciário. O Judiciário é que julga a aplicação das leis, podendo, inclusive suspender a execução delas. Com isso, ele freia o Legislativo e o Executivo.

No presidencialismo, o Chefe de Estado (que simboliza a nação) e

o Chefe de Governo (que dirige a administração do país) são a mesma pessoa. O Presidente da República é chefe de estado e chefe de governo.

A natureza do presidencialismo está nesta divisão do poder em três ramos. Teoricamente, ele será tanto mais puro quanto menos um poder prevalecer sobre o outro. A harmonia dos três é da essência do regime presidencialista.

No presidencialismo, o Presidente e os parlamentares são escolhidos por um período de tempo fixo e determinado, geralmente quatro ou cinco anos. Salvo situações excepcionais, uma vez eleitos, têm o seu mandato garantido durante esse prazo.

Em um regime presidencialista, o Legislativo pode ser exercido apenas pela Câmara dos Deputados (sistema unicameral) ou por duas casas, a Câmara e o Senado (sistema bicameral).

Parlamentarismo

No parlamentarismo, todo o poder concentra-se no Parlamento, que é, de fato, o único poder. Se o governo executivo discordar do Parlamento, a maioria dos deputados dissolve este governo. A Justiça não se deve opor ao Parlamento, inclusive porque, em um parlamentarismo puro, a Constituição não é rígida: se uma lei for considerada inconstitucional, o Parlamento simplesmente altera a Constituição. No Reino Unido, o exemplo mais puro de parlamentarismo, não há sequer uma constituição escrita.

Em um regime parlamentarista, distingue-se o chefe de estado do chefe do governo.

O chefe de estado apenas simboliza a nação, mas não tem poderes administrativos. Pode ser um monarca ou presidente escolhido pelo Parlamento ou eleito diretamente pelo povo. A Rainha da Inglaterra, por exemplo, reina, mas não governa: ela é chefe de estado apenas.

O chefe do governo é quem governa e administra. Ele é sempre escolhido pelo Parlamento, que pode destituí-lo.

Após as eleições, o partido político ou a coligação que teve a maioria dos votos escolhe um Primeiro Ministro e os que vão ocupar os diferentes ministérios. Levam esses nomes ao Chefe de Estado, que os submete ao Parlamento.

Se os nomes forem aprovados pela maioria, esse ministério (Gabinete) será empossado e governará até que haja novas eleições (quatro ou cinco anos depois), ou até que perca a confiança da maioria parlamentar.

Se a maioria, em algum momento, discordar do Gabinete, votará uma moção de desconfiança e o governo cai. A maioria vitoriosa no Parlamento indicará ao Chefe de Estado os nomes dos novos ministros, que serão submetidos a votação. Se forem aprovados, começam a governar; se não forem, novos ministros terão de ser escolhidos, até que o Gabinete indicado tenha o apoio da maioria dos deputados.

Pode acontecer que a maioria aprove uma moção de desconfiança ao Gabinete, mas o Primeiro Ministro ache que ele representa a vontade da maioria do povo. Neste caso, ao invés de cair o Gabinete, dissolve-se o Parlamento, e realizam-se eleições imediatamente (prazo de poucas semanas). O povo então decidirá a quem dá maioria. Se ele der maioria aos partidários do Gabinete, este se mantém. Se der aos seus adversários, cai o governo, e seus oponentes submetem ao Parlamento um novo ministério.

No parlamentarismo, o Executivo é um mero delegado da maioria parlamentar. Em um regime parlamentarista puro, só parlamentares podem ser ministros, e eles comparecem normalmente às sessões do Parlamento, dando contas de sua atuação e sendo interpelados por seus pares.

As funções parlamentares são exercidas em sua plenitude por uma casa legislativa que se pode chamar, por exemplo, de Câmara dos Deputados, Parlamento, Câmara dos Comuns (Reino Unido) ou Assembléia Nacional (França). Este poder não pode ser dividido com outra casa legislativa que não tenha as características populares do Parlamento. No Reino Unido, por exemplo, existe a Câmara dos Lordes, mas suas funções são praticamente decorativas, na elaboração das leis. Os lordes não destituem gabinetes.

ORIGENS HISTÓRICAS

Presidencialismo

Desde o tempo dos reis discricionários, pensadores liberais defendiam que o poder deveria ser dividido para evitar o absolutismo dos monarcas. Locke (1632-1704), por exemplo, já falava em dividir o poder entre aqueles que fazem as leis, os que as executam e os que as julgam.

Mas quem dá forma ao regime presidencialista, é Montesquieu (1689-1755), em sua obra *O Espírito das Leis*. Ali, Montesquieu concebe o governo com a clara divisão entre Executivo, Legislativo e Judiciário, defendendo a harmonia e o equilíbrio entre eles.

A Constituição dos Estados Unidos (1787), fortemente influenciada por Montesquieu, criou o primeiro regime presidencialista e passou a ser o exemplo para outros países, inclusive o Brasil, que adotaram esse modelo.

Parlamentarismo

O regime parlamentarista foi-se formando ao longo do tempo, à medida que a luta contra os reis absolutos foi transferindo poderes ao Parlamento. Um dos grandes marcos desse processo foi quando, no reinado de João Sem-Terra (1199-1216), na Inglaterra, o povo exigiu

que seus representantes aprovassem os impostos cobrados pelo rei (*No taxation without representation*: "Não pode haver impostos sem representação"). Para poder recolher tributos, os reis foram cedendo seus poderes aos representantes do povo.

A doutrina parlamentarista moderna sofre forte influência de Rousseau (1712-1788), que, em sua obra *O Contrato Social*, defende a soberania popular. Naquela época, acreditava-se que os reis governavam por vontade de Deus. Rousseau diz que é o povo que transmite a vontade de Deus, e, assim, pode escolher seus governantes.

Na base histórica do parlamentarismo, está a luta contra governantes (reis) que não eram eleitos. Nesse sentido, a evolução do parlamentarismo é a própria evolução da democracia, do direito do povo de ser governado por representantes escolhidos por ele.

Essa cadeia histórica é rompida nos Estados Unidos, porque o Chefe de Estado, segundo sua Constituição, é também escolhido pelo povo em eleições, embora o regime seja presidencialista.

FORMAS IMPURAS

Em quase nenhum país do mundo encontram-se hoje formas puras de parlamentarismo ou de presidencialismo. Os regimes presidencialistas convivem com instituições tipicamente parlamentaristas, e regimes chamados parlamentaristas têm instituições que só seriam aceitas no presidencialismo.

Por exemplo, no regime presidencialista puro, o Poder Executivo é o Presidente da República, como lembra a Constituição americana. Os ministros são simples auxiliares de livre escolha do Presidente. Por isso, nos Estados Unidos, eles são chamados de secretários, e não de ministros. No entanto, mesmo naquele país, atualmente, os nomes dos secretários são submetidos ao Congresso, antes de serem nomeados, o que só acontecia nos regimes parlamentaristas.

São muito raros os sistemas parlamentaristas puros, que subsistiram sobretudo nas monarquias (Reino Unido, Suécia, Holanda, etc.).

Na França, por exemplo, embora o regime seja chamado de parlamentarista, o Chefe de Estado (Presidente da República) tem várias funções de governo, às vezes até superiores às do Primeiro Ministro. O poder é dividido entre os dois.

No Brasil, as formas de parlamentarismo sempre foram impuras.

Na monarquia, tínhamos um regime parlamentarista, mas o Imperador dispunha do "Poder Moderador", o que lhe permitia até nomear primeiros ministros que não dispusessem do apoio da maioria parlamentar.

Em 1962, tentou-se criar um sistema parlamentarista, com João Goulart como Presidente da República. O sistema nunca funcionou,

porque o Presidente era quem indicava ao Parlamento o nome do primeiro ministro. Os chefes de governo que o Presidente indicava eram seus aliados políticos, que o obedeciam, e a direção do país, na prática, continuava em mãos do Chefe de Estado. Foi realizado um plebiscito e o povo resolveu voltar ao presidencialismo.

A Constituição de 1988 é presidencialista, mas repleta de instituições parlamentaristas.

Quando a Constituinte começou a votar a Constituição, pensava em estabelecer o regime parlamentarista, e vários artigos foram votados com este espírito. Depois, aprovou-se o presidencialismo, mas aqueles artigos já estavam na Constituição.

LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE

Como vimos, o regime presidencialista baseia-se na divisão dos poderes. Eles não se concentram em nenhum dos ramos. No parlamentarismo, ao contrário, todos os poderes se concentram em mãos do parlamento.

Para que essa concentração de poderes não gere uma oligarquia (governo discricionário de um grupo), é preciso que o parlamento seja rigorosamente fiel ao povo.

No parlamentarismo, o parlamento não apenas representa a vontade popular. Ele é o povo em assembléia política.

Por isso, é fundamental, no regime parlamentarista, que haja a possibilidade da dissolução parlamentar: quando há dúvidas sobre se o parlamento representa a vontade nacional, ele é dissolvido e o povo é chamado a pronunciar-se em novas eleições.

Um regime parlamentarista que não tenha a possibilidade da dissolução parlamentar transforma o parlamento em uma assembléia com poderes discricionários por tempo determinado. A maioria parlamentar poderá desrespeitar as minorias e impor a sua vontade, fazendo e desfazendo governos e leis.

Outro ponto fundamental para garantir a legitimidade do Parlamento é a forma pela qual os parlamentares são eleitos, como veremos adiante.

Voto proporcional e Voto Distrital

No Brasil, adotamos atualmente o sistema proporcional para eleger os deputados.

Cada Estado tem uma bancada com um número determinado de deputados. Os candidatos concorrem em todo o estado. Apura-se quantos votos cada partido teve, e são atribuídas cadeiras a esses partidos, proporcionalmente ao número de votos. São eleitos os mais votados de cada legenda partidária, até que se preencha o número de cadeiras atribuídas ao seu partido. A isso, chama-se sistema proporcional.

Na maioria dos países, adota-se o voto distrital. O país ou o estado (se houver estados) é dividido em distritos eleitorais: regiões com aproximadamente a mesma população. Cada distrito elege um deputado, e assim se completam as vagas no parlamento e nas câmaras estaduais.

Alguns raros países (a Alemanha é um exemplo) têm o sistema misto. Parte dos deputados é eleita pelo sistema distrital, e as demais vagas são ocupadas por deputados eleitos pelo sistema proporcional, podendo ser votados em todo o país.

É difícil imaginar o parlamentarismo sem o voto distrital.

É condição essencial no parlamentarismo a legitimidade e representatividade do mandato popular. Todos os poderes concentram-se no Parlamento. Se esse parlamento não exprimir a vontade da nação, o sistema conduz o país à ditadura de um grupo (da maioria parlamentar). E, nesse caso, pode ser uma ditadura férrea e sem limites, porque não há equilíbrio de poderes.

O sistema proporcional, sobretudo em um país que tem estados com as dimensões de alguns dos nossos, não garante a representatividade dos parlamentares. Os deputados fazem campanha em todo o estado e dependerão fundamentalmente da mídia para eleger-se, porque, em um colégio eleitoral tão grande, não poderão conhecer cada eleitor.

Freqüentemente, os eleitores brasileiros não se recordam em quem votaram, e por isso não podem acompanhar o que fazem seus eleitos. São raros os deputados que prestam contas de sua atividade parlamentar. Em cada eleição, os eleitores tendem a escolher seus candidatos em função da campanha eleitoral e por influência dos grandes veículos de comunicação.

Nos estados maiores, o número de votos de que o candidato precisa para eleger-se é tão grande (porque o colégio eleitoral é todo o estado), que ele não pode contar apenas com o contato direto com seus eleitores; os grandes veículos tornam-se absolutamente indispensáveis e o conhecimento direto é quase impossível.

Nesse quadro, é pequena a representatividade dos deputados e a sua legitimidade é discutível para falar e votar, sem limites, em nome de seus eleitores, exprimindo a vontade deles.

O sistema distrital assegura identidade entre eleitores e deputados, dando a legitimidade indispensável ao parlamentarismo. O deputado é diretamente fiscalizado por seus eleitores, que moram no seu distrito. Por outro lado, a qualquer momento, o deputado pode ter de concorrer a nova eleição e, por isso, está sempre prestando contas de sua atuação.

Dentro do sistema do voto distrital, a eleição pode ser pelo processo de maioria absoluta, ou não.

Ou seja, pode haver vários candidatos no distrito e será eleito o

mais votado. Ou pode-se exigir a maioria absoluta: depois da eleição, os dois mais votados disputam em um segundo turno.

Outras Vantagens e Desvantagens do Voto Distrital

Já mencionamos a grande vantagem do voto distrital: permitir maior aproximação entre o deputado e seus eleitores e maior fiscalização por parte do eleitor. Por outro lado, o candidato depende menos dos veículos de comunicação, porque pode ter contato direto com seus eleitores por visitas, lideranças locais e correspondência pessoal.

Outra grande vantagem está no fato de que o voto distrital dificulta a radicalização política. A Inglaterra, que, em toda a sua história, sempre usou o voto distrital, é o grande exemplo: são raros os radicais (de direita ou de esquerda) na política inglesa, e não é difícil explicar a razão:

Pelo sistema distrital (majoritário), o candidato precisa ter maioria em seu distrito. Em qualquer comunidade, dificilmente a maioria é radical, e, assim, a política do país tende a criar e fortalecer lideranças mais estáveis e menos passionais.

O sistema distrital associado à maioria absoluta traz a vantagem adicional de estimular os entendimentos entre partidos assemelhados. A tendência é de se realizarem campanhas menos agressivas ou de ofensas pessoais, porque os candidatos sabem que podem precisar do apoio de seus atuais adversários em um segundo turno.

Por outro lado, os que criticam o voto distrital temem que esse sistema crie "deputados-vereadores". Como só têm de obter votos no seu distrito, mesmo os parlamentares federais procurarão trazer ao debate os problemas locais, que são os que interessam a seus eleitores eventuais. A campanha eleitoral far-se-á sem o debate dos grandes temas nacionais e internacionais, que também passariam a ser de menor interesse para os parlamentares. O sistema prejudicaria os grandes líderes nacionais e as figuras de maior valor intelectual, indispensáveis ao país, beneficiando aqueles que cuidam apenas de pequenos problemas imediatos da população.

A experiência mostra, porém, que isso não tem acontecido nos países que adotam o voto distrital. Os partidos, em geral, sabem os distritos nos quais dificilmente perdem eleições. Nesses distritos, os partidos apresentam seus líderes de maior expressão. Os eleitores entendem que sua área está elegendo também um líder nacional, e a campanha é feita nesta direção.

Outra crítica é a de que os partidos ganham uma força excessiva com o voto distrital. É a direção partidária que escolherá o candidato (apenas um) em cada distrito. Quando o partido tem uma tradição de vitória naquele distrito, a direção partidária praticamente indica o deputado.

O fortalecimento dos partidos é um fato indiscutível no sistema distrital. Vale discutir se isso é vantagem ou desvantagem.

Em muitos países, o candidato do distrito é escolhido após eleições internas entre os filiados do Partido, o que resolve o problema da indicação. Em outros, a escolha é feita pela direção partidária, que também é eleita no distrito. De qualquer forma, o voto distrital estimula os eleitores a uma maior participação na vida dos partidos, porque é ali que começa efetivamente a eleição.

Os adversários do voto distrital alegam que esse sistema pode tornar o poder econômico absolutamente dominante, além de facilitar a fraude. Sendo o deputado eleito apenas no distrito, em regiões mais pobres, os candidatos ricos poderão distribuir favores aos eleitores, facilitando sua eleição. A fraude também se torna mais eficiente, porque bastará fraudar as eleições em um distrito eleitoral para garantir o mandato. Nas eleições proporcionais, esses comportamentos seriam dificultados porque teriam de espalhar-se por todo o estado.

Não há dúvida de que essa é uma crítica séria, mas que não resiste a uma comparação com a realidade. As eleições proporcionais tornam importantíssima a ação do poder econômico, porque os candidatos precisam de jornais, da televisão e de material impresso em grandes quantidades para espalhar por todo o estado, o que não acontece com o voto distrital. A realidade brasileira mostra que cada vez torna-se mais difícil eleger-se, pelo sistema proporcional, um candidato que não disponha de grandes recursos financeiros para fazer sua propaganda.

A mesma realidade revela que a fraude existe no sistema proporcional, sobretudo no interior de algumas regiões do país e na periferia de alguns centros urbanos. Mesmo sendo proporcional, alguns candidatos concentram sua ação fraudulenta em certas juntas eleitorais, de onde saem com grandes votações que lhes permite a eleição. Se o voto fosse distrital, ele teria naquele distrito um candidato opositor que estaria fiscalizando as eleições, o que, muitas vezes, não acontece no sistema proporcional, porque um candidato domina completamente a região.

A crítica mais séria ao voto distrital é a de que ele expulsa da política nacional os partidos de pequena expressão, dificultando a renovação dos quadros políticos.

Com o voto proporcional, os partidos menores conseguem eleger seus deputados porque têm eleitores espalhados, que, somados, bastam para eleger um ou dois representantes em alguns estados.

Com o voto distrital, esses pequenos partidos teriam de ter maioria em um distrito, o que é mais difícil de acontecer, sobretudo com partidos mais radicais. Por esta razão, os partidos brasileiros de esquerda radical lutam contra a implantação do voto distrital.

CRÍTICAS AO PARLAMENTARISMO E AO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL

Procuraremos, neste capítulo, enumerar as críticas mais comuns feitas ao parlamentarismo e ao presidencialismo, e as respostas dadas pelos que defendem cada um desses sistemas. O leitor ou aluno fará a sua própria opção.

Críticas dos Presidencialistas e Defesa dos Parlamentaristas

1) No Brasil, se entregarmos todo o poder aos parlamentares, eles vão usar esse poder para nomear parentes ou ficarem ricos. A política do "é dando que se recebe" vai ser ainda mais grave. Ou o governo corrompe os políticos, oferecendo vantagens, ou cai.

Resposta dos parlamentaristas: a preocupação tem toda a razão de ser. Mas essa realidade é decorrente justamente do sistema presidencialista. A crítica não é propriamente ao parlamentarismo, mas aos maus hábitos da política brasileira. Esses hábitos nasceram da irresponsabilidade dos parlamentares. Quando eles tiverem responsabilidade, isso deixará de acontecer, sobretudo com o voto distrital. O parlamentarismo politiza o povo e o torna fiscal mais eficiente.

2) O parlamentarismo é, afinal, uma ditadura. Uma ditadura não é só de generais ou de um ditador civil. Ela pode ser exercida por um grupo. No caso do parlamentarismo, quando não há limites ao poder do Parlamento, caracteriza-se uma ditadura. No presidencialismo, há mais garantias porque o poder está dividido.

Resposta dos parlamentaristas: Não há ditadura, porque os parlamentares são eleitos, e, se não estiverem representando o povo, o Parlamento pode ser dissolvido. A opinião pública e a crítica da mídia e do povo não permitem abusos de poder. É claro que pode haver um conluio entre o Parlamento e o governo e os dois comandarão o país, sem ouvir o povo. Mas, se houver condições políticas para essa aliança, ela se pode estabelecer também no presidencialismo.

3) O parlamentarismo só dá certo em países com maior cultura política e sobretudo com partidos organizados.

Resposta dos parlamentaristas: É indispensável para o bom funcionamento do parlamentarismo que os partidos sejam melhor organizados e que haja fidelidade partidária. Mas é o parlamentarismo que cria essas condições. A desorganização e a infidelidade existem exatamente por causa do presidencialismo.

4) Com dezenas de partidos, os ministros vão ter de fazer grandes concessões para conseguir maioria. E, se um dos partidos sai da coligação que apóia o governo, ele cairá. Vamos ter um governo por semana no Brasil.

Resposta dos parlamentaristas: A falta de entendimento parlamentar é conseqüência do presidencialismo. Os governos podem cair com

freqüência, como aconteceu em certa fase da vida italiana e da vida francesa, mas isso não é grave, porque a administração dos ministérios não se altera e a vida do país continua normalmente. No parlamentarismo, quando mudam os ministros, não se trocam os cargos do segundo escalão. Muda-se apenas a orientação política do ministério.

5) O Parlamentarismo no Brasil nunca funcionou. Só não foi pior no Império, porque não havia efetivamente parlamentarismo: havia o poder moderador de D.Pedro.

Resposta dos parlamentaristas: O parlamentarismo nunca funcionou, porque não foi experimentado. No Império, havia o parlamentarismo, apenas interrompido quando D.Pedro usava o seu poder moderador. Funcionou bem, e não foi melhor porque o sistema eleitoral era defeituoso, permitindo não só fraudes, mas até o não reconhecimento de parlamentares eleitos. A culpa não era do sistema e sim dos hábitos políticos. No tempo de João Goulart, o parlamentarismo foi criado como uma solução política para dar posse ao vice-presidente eleito e, ao mesmo tempo, diminuir os seus poderes, satisfazendo aos militares. Na realidade, todos sabotavam o regime, até os primeiros ministros. Dessa forma, não poderia mesmo funcionar.

6) O Presidencialismo cria um governo forte, indispensável em um país em desenvolvimento e cheio de crises. O Parlamentarismo cria um governo fraco e, nesse quadro, leva à ineficiência, porque a administração passa todo o tempo fazendo política e atendendo a deputados. Para a solução da crise, acaba-se caindo em um governo de força. O exemplo foi a República de Weimar, criada na Alemanha depois da guerra de 14-18. A desordem instalada pelo governo fraco parlamentarista foi responsável pela ascensão de Hitler.

Resposta dos parlamentaristas: A ascensão de Hitler foi gerada por situações próprias e poderia acontecer em qualquer sistema. A miséria econômica do país, que o levou a tentar encontrar um salvador, foi causada pela asfixia que os vencedores impuseram à Alemanha, em 1919. Em compensação, a Itália, depois de 1945, passou de um país de crises permanentes e economia fraca para a potência econômica que é hoje, em um sistema parlamentarista.

7) Nunca se pode ter parlamentarismo sem o voto distrital e sem a dissolução do Congresso. Tentaram isso no Brasil, na Constituinte de 86. Em um país como o nosso, não se entenderá que o Presidente eleito por voto direto aceite ser mera figura decorativa. É crise certa.

Resposta dos parlamentaristas: O voto distrital e o instituto da dissolução são indispensáveis e devem ser aprovados junto com o parlamentarismo. A eleição do Presidente pode passar a ser indireta (eleita pelo Parlamento), o que é da melhor tradição política. Mas mesmo que sejam eleições diretas, pode haver a coabitação entre o Chefe do Estado e o Chefe do Governo, ainda que o Presidente não tenha maioria no Parlamento, como em Portugal e na França. Podemos

também ter um parlamentarismo híbrido em que o Presidente (Chefe do Estado) tenha algumas atribuições, como acontece no parlamentarismo francês.

8) Para o parlamentarismo ser completo, temos de estabelecê-lo também nos governos estaduais e municipais. Se os deputados federais não merecem confiança para receber tanto poder, imaginem os estaduais e vereadores, que só legislam em seu próprio benefício!

Resposta dos parlamentaristas: O parlamentarismo mudará o clima da política estadual tanto quanto da federal e municipal. O sistema parlamentar pode ser aplicado gradualmente, só no plano federal em uma primeira fase. É comum que, em regimes parlamentaristas, a administração municipal continue no estilo presidencialista.

9) O Parlamentarismo é incompatível com a Federação. Para haver parlamentarismo, todo o poder tem de ser da Câmara, que representa o povo. Para haver federação, é preciso que haja o Senado Federal (onde todos os estados têm o mesmo número de votos) a fim de que ali se restabeleça a igualdade dos Estados, indispensável à Federação. Nesse caso, acaba-se com a soberania popular da Câmara.

Resposta dos parlamentaristas: O regime parlamentarista mantém o Senado, com o caráter de câmara revisora (como acontece em outros países) que suspende a tramitação de projetos oriundos da Câmara. De qualquer forma, esses projetos voltam à Câmara para análise. Na maioria dos casos, como na França, a tendência é de um acordo entre a Câmara e o Senado. A Constituição pode também prever outras medidas que garantam a igualdade dos estados federados.

Críticas dos Parlamentaristas e Defesa dos Presidencialistas

1) O Presidencialismo é o responsável pela crise brasileira e pelas deposições. Quando um governo é incompetente, a crise é inevitável, porque não há o que fazer, a não ser tentar derrubar esse governo. No parlamentarismo, o governo cai, sem crises políticas, e é substituído por outro.

Resposta dos presidencialistas: As crises não dependem do sistema, mas da cultura política do país. Em vários países parlamentaristas, a queda do governo transforma-se em uma crise tão grande quanto à da queda do Presidente da República, no presidencialismo. O presidencialismo também prevê o impeachment, que permite, em situações de muita gravidade, a destituição do Presidente. Se há tradição democrática, um Presidente da República pode ser derrubado, sem crise nenhuma, como foi o Presidente Nixon, nos Estados Unidos, país presidencialista. As críticas feitas ao presidencialismo são críticas aos costumes políticos brasileiros, que continuarão os mesmos, com o perigo de todo o poder estar nas mãos de deputados e partidos fisiológicos.

2) O presidencialismo no Brasil só gerou crises. É hora de mudar para o sistema que os maiores países do mundo adotam.

Resposta dos presidencialistas: Os Estados Unidos sempre foram presidencialistas e absorveram suas crises. O parlamentarismo do Império adiou, por exemplo, a libertação dos escravos e, quando o problema foi resolvido, houve a grande crise que conduziu à República. O parlamentarismo de João Goulart potencializou o processo de crise que levou ao Movimento de 64. Não se pode culpar o presidencialismo pelas crises.

3) Na prática, não há equilíbrio de poderes no Brasil. Com o cofre e o poder de nomear, os Presidentes controlam tudo. O Parlamento é quase decorativo, porque é o Presidente quem toma as decisões mais importantes.

Resposta dos presidencialistas: Com o parlamentarismo, o cofre e o poder de nomear passam à mão do Primeiro Ministro que, por esse raciocínio, iria também dominar o Parlamento. Novamente, são condições políticas, e não jurídicas, que determinam quem tem mais poder. Vários países árabes são parlamentaristas, sob ditaduras férreas. No entanto, nos Estados Unidos, o Presidente pouco pode fazer sem consultar o Congresso. O problema não é do sistema, mas das condições políticas. Teoricamente, o Legislativo e o Judiciário têm controle sobre o Executivo. Se os políticos e juízes são fracos no presidencialismo, vão ser também no parlamentarismo, diante do Primeiro Ministro.

4) O regime presidencialista está criando uma caricatura de democracia. Com muito dinheiro e uma boa assessoria de televisão, um candidato pode ser eleito, sem nenhuma estrutura política. Não tem compromissos com o povo, porque foi eleito por qualidades televisivas que não têm nada a ver com capacidade de governo. A eleição passa a ser uma forma de enganar o povo e não de transmitir idéias. No fim, o Presidente governa para um grupo e ainda usa a desculpa de ter sido eleito por suas vítimas. O mesmo acontece com os deputados, em número cada vez maior.

Resposta dos presidencialistas: Esta crítica é dirigida sobretudo à eleição direta do Presidente e à ausência do voto distrital. Podemos ter regime presidencialista com a eleição indireta do Presidente e o voto distrital. Neste caso, a crítica desapareceria.

5) O presidencialismo gera salvadores da pátria, dando a impressão de que um homem pode resolver tudo, e com isso, esvazia as lideranças.

Resposta dos presidencialistas: alguns dos maiores ditadores da história chefiavam e chefiam regimes parlamentaristas. De Lenin, Stalin e Fidel até Hitler e Kaddaffi. Por outro lado, há chefes de governo mesmo democráticos como Churchill ou Thatcher, que ficaram no poder muito mais tempo que presidentes da república. Os presidentes têm mandato fixo; os primeiros ministros podem chefiar o governo indefinidamente, enquanto tiverem maioria parlamentar. Isso esvazia muito mais as outras lideranças e cria salvadores da pátria.

6) O presidencialismo só dá certo nos Estados Unidos. Em praticamente todos os países do mundo, o regime é parlamentarista.

Resposta dos presidencialistas: Nos países mais antigos, parlamentaristas, a ação pronta do Executivo é menos necessária, porque os países já estão consolidados e sua cultura política está mais sedimentada. Na América Latina e outros países em desenvolvimento, onde o governo precisa estar mais presente, o regime é presidencialista. Dar certo nos Estados Unidos prova que pode dar certo em outros países também.

7) O presidencialismo dificulta a organização e o fortalecimento dos partidos políticos, o que é essencial para a democracia. O excessivo poder dos presidentes e governadores cria lideranças muito fortes, pessoais, e com o governo garantido por um período de tempo, sem que dependam dos partidos.

Resposta dos presidencialistas: É o voto distrital que fortalece os partidos. Mesmo no presidencialismo, os partidos podem ser fortes e controlar os executivos por suas bancadas parlamentares, que aprovarão as leis e os orçamentos de que o Executivo precisa. Por outro lado, no parlamentarismo, também há o risco de o Primeiro Ministro tornar-se um ditador de seu próprio partido, o que acontece com freqüência.

AVALIAÇÃO

1) Diga algumas diferenças básicas entre o presidencialismo e o parlamentarismo.

2) Por que é difícil haver o parlamentarismo sem o voto distrital?

3) Qual, na sua opinião, seria o melhor sistema para o Brasil? Por quê?

7.
A ESCOLA BRASILEIRA
Alvaro Valle

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A crise da Educação é, certamente, o mais sério problema que enfrenta o país. Não estão sendo preparadas gerações capazes de conduzi-lo no futuro.

Este é o motivo pelo qual o PL resolveu dedicar-se prioritariamente à matéria.

O que democratiza uma nação, o que assegura a todos a igualdade de oportunidade, não é apenas o direito de acesso à escola. É o direito de acesso ao saber.

Quando a escola não ensina, ao invés de se transformar em agente de processo democrático — pela informação que transmite, pelo conteúdo que enriquece, pelas oportunidades que abre, pelo raciocínio crítico a que induz — ela se torna alienante. Alienante porque oferece apenas o espectro, a caricatura do saber, a acomodação no conformismo, a meia-cultura.

A má escola dá a impressão do conhecimento. Além de não dar o verdadeiro conhecimento, impede que ele seja procurado.

Mas, a má escola, sobre ser alienante, é também elitizante. Uma criança rica terá possibilidade de complementar a escola, em sua casa, com seus livros, graças à sua convivência cultural, os professores particulares. Uma criança pobre, de origem humilde, somente na escola poderá encontrar os elementos para o seu enriquecimento intelectual. Se a escola falhar, não sobram alternativas.

É fato concretamente evidenciado que alunos pertencentes a grupos sociais mais ricos têm nítida vantagem sobre os menos favorecidos no tocante à capacidade de assimilação cultural, em conseqüência, sobretudo, de problemas de alimentação na primeira infância entre os menos favorecidos. Esse fato agrava o problema e ainda mais ressalta o papel da boa escola.

A validade do ensino decorre da conciliação dinâmica da herança cultural com as novas conquistas da cultura. O ensino colabora para tornar o indivíduo mais livre, na medida em que o torna mais consciente de sua missão pessoal. Educar (ex-ducere = tirar de dentro) é uma ação de ajuda que uma criatura presta a outra para que esta possa tirar de dentro de si mesma suas energias interiores. O ensino também deve colaborar para a integração do indivíduo, desenvolvidas as suas potencialidades, no meio social em que vive e de que participa.

" Os homens, mais plenamente conscientes de sua dignidade e dever desejam participar sempre mais ativamente na vida social, e sobretudo na vida econômica e política. Os admiráveis progressos da técnica e da pesquisa científica, os novos meios de comunicação social e outros progressos fazem com que os diversos grupos e até povos se completem, por uma aproximação mais estreita e recíproca."

(Declaração Conciliar *Gravissimum Educationis*, 1965)

Qualquer brasileiro, hoje, que tenha acesso a dados estatísticos e pesquisas, sabe que a saída para a crise do país está — e sempre esteve — na educação; a redenção pretendida da sociedade passa pela Escola.

O conflito social pode ser medido quando se sabe que existem hoje mais de 8 milhões de crianças de rua e que 4,5 milhões de crianças, na faixa dos 7 aos 14 anos, estão fora de qualquer escola, em nosso país.

Observe-se o gravíssimo funil escolar brasileiro:

100,00	alunos ingressaram na	1ª série em 1978
55,3	alunos prosseguiram na	2ª série em 1979
46,2	alunos prosseguiram na	3ª série em 1980
37,2	alunos prosseguiram na	4ª série em 1981
38,5	alunos prosseguiram na	5ª série em 1982
29,0	alunos prosseguiram na	6ª série em 1983
23,2	alunos prosseguiram na	7ª série em 1984
18,3	alunos prosseguiram na	8ª série em 1985
21,4	alunos prosseguiram na	1ª série do 2º grau em 1986
15,0	alunos prosseguiram na	2ª série do 2º grau em 1987
11,8	alunos prosseguiram na	3ª série do 2º grau em 1988
5,9	alunos prosseguiram na	universidade em 1989

(Fonte: MEC)

Ou seja: de cada 100 estudantes matriculados na 1ª série do 1º Grau, apenas 18 completam este 1º Grau; somente 12 chegam ao fim do 2º Grau e só 6 atingem a universidade. Destes últimos, apenas 2

conseguiram cursar faculdades públicas (federais ou estaduais). Anote-se: dos 100 que ingressaram na 1ª série do 1º Grau, apenas 55 chegaram à série imediata.

Comparemos a evasão escolar de nosso país com a de alguns outros países:

1º Grau — Evasão Escolar (%)

Japão	1%
Alemanha	5%
Uruguai	14%
URSS	20%
Iraque	29%
China	32%
Paquistão	51%
Moçambique	61%
Brasil	82%
Haiti	85%

(Fonte: UNICEF)

Sabemos que dos quase 150 milhões de brasileiros, aproximadamente 45 milhões são ou analfabetos ou mal sabem escrever o nome.

O problema não se poderia concentrar no conceito de verbas para a Educação; é uma condição certamente necessária, mas não suficiente. Senão, vejamos: 4% do PIB brasileiro, teoricamente, têm sido destinados ao setor da educação. Vários países, com sistemas educacionais bem organizados, resolvem seus problemas, sem a alocação dos recursos excepcionais utilizados por alguns países do Primeiro Mundo. Os valores médios brasileiros, se não estivessem perdidos em burocracia e administração, poderiam ter expressão razoável, no contexto das outras nações:

	% do PIB para Educação
Suécia	7,6%
Canadá	7,4%
URSS	7,0%
Reino Unido	5,2%
Japão	5,1%
Alemanha	4,6%
Itália	4,0%
Brasil	4,0%

(Fonte: UNESCO/MEC)

Ainda que houvesse verbas suficientes, o Brasil mantém o sistema do ensino com cargas horárias altamente insuficientes. A ilusão de 4 horas de ensino/dia jamais sobreviveu em qualquer país civilizado e continua sendo fator de corrosão do nosso sistema de ensino.

Nada pode ser bem-feito e completado, em meio-horário.

O quadro seguinte nos dá uma idéia crua e inquietadora do problema, não só da carga horária/dia, mas também do número de dias letivos/ano:

	Carga Horária (mínima)	
Países	Semanal	Dias Letivos (mínimo)
Japão	32 a 37 horas	240
França	27 a 30 horas	220
Itália	27 a 33 horas	200
Reino Unido	30 a 35 horas	200
EUA	38 horas	190
Venezuela	25 a 30 horas	180
Argentina	25 horas	185
Brasil	12 a 30 horas	180

(Fonte: Revista Nova Escola)

Há escassez evidente de vagas nos maiores centros urbanos e, nestes, nos locais de maior desenvolvimento e concentração. No interior dos Estados como o de São Paulo, o problema já é inverso: havia escolas funcionando com 50% de ociosidade.

Segundo o Ministério da Educação, há espaço para abrigar todos

os estudantes brasileiros; o que ocorre é que as escolas são construídas em locais errados. Cerca de 80% dos colégios públicos abrigam, apenas, até 150 alunos, quando teriam condições para abrigar o dobro.

Há total desequilíbrio nos grandes centros urbanos brasileiros no que tange à infra-estrutura urbana e equipamento comunitário: Moradia — Transporte — Emprego — Escola — Saúde Pública. É óbvia a necessidade de reestruturação do espaço social.

Mas o cerne do problema da educação no Brasil não está em verbas, carga horária, vagas ou dias letivos.

É institucional. É orgânico. É filosófico. É doutrinário.

A legislação terá de ser modificada, os sistemas estaduais terão de rever radicalmente seus processos pedagógicos. Sobretudo, será indispensável que se devolva segurança ao magistério, com melhor formação, orientação adequada e salários compatíveis.

Estamos pagando o preço de algumas décadas confusas e ineficientes.

Até uns dez anos atrás, a escola brasileira estava dominada por uma onda ideológica que orientava desde a nossa política educacional até conceitos pedagógicos e concepções didáticas.

Simplificando muito, poderíamos resumir assim a concepção daqueles ideólogos: A escola brasileira é um instrumento da classe dominante burguesa, que a usa para perpetuar sua dominação. Por intermédio da escola, transmite os seus valores, intoxica o povo, fazendo-o aceitar estruturas iníquas.

Ao invés disso — continuamos a resumi-los — a escola deveria ser um instrumento revolucionário, capaz de denunciar as injustiças e de preparar os jovens para um mundo mais justo. As informações passadas pela burguesia não só são inúteis, mas também prejudiciais porque fossilizam uma realidade que deve ser alterada.

E caberia à escola formar o revolucionário, o descontente; ensinar a pensar e a refletir sobre as injustiças e a iniquidade. Essas eram as concepções que influenciaram os que fizeram a grande reforma implantada pela Lei 5692/71.

A Lei 5.692/71, que reformulou nossa escola básica, promulgada em tempos de arbítrio, tendo sofrido claramente essa influência, abriu campo para toda sorte de inovações. Contraditória, exigia formação profissional para todos e reduzia a importância dos estudos de Humanidades. Foi uma espécie de compromisso entre as tendências ideológicas da esquerda de então, curiosamente dominantes na área, e os preceitos da classe média.

Como todo híbrido, o modelo da Lei 5692 mostrou-se estéril. Desprezou-se o conteúdo: acabaram-se os programas, símbolos da "autocracia burguesa", e surgiram os currículos livres e resultantes do diálogo e do debate. Surgiram também outras inovações como áreas genéricas de estudo, centros de interesse e tantas outras.

Esvaziando-se a escola de conteúdo, ela não se tornou revolucio-

nária. Ao contrário, ficou mais alienadora porque negou os conhecimentos básicos que fortalecem o raciocínio e permitem a análise.

Com a descentralização anárquica então adotada em substituição aos programas, agravaram-se ainda mais os males que esses programas geraram. Em um mundo que a natureza disciplinou, há fatos básicos e elementares que são comuns a todos, que todos devem conhecer, e que a pedagogia indica em que faixa etária devem ser transmitidos. Há valores que têm de ser transmitidos pela Escola, e não pelos alunos. Pela escola, porque é ali que gerações passadas transmitem o conhecimento acumulado a novas gerações.

Abandonando os programas-padrão (que, sabemos, não mais se justificam), caímos no extremo contrário, sem a definição de conteúdos mínimos e sem qualquer espécie de orientação. Entregamos a magna tarefa de sistematizar e dosar as informações mínimas de que precisará o homem do Terceiro Milênio — que estamos preparando hoje — a nossos heróicos (alguns despreparados) professores do interior do país, de formação incompleta, e sempre mal pagos.

Em meio a esse caos institucional, o Estado não tem como aferir resultados: o Diretor não pode julgar os professores, que ensinam diferentemente a diferentes turmas; os pais, sem parâmetros nem programas, também não podem acompanhar os estudos de seus filhos. Ninguém conseguirá avaliar a eficiência dos planos ou de seus agentes executores. E, à míngua de padrões de aferição de conhecimentos, não se reprovam alunos.

Eis aí a que ponto chegou a "escola libertadora". A má formação de alguns professores, os baixíssimos salários que recebem e a falta de reciclagem da esmagadora maioria, vieram tornar ainda mais sério o processo em suas conseqüências.

Quais as causas mais evidentes de um tal processo de distorção?

- a massificação mal orientada;
- a influência de orientadores despreparados ou comprometidos ideologicamente;
- o despreparo da burocracia da Educação;
- a imitação de modelos estrangeiros acadêmicos, muitas vezes apenas experimentais, não consagrados nem adotados;
- os baixíssimos salários do magistério.

Há quem afirme que mais de 60% de nossa bagagem de conhecimentos foram adquiridos antes dos 6 anos de idade, em casa, nas ruas, na observação da vida. O que fará, então, a Escola?

Preliminarmente, ela ensina o que não aprenderíamos fora das salas de aula.

Além disso, sistematiza o que aprendemos fora dela. Ordena, leva-nos a conclusões, dá maior amplitude ao que observamos antes.

Sistematiza conhecimentos adquiridos na vida diária. A escola, sobretudo nas primeiras séries, é essencialmente sistematizadora. E perde a sua razão de ser se abdicar de sistematizar conhecimentos, sobretudo, quando também abdica de transmitir esses conhecimentos.

VISÃO DO PL

O Partido Liberal considera que a administração brasileira tem pecado pela timidez e falta de vontade política de fazer da educação o grande instrumento de desenvolvimento em nível social, político e econômico:

- Não investimos suficientemente ou eficientemente no setor.
- Não aplicamos verbas disponíveis de maneira eqüitativa.
- Não mantemos a qualidade, para que a educação se torne um instrumento eficaz de promoção humana.

Como faremos, então, a grande revolução brasileira pela educação?

Só faremos a grande revolução brasileira pela educação se criarmos a consciência nacional de que educação é a grande prioridade do país.

O problema é, então, fundamentalmente político.

O Estado não pode e não deve ser o único agente executivo do processo. O que não implica isentá-lo. Uma de suas tarefas básicas deve ser a de proporcionar ensino gratuito, bem como o de elevar o padrão de qualidade da escola pública.

A criação dessa consciência nacional passa pelo caminho da maior integração entre o governo e a comunidade.

Em Novo Hamburgo (RS), temos um bom exemplo prático de integração governo-comunidade. Trata-se de um núcleo industrial a 50 Km de Porto Alegre, com aproximadamente 300 mil habitantes, que se mobilizou para enfrentar os altos custos da administração do ensino público. O resultado é que foram matriculadas todas as crianças entre 7 e 14 anos, em escolas públicas. A Prefeitura Municipal destinou 34% do orçamento para a educação. As crianças matriculadas na rede pública têm acesso a 64 computadores.

É um pequeno exemplo de como é possível resolver-se o problema da educação, quando se mobiliza a comunidade.

No mundo de hoje, estuda-se cada vez mais. No Brasil, ao contrário, nunca se estudou tão pouco, em qualquer nível. O Partido Liberal, em cadeia nacional de TV, já demonstrou — larga e melancolicamente — o que ocorre quando se aplicam essas provas que se faziam há 20 anos no país para alunos das mesmas séries. Resultados lamentáveis também aparecem quando se aplicam provas da Europa em séries equivalentes.

Precisamos de mais escola e, sobretudo, de melhor escola. A simples presença da escola não basta, se ela não estiver ensinando. Ela se torna alienadora, porque dá ao jovem e a seus pais a falsa impressão de ascensão social. É preciso escola, mas escola que ensine.

PL: O PROJETO EDUCAÇÃO

Uma nação tem idéias, aspirações comuns, objetivos, esperanças. E um partido que pretenda alcançar legitimamente o poder deve considerar essa realidade. Precisará ter bandeiras. Para criar, assim, a identificação partidária, caberá ao PL radicalizar-se em um tema que corresponda a anseios populares e seja eleitoralmente importante e universal (válido para grandes e pequenos municípios).

O PL tem como tema Educação: talvez seja este o maior problema brasileiro. Cumpre-se a nossa vocação liberal: procura-se dar igualdade de oportunidades para ricos e pobres por intermédio da boa escola.

Mas a identificação partidária do PL com a Educação só existirá se for desenvolvido um projeto em nível nacional. Com ele estarão comprometidas as bases do partido e seus candidatos, havendo, inclusive, determinação para que todos os candidatos, uma vez eleitos, se comprometam a fazer da Educação uma prioridade em seus mandatos.

Pouco importam as condições adversas que atravessamos, se tivermos firme convicção do que pretendemos. Cada um de nós terá um papel por desempenhar nesta luta pela educação.

Ao Professor, cabe lutar por salários dignos, com todos os recursos de que possa dispor, inclusive pela busca de apoio de pais e alunos. É certo que nunca teremos boa escola sem bons professores, e nunca teremos bons professores sem salário decente e capacitação profissional adequada.

Os jovens precisam conscientizar-se de que são os maiores prejudicados com a má escola. Não estudar não é bom negócio. E a escola permissiva, facilitada, mera fábrica de diplomas, é uma fraude que os inabilitará futuramente, em face da forte concorrência do mercado de trabalho.

Aos pais cabe o papel de exigirem da escola, de seus filhos e, sobretudo, das autoridades e dos políticos. Que se dirijam aos vereadores, deputados, prefeitos ou governadores, pressionando-os para a melhoria do padrão geral do ensino e da manutenção da rede escolar.

Aos governantes cabe agir concretamente, dando à escola pública a atenção, a fiscalização e as verbas de que precisa. Esqueçam os pseudo-técnicos de novas artes, burocratas geralmente auto-suficientes ou comprometidos, e ouçam mais professores e professores de sala de aula.

A PRÉ-ESCOLA

A educação pré-escolar é um requisito indispensável para o êxito escolar das crianças, sobretudo as mais pobres, e, portanto, um requisito do próprio sistema educacional e dos efeitos que ele pretende produzir na sociedade.

Por isso o Partido Liberal tem afirmado que o pré-escolar é altamente democratizante.

A Pré-Escola começa, para uma criança, a partir de 1 ano e caminha, o mais tardar, até os 6 anos.

Uma criança que provenha de família socialmente favorecida estará, geralmente, alfabetizada aos 6 anos. Se não, estará aos 7 anos, ou após 3 meses de escola. Isto ocorre porque essa criança teve um pré-escolar efetivo junto à família, quer sob uma forma sistemática (Jardim, Maternal), quer sob maneira mais informal, mas não menos eficiente (brinquedos, lições dos pais, folguedos, experiências vividas).

Um filho de família desfavorecida, carente de recursos e de conhecimentos, desnutrido ou mal-nutrido, dificilmente se alfabetizará depois de poucos meses de escola. Nestes poucos meses ainda não terá aprendido a manejar o lápis com facilidade.

A comparação entre as duas situações-limite aqui explicitadas caracteriza a injustiça social de começarem essas duas crianças os seus estudos em condições desiguais. E de freqüentarem, possivelmente, a mesma sala de aula.

Até agora, educadores e governantes têm procurado isolar as causas dos baixos índices de produtividade do ensino de 1º Grau apenas na precária qualificação de grande parte dos professores; na insuficiência ou deficiência dos materiais didáticos; na inadequação de métodos de aprendizagem; nas insatisfatórias condições básicas das escolas brasileiras.

Há que se deslocar, contudo, a busca daquelas causas para a criança mesma (antes de seu ingresso no 1º Grau) e para os fatores que afetam o seu crescimento e o seu desenvolvimento.

Bons professores, boas escolas, bom material didático, não conseguirão êxito se receberem, no 1º Grau, crianças marcadas pela desnutrição e inibidas no seu desenvolvimento psíquico. A falta de nutrientes, na idade crítica do crescimento infantil (até os 2 anos), pode lesar o desenvolvimento mental, psicomotor e sócio-emocional.

Eis o motivo de se dar grande precedência à educação pré-escolar e à indispensável universalização do ensino de 1º Grau.

Essa tarefa é de ser desenvolvida preferencialmente pelos municípios, com forte apoio técnico e suporte financeiro dos governos federal e estaduais.

O estímulo ao pré-escolar sistemático nas áreas mais carentes permite que a atividade pedagógica, nessa idade, rompa a cadeia de

discriminação social ainda existente, quebrando a cultura da miséria no país, o fantasma do desemprego futuro e a violência juvenil.

Começam aí, na deficiência do período pré-escolar, os dramáticos problemas da repetência e a evasão. Uma boa pré-escola pode — e deve — reduzir esses problemas futuros.

Mas a pré-escola não se deve encarar apenas sob o aspecto técnico-pedagógico. Ela constitui, seguramente, um centro básico de apoio à alimentação da criança e também de assistência à saúde do menor.

O interesse pela educação pré-escolar não é um modismo; nasce da pesquisa, da própria ciência, da psicologia, da sociologia, da nutrição.

O Brasil tem elevado percentual (em torno de 20% de sua população) de crianças menores de 7 anos. Não mais do que 4% desta imensa população parecem receber atenção dos programas educacionais (públicos ou privados), no tocante a educação, saúde e assistência social, ou para problemas específicos, como desnutrição, doença, abandono ou outras carências.

A ESCOLA DE 1º GRAU

No 1º Grau da Escola brasileira aprende-se, hoje, cada vez menos, contrariando a tendência universal de acumular-se sempre maior volume de informações durante a vida escolar.

A Lei 5.692/71, que reformulou as escolas de 1º e 2º Graus no país, teve a pretensão de atualizar o sistema brasileiro de ensino, dando-lhe maior flexibilidade. Graves erros, porém, surgiram de sua má aplicação, por interpretação extensiva ou incorreta dos Conselhos de Educação e dos Sistemas Estaduais de Ensino.

Valeria iniciar-se a nossa análise do 1º Grau por algumas constatações básicas:

- A maioria das crianças que, hoje, cursa a 2ª série de escolas públicas brasileiras, ainda não está adequadamente alfabetizada.
- Isto ocorre por deficiência ou falta de pré-escolar, por desnutrição, ou por excesso de sofisticação nos processos de alfabetização adotados.
- A queda da qualidade do ensino tem relação direta com a radicalização no abolir o conteúdo. No afã ideológico de apenas ensinar a aprender, abolindo os chamados conteúdos burgueses, a escola libertadora não ensina o mínimo indispensável à formação dos jovens e à sua própria realidade.
- A perda de substância foi agravada pela imposição da escola profissionalizante anexada ao 2º Grau, gerando tumulto e indefinição de objetivos.

- A falta de formação profissional sólida e de reciclagem periódica dos professores tornam mais grave o problema a que também não foram estranhas, na última década, posturas ideológicas e engajamento político-partidário. A uma verdadeira queda livre de capacitação profissional (20% das professoras, em certas regiões como o Nordeste, não concluíram o ensino básico) juntou-se, na década de 70, a decapitação das beneméritas Escolas Normais.

Recusando todo o valor residual de experiências passadas, procurou-se apenas inovar, sem embasamento técnico e sem rigor científico.

Não foi apenas um erro; foi uma postura ideológica deliberada, autoritária e ineficaz.

O esvaziamento do 1º Grau comprometeu seriamente toda a pirâmide do ensino no Brasil, prejudicando gerações de jovens estudantes, que se apresentam ao mercado de trabalho mal preparados e com baixa confiabilidade técnico-profissional.

Quais os vícios fundamentais do esquema montado para a Escola do 1º Grau?

Entre outros:

1 — Descentralização de Programas
2 — Estabelecimento de Áreas de Estudo
3 — Aprovação automática
4 — Falsa Democratização do ensino.

Descentralização de Programas

Sempre houve, no ensino brasileiro de 1º e 2º Graus, a imposição de programas rígidos que geralmente seguiam o de colégios-padrão (o Colégio Pedro II foi um deles). Ensinava-se praticamente o mesmo em todo o país, em cada série.

É de reconhecer-se que a criatividade de professores e alunos ficava totalmente eliminada por um tal sistema; desconheciam-se, ademais, as características individuais ou peculiaridades das diversas regiões geográficas e os diferentes níveis sociais das comunidades e dos educandos.

O natural, o óbvio, ante tal defeito orgânico, teria sido evoluir para formas intermediárias, fixando conteúdos mínimos nacionais, aos quais os Estados, escolas e professores acrescentariam o que lhes fosse peculiar.

Ao invés de fazê-lo, todavia, partiu-se para a descentralização total, e aí — parece-nos — está o centro da crise da Escola de 1º Grau, responsável pela queda alarmante da qualidade de ensino no país.

Considerando-se, como vimos, a diversidade geográfica, os diferentes níveis sócio-culturais dos alunos e suas diferentes aspirações e vocações, concluiu-se pela eliminação radical dos Programas Nacionais, sugerindo-se apenas vagos objetivos e deixando a cada professor

a tarefa de organizar programas de acordo com a sua realidade, a ser constatada nas turmas discentes.

A idéia que, em tese, poderia ter alguns aspectos válidos, bateu logo de frente com algumas realidades: a pequena percentagem de professores de 1º Grau formados; a ausência de bons técnicos de ensino ou orientadores; os baixos salários, que impedem os professores de estudarem ou dedicarem-se à pesquisa; a falta de reciclagem.

Ora, o fato é que a descentralização curricular radical introduziu o caos na escola brasileira e foi experiência inédita no mundo, não tendo, aliás, resultado de mandamento expresso da Lei 5.692/71. Surgiu de pareceres de técnicos e de resoluções dos Conselhos de então.

Em cada Escola, assim, passaram-se a estudar diferentes conteúdos; e em cada sala de aula o professor fixava a matéria a ser transmitida, como melhor lhe parecia, sem parâmetros delimitadores.

Sem compreender as orientações genéricas do Estado, os professores não sabiam o que ensinar; e os alunos não sabiam o que deveriam aprender. Pais e diretores, por seu turno, à falta de parâmetros pré-fixados, não teriam igualmente como medir desempenho e aproveitamento.

Essa, a equação do caos.

Não se procura, aqui, caricaturar um sistema; estamos fielmente retratando um período.

Em Outros Países

No Japão, após a reforma de 1971, o Ministro da Educação — Tatsuo Morito — justificou a volta à centralização, um sistema que "está de acordo com a história, a tradição e a realidade nacional", segundo alegou. A reforma descentralizadora fora a maior causa do malogro do ensino, e somente foi corrigida quando os prejuízos já eram insuportáveis, segundo autoridades e técnicos japoneses.

Na Alemanha Federal, onde os diversos estados são autônomos na formulação de sua política de ensino, preferiu-se levar em conta a necessidade de unificar o planejamento básico e a utilidade da pesquisa centralizada, do que resultou a inexistência de diferenças programáticas e a unidade da escola livre alemã.

Na Suécia, que avançou muito na descentralização, manteve-se no entanto a unidade na área de programas, e até mesmo a especificação nacional da carga horária anual por disciplina. A Dinamarca seguiu-lhe os passos.

A Grã-Bretanha — que tem ensino livre — determina programas oficiais até às escolas subvencionadas. Na França, os programas são fixados pelo governo central e os diplomas de nível médio, para serem válidos, são deferidos em exames nacionais. Embora ali o ensino médio seja feito também em escolas particulares, elas devem seguir programas oficiais e submetem-se à supervisão do governo.

A descentralização total não é seguida por nenhum outro país,

além do Brasil. Ao contrário, a tendência é centralizar programas, mesmo em países de organização federal (como a Alemanha) ou de grande extensão territorial e costumes diversos (ex-URSS).

A informação sistemática é essencial para todos os alunos, que não podem julgar o que não conhecem.

Cada criança — exemplifiquemos — começará a estudar Aritmética e elementos de Álgebra na época prevista, com o mesmo título em cada capítulo do estudo. Não caberá ao arbítrio de um professor, obedecendo ao que julgar ser a realidade de sua turma, abolir tais estudos, substituindo-os por outra matéria, como Biologia ou Ciências Naturais. O mesmo se dará com o estudo da História, seguindo capítulos uniformes.

A elaboração de um currículo pleno não pode continuar a repousar, tão somente, nas mãos de sistemas regionais deficientes no nível técnico, e de professores que não estão preparados para tal responsabilidade.

O que se defende, aqui, não são conceitos arbitrários. É de evidência primária que há conhecimentos de História, Geografia ou Matemática que todos devemos ter. Caberá à pesquisa pedagógica indicar a faixa etária em que devem ser administrados.

A descentralização curricular, laboratorialmente implantada no Brasil, foi — e é, ainda — uma aventura que esvaziou a escola, desorientando professores, pais e alunos.

A solução, parece-nos, seria a implantação de Programas Nacionais Mínimos, elaborados pelo Ministério da Educação, e que especificariam o mínimo que deve ser ensinado em cada série, em cada área ou disciplina. Os sistemas estaduais acrescentariam o que lhes fosse peculiar, e os professores, aquilo que conviesse à realidade de sua região, de sua escola, ou de sua turma.

Áreas de Estudo

Já vimos que é fenômeno corrente no mundo o procurar-se ensinar mais e mais cedo ("explosão de conhecimentos"). Só uma escola eficiente e bem orientada, entretanto, poderá fazê-lo.

No Brasil, a reforma parece ter-se esforçado pelo contrário.

Acabaram-se, na prática, as disciplinas do 1º Grau, tal como existiam anteriormente: Matemática, Português, Geografia, História, etc.

O estudo passou a ser feito sob a forma de Atividade ou Áreas, de maneira genérica, onde professores polivalentes (ou que se supõe sê-lo) devem integrar conhecimentos das antigas disciplinas em três áreas:

- Ciências (Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Biologia, etc).
- Estudos Sociais (História, Geografia, OSPB).

- Comunicação e Expressão (Português, Idiomas Estrangeiros, Educação Artística, etc).

Na primeira área — Ciências — um mesmo professor terá de coordenar aulas de Matemática e de Zoologia, naturalmente com baixo rendimento. Mas se ele preferir, poderá dedicar-se apenas à nova moda que surge, Ecologia e meio-ambiente, deixando seus alunos sem formação matemática.

Estudos Sociais integra História, Geografia e OSPB. Não havendo currículos definidos, resulta na maioria das vezes o virtual desaparecimento da Geografia da escola brasileira.

Em alguns casos extremos, a área leva a preleções de mera radicalização político-partidária, ignorando-se, ou mesmo combatendo-se, a História como ensino sistemático e cronológico.

Procura-se menosprezar o fato histórico para que prepondere a sua análise, como se se pudesse analisar o que não se conhece.

Decretaram alguns mestres, outrossim, que "cronologia já era", optando por centros de interesse. Resultado: há quem acabe o 1º Grau sem saber quem descobriu o Brasil...

Comunicação e Expressão, a 3ª área, foi submetida a um festival leviano de transformações e deformações. Sem conhecerem o significado e a importância do estudo da própria língua nacional, anularam a Gramática, como alienante, preferindo o estudo da comunicação, e não dos idiomas.

Ocorre que o código em que nos comunicamos é exatamente o idioma, a linguagem.

Não se pode, nem se deve, reduzir o 1º Grau a um estudo de generalidades. É transparente, por exemplo, que conhecimentos mínimos básicos de Gramática e de correção da língua falada, de cronologia histórica, de reconhecimento geográfico do nosso território, têm de ser estudados, sem exceção, por todos os alunos.

O sistema por áreas em séries médias fracassou no mundo todo, e foi substituído por professores especializados.

Não há como, diante de tal falência comprovada de resultados, continuar a afirmar que é democrático e libertador abdicar dos conhecimentos acumulados.

Aprovação Automática, Avaliação e Recuperação

Quando a escola não ensina, não pode exigir dos alunos que tenham aprendido alguma coisa. O corolário, então, é a promoção automática à série seguinte, haja ou não rendimento satisfatório.

A justificativa — que tem recebido vigorosa reação de professores responsáveis — é de que, tendo os alunos diferentes realidades, vocações e conhecimentos, não se pode exigir de todos "igual desempenho", não cabendo, pois, reprovações. O aluno, tendo aprendido o que pôde, avançará progressivamente.

Há, parece, uma outra verdade bem oculta, atrás deste pseudo-raciocínio técnico: se eliminarmos as reprovações, aumenta o número de vagas no sistema, engordando-se as estatísticas oficiais.

A lógica do raciocínio deve ser: se as crianças não estão aprendendo, a solução é ensinar, e não aguardar o futuro, aprovando todas.

O governo federal, reconheçamo-lo, não tem estimulado a aprovação automática, que encontra forte resistência no professorado.

Mas, na prática, o sistema tende a generalizar-se, tendo em vista que:

- não se dão mais notas nas escolas;
- não existem exames de 2ª época;
- criou-se a figura da Recuperação.

Que significa tudo isso?

Não há mais notas em grande parte da escola brasileira. Elas foram substituídas pelo Conceito, que deve medir o aproveitamento global de cada aluno, o que ele pôde aproveitar no período escolar, consideradas a sua personalidade e as metas fixadas pelo professor.

A atribuição de conceito é de natureza subjetiva e pressupõe um conhecimento real e aprofundado de cada aluno pelo professor: aptidões, passado, vocação.

Isso é impossível, na atual escola brasileira. Os professores, com baixos salários, multiplicam-se em aulas a várias turmas, de 40 a 50 alunos cada uma, às vezes em colégios diferentes. Não têm a possibilidade de um conhecimento íntimo do aluno.

Para amenizar, de alguma forma, a falha do sistema, inventou-se um esquema de médias de conceitos, em que se somam, absurdamente, comportamento, higiene, aproveitamento intelectual, sociabilidade, e tira-se uma média. Seria como tirar a média de um quilo de batatas, quatro automóveis e três ideais.

Também não existem mais exames de 2ª época, considerados ultrapassados pelos burocratas libertadores da escola. Instituiu-se a Recuperação.

Os alunos que não têm bom conceito vão à recuperação. São, em realidade, cursinhos de final de ano, sem maior credibilidade por parte de professores ou de alunos. Este é um conceito de recuperação de pé quebrado, pois o aluno que não acompanhou bem a sua turma deveria ser recuperado durante o ano letivo. Poucas escolas, entretanto, podem manter turmas separadas de recuperação e, de resto, não existem padrões de aferição permanente da aprendizagem. A recuperação limita-se, assim, a uma revisão no final do ano, inútil, e que serve tão-somente para reduzir as férias de professores e alunos, que por isso mesmo a evitam.

Sem a 2ª época, o aluno é reprovado e os pais que têm recursos transferem-no para uma escola particular, que pode, por lei, matricular

qualquer aluno dentro da faixa etária correspondente à série, sem histórico escolar.

Na prática promove-se um aluno sem base para a série seguinte.

A Democratização da Escola do 1º Grau

Chegamos, agora, talvez ao que se possa considerar a grande ilusão da Reforma de 1971.

O Brasil, ao contrário de outros países, que fizeram sua reforma gradualmente, quis compensar com rapidez alguns séculos de imobilismo, inclusive na erradicação de alguns preconceitos, como os que existiam contra o ensino profissionalizante.

Convém, todavia, repisar alguns conceitos. Vale a repetição.

O que caracteriza a Democracia não é o simples acesso à escola, mas ao conhecimento, à informação acumulada, ao saber. De que adianta dar-se escola aos menos favorecidos socialmente, se eles não aprenderem o suficiente para competir com igualdade de condições, na vida adulta?

A escola, embora massificada, se for pouco eficiente, não é democrática; é alienadora e tende para a estratificação de classes.

Por que alienadora? Porque oferece a sensação falsa de dar um diploma, sem cumprir seu papel essencial. Tende para a estratificação porque acentua a desigualdade originária entre filhos de famílias de diferentes níveis culturais e de renda. Alguns têm outras fontes de busca de conhecimento: a cultura acumulada na família, livros, professores particulares. O filho de um operário, porém, só poderá contar com a escola para sistematizar os seus conhecimentos e obter promoção social.

Não apenas com a escola, mas com a boa escola.

CIEPs

Não poderíamos encerrar a análise da Escola do 1º Grau em nosso país, sem trazer à discussão dois projetos altamente polêmicos, que têm monopolizado a atenção de educadores e políticos, bem como dos meios de comunicação e da opinião pública em geral.

Trata-se dos projetos dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), de origem e execução estaduais no Rio de Janeiro, e dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC), de origem e cunho federais.

Quando se pensa, no Brasil, em melhorar o ensino, surgem sempre soluções demagógicas e milagreiras — frutos do marketing político — altamente dispendiosas e nem sempre científicas.

A escola, diretamente atingida por esses critérios, torna-se então uma verdadeira colcha de retalhos, um laboratório onde se tenta, em 4 horas frugais de ensino diário, a impossível tarefa de conciliar formação humanística ou profissional com cultivo e exibição de modismos sócio-

culturais, e também com um extenso rol de atividades, que vão desde o folclore até a formação político-ideológicas dos educandos.

O Partido Liberal sabe muito bem que a escola, em todo o mundo, busca compensar o que a família não pode proporcionar, por diferentes limitações ou deficiências. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, 95% das escolas básicas dão aulas sobre tóxicos e drogas e 72% delas dão educação sexual. Mas este é um conceito que deve corresponder a escolas de tempo integral, onde os alunos possam buscar educação, informação e também assistência social, recreação e entretenimento.

Mas não em 4 horas diárias, ou em raras escolas de tempo integral.

O objetivo básico da escola segue sendo o mesmo: ensinar. Não se preparam os cidadãos do século XXI sem ensino formal e técnicas modernas.

Pouco tempo de atividade-aula corresponde, mesmo, é à impostura do pouco ensino. Tais inovações não cabem em sistemas que têm raríssimas escolas de tempo integral. Resultantes de um projeto que começou a ser implantado entre 1985 e 1987.

A escola pública — veremos adiante — não é lugar apenas para dar merenda e banho em crianças. Também uma escola não é necessariamente boa porque tem um prédio bonito ou a merenda é altamente nutritiva.

A boa escola é a que ensina bem.

Vejamos, por exemplo, o malogro da experiência dos CIEPs.

O projeto foi implantado em 1985, e os primeiros CIEPs começaram a ser construídos no período até 1987, no Estado do Rio de Janeiro.

A proposta inicial, previa a construção de 500 escolas, de projeto arquitetônico inovador (Oscar Niemeyer) para atender crianças em tempo integral.

Além do ensino regular, os CIEPs deveriam oferecer atividades extras (esporte por exemplo) e dar assistência social e alimentar (café da manhã, almoço e jantar) aos seus alunos.

Mas das 500 escolas prometidas, apenas 191 estavam em funcionamento em 1991; destas, 90 não mantinham o regime de assistência integral.

As principais críticas aos CIEPs situam-se no seu alto custo e na sua baixa eficiência pedagógica. Os alunos dos CIEPs custam quase 3 vezes mais ao Estado que os alunos do restante da rede: US $ 1,457.00 / ano, contra US $ 467.00 / ano por aluno da escola pública convencional, em 1991.

A construção de um CIEP custa pelo menos 5 vezes mais do que uma escola comum.

A outrora ampla e tradicional rede de escolas convencionais do Estado do Rio de Janeiro encontra-se, hoje, arruinada ou deteriorada, em sua maior parte, à míngua de recursos para sua simples manuten-

ção ou reposição de material escolar e didático. Os CIEPs são uma proposta demagógica quando surgem isolados, como solução do problema escolar. A escola de tempo integral faz parte de um contexto. Ela surge junto com a valorização do ensino como um todo e se a escola não é boa durante uma hora por dia, não adianta obrigar o aluno a freqüentá-la oito horas por dia. Antes, é preciso torná-la eficiente.

No panorama atual, a escola é ineficiente porque a ela a sociedade não dá importância. Aloca-lhe poucos recursos e paga mal seus professores. Obrigar o aluno a freqüentá-la o dia inteiro, quando ela não tem nada a oferecer, é inútil.

Sentindo isso, nos atuais CIEPs, os alunos transformam o tempo integral em um mito. Freqüentam a escola poucas horas e dispensam-na, se não houver a alimentação que se transforma no objetivo maior de freqüência escolar.

A proposta de tempo integral também não é unanimemente aceita. Dela só aproveitam os alunos das primeiras séries nessas raras escolas de tempo integral. Como é alto o índice de repetência, os alunos ao chegar à adolescência não querem permanecer todo o dia na escola, pois têm de trabalhar.

Ao fracasso pedagógico vem juntar-se um índice alto de evasão. Maior que na rede convencional, apesar das promessas geralmente não cumpridas de mais ampla assistência social.

A concepção dos CIEPs seria aceitável se fosse exeqüível. Como não é, os recursos devem ser alocados para melhorar toda rede. A escola não existe fora de uma realidade sócio-cultural; tentar impor os CIEPs sem recursos e a uma realidade que não os absorve, é apenas divulgar uma ilusão com objetivos eleitoreiros.

CIACs

Os Centros Integrados de Apoio à Criança sofreram uma análise severa do Presidência Nacional do PL, em discurso na Câmara dos Deputados em 29 de novembro de 1991.

Preliminarmente, o Presidente Nacional do PL apresentou o projeto de Decreto Legislativo que determina a suspensão da construção de CIACs e da execução do Projeto Minha Gente.

O Projeto Minha Gente (Decreto de 14 de maio de 1991) não foi discutido no Congresso Nacional e nem pela comunidade. Recursos não lhe foram alocados no Orçamento. Ora, nos termos da Constituição Federal, é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na Lei de Meios anual.

Passemos a uma análise objetiva do Projeto Minha Gente, tentando evitar que se desperdicem, com o mesmo, bilhões de cruzeiros. Segundo os jornais, em 1992 a previsão de dispêndios era da ordem de

Cr$ 345 bilhões para construir 900 CIACs, e mais Cr$ 40 bilhões para a sua manutenção (valores não corrigidos).

O sonho de diletantes e burocratas da Educação gerou um plano improvisado, de dimensões imensas, sem que houvesse maiores debates técnicos, sociais ou políticos.

Os CIACs pretendem instituir a escola de tempo integral em que se assegurem:

- Educação escolar
- Educação especial para deficientes e superdotados
- Desenvolvimento comunitário, pela discussão de problemas da comunidade em geral
- Bibliotecas
- Oficinas de artes plásticas/folclore/teatro/corpo (o que será?) /música.
- Iniciação para o trabalho e profissionalização
- Desenvolvimento de programas de teleducação
- Farmácia
- Hortas alimentícias
- Agentes comunitários
- Atenção à criança, ao adolescente e à mulher.
- No que tange à saúde da mulher: controle de anemias, prevenção do câncer, controle ao tabagismo e ao alcoolismo, orientação alimentar, etc
- Formulação do diagnóstico potencial e específico dos atletas, "colocando o Brasil, neste particular, no patamar do Primeiro Mundo".

Este projeto megalômano, que vai bem adiante da construção de CIACs, é um verdadeiro delírio.

É preciso parar de brincar com Educação. Procuremos gastar as centenas de bilhões desses CIACs megalômanos e elitistas — pois que servirão para apenas uns poucos privilegiados — em recuperação e manutenção de milhares de escolas tradicionalmente atuantes em todo o país, que estão caindo aos pedaços, bem como na reposição de equipamento escolar e de material didático.

Vamos, igualmente, utilizar este dinheiro para pagar decentemente o Magistério, proporcionando-lhe novos estudos e reciclagem.

Não há, neste programa, um projeto pedagógico, e isto é um desastre técnico. O que se fala a respeito de currículos é simplesmente espantoso; repetem idéias já ultrapassadas, aquelas mesmas que esvaziaram a escola brasileira de conteúdo.

Não há forma séria e técnica de melhorar esse projeto, que amplia a demagogia estadual dos CIEPs.

A ESCOLA DE 2º GRAU

Também no que tange ao 2º Grau, não foi feliz a aplicação da Lei 5692/71.

À primeira vista, o objetivo era corrigir a tendência exclusivamente bacharelesca da escola brasileira, criando-se também escolas profissionalizantes, em substituição aos tradicionais cursos clássico e científico.

A experiência, porém, por ter tido abrangência excessiva, apenas causou uma falsa impressão de formação de técnicos de nível médio, ao tempo em que prejudicava, por outro lado, a formação cultural e científica dos que tinham vocação universitária. Comprometeu-se nitidamente a formação pré-universitária de alguns, sem que se tivessem habilitado profissionalmente outro contingente.

A chamada profissionalização em massa nunca existiu; apenas resultou no comprometimento dos tradicionalmente respeitados cursos técnicos, substituídos por simulacros de escolas profissionalizantes de 2º Grau.

A cobiça comercial, ademais, estimulou a criação de cursos de habilitação, que se multiplicaram, tais como "secretário", "laboratorista", "auxiliar de turismo", etc.

O bacharelismo, no Brasil, sempre teve raízes históricas e culturais profundas.

Desde a monocultura açucareira, passando pela mineração, e chegando ao café, os trabalhos manuais foram delegados apenas aos escravos ou aos que estivessem nos degraus inferiores da escala social.

A burguesia nacional enviava seus filhos à Europa para estudar Direito, Letras ou Filosofia. Voltavam para aqui constituir a elite de pensadores pré-revolucionários, escritores e poetas de um país que era, tão-só, agrícola. Mesmo nas ciências agrícolas não havia aqui técnicos especializados.

A industrialização incipiente defrontou-se com a realidade: falta de mão-de-obra especializada. O problema agrava-se com o passar do tempo, até chegarmos à era industrial resultante da fabricação do aço (Volta Redonda).

Uma política de imigração mal-orientada, de resto, com distribuição equivocada de contingentes imigratórios — por temor dos "quistos raciais" — impediu-nos de melhor assimilar a colaboração cultural européia. O fluxo imigratório acabou interrompido nas últimas décadas.

Assim, o desenvolvimento agro-pecuário brasileiro, à época, não foi apenas prejudicado pela falta crônica de investimentos nacionais no setor, mas também pela precária habilitação profissional do homem do campo.

O mesmo aconteceu com a indústria, pela falta de operários de nível técnico razoável e em quantidade suficiente para todo o país.

A carência de mão-de-obra qualificada era, pois, uma das maiores responsáveis pela baixa produtividade na economia do país, pelo comportamento deficiente da agricultura, por um ritmo lento de desenvolvimento industrial e tecnológico.

A grande motivação da reforma efetuada era, dessa forma, o aumento da produtividade média nacional na mão-de-obra; mas igualmente se ambicionava a redução de pressão sobre o ensino universitário; a redução do subemprego na área tecnológica; melhores possibilidades de salários e de acesso para faixas da população socialmente menos favorecidas.

Ponderados que foram os valores, partiu-se, contudo, para a generalização excessiva: de 1971 a 1975, uma drástica medida determinava que todas as escolas do 2ºGrau se voltassem para a profissionalização.

Ao invés de estimular vocações, os cursos profissionalizantes existentes passaram a forçá-las, o que já era de si um óbvio erro pedagógico. Não havendo, além disso, condições materiais para que se profissionalizasse verdadeiramente o ensino nas escolas, ou se criaram simulacros de cursos, ou se apelou para a idéia de "centros interescolares" (laboratórios e oficinas disponíveis para uma área determinada), o que não se concretizou, pois ainda hoje são raros no país.

O sistema, repetimos, desestimulou a formação de técnicos de nível médio, e também atentou contra a formação dos que tinham vocação universitária, comprometendo seriamente, no período, o que se convencionou chamar de ensino de Humanidades no país.

Ao adotar tão exóticas e drásticas medidas, o Brasil já poderia ter-se valido da experiência frustrada da Tcheco-Eslováquia, conforme diz o seu Ministro da Educação em relatório da UNESCO: "no fim do decênio, em 1959/1960, tentou-se ver se as escolas de 2º Grau poderiam preparar alunos para a Universidade, e ao mesmo tempo para empregos qualificados". A tentativa fracassou completamente, e foi rapidamente abandonada.

Em nenhum outro país do mundo foi tentada a experiência de unificação do 2º Grau. Pelo contrário, a tendência é para o início da separação dos caminhos ainda no 1º Grau.

O resultado dessas experiências a que se tem submetido a escola de 2º Grau é que este é, talvez, o setor mais deteriorado nos últimos anos, sobretudo no ensino público.

A escola pública secundária sempre foi refúgio dos filhos de classes menos favorecidas que lograram ultrapassar a escola básica e não tinham recursos para freqüentar as escolas particulares.

O ENSINO SUPLETIVO

O Ensino Supletivo justifica-se porque a Educação é um processo permanente, ou seja, o homem aprende ao longo de toda sua vida.

O Ensino Supletivo conduz a ação educacional a uma grande diversidade de formas e atividades de ensino, sempre em função da clientela a que se destina essa ação. Caracteriza-se, outrossim, como educação de adultos e estimula não apenas o enriquecimento cultural, mas essencialmente a formação ou reconversão profissionais, a recuperação de deficiências de escolaridade e outras mais. Tem sido impossível escolarizar, com efeito, pela via regular, grande parcela da população, que chega despreparada à idade adulta, pela falta de melhores oportunidades.

É evidente que a educação pela via supletiva, como prevê a Lei 5692/71, não pode limitar-se às formas tradicionais do ensino a crianças e adolescentes. Os programas dirigidos a adultos devem corresponder às motivações próprias dessa idade, à sua capacidade de assimilação e às exigências do seu desenvolvimento.

Além disso, as exigências conjunturais sempre orientam as autoridades, ora para a recuperação de deficiências de escolaridade; ora como busca de uma educação geral; ora como busca de capacitação profissional. Muitas vezes — como foi o caso do MOBRAL — fica a ação de ensino restrita ao âmbito da leitura e da escrita.

Especial atenção é requerida para alguns problemas e eventuais conflitos na ação governamental no setor:

- cooperação eficaz entre os órgãos públicos e as empresas privadas, mormente no campo de levantamento das necessidades do mercado de trabalho;
- dificuldade de coordenação do sistema nacional de formação de mão-de-obra;
- convivência de grupos heterogêneos de curta duração, constituídos por motivações diversas, que buscam a educação em função de sua experiência vivida;
- carência de professores qualificados para o trabalho com adultos;
- evasão provocada pela incapacidade de acompanhar o conteúdo programático do curso; mudança de residência; doença; interferência no horário de trabalho, etc.

Concluindo: os cursos supletivos têm, em países como o Brasil, uma importância especial para incorporar à Educação milhões de brasileiros que foram colocados à margem e sem concorrer ao mercado de trabalho. Além disso, o Brasil é um país onde diploma ou certificado ainda dá, por si, um status.

É, assim, fundamental que o setor público amplie as possibilidades

para que os adultos possam concluir de maneira flexível seus cursos secundário ou mesmo primário.

O supletivo é o grande instrumento de incorporação dos trabalhadores ao mercado de trabalho mais sofisticado e melhor remunerado; é sobretudo o processo de dar oportunidade à mão-de-obra de preparar-se para desenvolver atividades no setor terciário, que se torna cada vez mais exigente de conhecimentos básicos, como a informática e as novas tecnologias de comunicação.

O ENSINO TÉCNICO

Sem mão-de-obra qualificada, ocorre o risco de perder-se o investimento em tecnologia. A imagem da mão-de-obra barata hoje é dado negativo para a atividade produtiva, porque traduz a massa de trabalhadores destituídos de um mínimo de habilitação e preparo educacional e sem condições, assim, de progredir sozinhos. A modernidade é mais ambiciosa: não basta ter mão-de-obra barata. Queremo-la qualificada.

Um estudo encomendado por indústrias norte-americanas mostrou que cada dólar investido na escola básica reverte mais tarde em cem dólares de lucro, quando as empresas de diferentes setores recebem mão-de-obra qualificada.

Trabalhos de Denison (1962) concluíram, da análise da economia americana no período 1929/1957, que apenas 15% do aumento do Produto Nacional podem ser atribuídos ao aumento de Capital; 20% relevam de avanços nos conhecimentos pertinentes à produção; e 23% podem ser derivados dos melhores níveis de Educação no período.

Em 1971, o Brasil, estimulado por esse tipo de raciocínio (rentabilidade econômica da Educação) decretou que todo cidadão teria uma habilitação profissional, administrada pelas escolas de 2º Grau.

No Brasil-Colônia, a Metrópole não estimulava o ensino técnico, e a indústria então rudimentar não o exigia; limitávamo-nos à indústria extrativa, à preparação do açúcar ou à transformação do couro, peles, ou a um início de indústria têxtil.

O alvará metropolitano de 5 de janeiro de 1785 extinguia nossa indústria nascente, e uma política tarifária colonizadora não permitiu que o crescimento industrial da colônia correspondesse ao mercado consumidor brasileiro, já então existente. A abertura dos portos às nações amigas, decretada por Dom João, em apoio aos ingleses, na luta contra Napoleão, tinha grande alcance político, apesar de ter inviabilizado a indústria brasileira nascente.

Com a escravatura, o processo piorou; passou-se a considerar servil o trabalho manual ou artesanal.

Não se cogitou, por longo período, da formação de bons profissionais de nível médio.

A própria empresa privada, sentindo o ponto de estrangulamento na carência de mão-de-obra qualificada, passou, decênios mais tarde, a interessar-se pela formação dessa mão-de-obra.

Educação e desenvolvimento econômico começaram a ser considerados como causa e efeito recíprocos, em alguns setores mais avançados de nosso meio industrial. A empresa privada passou a interessar-se pela integração escola e trabalho, pela pesquisa e treinamento.

A empresa vai, assim, tornando-se sucedâneo e extensão da escola, com a vantagem de associar imediatamente o aprendizado à prática do trabalho. Basta verificarmos os exemplos marcantes do que tem sido feito, ao longo dos anos, por instituições modelares como o são SENAI e SENAC.

Para uma simples demonstração de sua eficiência, registre-se que as 833 escolas do SENAI, em todo o país, já formaram ou treinaram 14 milhões de pessoas nos seus primeiros 50 anos de vida.

Apoio mais efetivo deverá ser proporcionado pelo governo às escolas técnicas, a nível federal ou estadual, sejam agrícolas, sejam industriais ou de serviços. As escolas técnicas têm no Brasil uma tradição de respeito e seriedade. Passaram ao longo ou apenas chamuscando-se, das maiores crises da escola brasileira. O ensino técnico de 2º Grau merece o apoio e o respeito da comunidade.

A UNIVERSIDADE

Não são os políticos, ou a Política, que estão perdendo substância no Brasil; é a elite brasileira que se está enfraquecendo. Formá-la, fortalecê-la, sempre foi a missão da Universidade. Ocorre que a confusão de valores, no atropelo de nosso desenvolvimento desordenado, foi enfraquecendo as instituições tradicionais; entre elas, a universidade.

Em lugar nenhum do mundo, o estudo universitário é o fim regular da Escola. Todos temos o direito (qualquer que seja a nossa origem ou vocação) de ter acesso ao conhecimento mínimo que nos oriente no mundo e na sociedade em que vivemos, e nos permita prestar melhores serviços à comunidade. Por isso é que se consagra o direito absoluto de todos às escolas de 1º e 2º Graus.

A universidade, todavia, estará reservada àqueles que tenham a vocação para os estudos superiores, da pesquisa, da ciência e da tecnologia; para conservar e enriquecer o conhecimento de gerações passadas, transmitindo-o pela docência.

A universidade deve proporcionar suporte ao processo de desenvolvimento do país, às mudanças sociais, políticas e econômicas. É o instrumento moderno de ensino, pesquisa e extensão, em plena era da informática, da biotecnologia e da química fina.

Jaspers nos diz que a universidade é uma comunidade de pesqui-

sadores e estudantes em busca da Verdade. É também responsável pela formação de profissionais competentes, que asseguram serviços imediatos e seguros à comunidade.

O ensino superior, no Brasil, ressente-se de suas origens remotas: nasceu com o sentido imediato (napoleônico) de formação de profissionais, em escolas isoladas tipo Direito, Farmácia, Medicina, Engenharia, etc, e não teve o sentido integrado da Universidade: é pequena a tradição de pesquisa e de extensão, e de pós-graduação, especialmente nas ciências exatas e biológicas. Também, embora deva voltar-se para a realidade brasileira, não pode deixar de ser universal na busca do conhecimento.

Massificação da Universidade

As vocações são distintas, numa sociedade aberta; por isso mesmo, massificar a universidade não é, necessariamente, democratizá-la. Não se proporciona vocação por decreto.

Democracia — sempre é bom repetir — não é a ausência de elites; é a possibilidade que todos têm de, por seus próprios méritos, ascender a elas.

A massificação da universidade brasileira começou na década de 50, com as campanhas de excedentes. Multiplicaram-se cursos, surgiram novas carreiras, criaram-se novas categorias profissionais: logopedistas, sociólogos de todo tipo, comunicadores, engenheiros de alimentos. O mercado de trabalho logo se saturou, com essas novas carreiras juntadas às tradicionais.

Ainda nos anos 50 e primeiros anos da década de 60, as lideranças de esquerda desenvolveram campanhas nacionais pelo aumento do número de vagas no ensino superior, buscando a massificação como oportunidade de ali constituir a vanguarda revolucionária. As campanhas tiveram o apoio da classe média, mas por outro motivo: os filhos da classe média buscavam seus diplomas.

Duplicaram, triplicaram-se os alunos nas salas de aula, com levas sucessivas de excedentes, sem que às faculdades fossem atribuídos recursos adicionais para contratação e aperfeiçoamento de professores.

Na década de 60 prosseguiu o aumento indiscriminado do número de vagas nas faculdades, estivessem elas preparadas ou não para receber tais alunos. Abriu-se ainda mais a escola superior nos anos 70. A estatização das universidades, porém, foi enganosa. Nesta década, 70% do ensino superior era público, e maciçamente federal, mas não proporcionou a presença, nessas escolas gratuitas, de alunos de menor nível social ou de renda. Foram os que tiveram, em média, melhor formação — logo, melhores possibilidades de classificação — os que lá chegaram. Os menos afortunados acabaram tendo de ir para as escolas pagas. E, quanto mais fracos na sua formação, piores as faculdades em que conseguiram ingressar.

A reversão deu-se na década de 80. Autorizaram-se tantos cursos em escolas superiores isoladas e universidades particulares, que no início dos anos 90 a equação já era inversa: 70% dos universitários já estavam no setor particular, e apenas 30% no público gratuito.

A universidade pública, a esta altura, já se confundia com o rol genérico do ensino público desacreditado, com raras e honrosas exceções. O preço pago pela incompetência e pela imprevidência foi a radical perda de qualidade do ensino.

Além disso, quando se abrem, em sobrados, escolas particulares com títulos de faculdades, não se está tornando mais acessível o saber; estão-se, apenas, alimentando esperanças impossíveis de alguns, e enfraquecendo a própria instituição universitária.

A preocupação deixa de ser o saber para ser o título, mas o mercado de trabalho é inclemente; alimenta-se apenas um sonho ilusório.

Deficiências de nossos cursos médios, como vimos anteriormente, fazem com que a universidade seja obrigada a ensinar o que se transmitia no antigo ginásio. O Mestrado, então, vem para suprir as deficiências do Bacharelado, e assim sucessivamente até o pós-Doutorado.

Continua o faz-de-conta. O equívoco da universidade massificada, de resto, cria situações ridículas, como cursos de Relações Internacionais onde professores e alunos não falam outra língua que não o Português, apenas repassando conhecimentos de História compatíveis com o 2º Grau.

E a enorme quantidade dos que se formam em Comunicação? Em Sociologia? Em Psicologia? Alguns comunicadores não aprendem sequer a redigir na língua vernácula; enganam-se jovens com diplomas que não atestam conhecimento superior nem pesquisa.

Vale dizer e repetir sempre: democratizar a Educação não é dar acesso à Escola, mas ao saber. É grave erro, por isso, conseguir democratização do ensino com a falsa impressão de massificação.

Esta última, como já analisamos em outros graus do ensino, pode ser instrumento de alienação: dá aos mais humildes a falsa impressão de que se libertaram, de que se habilitaram ao mercado de trabalho; vaga e vazia impressão de mobilidade social. Impressão falsa porque não houve aumento de conteúdo, nem a pretendida libertação; pelo contrário, manteve-se a alienação com a perigosa impressão de satisfação.

Elitismo

Não é, certamente, demonstração de elitismo afirmar-se que o ensino superior deve ser reservado àqueles que tenham vocação específica.

A formação comum a todos deve ser dada até o nível de 1º e 2º Graus. Daí, então, é que o jovem, seguindo a sua vocação, e de acordo com o seu nível de informação e habilidades específicas, tomará seja o rumo da universidade, seja o das escolas técnicas.

Foi sempre assim, no mundo capitalista e no mundo socialista: o acesso à universidade é reservado aos que mostrem aptidão e vocação para os estudos superiores, seja no campo de prestação de serviços, seja no campo dos conhecimentos públicos.

Colocar um jovem mal preparado numa universidade não é evidência de democratização. Mesmo porque as faculdades que hoje se multiplicam, muitas vezes sem eficiência nem seriedade, apenas sugerem, mascaram, uma promoção vertical que não houve e, em muitos casos, não habilitam para o mercado de trabalho.

Democrático será abrir a universidade a todos os que tenham vocação, pobres ou ricos, e sustentá-los na promoção cultural, científica e social. Isto é investimento nacional, e não mera despesa pública.

O chamado Vestibular Unificado, mal orientado, tem colaborado para as distorções atuais. Entre elas:

- estudantes procuram faculdade mais fácil, ainda que ela seja longe de sua cidade. Mais tarde, a diversidade curricular dificulta eventuais transferências;
- os jovens, querendo apenas ser universitários, escolhem carreiras menos procuradas ou com maior oferta de vagas. Surgem modismos e falsas vocações. Multiplicam-se os cursos desnecessários;
- o grande número de candidatos conduz às provas de múltipla escolha, com os vícios e prejuízos já conhecidos;
- a possibilidade de aprovação estimula o ingresso na universidade como terminalidade natural de todo o processo escolar, o que não é verdadeiro e reduz a procura dos cursos de nível médio.

Verificamos, igualmente, que um sistema de salários baixos fez com que, no decorrer do período, os professores de maior capacidade e conhecimento fossem buscar recursos financeiros fora da escola, e não aceitassem o regime de dedicação exclusiva à vida universitária. Os que ficaram nem sempre eram os mais aptos ao controle da atividade escolar: são, às vezes, mal formados, por não disporem de recursos para pesquisa, livros técnicos, laboratórios.

Alguns Números do Ensino Superior Brasileiro

Teme-se que alguns setores da universidade brasileira estejam caminhando para a esterilidade intelectual.

O problema envolve — e atinge — os mais talentosos que lá conseguiram chegar e, teoricamente, constituem uma elite que deve ser preservada.

O Brasil possuía, em 1991, 53 universidades federais e escolas isoladas, e 19 universidade estaduais.

Se, por um lado, abrigam alunos dos mais caros do mundo (US$

8,000 / aluno /ano), abrigam também, professores dos mais mal pagos (8 salários-mínimos, como média, no início da carreira).

A chamada atividade acadêmica no Brasil pode ser avaliada por alguns indicadores que seguem abaixo, abrangendo diferentes aspectos do problema:

1º) cada grupo de 4 professores universitários produz, apenas, 1 trabalho sobre tema inédito, por ano. A média internacional é de 1 trabalho / ano por professor, sendo que na Alemanha é de 2;

2º) número de alunos por professor:

França	21
EUA	14
Alemanha	10
Brasil	8

3º) número de alunos por funcionários:

França	20
EUA	8
Alemanha	7,5
Brasil	3,8

4º) avaliação dos desembolsos por setor:

(maio 1991)	Folha de Pagamento	Pesquisa/ professor (ano)
Universidade Federal de Pelotas (RS)	92%	8,32
Universidade de São Paulo — USP	83%	2,78
Média das Universidades Públicas Brasileiras	87%	0,87
Universidade de Harvard	42%	3,0

5º) o custo total do sistema educacional, no Brasil, chega aos US$ 4 bilhões / ano. De cada 10 cruzeiros colocados, 9 saem dos impostos, e 8 vão para o ensino superior (80% do total das verbas);

6º) ao assumir a Reitoria da UFRJ (julho 1990), o Professor Nelson Maculan Filho encontrou 63 Programas de "Extensão Universitária", alguns deles sem a menor vinculação com a vida acadêmica, como um

curso de Tênis para favelados, e um festival de Pipas. Também se registrou, à época, a existência de 400 motoristas para 142 veículos, na Reitoria da Universidade;

7º) a Universidade Federal de Pernambuco tem a boa média de 1 professor para cada 10 alunos; contudo, a média de trabalhos (produção acadêmica anual) é de 0,44 (menor que a média africana);

8º) o professor José Goldemberg, quando Reitor da USP, em 1988, propôs um sistema de avaliação de desempenho, distribuindo-se as verbas de acordo com os resultados de cada departamento. Fracassou na tentativa: prevaleceu o corporativismo dos professores;

9º) aliás, na USP, que é modelar, para padrões brasileiros, houve um levantamento que constatou a existência de 16 ônibus circulando no seu campus, mas 60% dos usuários não tinham qualquer vínculo com a universidade;

10º) um fato altamente positivo refere-se à UNICAMP:

– 3.600 pesquisas, em 1991, mais de 60% delas desenvolvem-se em áreas tecnológicas;

– dos 14.000 alunos, 6.300 são de pós-graduacão, ligados diretamente à pesquisa;

– há 2.000 professores, quase todos em regime de dedicação exclusiva, dando aulas e desenvolvendo ou coordenando pesquisas;

– é maior o índice de cooperação entre universidade e a indústria: 800 contratos para o desenvolvimento de novos produtos.

ESCOLA PÚBLICA — PAGA OU GRATUITA?

Em discurso na Câmara, procurei demonstrar que o governo brasileiro caíra no conto da escola paga. É velha a cantilena de que alunos pobres vão para escolas superiores pagas, enquanto os ricos conseguem ingressar nas gratuitas, porque se preparam melhor e se classificam. E, então, concluem os apressados: a universidade pública deve ser paga.

Quem conhece, ainda que superficialmente, o campus de qualquer universidade pública, sabe que ali não estão, em média, os alunos ricos. São estudantes de nossa sofrida e perseguida classe média, cujos pais não têm recursos para manter filhos em escolas superiores pagas.

O que se tem de fazer, ao invés de cobrar a escola superior dos que a conquistaram gratuita, é estender a gratuidade aos que não a têm e dela necessitam, seja em escola públicas, seja nas particulares, por meio de convênios e bolsas.

A universidade pública tem de ser gratuita para os que provarem vocação e talento; agir de modo contrário é elitizá-la ainda mais.

Não há negar que certas instituições, como vimos, gastam errado,

ou gastam demais para o que produzem. Cabe ao governo — como à sociedade — proceder à sua fiscalização e correta avaliação.

Há professores que recebem por aulas que não dão e por pesquisas que não fazem. Há funcionários em excesso. Vamos corrigir esses erros e não romper a corda no lado mais fraco, penalizando o aluno.

As cifras indicam que, ainda que os alunos ricos viessem a pagar às universidades públicas anuidades em nível elevado nos padrões internacionais (US $ 10,000 por exemplo), o aumento do orçamento correspondente não ultrapassaria os 10% do necessário. Não é este, pois, o problema.

O que importa não é pagar, é aumentar a produtividade. O que se deseja é ensinar, não cobrir um déficit.

Existem ótimas universidades pagas, em todo o mundo, particularmente nos Estados Unidos e Inglaterra. No Brasil também. Mas existem, igualmente, no ensino público, excelentes estabelecimentos. No Brasil também.

A melhor universidade nos Estados Unidos (Harvard) é paga. Já o Instituto Max Planck (Alemanha), considerado celeiro de Prêmios Nobel, é gratuito. A Sorbonne também é gratuita.

Fato grave é que, no Brasil, despreza-se o sistema de doações e financiamento a fundo perdido, para as universidades e pesquisas. Diz o professor Francisco Landi (Politécnica/SP): "nunca tivemos uma única doação vinda de qualquer empresário, quer tenha estudado aqui, ou não". Sabemos que, nos Estados Unidos, as universidades sobrevivem com 40% de doações. Harvard é bom exemplo, mesmo assim ainda tem de cobrar em média US $ 15,000 por aluno/ano.

O Partido Liberal esboça, aqui, algumas sugestões preliminares, para orientar a discussão sobre o tema da escola pública paga, que não pode ser analisado fora de um debate geral sobre o papel da escola.

Hoje há os que querem começar o debate por uma eventual conclusão. Temos de começá-lo no seu início: o que deve fazer a escola e o que ela está fazendo? O Partido Liberal propõe algumas afirmações preliminares, a partir do que podemos discutir a teoria da escola gratuita. Por exemplo: o direito à educação é universal. Ele não pode ser negado a alguém apenas porque lhe faltem recursos. O que um jovem ou adulto deve aprender é limitado apenas por sua capacidade e sua vontade de trabalho.

A ninguém pode ser negado acesso ao saber por falta de recursos financeiros.

Estabelecida essa premissa, pode-se aceitar desde a escola particular subvencionada até a escola pública. Importante é que o Estado seja colocado a serviço do aperfeiçoamento individual que assegura a liberdade e fortalece o homem contra a tirania.

Vale aqui, mais uma vez, uma reafirmação de princípios do Partido Liberal (PL): Educar é um direito e um dever da família. Mais tarde vai

sê-lo do indivíduo. O Estado apenas auxilia a família, mas o dever e os direitos preliminares do indivíduo são dela.

É lamentável que recente documento do Ministério da Educação tenha proclamado que as "entidades particulares têm de merecer, fazer jus à delegação que recebem do Estado de se apresentarem como agências de difusão do conhecimento..."

Essa frase, profundamente totalitária, anti-democrática, sugere que as famílias recebem delegação do Estado para educar; quando, o que acontece é exatamente o contrário. O Estado, ele sim, é um mero concessionário da família e desempenha o papel de instrutor mais do que de educador, porque, da complexidade do mundo moderno, seria impossível, a cada família, transmitir a seus filhos todos os conhecimentos de que eles necessitam.

Dizendo o que disse, o Ministério da Educação está equiparando educadores a concessionários de rádio e TV.

Desde quando cabe ao governo dar concessões para a difusão do conhecimento? Esta é idéia antiga, que renasceu na Alemanha de Hitler e na União Soviética de Stalin.

O Estado é que recebe uma delegação da Família e da Sociedade. Educadores não são agentes estatais, salvo em governos totalitários.

A Escola livre é concessionária da Família e da Sociedade, e não do governo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Técnicos da UNESCO definiram educação especial como "uma forma de educação geral enriquecida, visando a melhorar a vida daqueles que sofrem de diversos tipos de deficiências — enriquecida no sentido de que utiliza métodos pedagógicos modernos e recursos técnicos para remediar certos tipos de deficiências".

Os suecos acrescentaram a essa definição que tais deficiências ou dificuldades são decorrentes de transtornos físicos ou mentais hereditários ou provocados pelo meio-ambiente.

Daí conclui a Professora Zélia Paiva Nunes, em importante depoimento, que:

a) a educação especial é, sobretudo, uma educação moderna e de qualidade;

b) no que concerne à clientela, a área internacional não faz menção aos alunos superdotados, como beneficiários dos serviços de educação especial. Sempre se fala em "remediar deficiências " ou "superar dificuldades" de aprendizagem.

No Brasil, no entanto, a educação especial define-se como destinada a excepcionais, termo que englobou, preliminarmente:

- os mentalmente deficientes;
- as pessoas fisicamente prejudicadas;
- as emocionalmente desajustadas;
- e também as superdotadas.

Ou seja, todas as que requerem atenção especial no lar, na escola e na sociedade.

O Ministério da Educação, pelos seus órgãos técnicos, assim listou as categorias de alunos que deverão ser alvo da educação especial:

– "deficientes de visão, de audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta, e os superdotados."

A CNBB, em documento de 1986, propugna pela extensão do conceito de infradotados, ao defender que:

"Semelhantes condições especiais também devem ser oferecidas aos alunos vítimas de deficiências alimentares e àqueles que não gozam, no lar, de condições suficientes para um desenvolvimento cultural adequado".

A educação especial destinar-se-ia, assim e também, a todo um grupo da população que, por privações de ordem sócio-econômico-cultural, e na falta de atendimento precoce, pode apresentar dificuldades de aprendizado, nem sempre ligadas a um quadro diagnosticável.

Os objetivos a que se visa são claros, e para toda a clientela abrangida: agir em caráter temporário ou permanente, para atender e acelerar seu enriquecimento curricular, a fim de possibilitar o máximo de desenvolvimento de suas potencialidades.

A discussão, muito técnica e complexa, tem mobilizado educadores e autoridades, e liga-se intimamente a uma outra questão: se um número apreciável de crianças ditas "normais" ainda não tem oportunidade de ingresso no sistema educacional, quais as razões que justificariam investimentos caros e tecnicamente de difícil aplicação?

O documento da CNBB nos oferecerá, com coerência, as razões básicas para tal atitude:

1º) o preceito constitucional, no que toca à obrigatoriedade de escolaridade gratuita em determinada faixa etária;

2º) a Lei 5692/71: "os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, e os superdotados, deverão receber tratamento especial...";

3º) as elevadas taxas de evasão e repetência, que levaram à necessidade de tratamento diferenciado e adaptado às condições pessoais dos educandos, para levá-los até o mais alto grau de ensino compatível com as suas aptidões;

4º) a Declaração da ONU (1959), que institui a garantia de atendimento especial para excepcionais;

5º) o fato de que o ensino especial bastante caro é compensado pela possibilidade de incorporar-se a uma força de trabalho, que se tornará participante do desenvolvimento nacional. Os superdotados poderão formar elites do país extremamente aptas.

Durante muitos anos a sociedade adotou postura defensiva e protecionista em relação aos excepcionais, segregando-os em grandes instituições, onde predominava a assistência médica sobre a educação.

Pesquisas efetuadas e o próprio progresso científico, contudo, nos condüziram à aceitação da natureza dinâmica da excepcionalidade, e da possibilidade de desenvolvimento, mediante tratamento, educação e treinamento adequados. É o que se chama de normalização crescente, ainda que individualmente diferenciada.

Tais conceitos e atitudes são as que vêm sendo postas em prática no Brasil.

Há, todavia, barreiras muito fortes à integração do ensino especial na escola regular:

- barreiras ao ingresso no sistema educacional (número de vagas; especialização difícil para diferentes deficiências);
- barreiras ao acesso a tratamento diferenciados (deficiência dos serviços de diagnóstico e de pessoal técnico especializado);
- barreiras à progressão no sistema educacional, resultado das barreiras anteriormente apontadas;
- barreiras administrativas e financeiras (deficiência de estatísticas, de estudos e pesquisas, de verbas).

O Partido Liberal considera técnica e praticamente viáveis:

- expansão da oferta de oportunidades de atendimento educacional para os excepcionais;
- aceleração do processo de integração no sistema regular de ensino;
- ampliação das oportunidades de educação especial em instituições especializadas, públicas ou particulares, o que é necessário em algumas ocasiões como elemento acelerador e equilibrador da clientela;
- correção dos desequilíbrios de oferta de oportunidade e educacionais em termos geográficos;
- atendimento especializado a pré-escolares portadores de distúrbios ou de deficiências;
- implantação de serviços especializados de diagnóstico e identificação;

- programas de informação, orientação e preparação das famílias envolvidas;
- implantação de serviços profissionalizantes em instituições especializadas;
- criação de condições para a incorporação dos excepcionais ao mercado de trabalho. Apoio técnico e financeiro às empresas para implantação de "oficinas". Sensibilizar a comunidade empresarial para a aceitação;
- aceleração da formação de recursos humanos para a educação especial;
- ativação de mecanismo de ação integrada, quer inter-setorial (educação, saúde, trabalho), quer nas diferentes órbitas administrativas (federal, estadual, municipal, privada).

ESCOLA NÃO REGULAR

Devemos também estar atentos ao ensino que se desenvolve na escola não regular. Podemos observar a educação não-escolarizada, que se realiza em cursos diversos, geralmente de curta duração, ou em cursos altamente especializados, que utilizam metodologias específicas. Há vários tipos de educação não formalmente escolarizada, dos quais poderíamos ressaltar:

a) alguns cursos de profissionalização;

b) cursos que utilizam os meios de comunicação social, como rádio e televisão; os computadores públicos, os vídeo-discos e vídeo-cassetes;

c) os cursos por correspondência e por módulos, as escolas abertas, as escolas livres;

d) os cursos destinados a adultos, que compreendem não apenas a alfabetização e os supletivos, mas também a reciclagem e atualização em todos os setores: línguas, artes e artesanatos, administração, etc.

O Brasil dispõe, ao lado do pioneirismo da iniciativa privada, de amplos espaços e equipamentos nas escolas públicas, mormente no período noturno. Há que utilizá-los, com criatividade.

Existem, igualmente, outras formas ainda de Educação, que não a formal e a não-escolarizada. São as formas que se desenvolvem no dia-a-dia das atividades do indivíduo na família, nos grupos profissionais, nos grupos religiosos, na recreação e atividades artísticas ou esportivas, nos clubes e associações culturais, sociais, políticas, literárias e em vários outros setores de nossa vida, a cada momento.

Embora sem o escopo imediato de educar, essa educação informal ajuda a moldar personalidades, fixar critérios e juízos, gostos e estilos de vida.

Os meios de comunicação social desempenham importante papel nesse processo. O rádio, a TV, a imprensa escrita em seus programas diários, são agentes na formação do caráter e da cultura nacionais, e por isso devem estar livres do controle e pressão dos poderes estatal e econômico. O mesmo acontece com o cinema e o teatro. Entram nas casas de pobres ou ricos. Educam ou deseducam; podem formar ou deformar, sem que, muitas vezes, o percebamos.

Tais veículos de comunicação, se manipulados por empresas, grupos ou instituições sem critérios éticos, educacionais ou cívicos, ou se conduzidos por comunicadores de massa despreparados, podem representar uma ameaça real e grandes prejuízos sociais, sobretudo às crianças e aos jovens.

Os indiscutíveis progressos nas técnicas de comunicação fizeram da educação informal um instrumento que pode escapar à fiscalização e controle da Comunidade e das autoridades públicas, principalmente as educacionais e as de menores.

O diálogo amplo entre os diversos setores interessados impõe-se, pois, bem como, a vigilância das famílias, instituições e grupos comunitários mais representativos.

É notória, por exemplo, a influência da TV sobre os indivíduos, as famílias e as sociedades.

Esta influência é benéfica, na medida em que a TV dissemina informação, cultura ou distração.

É, porém, negativa a influência, se com a mesma desenvoltura aponta valores e antivalores, usando o impacto de seus recursos técnicos para mal orientar estilos de vida e de pensar, e até o linguajar e o trajar de indivíduos e massas, muitas vezes tão-só orientada por interesses comerciais ou ideológicos. Que dizer, então, da violência?

O ENSINO POR MÓDULOS

Temos também de considerar o ensino por módulos, outra forma utilizada pela escola não regular. O Partido Liberal tem sido um dos grandes divulgadores, no país, desse sistema altamente prático e democratizante de ensino.

Tais cursos por módulo podem ter orientação para temas genéricos ou temas específicos que se queiram aprofundar.

De acordo com a Pedagogia moderna e normas universalmente estabelecidas, o curso por módulos vai de encontro à individualidade e à realidade da vida do aluno.

Assim é que a duração do curso dependerá:

– do grau de conhecimento e de naturalidade do aluno, que irá absorvendo gradativamente o conteúdo exposto. Atinge todas as camadas sociais, indistintamente;

– da disponibilidade de tempo do aluno, que geralmente trabalha ou tem outros encargos. O aluno, assim, é quem vai modular o seu tempo de estudo, que não coincide com o ano letivo escolar. Poderá durar um mês, como um semestre ou um ano, para cada módulo distribuído.

Valerá registrar aqui, outrossim, a existência das chamadas escolas abertas e escolas livres.

As escolas abertas — e chegam elas até o nível de universidades — têm cursos muito flexíveis.

Admitem estudantes adultos, que não tiveram chance de ingresso em escolas convencionais de nível assemelhado.

A escola aberta pode desenvolver-se através de telecursos, de cursos por correspondência, utilizando centros comunitários ou outras instalações para seus seminários e reuniões.

Já as escolas livres são instrumentos de difusão da cultura. São de baixo custo porque utilizam também espaço físico já existente nas escolas: auditórios, teatros, salas de aula.

Os seus professores normalmente são membros do magistério convencional, empresários, dirigentes sindicais, líderes comunitários.

No fundo, constituem um centro de debates, livres de pré-fixações filosóficas ou ideológicas, para aprimorar o nível de conhecimentos em cursos curtos, colóquios, seminários, debates, etc.

UM PROJETO LIBERAL: ALIMENTAÇÃO INFANTIL

O Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF — em seu Relatório da Situação Mundial da Infância (1992) versa temas da maior gravidade, em que se constata que o abismo entre a riqueza e a pobreza está gerando sérios desequilíbrios na ordem natural da Terra e comprometendo o futuro de nossas crianças: 20% da população mais abastada do mundo consomem 80% dos seus recursos materiais.

O relatório é resultado de estudos e pesquisas efetuados para o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado em Setembro de 1990, com a presença inédita de 70 Chefes de Estado ou de Governo, e consubstancia as metas então selecionadas, bem como, as proposições aprovadas.

Dentre as metas selecionadas — que, supõe-se, se transformarão em planos de ação governamental — duas devem ser ressaltadas:

- reduzir drasticamente as mortes e a desnutrição infantis, e
- garantir que todas as crianças tenham educação básica (meta a ser atingida até o final do século).

Foi claramente admitido pela UNICEF, no que tange à disponibili-

dade de recursos dos países carentes ou problemáticos em relação ao assunto, que a riqueza não pode ser sustentada pela fome e analfabetismo das crianças. Constatou-se, outrossim, que ação empreendida pelos países mais ricos para aliviar a carga da dívida externa dos demais e para promover a abertura de mercados, é fundamental para que as reformas econômicas permitam aos povos dos países em desenvolvimento "condições de vida mais decentes".

As assertivas baseiam-se em fatos concretos, apontados pelo Relatório:

- 250 mil crianças morrem a cada semana; outros milhões vivem desnutridas e, quase sempre, doentes;
- aproximadamente 50% de todos os casos de desnutrição, doenças e mortes precoces são causados por 5 ou 6 doenças específicas, que podem atualmente ser evitadas ou tratadas a custo muito baixo;
- ao longo da década de 80, a crise que correspondeu ao pagamento da dívida externa dos países gerou — em paralelo — problemas agudos, quer de crescente desnutrição infantil, quer de decrescentes taxas de escolarização.

Prossegue o estudo estabelecendo um demonstrativo específico: o TMM 5 (Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos) que é, talvez, o mais importante dos indicadores UNICEF.

A TMM5 representa o número de óbitos para cada 100 crianças nascidas vivas, ao longo de um ano. É um princípio inovador e moderno, que mede resultados ao final de um processo.

O Partido Liberal, que tem idéias e projetos muito definidos sobre o problema da criança no Brasil, deseja apoiar, dentro da realidade e das possibilidades de nosso País, as metas globais para o ano 2.000 que foram estabelecidas pela UNICEF. Passarão elas a ser, igualmente, metas de nosso Partido, de seus representantes e de seus agentes executivos, para a próxima década:

1º) redução para, pelo menos, 70 óbitos para cada 1.000 nascimentos, até o 5º ano de vida da criança;

2º) redução de 50% das taxas de desnutrição grave e moderada, entre as crianças menores de 5 anos;

3º) água e saneamento básico para as famílias carentes;

4º) oferta de educação básica para todas as crianças;

5º) 1º Grau compieto para, pelo menos, 80% do universo que se apresenta;

6º) educação para prevenção de gestações de mulheres muito jovens, bem como de partos muito próximos;

7º) redução, em pelo menos 10%, da incidência do "peso de risco" ao nascer (menos de 2,5 kg);

8º) redução de pelo menos 1/3 da anemia por deficiência de ferro entre as mulheres parturientes;

9º) eliminação virtual das deficiências de vitamina A, bem como, das doenças que resultam da falta de iodo no organismo;

10º) redução, em 90%, dos casos de sarampo, e redução em 95% de sua mortalidade;

11º) sistematizar a imunização de 90% das crianças até 1 ano de idade contra o tétano;

12º) redução de 50% na mortalidade infantil causada por doenças diarréicas;

13º) erradicação da poliomielite.

Este é um programa mínimo, que pode ser custeado por nossos próprios recursos, em nível federal, estadual ou municipal. Existem, ademais, possibilidades de financiamento internacional desses programas para necessidades básicas: cuidados com a saúde; ensino básico; planejamento familiar; saneamento, etc.

A existência de um programa municipal de alimentação e nutrição não implica a dispensa de ações de responsabilidade federal ou estadual. Ao contrário, o programa municipal deve-se constituir no mecanismo de coordenação dessas ações, compatibilizando seus objetivos e esforços, visando a um máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.

É perfeitamente viável lutar pelo fim da desnutrição no município.

Basta canalizar corretamente os recursos, e em pouco tempo se poderá constatar queda nos índices de mortalidade materno-infantil, e das principais doenças que atingem gestantes, nutrizes e crianças. O ideal será que, na municipalidade, nenhuma gestante ou criança carente passe fome. Aí não vai, apenas, uma prioridade; há um dever de solidariedade cristã.

Um prefeito, ainda que não calce todas as ruas e pouco mais possa realizar, ficará na memória de sua cidade se puder dizer "Eu acabei com a fome na minha cidade". Logo será imitado, por pressão popular.

O Projeto do Leite

Outro não é o objetivo do Partido Liberal, ao lutar pelo projeto que prevê a distribuição gratuita de leite para crianças, em nível municipal, estadual e federal.

O Partido Liberal desde a sua fundação tem-se dedicado ao assunto. Nunca um partido político, desde as campanhas liberais pela Abolição, consagrou-se a objetivo tão nobre e, por isso, é nosso dever continuar lutando, principalmente através de nossos prefeitos e vereadores.

Está provado, por estudos que efetuamos, que a alimentação das gestantes carentes (nos 6 últimos meses de gravidez) e das crianças até 2 anos, não representa despesa maior para as Prefeituras, do que

o que se poderia gastar mais tarde com ambulatórios e hospitais porque as crianças não foram alimentadas no tempo devido. E muito mais ainda gastarão as prefeituras com escola, com repetências, o que significa depois, cidadãos mal-preparados. Teria sido muito mais barato cuidar dos dois anos iniciais.

Cada cidade tem a sua própria realidade. Em algumas delas, para a realização do projeto bastará um acordo com empresários ou fazendeiros locais. Em outras, acordos com as agências e programas especializados. A livre iniciativa local poderá, em alguns casos, assumir os custos e até a administração do projeto.

8. INFLAÇÃO

Jayme Magrassi de Sá

Etimologicamente, inflação é conseqüência do ato de inflar, que tem como sinônimo próximo a expressão encher. Há, no entanto, razoável distinção entre as duas palavras — inflar e encher. No caso da segunda, pressupõe-se um conteúdo qualquer (enche-se alguma coisa com outra que fica no seu interior); inflar é apenas ação de tornar diferente a forma de um objeto mediante o uso de matéria volátil. A utilização do termo inflação desprende-se, porém, pelo menos parcialmente, da expressão inflar, aproximando-se bem mais da figura inchação, isto é, de algo que, por razões diversas, sofresse uma alteração de forma, não de conteúdo, sem que houvesse uma ação específica destinada a provocar tal mudança deliberadamente.

Pode-se, portanto, em palavras bem simples, dizer, figurativamente, que inflação de preços é uma espécie de inchação dos preços, revelando que razão ou razões teriam alterado as condições (ou elementos) que atuam na formação dos diversos preços no mercado.

É comum relacionar-se a inflação apenas à alta geral dos preços. No entanto, o fenômeno é caracterizado não só por isso, mas pelo desajustamento nos preços relativos, ou seja, uns em relação aos outros. Assim, por exemplo, se a alta dos preços fosse generalizada e num mesmo teor, isto é, se todos os preços se elevassem na mesma percentagem, ocorreria então um novo patamar nominal das cotações, sem provocar distúrbios, vez que a relação entre preços, no seio da economia, permaneceria a mesma. Mas os preços nunca se elevam na mesma proporção, crescendo uns mais, outros menos, em períodos que também não guardam a mesma extensão. Daí dizer-se que inflação é dada pela alta geral de preços com desajustamentos nos preços relativos. Esse fenômeno que provoca distorções no seio da economia e perturbações no contexto da sociedade. Como a alta dos preços, de um modo geral, alcança sobretudo os bens essenciais, e como os salários e ordenados (rendimentos fixos) não se ajustam tão rapida-

mente quanto juros, rendas, lucros, etc. (rendimentos variáveis), a inflação é considerada, socialmente, o mais regressivo de todos os impostos, penalizando tanto mais fortemente, quanto menor a capacidade financeira dos indivíduos.

CAUSAS

São diversas as causas da inflação. O excesso de moeda em poder da sociedade exerce pressão sobre os preços através do estímulo à demanda global. Esse excesso decorre do crescimento mais rápido dos meios de pagamento (moeda manual + moeda bancária) do que o crescimento da produção global de bens e serviços (cujo cálculo técnico é denominado de Produto Nacional). A essa causa se dá a denominação de inflação monetária ou de demanda; sua origem reside nos déficits públicos (orçamentos deficitários) e nos serviços da política monetária*. Para esse fim, tal política não só deve obstar a cobertura dos déficits, como disciplinar a expansão dos depósitos bancários, utilizando, para tal fim, os recolhimentos compulsórios, a emissão de títulos públicos e a obrigatoriedade de reservas bancárias em maior nível.

Quando a sociedade como um todo deseja investir mais e, ao mesmo tempo, consumir mais, ocorre uma inflação de custos, pois a Renda produzida (Produção total menos itens que constituem resultado da produção, como impostos, por exemplo) não permite esse crescimento duplo. De um modo geral, quando isso ocorre, a sociedade passa a disputar a escassez de fatores**, encarecendo o seu custo. A isso denomina-se inflação de custos, que se expressa através da alta no preço desses fatores. Em certas fases, a sociedade dispõe de fatores ociosos, o que pode evitar, provisoriamente. a pressão sobre os custos. Continuando, porém, a intenção de consumir mais e investir mais simultaneamente, a disponibilidade se esgota e a alta de custos se processa.

Por alta de custos se entendem, em economia, todas as remunerações: preços dos bens, ordenados, salários, juros, rendas, etc.

Existem causas que escapam aos dois mecanismos acima citados — inflação de demanda e inflação de custos — causas denominadas exógenas ao processo econômico. São fenômenos aleatórios, como por exemplo, uma queda de produção agrícola por fenômenos climáti-

---

(*) A política monetária visa a regular os meios de pagamento na economia, controlando as emissões de papel-moeda e a expansão do crédito bancário, moeda escritural com grande poder de reprodução através do sistema de bancos.

(**) Fatores de produção são: trabalho, capital (financeiro e máquinas e equipamentos), terra, energia, transporte, comunicações, gerenciação, etc. A renda gerada se distribui, sempre, entre consumo e investimento; para que um desses cresça, sem provocar inflação, é necessário que o outro diminua.

cos; uma alta de combustível importado por ações econômicas ou políticas externas; uma ruptura no abastecimento por razões internas ou externas. São, todos, fatores que promovem alta de preços. Quando a política fiscal e a monetária agem prontamente em relação a tais ocorrências, a alta se localiza e não se transforma em processo, permanece apenas durante o período de anormalidade.

Atua também, no ativar uma alta de preços, o fator psicológico. Quando os agentes econômicos (indivíduos ou famílias e empresas) concebem que a política econômica não está evitando déficits orçamentários, ou que a política monetária não está contendo a pressão da moeda bancária, ou que a sociedade como um todo está desejando consumir e investir mais ao mesmo tempo, ou que há ocorrência de fenômenos externos sem reação na política econômica, os comportamentos se voltam para uma pretensa defesa contra a alta de preços, elevando compras e consumo, em conseqüência. Essa atitude, de cunho psicológico, tem como conseqüência imediata agravar a alta de preços e acelerar o desajustamento nos preços relativos.

Sempre que uma inflação de demanda se processa por certo lapso de tempo, tende a ganhar aceleração e compor, na sua esteira, uma inflação de custos, que, por sua vez acirra a inflação de demanda. Algo semelhante ocorre quando a inflação de custos se inicia e perdura por algum tempo sem reação. Diz-se, então, que a situação evoluiu para um processo inflacionário, que é de natureza cumulativa e auto-propulsora. A tendência, ao alcançar o fenômeno tal complexidade, é resvalar para uma espiral preços/salários, chegando à hiperinflação e ao total descontrole da situação econômica, cujo desfecho é a recessão seguida de profunda depressão.

A explicação dessa funesta situação está em que se desenvolve no seio da sociedade uma disputa pela participação na Renda gerada, desejando, cada segmento social, manter seu nível de participação e até mesmo ampliá-lo. Os trabalhadores querem mais salários; os empresários mais lucros; os poupadores mais juros, os "rentiers" mais renda, etc. Como, em geral, a inflação a taxas elevadas inibe o crescimento da produção real, essa disputa só resulta em agravar de modo acelerado os níveis de inflação. Quando a sociedade alcança tal forma de distúrbio, o uso da política econômica mediante a instrumentação regular perde eficiência, dificilmente conseguindo repor as relações econômicas em seu leito natural. Ocorrem, então, ou tendem a ocorrer, as medidas de exceção, sempre penalizadoras, tanto do ponto-de-vista econômico, como social e político.

Em fase de inflação aguda, mas não de descontrole total, tem sido admitido o denominado tratamento heterodoxo*, justificado pelo que se

---

(*) A ação artificial do governo, congelando preços, por exemplo, sem combater as causas do seu aumento.

diz ser senão impossível, pelo menos muito difícil: combater uma inflação que adquiriu comportamento inercial. Por inércia, no caso, se entende a situação expressa pela figura de que "os preços sobem hoje, porque subiram ontem e subirão amanhã, porque subiram hoje". Em outras palavras, o efeito psicológico é intenso e os agentes econômicos passam a exercitar suas cotações em função do que julgam venha a ser a inflação num momento seguinte. Esse tratamento heterodoxo parte da aceitação de que é indispensável um seccionamento no processo inflacionário; em geral se traduz num congelamento de preços por períodos definidos.

MEDIDAS

A inflação é medida através de índices. Existem, de uso um tanto generalizado, três: de preços finais; de preços intermediários e de preços em geral. O primeiro denomina-se de índice de preços ao consumidor; o segundo de índice de preços por atacado e o terceiro de índice geral de preços. Cada um deles tem uma dada expressividade, desde que, naturalmente, bem estruturados. O índice de preços ao consumidor é aquele que mais de perto mede o poder de compra dos rendimentos fixos (salários e ordenados). O índice de preços por atacado é o que indica a pressão inflacionária que se desenvolve no âmbito da produção. O índice geral de preços configura uma taxa de inflação resultante das altas de preços nos grandes segmentos da economia. Este último é uma compósita, que envolve os dois primeiros mais alguns outros, como os da construção civil, etc.

A inflação é considerada como perda do valor da moeda. Como a moeda é o denominador comum dos valores, as suas perdas representam as perdas de todos os bens traduzíveis em moeda. Por essa razão é que surgem, em fases de inflação aguda e persistente, os instrumentos de correção, o mais conhecido dos quais, no Brasil, adquiriu a designação de correção monetária. Esse instituto é baseado num índice de preços que afira a marcha dos preços em geral e seu comportamento é aplicado à expressão nominal da moeda. De um modo simples, pode-se dizer que a expressão nominal da moeda é adicionada do efeito da inflação dos preços, de tal forma que seu valor real permanece constante. A correção monetária sobressai, sobretudo, no resguardo do valor real das aplicações financeiras, que envolvam poupanças.

MECANISMOS

Para se ter idéia mais precisa quanto ao fenômeno inflacionário, é conveniente conhecer, ainda que de modo sumário, alguns mecanismos que nele interferem.

O primeiro deles é o orçamento público, isto é, a receita e a despesa da entidade governo. A receita é o conjunto de recebimentos, em especial os decorrentes da cobrança de impostos. A despesa é composta pelos gastos que o governo faz com pessoal, material, investimentos, assistências, etc. Sempre que a despesa é maior que a receita, há um déficit, cuja cobertura tende a ser inflacionária na medida em que a emissão de moeda aumenta o meio circulante, ou a emissão de títulos públicos faz aumentar a taxa de juros.

O segundo é o conjunto dos meios de pagamento, assim entendido a moeda manual em circulação, o crédito bancário e a velocidade de circulação de uma e de outra. Quanto mais moeda e mais crédito, e quanto maior for a velocidade com que circulam esses meios de pagamento ao longo da economia e, portanto, da sociedade, maior será a pressão que exercem sobre os preços em geral.

O terceiro é o câmbio, ou a taxa de câmbio, que expressa a relação entre a moeda nacional e a de outros países. Sempre que a moeda nacional perde o valor intrínseco relativamente à de outros países a taxa de câmbio se altera para mais e os bens importados passam a custar mais em moeda nacional, impulsionando os custos internos para cima. Se o governo não altera a taxa de câmbio, o país passa a ter dificuldades de exportação, já que o preço de seus produtos no exterior torna-se mais caro e perde poder de competição nos mercados internacionais.

O quarto é dado por consumo X poupança. A perda de valor real da moeda — o mesmo que inflação — altera a distribuição, pela sociedade, da renda distribuída entre consumo e investimento. Sempre que a inflação se agrava, há uma tendência ao aumento de consumo, pois os indivíduos procuram defender seus rendimentos contra a queda de valor permanente de moeda. O aumento de consumo daí decorrente significa redução da poupança (ato dos indivíduos de guardar uma parcela dos rendimentos para uso futuro) e redução da poupança é o mesmo que redução da capacidade social de investir, sendo o investimento fundamental para aumentar a produção. Aumento de consumo e não de produção causa maior pressão inflacionária.

ASPECTOS DO CASO BRASILEIRO

A economia brasileira padece, há cinqüenta anos, de inflação acentuada, cujo teor tem variado, mas mantido sempre taxas altas bastante para confundir o nível de vida de grande massa da população.

Os déficits orçamentários e as deficiências da política monetária têm respondido por esse estado de coisas, não obstante o advento, em certos momentos, de fenômenos externos.

Pela extensão de seu território, os vazios geográficos decorrentes de uma ocupação humana muito imperfeita, os baixos níveis de vida

prevalecentes para imensos contingentes da população, cuja estrutura etária é marcada pela predominante presença de idades jovens (de grande propensão a consumir), a economia brasileira tem forte inclinação ao advento de pressões inflacionárias. Se à inclinação não se antepõe uma política econômica firme e de cunho disciplinador, a inclinação rapidamente se transforma em inflação aberta.

Ocorre ainda que, a partir do pós-guerra, a Nação ingressou num esforço intensivo de desenvolvimento, ampliando muito o movimento de inversões e percorrendo rápida e intensa trajetória de industrialização. Houve aí também um natural incremento das pressões inflacionárias, tanto mais fortes quanto a orientação desenvolvimentista adotada não se caracterizou pela racionalidade técnica.

O processo intensivo de industrialização e o relativo retardo em que permaneceu o setor agrícola concorreram para que os níveis de inflação se agravassem, fenômeno que encontrou, na forte e progressiva concentração urbana, um aliado de grande presença e que continua a agravar-se.

No período de 1962/64, os níveis de inflação alcançaram índices assustadores e levaram a rupturas sociais que ameaçavam jogar a sociedade num regime de turbulências graves. Adveio todo um processo político de exceção que procurou corrigir os níveis de inflação sem prejudicar o crescimento do Produto Nacional e o fortalecimento da estrutura econômica do País.

No final dos anos 70 e início da década dos 80, fenômenos exógenos tiveram lugar — como as duas altas do petróleo, a elevação da taxa de juros nos mercados financeiros mundiais e a sensível queda dos preços das matérias primas no exterior — e jogaram a inflação brasileira para patamares recordes, que obrigaram a regimes de combate bastante penosos para a coletividade, inclusive com certo recuo nas atividades econômicas internas.

Recentemente, tivemos dois programas de fundo heterodoxo, um dos quais que incorporava também medidas clássicas ou ortodoxas. O denominado Plano Cruzado, adotado em fevereiro de 1986, resultou em contundente fracasso, tendo provocado novos recordes inflacionários. O plano seguinte, vulgarmente denominado de Plano Bresser, pretendeu pôr a inflação sob controle, eliminando a ameaça de uma hiperinflação, que estava à vista ao longo do primeiro trimestre de 1987.

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Em que pese a ação da política econômica, especialmente de seus ingredientes mais relevantes, como são a política fiscal e a política monetária, o comportamento da sociedade é fundamental no combate às pressões inflacionárias. Ressalta, de pronto, como fator relevante, o

conhecimento do fenômeno e suas causas maiores, sem o que, os indivíduos concorrem, ainda que inconscientemente para agravar a alta de preços, contrariamente aos seus próprios interesses. Releva também a capacidade de interpretar o desenrolar da política oficial e de criticar ou combater os erros, apoiando e secundando as medidas positivas. Finalmente, é fundamental que indivíduos e famílias saibam gerir sua economia própria, de maneira a atuarem como agentes econômicos eficazes e de ação construtiva.

AVALIAÇÃO

1) Como se conceitua inflação?
2) Como atua o fator psicológico?
3) O que se entende por inflação de demanda?
4) O que se considera como processo inflacionário?
5) Quais os mecanismos da inflação?
6) O que é um índice geral de preços?
7) Quais as principais causas da inflação no Brasil?

9. POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

Eduardo Portella Netto

Se consideramos que a ação política se dirige sobretudo para o governo dos homens, será fácil entender a importância do estudo da Comunicação para o processo político.

Nesta aula, trataremos da aplicação das normas de Comunicação para o melhor entendimento entre líderes e liderados. Aí repousam, na prática, os fundamentos do que convencionamos chamar de Comunicação Política. E aí se entendem os laços que ligam as ciências e as artes da Política e da Comunicação.

O MUNDO MODERNO

Em tempos antigos, o político comunicava-se pessoalmente com a sua comunidade. Emissor de mensagens, sabia facilmente compreender anseios, interesses e problemas, transformá-los em aspirações, dizê-las e propor soluções. O entendimento e a interação se faziam entre pessoas do mesmo nível social (porque só elas participavam do processo político). Elas se conheciam e tinham projetos semelhantes de vida.

O mundo moderno alterou dramaticamente essa relação. São hoje diferentes as realidades dos que têm e dos que não têm o poder, ou a perspectiva de chegar a ele. Para a eficiência da ação política, a arte da Comunicação deve sofisticar-se e vai-se transformando em ciência, na medida em que as mensagens atingem a grupos heterogêneos e com interesses freqüentemente conflitantes.

Platão expunha suas idéias a um pequeno grupo; hoje, o político fala a milhões de pessoas que não conhece.

DESTINATÁRIOS DA MENSAGEM

Imaginando a transmissão da mensagem com objetivos políticos, criam-se diferentes cenários, se se trata de:

- Comunicação em pequenos círculos
- Comunicação em círculos médios
- Comunicação de massa.

PEQUENOS CÍRCULOS

Em qualquer tipo de comunicação política, a credibilidade é o fator essencial, assunto que discutiremos adiante. Quando a comunicação se faz para um pequeno círculo, dados pessoais tornam-se mais relevantes para acentuar ou reduzir a credibilidade do emissor da mensagem.

Torna-se importante, então, a naturalidade, a identificação do líder com o meio. Ele não será capaz de codificar seu pensamento de forma eficiente (usar palavras e imagens adequadas), se não estiver perfeitamente ambientado. Sobretudo porque, na prática política, os pequenos grupos são geralmente mais homogêneos (ou eles não se formariam). É um grupo de jovens, ou de trabalhadores, ou de vizinhos, ou de empresários. São pessoas que, se estão reunidas em um pequeno círculo, têm alguma coisa em comum.

Então, antes de falar, o comunicador deve ouvir. Ouvir e descobrir este traço comum. Quais os interesses, as aspirações, os problemas. Ambientado, conhecendo o seu palco, o comunicador será mais eficiente. No seu período de adaptação (que pode durar poucos minutos), ele assimilará o pequeno círculo, sentindo-se confortável no ambiente.

Terá naturalidade e saberá transmitir sua mensagem no código adequado.

A comunicação em pequenos círculos não pode ser afetada, artificial; não deve usar recursos que não sejam os naturalmente utilizados na conversação diária. Apenas acentuam-se os temas, e o líder desempenha o papel de orientador. Se tiver carisma, sua naturalidade será entendida (decodificada) como simplicidade, o que aumenta sua credibilidade. Se não tiver, o resultado do comportamento será neutro, sem que o comunicador prejudique o conteúdo de sua mensagem.

Nesta situação, a comunicação será tanto mais eficiente, quanto mais preparado estiver o comunicador, quanto melhor conhecer o assunto sobre o qual debate. Os "ruídos" (que interferem no conteúdo) serão sempre prejudiciais. Se o comunicador conhecer o assunto, eles prejudicam a decodificação (compreensão).

Se não conhecer, eles ressaltam esse desconhecimento e vetoram para o ridículo.

Professores, com experiência de sala de aula ou de exercício de dinâmica de grupo, são especialmente eficientes em comunicação em pequenos círculos.

COMUNICAÇÃO EM CÍRCULOS MÉDIOS

Em círculos médios, o comunicador perde o contato pessoal, não pode usar diretamente a sua empatia, e não dispõe dos recursos da comunicação de massa.

Por exemplo, em uma pequena cidade, quando a comunicação se deve fazer por rádios e jornais locais, surgem códigos próprios e, às vezes, de difícil identificação.

Os veículos médios são os mais fortemente sujeitos a pressões econômicas e aos interesses de grupos e de autoridades locais. As rádios e, sobretudo, os jornais de pequenas cidades dependem quase sempre de verbas da prefeitura, câmaras de vereadores e da pequena empresa.

Raramente tais veículos dispõem de credibilidade junto à opinião pública. São usados sobretudo para críticas a adversários; os elogios pouco acrescentam a seus beneficiários, salvo se se tratar de um jornal independente, o que quase nunca acontece.

É nos círculos médios que funciona com mais eficiência a mala direta, sobretudo quando distribuída na mesma época e apoiada por outros veículos de comunicação. Cartazes em ruas, alto-falantes, prospectos em áreas de concentração, são todos processos de que se pode valer o comunicador para levar a sua mensagem em círculos médios.

Fundamental é o conceito do líder, adquirido em seus contatos pessoais. Sua imagem rapidamente estratifica-se por comentários também pessoais, estereotipando-se com facilidade. Não dispondo de veículos de massa para alterá-la, o líder terá a sua capacidade de comunicação e sua credibilidade condicionadas por essa imagem projetada.

Nas campanhas eleitorais por televisão é freqüente observarmos a má utilização do veículo pela maioria dos candidatos que pretendem levar sua mensagem a seus círculos médios. Utilizam um veículo que atinge a milhões de pessoas para falar dos problemas de um bairro, dos operários de uma fábrica, ou até de uma rua. Além de haver um extraordinário desperdício, a televisão não é um veículo eficiente para este público alvo. Para um estranho ao círculo, é rigorosamente inútil o debate do problema em alguns segundos na televisão. Para o comunicador ligado ao grupo, a rápida mensagem é desnecessária, e não modificará o estereótipo que já se tenha formado em torno dele. Em qualquer dos dois casos, o comunicador perderá credibilidade junto ao grande público, por ter utilizado a televisão de forma paroquial, arriscando-se, pelo menos, ao ridículo.

Nos programas partidários de televisão, às vezes, são apresentadas produções caríssimas, verdadeiros espetáculos, que não trazem qualquer vantagem política.

A comunicação política deve passar sobretudo sinceridade. A produção excessiva e o abuso de efeitos especiais podem prender o telespectador, mas prejudicam a naturalidade, logo a credibilidade da mensagem.

Rádio

O rádio é um veículo mais ágil e mais motivador da ação do que a televisão. Grandes campanhas que tentam conduzir a opinião pública, não dispensam o rádio. Sobretudo, porque ainda há bolsões não atingidos pela televisão.

A mensagem transmitida pelo rádio deve ter maior conteúdo do que a passada pela televisão. Não dispondo da imagem, o receptor "lê" com mais atenção o que lhe é transmitido e está mais livre para raciocinar sobre esse conteúdo.

Mac Luhan considera o rádio um veículo "quente", ao contrário da televisão que é "frio". Isso porque o rádio conduz a maior adesão e participação do que a televisão, onde as mensagens são afogadas pelas imagens e pela velocidade com que elas são substituídas.

Enquanto, na televisão, os efeitos especiais diminuem a credibilidade da mensagem, no rádio, a sonoplastia, se bem utilizada, aumenta o impacto da mensagem transmitida.

Imprensa Escrita

A imprensa escrita é fundamental para a fixação definitiva da imagem política. A mensagem veiculada pelos grandes jornais e revistas é a mais duradoura. Atinge o público formador de opinião, estimula debates e pode manter-se presente na memória do receptor por vários dias.

Cada vez mais a grande imprensa vai-se limitando a pequeno número de jornais diários, o que aumenta o poder e reduz extraordinariamente as possibilidades da livre comunicação política.

No campo da grande imprensa, o Brasil enfrenta problemas particularmente sérios, sobretudo em algumas capitais onde, havendo um virtual monopólio empresarial, é comum que diferentes jornais transmitam exatamente a mesma interpretação da notícia política, por ter sido escrita pelo mesmo jornalista ou por participantes do mesmo cartel.

É universal a tendência para a redução do número de grandes jornais nacionais, devido aos seus altos custos. Mas, em outros países, esta tendência é compensada pelo fortalecimento da imprensa regional, de bairros, partidária ou especializada em temas. Nesses espaços, realizam-se debates e expõem-se divergências.

A ÉTICA E A COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Sendo formador de opinião, são grandes as responsabilidades éticas do comunicador político. A mentira é sempre inaceitável, não se justificando em qualquer hipótese.

As técnicas de comunicação desenvolvem-se para que a mensagem verdadeira chegue ao receptor com o menor número possível de ruídos e de forma eficiente. A mensagem mentirosa, além de ser eticamente insuportável, sempre acaba por prejudicar o seu emissor e fazê-lo perder a credibilidade.

O programa do Partido Liberal é explícito ao afirmar: "A Política é uma atividade essencialmente ética". Esta definição deve aplicar-se no Partido também à comunicação política.

Partidos ideológicos (ver a aula "Liberalismo Social") e movimentos totalitários têm a permanente tendência para mistificar a verdade, Tentando "recriá-la", de acordo com seus interesses. Comunicadores comunistas e fascistas têm o hábito de inventar estatísticas, falsificar números e fatos, deixando, ás vezes, desorientados seus oponentes. Infelizmente, o sectarismo dominante em algumas redações promove mentiras conscientes, com o objetivo de desinformar o leitor, ouvinte ou telespectador.

Acreditando na sua verdade, o comunicador deve procurar torná-la clara. Seu pensamento e suas idéias são codificados em palavras, gestos, imagens, sons. O receptor recebe a mensagem nestes códigos e irá decodificar, chegando ao pensamento e às idéias do emissor. Consiste a eficiência em fazer com que essa operação se processe da melhor forma e o receptor chegue o mais próximo possível do que o emissor pretendeu transmitir.

A comunicação política não deve existir para enganar, mas para tornar a verdade mais clara.

A ATUALIDADE HISTÓRICA

A comunicação política assenta-se em idéias, sugestões e conceitos, ideais que podem ser válidos em uma época e sem sentido em outra. A política trabalha sobre a realidade econômica e social. É fundamental que o emissor e a mensagem estejam perfeitamente adequados historicamente.

É comum citar-se a obra de Goebbels como modelo de eficiência em comunicação política. Mas o discurso de Hitler perderia todo o seu sentido, se a Alemanha não enfrentasse na época sua pior crise econômica, com sua classe média sufocada. A comunicação política de Churchill era perfeita para o tempo de guerra. Sua palavra empolgou o mundo e deu forças à Grã-Bretanha para enfrentar com heroísmo a

barbárie nazista. Terminada a guerra, o heroísmo e a grandeza de Churchill perderam seu momento histórico, e ele perdeu a primeira eleição do tempo da paz. No Brasil, após vários anos de regime autoritário, seria necessário readequar-se a comunicação política à nova realidade democrática. Está sendo um dos grandes problemas dos velhos partidos que mantêm um discurso que não se adapta à realidade de uma oitava economia do mundo. Continuam a tratar o povo como há vinte anos atrás, sem perceber que, durante esse tempo, abriram-se estradas, ligou-se o país por redes de comunicação, a televisão tornou-se de uso quase universal, abriram-se para milhões as portas das universidades, sofisticaram-se as empresas e o trabalho especializado.

Esses fatos criam nova realidade e tornam o receptor menos sensível à mensagem vazia e demagógica. Todos eles conduzem à maior conscientização e à maior percepção histórica dos verdadeiros problemas do país.

Esta incompreensão de realidade pelos velhos políticos é uma das causas da grande renovação das casas legislativas em cada processo eleitoral.

INSTRUMENTOS DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

A palavra é o instrumento fundamental na comunicação política, mas não é o único. A imagem pode desempenhar importante papel, embora menos que em outros tipos de comunicação. Na comunicação política, ela será sobretudo auxiliar, reforçando o discurso falado ou escrito.

A música pode também ser poderoso instrumento de comunicação. O Partido Liberal, por exemplo, tem usado o Va Pensiero em todos os seus programas de televisão. É um coro de Verdi da Ópera Nabuco, símbolo do liberalismo. Além de sua carga histórica a música valoriza a palavra do comunicador.

São inúmeros os instrumentos que se podem utilizar para a comunicação política, inclusive, objetos que podem servir para a transmissão de algum tipo de mensagem (a vassoura de Jânio Quadros, por exemplo).

OS OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Basicamente, a comunicação política destina-se a convencer. Ao contrário da propaganda comercial, aqui se busca não vender um produto, mas conquistar uma adesão para uma idéia.

Por isso, nada é mais importante para o comunicador político que passar credibilidade. Ela não deve abusar de recursos que servem a

outras áreas (os discursos rebuscados da comunicação literária, os cortes excessivos ou os movimentos da televisão comercial). O comunicador político deve ser acreditado e o receptor deve vê-lo como o emissor sincero que acredita em sua própria mensagem.

Tradicionalmente, a comunicação política visa a:

- formar imagens de políticos ou partidos
- induzir o receptor à ação política
- buscar a compreensão ou a aceitação de uma idéia
- combater adversários
- conquistar votos.

O discurso deverá adaptar-se ao objetivo que se pretende atingir, e ele também indicará os meios apropriados.

A busca da compreensão é mais comum entre comunicadores com responsabilidade governamental, que tentam justificar medidas necessárias. A conquista de votos sugere comunicação que se assente sobre imagens e conceitos previamente transmitidos, e que culminam com o pedido de voto.

É curioso, durante períodos eleitorais, assistirmos a candidatos que, em poucos segundos, dizem o que se poderia decodificar assim: "Votem em mim porque resolverei tal problema". É evidente que o eleitor não terá por que, subitamente, acreditar naquele novo personagem sobre o qual ainda não formara qualquer conceito. Sobretudo, porque desfilam centenas de vendedores de suas próprias imagens, dizendo mais ou menos o mesmo discurso.

AVALIAÇÃO

1) O que caracteriza a comunicação em círculos médios?
2) Qual deve ser a principal característica do comunicador político?
3) Qual a importância da ética na comunicação política?
4) Qual o instrumento principal da comunicação política?

10.
O IMPOSTO ÚNICO
Flávio Rocha

O QUE É O IMPOSTO ÚNICO

O imposto único é um imposto que substituirá todos os impostos atualmente existentes, com raras exceções.

Desaparecerão os impostos atuais que serão substituídos por apenas um: o imposto sobre transações bancárias (ITB), que é o imposto único. Como veremos adiante, com apenas este imposto os governos federal, estadual e municipal arrecadarão mais do que arrecadam hoje e, por estranho que pareça, o povo pagará menos. É uma charada que desvendaremos adiante.

Em resumo, o imposto único substitui os impostos atuais por apenas um, o I.U.T, que é cobrado em cada transação bancária.

Em cada transação bancária, será cobrado 1%. Só isso.

Quando assinarmos um cheque, por exemplo, de Cr$ 10.000,00, a pessoa a quem entregamos o cheque receberá Cr$ 9.900,00. Está pago o imposto: os 100 cruzeiros descontados serão depositados em favor do Estado.

O mesmo acontecerá em qualquer transação bancária.

Continuarão a existir alguns poucos impostos chamados extra-fiscais. São impostos que têm outros objetivos que não o de dar renda ao governo. Por exemplo: continuam a existir os impostos de importação (que têm por finalidade proteger a produção nacional) e o imposto territorial rural (que tem por finalidade desestimular o latifúndio improdutivo). São raros.

OS IMPOSTOS ATUAIS

Atualmente, o contribuinte paga pelo menos 58 diferentes tributos. Em alguns municípios ou estados, o número pode ser maior.

Muitas vezes, o consumidor não tem noção de o quanto está sendo penalizado pelo governo. Nós compramos uma camisa ou uma cerveja ou um quilo de feijão, e não sabemos que 49% do preço da camisa são impostos; ou 63% do preço da cerveja e 34% do preço do quilo de feijão.

De qualquer forma, o consumidor sente a confusão tributária brasileira quando faz o seu imposto de renda. Pouquíssimas pessoas podem dizer que não temem a fiscalização do imposto de renda. Não que tenham tido má fé. Temem a fiscalização porque a legislação do imposto de renda é tão confusa, e muda com tanta freqüência, que poucos têm absoluta certeza de não terem cometido algum equívoco involuntário.

Os empresários convivem a cada hora com a confusão tributária: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), IOF, IVV, Finsocial, Contribuições previdenciárias, Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ), e dezenas de outros.

Com o imposto único, desaparece o caos da atual legislação tributária. Todos esses impostos simplesmente desaparecem.

SE POUCOS PAGAM, TODOS PERDEM

Os impostos no Brasil estão entre os mais altos do mundo. No entanto, os impostos representam pouco em relação à produção nacional (ao PIB). Pagamos muito e o governo recebe pouco.

Entende-se a aparente contradição quando se sabe que menos de 1/3 dos contribuintes em potencial pagam impostos em nosso país. Esse pequeno grupo agüenta em suas costas toda a carga tributária brasileira. Por isso os impostos são altos e o governo arrecada pouco.

O outro 1/3 é representado pelo próprio governo, que não paga impostos — só gasta — e o 1/3 restante é ocupado pelo economia informal. São aqueles que trabalham e produzem, mas não resistem ao peso dos tributos e não têm alternativa senão fugir dos impostos, trabalhando marginalmente.

Em nosso país, há ainda índices fantásticos de evasão, causados quase sempre pela voracidade do fisco. Freqüentemente, o empresário é obrigado a sonegar, sob pena de levar sua empresa à falência.

Quanto mais se sonega, quanto mais se reduz a arrecadação, mais o governo aumenta os impostos para cobrir suas despesas, e mais aumenta a tendência para a sonegação. É um perfeito círculo vicioso.

Sem contar aqueles que sonegam dolosamente, porque querem aumentar seus lucros.

A tudo isso, soma-se a corrupção, que tende a ser tanto maior quanto maiores forem as dificuldades criadas pela legislação tributária, e quanto maior for a carga de impostos.

Cálculos modestos mostram que a corrupção e a evasão chegam a 68% do potencial da arrecadação brasileira. Para cada cruzeiro arrecadado, são sonegados Cr$2,4.

O que acontece na área da Previdência Social é típico.

A ineficiente "previdência" brasileira consome do empregado 10% de seu salário e mais 27% do empregador, fora os 2% que o Finsocial arrecada sobre os lucros e as outras taxas sobre lucros e contribuições sociais. Só o PIS-PASEP está hoje arrancando das empresas 2.65% do seu faturamento bruto.

Na realidade, não é o patrão que paga essas contribuições. É o empregado. Porque se elas não existissem, como já vimos, seu salário seria aumentado.

Mas, de qualquer forma, se todas essas contribuições estivessem sendo pagas, elas representariam 20% do PIB, o que permitiria ao Brasil ter uma previdência que os suecos invejariam.

Mas, por causa da evasão, elas representam apenas 6% do PIB.

A SOLUÇÃO DA CHARADA

Chegamos agora à solução da charada. Dizíamos que, com o imposto único, o contribuinte pagará menos impostos e o governo arrecadará mais. Isso realmente acontecerá porque com o imposto único, todos estarão pagando. Desaparece a economia informal para alegria de todos, inclusive dos que são obrigados a trabalhar nela. Este é o pulo do gato.

Além de se reduzirem impostos e de o governo arrecadar mais, surge uma outra vantagem: o contribuinte torna-se mais consciente de seus direitos.

É famosa a "paciência" com que o contribuinte brasileiro vê seu dinheiro ser dilapidado pela ineficiência, pelo empreguismo político ou pela corrupção dos governos. Geralmente, nós não nos revoltamos, como seria justo, e como acontece em outras partes. Nossa sociedade não está acostumada a fiscalizar e a protestar nesses casos. Isso acontece porque grande parte da sociedade tem a impressão de que não está pagando impostos (na realidade, está pagando e muito, ao adquirir qualquer produto). O indivíduo, graças ao peso da economia informal, não sente com tanta força que é o seu dinheiro que está sendo gasto.

Com o imposto único, embora pagando muito menos, todos se sentirão contribuintes e certamente se despertará a consciência crítica; as exigências, a fiscalização e a revolta serão maiores diante dos erros.

Pagar-se-á menos, haverá maior fiscalização e o governo arrecadará mais.

No ano de 1992, os governos (federal, estaduais e municipais)

devem arrecadar cerca de 132 bilhões de dólares. Com o imposto único, estariam arrecadando mais de 150 bilhões. Apenas com aqueles modestos 1% sobre as transações bancárias.

Em 1991, a arrecadação foi de cerca de 80 bilhões de dólares. Os dados da Federação Brasileira de Bancos dizem que os lançamentos bancários nesse período chegaram a 13 trilhões de dólares. Um por cento dessa cifra daria aos governos 130 bilhões, bem mais do que ele arrecadou.

Na realidade, a arrecadação dos governos ainda aumentaria porque o imposto único estimulará a produtividade e a economia do país. Além disso, os impostos não estarão sendo corroídos pela inflação, como acontece atualmente.

Quem sai perdendo, então? Poder-se-ia pensar que sairão perdendo os que vivem na economia informal, porque atualmente não pagam impostos.

Na realidade, eles estão entre os que mais lucram. Eles trabalham na ilegalidade porque não têm alternativa. Mas, sem dúvida, pagarão com prazer o pequeno imposto de 1% sobre suas transações para terem seus negócios legalizados e poderem sair à luz do sol. O que eles não agüentam são os impostos atuais e os custos para administrá-los.

AS VANTAGENS PARA O TRABALHADOR

Um dos aspectos mais fascinantes do imposto único, é a contribuição que ele certamente trará para a redução das desigualdades no país. E este é mais um motivo para o apoio decisivo que o PL dá à sua implantação.

O fim dos impostos permitirá, ao mesmo tempo, substancial aumento dos salários, sem aumento do custo da produção, e redução significativa do preço dos bens. Parece um milagre inatingível, mas lembremos que a carga tributária estará distribuída por todos, e os custos administrativos terão violenta redução.

Atualmente, um empregador tem de pensar duas vezes antes de fixar o salário de seu trabalhador ou de lhe dar um aumento. Se ele contrata alguém por Cr$300 mil cruzeiros, na realidade, ele estará tendo um custo de pelo menos Cr$700 mil cruzeiros, tal é a carga de obrigações de toda a natureza a que ele é sujeito com esta contratação. Com o imposto único, ao invés de pagar os impostos, esse dinheiro será repassado ao trabalhador, com benefícios para ele e para a empresa.

Ao mesmo tempo em que tem seus salários aumentados, o trabalhador assistirá, enquanto consumidor, a uma forte redução no preço dos produtos, em conseqüência do desaparecimento dos tributos que incidem sobre eles, como vimos acima.

Em outras palavras, valoriza-se o trabalho.

OS MAIS POBRES E O IMPOSTO DE RENDA

O imposto único acaba com o imposto de renda. A alguns desavisados, poderia parecer que pretendemos acabar com um imposto de características sociais. Teoricamente, os mais ricos pagam mais imposto de renda e os mais pobres, menos. Acabar com esse imposto e unificar o mesmo 1% para todos poderia parecer um benefício para os mais ricos, em prejuízo dos pobres que pagam menos ou não pagam o imposto de renda.

Vamos aos fatos.

O imposto de renda nada tem de progressivo ou de social. 45% do imposto de renda arrecadado no Brasil provêm de empresas, e não de "pessoas ricas", como se pensa. Esse imposto foi apenas repassado pelas empresas. É claro que, na prática, acaba sendo pago por seu trabalhador ou pelos consumidores. Outros 33% provêm de trabalhadores descontados na fonte. Não vêm de "ricos". Só 20% vêm da taxação sobre rendimentos de capital. Só aí poderíamos identificar a progressividade ou o caráter social no imposto. Mesmo assim, tem-se de considerar o estímulo que o imposto de renda promove dos chamados salários indiretos (casa, automóvel, empregados, refeições, etc. pagos pela empresa) que só beneficiam aqueles que dispõem de mais altas rendas, geralmente os diretores ou os proprietários das empresas. O caráter social ou progressivo do imposto de renda no Brasil é um mito.

O imposto único, ao contrário, tem um forte caráter progressivo e social. São mais taxados os que mais usam os bancos e os que consomem produtos de mais alta sofisticação tecnológica.

Nos produtos de mais alta sofisticação, o processo de produção é mais longo e passa por diferentes etapas; por isso, o imposto único incide um número maior de vezes. Os consumidores mais pobres consomem mais os chamados produtos básicos (desde alimentos até serviços essenciais). Nesses casos, como o ciclo é menor, também é menor a incidência do imposto único.

Aí, sim, beneficiam-se os mais pobres, e o imposto único ganha características muito mais sociais que o imposto de renda.

CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Para arrecadar as dezenas de impostos, os diferentes níveis da administração consomem cerca de 10% do que arrecadam, o que corresponde a 2% do PIB.

De outro lado, as empresas consomem 40% dos seus custos administrativos com as despesas burocráticas indispensáveis para o pagamento de impostos. Nesses 40% vão-se outros 2% de tudo que se produz no país.

Com o imposto único, esses custos desapareceriam como por encanto.

As empresas manterão livros contábeis, se quiserem, e para sua administração interna. As sociedades anônimas terão de tê-los para o controle de seus acionistas. Só.

Não haverá contabilidade para o governo e nem fiscais. Todos pagarão impostos automaticamente ao realizarem transações bancárias, e só nesse momento. Não há o que fiscalizar porque o pagamento é automático.

Só serão fiscalizados os bancos, e esta fiscalização é fácil e barata. O governo terá de estar atento aos programas de computadores das redes bancárias, onde a fraude seria facilmente descoberta. Ao invés de milhares de fiscais, bastarão alguns fiscais ao lado das centrais de computadores.

Por esses simples dados, percebe-se mais uma vez o extraordinário aumento de produtividade que se pode obter na economia do país.

Com o imposto único, torna-se impossível sonegar — de qualquer forma, a sonegação deixa de ser vantajosa, tão reduzido é o imposto. Curiosamente, grande parte dos custos administrativos de pequenas e médias empresas dirigem-se, muitas vezes, ao esforço a que elas são obrigadas para buscar fórmulas de reduzir seus impostos. Tudo isso acaba.

OS RISCOS INEXISTENTES

Com razão, há os que custam a acreditar nas vantagens do imposto único. São muitas vantagens para nenhuma desvantagem. Surge a pergunta natural dos descrentes: por que não se fez isso antes?

Tudo que é novo acontece em algum momento pela primeira vez. Não se fez antes porque só agora o mundo vive tão intensamente a realidade da moeda escritural e eletrônica.

Os governos são naturalmente conservadores, sobretudo quando se trata de impostos. Até recentemente, a imagem do pagamento de impostos era a de uma coletoria, um guichê, alguém pagando e alguém recebendo.

De repente, percebemos que um computador pode pagar e receber. É uma nova concepção e os conservadores procuram riscos inexistentes, afinal para justificar o imobilismo.

Diz-se, por exemplo, que aprovado o imposto único, as pessoas passariam a fazer todos os pagamentos em dinheiro, o que provocaria uma enorme queda de arrecadação.

A crítica não resiste a alguns minutos de reflexão.

Por menor que fosse a inflação, ninguém guardaria dinheiro em baixo do colchão. Os prejuízos seriam maiores do que o pequeno imposto de 1%.

Os riscos de segurança seriam insuportáveis e não justificariam que se andasse pela rua com grandes somas para efetuar pagamentos. A pequena taxa de 1% é menor que uma taxa de seguro que qualquer pessoa pagaria para garantir o seu dinheiro.

As empresas não podem dispensar o uso do cheque, até para seu controle interno. Continuam os críticos, agora com razão: "Mas quem fizesse apenas pagamentos de pequenas importâncias, manteria o dinheiro no bolso".

É verdade: quem hoje não usa cheque, continuaria não usando, e não pagaria impostos.

Mas isso está calculado e em vez de ser um defeito, é uma das grandes qualidades do imposto único. Os pobres pagarão menos impostos ou nenhum imposto. Saques em dinheiro, por exemplo, não serão tributados. Tudo isso está calculado. Nesses caos, a contribuição para o Tesouro aparecerá de forma indireta: o dinheiro com que eles pagaram o imposto ou o serviço, será depositado em algum momento, e aí o imposto estará sendo pago.

Da mesma forma, os produtos primários pagarão menos impostos do que um produto altamente industrializado, em cujo processo de elaboração houve várias transações bancárias. Um produtor de batatas, do plantio à venda, passa por menos transações bancárias que aquele que produz um videocassete, de elaboração muito mais complexa. Novamente essa não é uma falha, mas uma vantagem do imposto único. São menos penalizados os bens consumidos pelas classes mais humildes da população.

Há ainda os que temem que todos passem a usar dólares em vez de cruzeiros. As compras e vendas seriam realizadas em moeda estrangeira, fugindo-se dos bancos.

Novamente, o risco é inexistente.

Continuaria a haver o problema da insegurança, acrescido com o prejuízo inevitável de quem escolhesse esse processo. Há uma diferença entre o preço de compra e de venda do dólar. Seria mais barato pagar o 1% de imposto do que essa diferença de taxas. Se mantido por longo tempo, o dólar sofreria o desgaste, embora pequeno, da inflação a que também está sujeito. E o seu possuidor não estaria investindo seu dinheiro em outras aplicações mais rendosas, sobretudo em uma economia com maior produtividade e que certamente ofereceria melhores alternativas.

Algumas pessoas mais imaginativas sugerem que poderiam ser postos em circulação cheques endossados, com o objetivo de fugir dos depósitos. A resposta pode ser dada, usando-se o mesmo raciocínio aplicado acima quanto ao uso do dólar.

OS DÓLARES DO EXTERIOR

Calcula-se que os dólares de investidores brasileiros no exterior bastariam para pagar nossa dívida externa.

Os que mantêm dinheiro em bancos estrangeiros estão geralmente fugindo do pagamento de impostos ou não podem declarar a origem de seus recursos. Ainda que quisessem, não teriam como declarar sua fortuna.

Com o imposto único, não haverá razão para manter essas antigas fortunas no exterior. Não haverá imposto de renda e nem fiscais examinando contas. Os investidores pagarão o seu 1% quando realizarem suas transações.

A tendência será então a de que tragam seus depósitos que estão escondidos fora do país.

Por outro lado, a sistemática do imposto único tornará extremamente difícil que ganhos ilícitos se repitam com a freqüência atual.

OS FISCAIS E CONTADORES

Parece que os contadores e fiscais espalhados pelo país perderão seus empregos, e teriam toda a razão para ficar contra o imposto único.

As melhores lideranças das duas classes já perceberam que isso não acontece. Pelo contrário, estarão ambos desempenhando as suas funções mais nobres e mais dignificantes. Com o aumento da arrecadação, do lado do governo, e com a maior produtividade, por parte da empresa privada, as duas classes certamente terão benefícios salariais, ao reorientar suas atividades.

Aos atuais fiscais que se constrangem em bater de porta em porta para tentar punir comerciantes e empresários que geram empregos, caberá a missão de fiscalizar as despesas governamentais.

Os ministros dos tribunais de contas estão diariamente nos jornais, falando dos milhares de fiscais de que precisariam espalhados pelos municípios do país, para que realmente haja fiscalização das contas e obras do governo. Todos sabem o enorme desperdício gerado pela corrupção e pelo mau emprego das verbas públicas. A atuação eficiente da fiscalização representará economia incalculável para o contribuinte. Ao invés de fiscalizar o empresário, que não terá mais porque sonegar, o fiscal estará fiscalizando o governo, que sempre precisará ser vigiado.

Os contadores poderão dar o verdadeiro assessoramento de que precisam as empresas e que hoje não têm, com raras exceções. A desordem tributária brasileira faz com que o tempo dos contadores se gaste integralmente nos labirintos da legislação, nos livros e na burocracia exigidos pelo Estado. Salvo nas grandes empresas, não há

quem dê um verdadeiro assessoramento nesta área e muito menos quem colabore em estudos e controles gerenciais e administrativos. Os contadores são treinados para isso e têm uma importante experiência neste setor, que está sendo desperdiçada.

Com o imposto único, os contadores e contabilistas estarão podendo contribuir para o aumento da produtividade, ao invés de colaborar, involuntariamente, para a sua redução. É conhecida a falta de planejamento gerencial e de cálculos de custos e administrativos em nossas empresas. Tendemos, muitas vezes, à improvisação, assunto até de piadas conhecidas. Essa tendência tão prejudicial ao nosso comércio e indústria é causada pela ocupação indevida de profissionais que são obrigados a gastar seu tempo preenchendo livros e planilhas de computadores para satisfazer à burocracia estatal. Com o imposto único, tudo isso acaba.

O IMPOSTO ÚNICO E A INFLAÇÃO

Já vimos acima como o imposto único aumentará salários e reduzirá o preço dos produtos. Em média, pode-se calcular essa redução em pelo menos 30%, o que será sem dúvida um estímulo ao consumo.

Poder-se-ia alegar que este súbito aumento do consumo estimularia a inflação.

Pela primeira vez estaríamos preocupados porque o povo poderia alimentar-se melhor e ter melhor padrão de vida. Bendita preocupação!

Mas o risco inflacionário será fortemente reduzido porque, desta vez, o aumento do consumo não seria artificial e nem provocado por tabelamentos ou por truques demagógicos monetários. Ele corresponderia a um aumento de produtividade.

A produção do país saberia imediatamente reagir para que a oferta encontrasse o consumo, a curto prazo. Em outras palavras, esse aumento de consumo não teria características inflacionárias. Ele seria um indicador de progresso e de desenvolvimento.

Além disso, o governo teria outros instrumentos — inclusive a utilização do comércio exterior — para restabelecer o equilíbrio, a curto prazo, agora em uma economia melhor organizada.

O Brasil tem-se acostumado a só imaginar o combate à inflação com a retração do consumo, pagando altíssimos custos sociais. Quando aumenta a inflação, os governos pensam imediatamente em reduzir ou arrochar salários para reduzir o consumo.

Mas a inflação é a desordem de preços causada pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura. Muitos se esquecem de que pode ser combatida não só com a redução da procura, mas também com o aumento da oferta. Este é o melhor caminho, sobretudo quando esse aumento da oferta é acompanhado por um aumento de produtividade,

o que exige menores investimentos para a multiplicação da produção. É exatamente o que permite o imposto único.

É importante lembrar o forte estímulo que o imposto único representa para a exportação, e aí, mais uma vez ele estará contribuindo para conter a inflação. Com a redução dos custos de produção, nossos produtos terão maior capacidade de disputa no mercado internacional, sem que essa maior competitividade possa ser atribuída a subsídios reprovados pelos acordos que o Brasil subscreve.

A estabilidade que o imposto único proporciona, a ausência da sonegação, o melhor aproveitamento da máquina estatal, a redução de custos administrativos são todos fatores que contribuem fortemente para a redução da inflação.

No campo prioritário do Partido Liberal, a Educação, tem-se idéia do nível de desperdício da máquina burocrática brasileira: em cada 100 cruzeiros destinados a nossas escolas, menos de 20 chegam a elas. O restante é consumido pela burocracia, pela corrupção e pela ineficiência da máquina.

O imposto único, essencialmente desburocratizante por sua simplicidade, colabora em todos os setores para o melhor aproveitamento dos recursos alocados, dando mais uma vez sua contribuição para a redução das taxas inflacionárias.

A AUTONOMIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

O que caracteriza a Federação é a igualdade jurídica dos estados e a sua autonomia diante da Federação. Aceitando-se esse conceito, ninguém poderá dizer que existe federação no Brasil.

Governadores e prefeitos passam grande parte de seu tempo, mendigando em Brasília as verbas a que têm direito. O governo federal as concede quando quer, e como se o dinheiro fosse seu e não de impostos. A mesma cousa acontece com os prefeitos que fazem peregrinações às capitais estaduais. Este mercado de verbas públicas contribui para o aviltamento da vida política brasileira.

O Presidente, os ministros, os governadores têm o poder de dar verbas a seus partidários e cortar as de seus adversários. Administradores são obrigados a mudar de partido, a aceitar exigências, a apoiar o que lhes pareça errado e, às vezes, até a se acumpliciarem a crimes porque se não o fizerem, não têm dinheiro para administrar seus municípios.

Na crônica dos escândalos brasileiros, há inúmeros exemplos de prefeitos que, para receberem suas verbas, são obrigados a aceitar contratos de obras mais caras porque só assim, sendo cúmplices da corrupção, conseguem melhorias para seus municípios.

A imprensa tem mostrado que a ação dos "lobbies" de empreiteiras

e de outros grupos econômicos já chegou até ao Congresso, onde diferentes interesses determinam a alocação das verbas no orçamento. A simples observação da distribuição de verbas nos orçamentos brasileiros, revela se não uma escancarada corrupção, pelo menos uma escandalosa desordem administrativa, tais são os absurdos que se encontram.

Mas não basta colocar verbas nos orçamentos. Mesmo quando estão lá, essas verbas só são efetivamente distribuídas quando o Presidente, o Governador ou seus auxiliares assim o quiserem.

A absoluta e inacreditável ausência de critério, além de gerar os problemas políticos e éticos a que nos referimos, impede qualquer espécie de planejamento administrativo.

Um prefeito, e mesmo um governador, não tem a menor idéia de quanto vai dispor durante o ano e nem de quando os recursos estarão disponíveis. Não há como administrar desta forma. Além da improvisação inevitável, os custos de qualquer obra tornam-se mais elevados.

Toda esta desordem acaba com o imposto único.

A DISTRIBUIÇÃO PARA O ESTADO E O MUNICÍPIO

Com a aprovação do imposto único, a simplicidade e a desburocratização passam a ser uma característica também da redistribuição dos impostos.

A lei determinará como os impostos devem ser distribuídos nos três níveis. Pode-se levar em conta a atual distribuição e os números disponíveis servirão de referência. A distribuição dos percentuais da receita pela União, estados e municípios levará em conta as atribuições e os encargos de cada um.

Uma tabela aprovada pelo Congresso indicará o percentual a ser recebido por cada estado e cada município. Basicamente, será levado em conta quanto foi arrecadado em cada um dos municípios ou estados. Os de maior arrecadação receberão proporcionalmente ao que foi pago por seus contribuintes. Mas não será considerada apenas a arrecadação, e aí o imposto único desempenhará um extraordinário papel para a redução das desigualdades sociais e regionais. Algumas vantagens podem ser dadas a estados e regiões mais pobres (o caso do Nordeste, por exemplo). A população deve ser considerada, assim como a renda da região, para que se estimulem os mais carentes.

Tais percentuais serão definidos impessoalmente, considerando-se apenas as características gerais (arrecadação, renda per capita, características da infra-estrutura municipal, etc.). Estímulos podem e devem ser dados a estados e municípios que provem maior produtividade e que atendam aos objetivos da política estabelecida pelo Congresso (devem ser estimulados, por exemplo — e este é um ponto de honra

para o PL — os municípios e estados que melhor pagarem o seu magistério ou aqueles que administrem a máquina pública a menores custos).

Com este processo, fortalece-se o Parlamento e a própria democracia representativa. O imposto único trará para o Congresso inevitavelmente o debate dos grandes temas nacionais. Na confecção desta tabela, o Parlamento estará dizendo as prioridades nacionais e dando ao país verdadeiras políticas econômicas e administrativas.

Ao processar uma transação, os bancos creditarão 1% à conta do Imposto Único. Imediatamente, seguindo os programas que têm as tabelas aprovadas pelo Congresso, os computadores creditarão o percentual devido à conta dos municípios ou dos estados nas agências locais do Banco do Brasil ou de outros bancos oficiais que tenham sido indicados pelos governadores ou prefeitos.

Uma vez recolhido o imposto, em 24 horas ele estará disponível para os governadores ou prefeitos.

Como a arrecadação é previsível e a tabela de distribuição é conhecida, torna-se possível o planejamento. Os tribunais de contas não terão qualquer dificuldade na fiscalização da receita. Ela se concentra na fiscalização dos computadores dos bancos, fiscalização tecnicamente fácil de ser exercida com perfeição.

UM MODELO BRASILEIRO

A proposta de imposto único é genuinamente brasileira.

Lamentavelmente, há os têm essa dúvida: "Se o imposto único é tão bom, por que outros países não adotaram?"

Esta pergunta traduz um complexo colonialista. Também no Brasil podem surgir boas idéias, tal como têm surgido ao longo do tempo em diferentes países.

O autor desta aula tem tido a oportunidade de expor a idéia do imposto único também a especialistas estrangeiros, que se fascinam com a simplicidade do mecanismo. Seria um absurdo se tivéssemos de esperar que algum outro país o adotasse para então copiarmos a experiência estrangeira.

Devemos discutir esse projeto revolucionário, estudando suas vantagens e eventuais desvantagens, se é que existem, mas nunca temendo a sua implantação apenas porque a idéia surgiu no Brasil.

A moeda escritural e eletrônica já dominam o mercado em quase todo o mundo. Surgiu no Brasil, pela primeira vez, a idéia de aplicar essa filosofia ao sistema tributário, talvez pela complexidade de nossa máquina arrecadadora, sua notória ineficiência, e também porque o Brasil dispõe de um dos melhores sistemas de informatização bancária do mundo. A informatização dos bancos brasileiros torna viável o imposto único e nulos os riscos de evasão, desvios ou de corrupção.

AVALIAÇÃO

1) O que é o imposto único?

2) Por que o salário do trabalhador aumenta com o imposto único?

3) Qual a vantagem do imposto único para os fiscais e para os contadores?

4) Como a arrecadação do imposto único será distribuída?

5) Por que o imposto único colabora para o fortalecimento da democracia e para o engrandecimento do Congresso?

11.
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

José Gelson Sá

PRINCÍPIOS GERAIS

Uma sociedade organizada politicamente em determinado território, ou seja um Estado — Nação, relaciona-se com outras de várias formas: o intercâmbio de turistas, estudantes, artistas ou cientistas, torneios esportivos, cooperação entre empresários, comércio, entre outras. Entretanto, uma das maneiras mais antigas e fundamentais é a diplomacia entre governos independentes.

A diplomacia é exercida em primeira instância pelo Chefe de Estado ou Chefe de Governo, com a participação do Parlamento, de acordo com o regime político de cada país. Todos possuem um órgão especializado para implementá-la no dia-a-dia. No caso brasileiro, é o Ministério das Relações Exteriores.

Este tem por incumbência auxiliar o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil, assegurar sua execução e manter relações com governos estrangeiros e organismos internacionais. Sua área de competência abrange a política internacional; as relações diplomáticas e serviços consulares; as negociações comerciais, econômicas, financeiras, técnicas e culturais com países estrangeiros; e a cooperação internacional.

A ação diplomática, portanto, é orientada pela política exterior, fundamentada em um conjunto de princípios, que traduzem ao mesmo tempo a visão e os interesses do Brasil no plano internacional. Por outro lado, ela é condicionada por uma série de elementos tais como a posição geográfica, a herança histórico-cultural, a situação econômica, além da estrutura de poder em nível internacional.

Desenvolvimento Econômico

Ao longo das últimas décadas, um dos aspectos mais presentes na política externa brasileira tem sido a preocupação com as questões do

desenvolvimento econômico. Em verdade, a diplomacia foi e permanece um instrumento essencial para a consecução de objetivos nesse campo, uma vez que vários desafios a serem enfrentados dizem respeito não a problemas internos, mas a constrangimentos e pressões externas. A colaboração e o trabalho da diplomacia são fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Uma das metas principais da diplomacia do Brasil é reforçar o Direito Internacional Público, especialmente a afirmação dos princípios da autodeterminação dos povos; da não-ingerência nos assuntos internos dos outros países; da defesa de busca de soluções pacíficas para controvérsias. Constituem eles formas de assegurar a igualdade jurídica entre os Estados e portanto uma tentativa de impedir que a regulamentação da ordem internacional seja determinada pelos mais poderosos. Isto é, a convivência entre as nações não deve ser balizada apenas pela força das grandes potências. Não apenas as políticas de poder tendem a reduzir os espaços de atuação dos países de menor poder relativo, como ainda representam foco de desestabilização da ordem internacional, à medida em que não levam em conta a pluralidade e complexidade de interesses no mundo contemporâneo.

Organizações Internacionais

Os organismos internacionais permitem a todos os países-membros expor suas posições e defender seus interesses. Nos diálogos bilaterais, é natural que se tornem mais acentuadas as pressões da parte mais forte.

Por isso, o Brasil é a favor do multilateralismo, do fortalecimento dos organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), as Nações Unidas (ONU) e seus órgãos filiados. Isto significa, entre outras coisas, manter no âmbito destes o maior número possível de assuntos concernentes à segurança internacional e ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, por exemplo, o desarmamento, os conflitos regionais, a exploração econômica do mar, etc. A antiga divisão do mundo em dois blocos antagônicos, ou mesmo os esquemas oligárquicos como o célebre pentagrama que reuniria EUA, CEI, China, Comunidade Econômica Européia, e Japão representam formas de "congelamento do poder", ou seja, a cristalização de estruturas que se opõe à regulamentação jurídica a ao multilateralismo. Em suma, opõe-se a tudo que tenta estabelecer a ordem no plano internacional pela negociação e pelo diálogo e reduzir tanto quanto possível os efeitos das diferenças de poder político, econômico e militar. Privilegiam, de outra parte, o aspecto estratégico, em detrimento de outros componentes das relações internacionais prioritárias para um país em desenvolvimento como o Brasil — por exemplo, o econômico e o científico-tecnológico.

No plano da economia, a diplomacia brasileira, enquanto instru-

mento para o desenvolvimento, busca atuar em diversas frentes a fim de amenizar constrangimentos externos. Mais uma vez ressalta a ênfase nos mecanismos multilaterais. Não que o país se deixe de valer das relações bilaterais, mediante as quais é possível, por exemplo, implementar programas determinados de cooperação técnica importantíssima para diversos setores da atividade produtiva.

Mas na ação conjunta, especialmente dos países em desenvolvimento, reside a possibilidade de lograr modificações na estrutura econômica internacional vigente, que apresenta um distanciamento crescente entre países ricos e em desenvolvimento. Ao longo da década de 1970 e 1980, os dois "choques" dos preços do petróleo, a perda da competitividade do parque industrial norte-americano, que tem provocado elevação crônica do déficit comercial daquele país, a crise de estagnação e de desemprego dos países europeus, o impasse no endividamento dos países do Terceiro Mundo em geral e da América Latina em particular, além de outros fatores, originaram focos de desestabilização da economia mundial, no âmbito comercial, monetário ou financeiro.

No início da década de 90, a crise econômica dos países da Europa Oriental colaborou para acentuar a alteração do cenário internacional.

Nesse contexto, o Brasil é favorável ao fortalecimento do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que procura fortalecer as regras que garantem o comércio internacional, considerando-se as necessidades dos países de menor desenvolvimento relativo. Aquele foro, juntamente com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e as conferências periódicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), representam, locais privilegiados para o exame conjunto dos problemas dos países menos avançados, e também dos próprios desenvolvidos. Trata-se do chamado "Diálogo Norte-Sul". Nesta esfera, há um grupo de países do Hemisfério Sul, do qual o Brasil participa ativamente, através do qual são canalizadas as propostas de interesse dos países em desenvolvimento.

É natural e lícito, entretanto, que o Brasil atue nessa área com prudência, consciente da influência ali exercida pelas grandes potências, que buscam a satisfação de seus próprios interesses.

Sem dúvida o grande desafio internacional das próximas décadas será o de reduzir as distâncias sociais que separam os países mais ricos dos mais pobres.

Cada vez mais, a Europa, os Estados Unidos e o Japão percebem que o seu bem-estar está ameaçado pela pobreza de outros países, em um mundo onde as informações e as viagens tornam todos os homens mais próximos.

Há cidades americanas onde já se fala o espanhol tanto ou mais que o inglês. A Europa Ocidental já sente os problemas da invasão de africanos, e até de asiáticos, em proporções cada vez maiores.

Só a melhor distribuição da riqueza poderá assegurar a paz mundial. Esta é a tese brasileira, defendida no Diálogo Norte-Sul.

Organismos Regionais

No âmbito regional, há várias tentativas relevantes. Para o Brasil, o programa mais importante é sem dúvida, a integração econômica com a Argentina e o Uruguai, no contexto da ALADI, e, a partir daí, a integração com outros países vizinhos. O objetivo consiste, simplificadamente, em ampliar os mercados para permitir economias de escala e, por conseguinte, a modernização e o aumento da competitividade dos respectivos parques industriais, além de investimentos compartilhados. Há também evidentemente a meta política fundamental de fortalecer a democracia, que, além de ser um fim em si, é também condição essencial para o êxito da integração.

Desafio da Modernidade

No início da atual década, o mundo assistiu a grandes transformações políticas, a maior das quais foi o desaparecimento da superpotência soviética.

Poderia parecer que os Estados Unidos teriam, a partir de então, as mãos livres para impor ao mundo os seus interesses. Mas o fim da União Soviética coincide com a maior importância do Japão e com o fortalecimento da Europa.

A diplomacia brasileira terá de navegar neste novo quadro, onde os interesses norte-americanos tendem a ser subestimados. Se a maior preocupação de nossa diplomacia deve ser o desenvolvimento econômico, uma de suas principais tarefas tem de ser a criação de um clima que facilite a captação de investimentos externos. Não é fácil a obtenção destes recursos, que são disputados pela Rússia e outras repúblicas ex-socialistas.

Nesses países, há melhor infra-estrutura industrial e mão-de-obra mais qualificada do que na América Latina. Então, maior tendência para melhor produtividade e maiores lucros. Torna-se, por isso, indispensável que na disputa de investimentos, o Brasil argumente com seu peso político, seu mercado consumidor e as perspectivas de integração continental.

A diplomacia não pode também perder de vista os desafios de longo prazo.

Torna-se cada vez mais evidente que as sucessivas crises da economia mundial contemporânea são sintomas de transformações profundas na estrutura de produção e distribuição de riqueza em escala planetária. Este fato já é bastante perceptível e vem sendo muito estudado, a julgar pelo número de livros e artigos de imprensa que tratam da implantação de robôs, com a eliminação de mão de obra tradicional; da informatização da sociedade, que leva ao aumento

significativo do setor de serviços no Produto Nacional Bruto; do emprego de novos materiais na indústria, cujos efeitos poderão ser a desvalorização brutal das matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo.

Mas se o fato em si parece inegável, não se tem ainda um quadro preciso das conseqüências para todos os países que se encontram, em diferentes fases, entre a indústria de ponta, a indústria tradicional e o setor primário. Desenha-se, de acordo com a maioria dos especialistas, uma nova divisão internacional do Trabalho; não se sabe, porém, que lugar o Brasil ocupará nela. No momento em que o país completou o processo de substituição de importações, fortalecendo o setor de bens de capital, surgem novos segmentos de ponta, que tendem a relativizar o esforço empreendido pelo Brasil ao longo dos últimos trinta anos. Há portanto um desafio enorme a ser enfrentado pela sociedade brasileira e, para vencê-lo, a diplomacia deverá desempenhar um papel importante.

A Dívida Externa

Entre os que se dedicam ao estudo da diplomacia, é consensual que a dívida externa brasileira deve ser paga. As dúvidas colocam-se quando se discute como ela será paga, e aí abre-se o campo para as negociações.

Considerando-se o produto interno brasileiro, o vulto da dívida não chega a ser alarmante, se comparada com a de outros países. Ela é, em parte, conseqüência de dívidas saudáveis que permitiram o desenvolvimento de décadas atrás e a modernização do país.

Três aspectos devem, no entanto, ser lembrados: Em primeiro lugar, nossa reduzida capacidade de gerar poupanças para saldar o débito. O país necessita de investimentos, e pesam fortemente na economia do país as exportações de capital. Exaurir a economia brasileira com grandes pagamentos, não deve interessar, afinal, a nossos próprios credores, que não querem ver em risco o seu mercado e nem os pagamentos futuros.

Em segundo lugar, devemos lembrar que essas dívidas foram contraídas quando havia recursos fartos no mercado internacional. Os empréstimos eram oferecidos a juros razoáveis por instituições e governos que os aplicavam com os naturais riscos.

Finalmente, e o mais importante: em conseqüência da política econômica interna americana e de crises internacionais, as taxas de juros sofreram forte ascensão, onerando os empréstimos. O Brasil não participou das decisões e não foi beneficiado por elas; decisões unilaterais dos formuladores da política interna de países credores.

Aí temos alguns dos pontos que o Brasil leva para as negociações.

Há os que acreditam que tais negociações têm sido ainda pouco profissionais. As equipes brasileiras são chefiadas por funcionários da área econômica que, muitas vezes, não têm a experiência e as informações suficientes para negociações globais e eminentemente políticas, mesmo quando se processam com bancos privados.

O Brasil é um grande importador e exportador e tem aliados naturais em seus parceiros comerciais nos países credores, o que aumenta nossa capacidade de negociação, fato que, muitas vezes, é esquecido. Pelo volume da dívida, é indiscutível que o Brasil tem peso significativo na reformulação do cenário econômico atual que parece conduzir a um impasse nas relações Norte-Sul. Em suma, há muitos aspectos políticos de relevo que técnicos setoriais dificilmente entenderão, sobretudo quando se dedicam apenas durante períodos limitados ao estudo das relações internacionais.

A PRESENÇA DO BRASIL

A política externa, entretanto, não constitui apenas instrumento do desenvolvimento econômico. Ela possui uma vocação mais ampla. Procura criar espaços para que o Brasil possa cada vez mais afirmar-se no plano internacional e participar das decisões tomadas em nível mundial sobre assuntos que lhe dizem respeito, além de favorecer o fortalecimento de uma ordem pacífica.

Durante as últimas décadas, as profundas transformações da sociedade brasileira no sentido da urbanização, da industrialização, do crescimento econômico acelerado tiveram evidentemente consequências sobre o perfil externo do país. Ampliaram-se as relações comerciais, culturais e a cooperação técnica com os demais países, e as relações diplomáticas foram diversificadas. O maior peso econômico e político que o país adquiriu na cena internacional confere-lhe mais responsabilidade e, ao mesmo tempo, maior ímpeto para participar ativamente de questões como a segurança internacional, o desenvolvimento, o uso comum do mar e do espaço exterior.

Paralelamente, o Brasil procura exercer um diálogo maduro com seus interlocutores novos e tradicionais. Atualmente mantém relações diplomáticas com quase todos os países do mundo e possui interesses concretos em todas as regiões do globo.

Estados Unidos

As relações com os EUA são hoje extremamente diversificadas e complexas. Ao contrário do que ocorre em outras áreas do Continente, não existem, na sociedade brasileira, preconceitos antiamericanos. É natural, no entanto, em vista da forte presença econômica e cultural dos EUA no Brasil, que exista certa sensibilidade diante de movimentos que pareçam escapar ao padrão de diálogo equilibrado e racional.

É natural, igualmente, que em intercâmbio tão amplo como o que têm o Brasil e os Estados Unidos, surjam pontos de divergência; o oposto é que seria de estranhar, uma vez que refletiria, ou uma identidade total de interesses, altamente improvável, ou pura e simples

submissão de um aos interesses do outro. Os EUA são uma superpotência, com presença universal; o Brasil é um país em desenvolvimento, de grande porte, que passa a ter igualmente presença e interesses em praticamente todos os quadros do globo. Essa circunstância também contribui para que surjam discrepâncias entre os dois países — discrepâncias naturais, ou mesmo forçosas entre nações independentes, com visão própria de sua inserção no mundo.

Por maiores que sejam as responsabilidades internacionais dos Estados Unidos, a sua política externa visa basicamente a defender os interesses econômicos e comerciais do país. A diplomacia brasileira tem o dever de defender os interesses brasileiros.

América Latina

Em virtude de fatores históricos e geográficos as relações do Brasil com seus vizinhos da América Latina são densas e diversificadas. Caracterizam-se por uma longa tradição de convivência amistosa, lastreada em notáveis continuidade e intensidade de contatos, bem como em múltiplas formas de intercâmbio e cooperação. As circunstâncias que, ao longo da História, marcaram a vida desses povos, até mesmo antes de seu surgimento como nações independentes, conferem uma dimensão particularmente relevante ao relacionamento do Brasil com a área, fazendo surgir, em alguns casos, situações de grande sensibilidade.

Com a Argentina e o Uruguai, o Brasil desenvolve como já foi mencionado, um dos programas mais ambiciosos e prioritários da política externa: a integração econômica que deverá englobar, à medida do possível, os demais países da região. Deve ser mencionado o Pacto de Cooperação Amazônica, que reúne sete países, além do Brasil e experimenta uma importância cada vez maior, já que as fronteiras se tornam mais densamente ocupadas e amplia-se o comércio sub-regional, às vezes gerando conflitos econômicos e comerciais, como no caso do garimpo no extremo norte.

Com o Paraguai, o Brasil mantém intenso intercâmbio, fruto de uma consolidada política de entendimento, evidenciada pela construção conjunta do complexo de Itaipu.

Cada vez mais, os países tendem a unir-se em blocos econômicos (Comunidade Econômica Européia, Estados Unidos-Canadá-México, etc.). O Brasil terá de buscar no continente os parceiros que nos permitam enfrentar a realidade dos outros grandes blocos.

Comunidade Econômica Européia

A Europa Ocidental, com seus 26 Estados, apesar de diferenças sócio-culturais, apresenta tendências à uniformização no que se refere ao desempenho econômico e à consolidação da democracia. As relações do Brasil com o continente baseiam-se em fortes laços históricos e culturais. Há, entretanto, divergências, sobretudo no campo comercial, em virtude

da redistribuição dos fluxos de comércio daqueles países, que passaram a beneficiar-se com as trocas dentro da Comunidade Européia.

A CEE, que já beneficiava suas antigas colônias, no campo comercial, tem hoje também fortes interesses na Europa Oriental democratizada. A maior presença do Brasil na CEE pode ser conseguida por intermédio de Portugal, que faz parte daquela comunidade.

As dificuldades por que passa a economia americana nos primeiros anos da década de 90 tornam ainda mais importante o cenário europeu, sobretudo após a unificação alemã e a integração no comércio regular das antigas economias socialistas.

A CEI e os Países ex-socialistas

A Comunidade de Estados Independentes (antiga URSS) e as antigas repúblicas socialistas criaram um novo quadro para a diplomacia internacional.

Por alguns anos, esse países passarão por sérias crises de adaptação à nova realidade. Disputarão com a África e a América Latina os poucos recursos internacionais disponíveis para investimentos. Por outro lado, criam-se ali novos mercados, onde a presença brasileira pode ser aumentada.

A política externa brasileira é de cautela em relação à área. O Brasil sabe de sua pequena capacidade de protagonização na região, o que desaconselha riscos em uma provável longa fase de consolidação dos novos regimes. A mudança radical e súbita da política econômica desses países exigirá alguns anos de ambientação, sobretudo porque se processou em uma época de relativa carência de capitais disponíveis no mercado internacional.

Ásia e Oceania

A Ásia, inclusive o Extremo Oriente e a Oceania abrangem, grosso modo, dois segmentos, de considerável importância política e econômica: a bacia do Índico e a do Pacífico. A primeira abrange, entre outros países, a Índia e o Paquistão. Não é necessário acentuar a relevância política dessa região, tendo em vista, entre outros fatores, o papel do Paquistão nos esforços para encontrar uma solução pacífica para o conflito do Afeganistão e áreas vizinhas, e a importância diplomática da Índia.

Quanto à bacia do Pacífico, vale dizer que desde o final dos anos 70 o montante do comércio global dos Estados Unidos com essa região tem sido superior ao do comércio com a Europa Ocidental. A importância do Japão como produtor de tecnologia de ponta é hoje definitiva. A China, com seu ambicioso projeto de modernização, que prevê a quadruplicação da riqueza nacional até o final do século, representa, com sua população de mais de 1 bilhão de habitantes, um enorme mercado potencial. Do ponto-de-vista político, a região do Pacífico é cada vez mais um ponto de cruzamento de interesses estratégicos.

Os chamados Tigres Asiáticos são o grande fenômeno moderno de rápido desenvolvimento, embora o seu poder político não corresponda, pelo menos por enquanto, ao seu peso econômico nos mercados internacionais. O crescimento desses países deve-se sobretudo a empresas e capitais internacionais que têm em outras áreas suas sedes de decisão.

Vale ainda lembrar ser o Japão um grande investidor internacional, com o qual o Brasil precisará contar para o seu desenvolvimento.

África

As importantes contribuições da África na formação étnica, cultural, social e econômica da Nação Brasileira associam-se a identidades mais atuais entre o Brasil e a maioria dos países africanos para fundamentar os sólidos laços políticos, econômicos e de cooperação hoje existentes. Por outro lado, os parceiros africanos estão conscientes de que o relacionamento com o Brasil representa importante alternativa. A cooperação brasileira é desprovida de pretensões de hegemonia e não tem segundas intenções de caráter político e ideológico.

Por outro lado, o Brasil compartilha com a África problemas semelhantes, condicionados por fatores geoclimáticos comuns, para cuja solução a experiência brasileira pode ser valiosa. Com alguns países, como as ex-colônias portuguesas, as maiores afinidades linguísticas e históricas têm contribuído para estreitar o nosso relacionamento. Com as outras Nações, que gozam de situação econômica mais favorável, como a Nigéria, a Costa do Marfim, o Zaire, os Camarões e o Zimbábue, avulta a importância de nosso intercâmbio comercial. Com 16 embaixadas na África Subsaárica e um relacionamento institucionalizado através de acordos e comissões mistas bilaterais com vários países, o Brasil vem desenvolvendo ativamente a ação diplomática na região.

A presença brasileira é discreta no norte do continente africano, onde os países participam mais intensamente do cenário político do Oriente Médio ou da Europa Mediterrânea.

Oriente Médio

No que se refere ao Oriente Médio, vale mencionar a circunstância de que o Brasil pôde atravessar as graves crises do petróleo, sem percalços graves de suprimento, em parte devido a nossas excelentes relações com os países fornecedores daquela área. Por outro lado, merece referência a eficaz utilização de nossas compras de óleo como alavanca de propulsão de nossas exportações, a ponto de os países árabes constituírem grupo de elevado índice de dinamismo no crescimento de nossas vendas externas. Não só pelo crescente volume são importantes aquelas exportações. Também por sua composição qualitativa, uma vez que incluem parcela ampla de itens de alto valor agregado, sobretudo serviços de consultoria e engenharia e manufatu-

rados de conteúdo tecnológico mais avançado. Além de motivações econômicas, considerações de ordem política impõem igualmente atenção para com a região. No Oriente Médio concentram-se alguns dos riscos maiores para a paz mundial. Os conflitos se multiplicam, acrescentando graves preocupações às causadas pela crise regional básica — a questão palestina. A situação no Líbano não habilita esperança de soluções no curto prazo.

A Guerra do Golfo reafirmou a presença do Ocidente na região. Dificilmente, seus problemas poderão encontrar solução fora do contexto global da política e das negociações internacionais.

CONCLUSÃO

Haveria ainda muitos aspectos a serem mencionados. Esses exemplos, no entanto, ilustram bem a ação diplomática de um país que procura se afirmar internacionalmente como participante ativo e responsável pela condução dos problemas sensíveis de natureza sobretudo econômica, mas também político-estratégica.

Mesmo que as grandes potências mantenham no momento um diálogo distendido, e que efetivamente desapareçam os riscos de conflitos nucleares, restam ainda numerosos conflitos regionais com perigoso potencial de desestabilização.

O desafio para os países em desenvolvimento é duplo e paradoxal: de um lado tentar impedir a desorganização da ordem vigente, o que poderia resultar em políticas de poder ou "guerras" comerciais; de outro, buscar alterar esta mesma ordem e incrementar os fluxos de recursos, de tecnologia e de comércio, para garantir o desenvolvimento.

AVALIAÇÃO:

1) Quais os objetivos básicos da diplomacia brasileira?

2) Por que se tornam hoje mais importantes as relações de Brasil com Portugal?

3) Como se podem descrever as relações entre o Brasil e os Estados Unidos?

A HISTÓRIA DO PL Marco Antonio Vales

1.
A FUNDAÇÃO DO PL

O MANIFESTO

A 25 de junho de 1985, o Diário Oficial da União publicava o Manifesto, o Programa e os Estatutos de um novo partido político brasileiro, fundado dois dias antes no Rio de Janeiro: o Partido Liberal (PL).

Conforme dizia o Manifesto de fundação, o novo regime que substituía o autoritarismo de 1964 não se poderia assentar sobre os partidos políticos do passado.

Já eram claros os sintomas da grave crise ética, social e econômica que comprometia a sociedade brasileira:

- a confusão doutrinária dos quadros políticos, que se radicalizavam no socialismo agonizante ou no liberalismo capitalista reacionário.
- a gravíssima crise ética, com o abastardamento da classe política, cada vez mais voltada para seus próprios interesses.
- a flagrante injustiça social no país.
- a ineficiência do Estado como produtor, e da administração pública, em geral.
- a crise da escola brasileira, cada vez mais ineficiente.
- o aviltamento progressivo da moeda e o aumento perverso dos níveis inflacionários.
- o aumento do custo de vida e o violento arrocho salarial dos trabalhadores e da classe média, gerando escandaloso agravamento da disparidade na distribuição nacional de rendas.
- a violência crescente nas cidades.
- a degradação da qualidade de vida da população: escola, saúde e saneamento, transporte, habitação, alimentação e lazer.
- a queda ameaçadora e constante dos níveis de emprego.
- a pressão para o pagamento da dívida externa, sacrificando os

índices de desenvolvimento interno e conduzindo à imperiosidade de renegociação.

PROPOSTAS

Os fundadores do PL propunham em seu Manifesto:

a) a Reforma Econômica e Social, pela valorização do trabalho e eliminação das desigualdades regionais; pelo salário justo e melhoria da qualidade de vida; pelo apoio à empresa nacional; pela criação de novos empregos e expansão do mercado consumidor interno;

b) a Reforma Tributária, que assegurasse a Estados e Municípios a possibilidade de desenvolver autonomamente seus planos regionais;

c) a Reforma Agrária, com a criação não somente de uma nova estrutura fundiária, mas também de uma infra-estrutura de apoio à produção e à comercialização, à irrigação, à tecnologia da fertilização dos solos, às políticas de preços mínimos e de abastecimento;

d) a Reforma Urbana, definindo uma adequada política de ocupação do solo, sistemas de transportes e outros serviços públicos;

e) a Reforma radical dos sistemas de Educação e de Saúde, possibilitando, de um lado, não apenas acesso à escola mas ao saber e ao conhecimento tecnológico moderno; de outro lado, assegurando ao povo padrões mínimos de higiene, saneamento e saúde pública, preventiva, ambulatorial e hospitalar;

f) outras reformas essenciais, destacando-se a do Poder Judiciário.

AÇÃO PARA O FUTURO

O Manifesto do Partido Liberal (PL), em 1985, previa a situação caótica a que se chegaria em alguns setores vitais da vida brasileira. Um deles, o da assistência à Criança, sobretudo quanto à alimentação e assistência à gestante e ao pré-escolar.

Outro era o da Previdência Social, para o qual defendíamos uma reforma "radical" de estrutura. O PL já condenava, à época, o tratamento iníquo que se dispensava a aposentados e pensionistas, defendendo reajustes que anulassem os efeitos da inflação.

O Partido moderno que surgia advogava novas formas de gestão da coisa publica, inclusive no tocante à necessidade de uma rigorosa legislação de proteção ao meio-ambiente e ao patrimônio natural, e à abolição da produção e consumo de produtos prejudiciais à saúde ou nocivos ao ecossistema.

No seu Manifesto, o PL relembra a importância da defesa dos direitos das Minorias, dentro da mais pura tradição do liberalismo.

Muito se poderá apreender do verdadeiro sentido e dos objetivos

da Doutrina do Liberalismo Social, pela leitura atenta do Programa e do Manifesto de 1985.

Lá, com nitidez, já se proclamavam os pressupostos filosóficos, políticos e econômicos que serviriam de diretrizes de nossa ação política, parlamentar e administrativa no futuro imediato.

Desde então, o PL manteve coerência absoluta com o que foi aprovado e estabelecido. O Partido Liberal (PL) conviveu com a chamada — e finada — Nova República e concorreu às eleições executivas, parlamentares e presidencial no período de 1987-1990.

Convidamos, a 25 de junho de 1985, o povo brasileiro para a organização e o fortalecimento de um partido que procuraria realizar os ideais de uma sociedade mais justa, dentro de padrões éticos e sob o signo da liberdade. Convocamos homens, mulheres e jovens para a realização de um sonho, o sonho de um Brasil com estruturas políticas voltadas para o serviço da Pátria e para a formação de uma sociedade justa e cristã.

2.
O PL NO BRASIL

O PL está presente em todas as unidades federativas do país.

O seu Presidente, Deputado Alvaro Valle, visitou todas as seções estaduais, estimulando, com sua presença pessoal, a ação do Partido nos mais recôndidos pontos do território nacional.

REGIÃO NORTE

Acre

Data da fundação: 1º de julho de 1986.

Presidentes: Francisco Teixeira de Oliveira
Deputado Rubem Branquinho

Fatos importantes: Sem dúvida alguma, o PL acreano consolidou-se como força política a partir das eleições de 1990. A participação de Rubem Branquinho na campanha, além de lhe abrir perspectivas bastante promissoras de liderança política no Estado, foi importante para a eleição de nossos brilhantes companheiros Luiz Garcia e Luiz Saraiva à Assembléia local.

Amapá

Data da fundação: 26 de dezembro de 1986.

Presidentes: Pedro Assis de Azevedo
Aílton Francisco de Oliveira

Fatos importantes: Espírito partidário, força de vontade e honestidade de propósitos são ingredientes indispensáveis para chegar-se a bons resultados em matéria político-eleitoral. A seção do PL do Amapá, desde sua fundação, tem demonstrado ser possível aliar-se o êxito eleitoral aos anseios maiores da sociedade. A eleição de Rosemiro Rocha para a Prefeitura de Santana, o segundo maior município do Estado; a atuação do companheiro Antonio Pinheiro Teles na Assembléia Legislativa; a decisiva participação do PL nas ações políticas

do Estado, são apenas episódios conseqüentes da firmeza de atitudes e do interesse em buscar o Bem Comum. Estes são os traços que marcam nossos companheiros do Amapá, em um trabalho que se desenvolve diariamente, graças ao dinamismo e espírito de liderança de Aílton Francisco.

Amazonas

Data da fundação: 28 de fevereiro de 1986.

Presidentes: Francisco Salles Pantoja Evangelista
Roosevelt Braga dos Santos
Deputado Nonato Oliveira

Fatos importantes: A precariedade de transportes e comunicações, aliadas às dificuldades naturais da região, não foram suficientes para conter o espírito desbravador de nossos primeiros companheiros do Estado. Das ruas de Manaus, apinhadas de consumidores ávidos por parafernálias eletrônicas, aos distantes lugarejos das fronteiras com a Colômbia e o Peru; navegando pelos rios gigantescos; cortando os céus em pequenas e obsoletas aeronaves, a epopéia do PL do Amazonas faz-nos reviver momentos de aventura e pioneirismo. Como naquela viagem de Manaus a Boca do Acre, com o propósito de transmitir orientações para a primeira convenção do Partido. Nossa expedição, composta por autênticos bandeirantes do ar, partiu em uma pequena aeronave tão precocemente envelhecida e maltratada pelas intempéries amazônicas, que muitos chegaram a duvidar que fosse capaz de taxiar na pista, quanto mais voar. E o pior: o rádio, acessório indispensável para a orientação de qualquer aeronave, ainda mais sobrevoando a selva, só funcionava em regime de mão-única — recebia, mas era incapaz de transmitir sequer um mísero sinal em código Morse. Não fossem a perícia e o sangue-frio de tripulantes e passageiros, lutando contra a escuridão, que só era interrompida, bruscamente, pelos relâmpagos, além da solidão, estaríamos chorando e lamentando pelos companheiros desaparecidos, em vez de comemorar o êxito da missão. O PL de Boca do Acre pôde, afinal, ser instalado, graças ao arrojo de nossos heróis.

Não só de aventuras aéreas, todavia, vive o PL do Amazonas. Quem conhece a região sabe que a menor distância entre duas cidades amazônicas equivale a, pelo menos, 4 horas de canoa, rio adentro. De Manaus, utilizando apenas o rio, é impossível chegar-se a muitas delas em menos de 20 dias.

A canoa, o avião, o rádio e a vibrante presença de nosso companheiro Nonato Oliveira na televisão e na tribuna da Assembléia, juntamente com o Deputado José Ribamar de Araújo, têm sido os grandes veículos de propagação dos ideais do PL na imensidão amazônica.

Pará

Data da fundação: 26 de dezembro de 1986.

Presidentes: Carlos Nascimento Levy
Deputado Luiz Afonso Sefer
Michel Dib Tachy

Fatos importantes: Instalado na maioria dos municípios do Estado, o PL do Pará iniciou atividades logo após as eleições de 1986.

Graças ao esforço continuado do companheiro Luiz Sefer, o Partido desempenhou importante papel nas eleições que se seguiram, possibilitando, assim, a adesão de importantes e expressivas lideranças para a sua consolidação definitiva no Estado, entre elas o atual Presidente Regional, Michel Dib Tachy; o deputado João Bosco Moisés, o vice-prefeito Renaldo Zucatelli, de Marabá, do vereador Luiz Toscano, de Belém; e inúmeros outros companheiros — prefeitos vereadores e militantes —, de todo o Pará.

Rondônia

Data da fundação: 1º de julho de 1986.

Presidentes: Marcelo Drumond Filho
Luiz Antonio de Araújo Silva
Moysés Bennesby

Fatos importantes: Após um início que nada teve a ver com a atuação do Partido, em nível nacional, o PL de Rondônia manifestou sinais efetivos de vida com o trabalho do companheiro Luiz Antonio, quando este passou a ocupar a presidência do Diretório Regional. Foi, no entanto, sob a liderança de Moysés Bennesby que o Partido consolidou-se e ocupa, atualmente, posição de destaque no cenário político do Estado, haja vista a significativa atuação nas eleições de 1990, quando elegeu para a Assembléia Legislativa local, os companheiros Isaac Bennesby, atualmente prefeito de Guajará-Mirim, Eurípedes Miranda e João Batista.

Roraima

Data da fundação: 7 de maio de 1986.

Presidentes: Deputada Vera Regina Guedes da Silveira
Joacir Telles de Menezes
Ubirajara Riz

Fatos importantes: A atuação do PL de Roraima não se resume aos bons desempenhos eleitorais, notadamente no pleito de 1990, quando elegeu uma das maiores bancadas do Legislativo local: 6 deputados estaduais. A exemplo do Amazonas, nossos companheiros de Roraima também deram provas de heroísmo, quando uma comissão liderada por deputados do PL, entre eles, a incansável e exemplar companheira Vera Regina Guedes da Silveira, protestou junto ao governo da Venezuela e hasteou a bandeira nacional

em terras brasileiras invadidas por tropas daquele país vizinho. O fato, que teve intensa repercussão, serviu de marco para que nossas autoridades federais se envolvessem na delicada questão de soberania nacional.

No campo da ação e organização partidárias, o trabalho de Ubirajara Riz, nosso bravo Presidente Regional, Rubem Lima e João Pereira Barbosa tem de ser ressaltado.

Tocantins

Data da fundação: 30 de junho de 1988.
Presidentes: José Oliveira
Glenger Vasconcellos

Fatos importantes: Criado com a divisão do estado de Goiás, Tocantins apresenta-se como alternativa das mais promissoras para o desenvolvimento da Região Norte do país. Sua capital, instalada em Palmas, e os municípios de Araguaína e Gurupi deverão constituir-se como os grandes polos que impulsionarão o progresso do Estado. O PL local, apesar dos resultados eleitorais ainda poucos significativos, poderá tornar-se, com a dedicação e entusiasmo de nossos companheiros, uma das boas e poucas opções políticas do novo Estado.

REGIÃO NORDESTE

Alagoas

Data da fundação: 28 de fevereiro de 1986.
Presidente: Lauro Farias

Fatos importantes: Graças à firme liderança de Lauro Farias, o PL de Alagoas vem-se constituindo em uma das mais gratas opções políticas de um Estado dominado por oligarquias. O desempenho do Partido cresce a cada ano. Na Assembléia Legislativa, por exemplo, nossa bancada, constituída pelos companheiros Gervásio Raimundo, Leda Cardoso, Francisco Holanda, José Humberto Torres e o líder Cícero Amélio, tem se destacado pelas ações de coerência e perfeita identidade com o interesse público. As cores do PL fazem-se presentes no interior do Estado com os Prefeitos Severino Leão (Arapiraca), Cláudia Calheiros (Messias), Telma Gomes Melo (Colônia Leopoldina), Rafael Torres (Rio Largo), Lourenço Cardoso (Pindoba), Luiz Eustáquio Toledo Filho (Cajueiro), Humberto Maia Alves (São Miguel dos Campos), José de Melo Gama (Ouro Branco), além de centenas de vereadores eleitos em todo Estado, entre estes o companheiro Arnaldo Fontan, que brilha na Câmara Municipal de Maceió.

Bahia

Data da fundação: 3 de julho de 1985.
Presidentes: Luiz Antonio Sande de Oliveira
Deputado Luciano Simões

Fatos importantes: Após um período inicial pouco representativo, o PL baiano, a partir do trabalho do companheiro Luciano Simões, tomou o

impulso necessário para conduzi-lo à atual posição de destaque na política do Estado. Nossa bancada, por exemplo, na Assembléia Legislativa do Estado, constituída pelos companheiros Luciano Simões, Horácio Matos, Pedro Alcântara, Rubem Carneiro, Otto Alencar, Marcelo Guimarães, Roland Lavigne e Eujácio Simões, é das mais representativas.

Não bastasse a expressividade desses números, temos de ressaltar ainda a participação efetiva do Partido no Governo do Estado, com a designação do deputado Otto Alencar para a Secretaria de Saúde, e da indicação do deputado Eujácio Simões para a liderança do Governo.

Essa boa representatividade, acrescida de nossos valorosos prefeitos e vereadores, tem acarretado mudanças substanciais no quadro político não só da capital, mas, principalmente, do interior do Estado, graças, por exemplo, ao surgimento de novas lideranças, como a do Deputado Ribeiro Tavares, uma das mais lídimas e expressivas já aparecidas na política baiana.

Ceará

Data da fundação: 3 de julho de 1985.

Presidentes: Deputado Sérgio Philomeno
Alfredo William Nogueira de Sá
Olga Nunes

Fatos importantes: Sob a liderança do saudoso William Sá, um dos fundadores e das mais expressivas lideranças nacionais do Partido, e o trabalho incansável de Sérgio Costa e Gonzaga Vale, o PL do Ceará tem proporcionado à política local momentos de brilho excepcional, não apenas alcançando resultados eleitorais bastante razoáveis, mas provando, sobretudo, que a Política, quando tratada com seriedade, é peça importante e indispensável para a busca do Bem-Comum.

William Sá, que faleceu recentemente, deixa-nos uma lacuna que dificilmente será preenchida. Ao designar sua inseparável e dedicada esposa, Olga Nunes, à condição de Presidente Regional, nossos companheiros do Ceará, ao mesmo tempo que indicam uma companheira de lutas inúmeras do Partido, prestam-lhe a melhor homenagem que um homem da envergadura de William de Sá sempre fez por merecer.

Maranhão

Data da fundação: 13 de março de 1986.

Presidente: Sérgio Victor Tâmer

Fatos importantes: Coragem, lealdade e competência, três qualidades que reunidas em um mesmo homem, fazem dele um verdadeiro líder. Sérgio Tâmer tem as três de sobra. O PL é o seu trabalho, é quase a sua família, é a sua vida. Tâmer, com a ajuda da brava companheira Lindinalva Lindoso, que irradia sua simpatia nas reuniões da Comissão Executiva Nacional, tem realizado, com grandeza, uma missão quase

impossível: fazer chegar a mensagem do liberalismo-social, em um Estado tão acostumado ao convívio com oligarquias.

Prova desse brilhante trabalho foram os significativos resultados alcançados nas eleições de 1992, com a eleição dos companheiros Benedito Francisco Figueiredo e Heleodoro Souza, respectivamente, às Prefeituras de Codó e Balsas.

Paraíba

Data da fundação: 12 de julho de 1985.

Presidente: Vereador Carlos Gláucio Sabino de Farias

Fatos importantes: Carlos Gláucio, um dos fundadores do PL, em nível nacional, tem dado bons exemplos de como política se faz com ética. Sua firme atuação evitou, em diversos momentos, que o Partido se alinhasse a lideranças pouco recomendáveis do Estado. Da Paraíba temos observado o trabalho de ação partidária de um dos mais bem organizados e combativos grupos jovens, graças ao espírito de liderança da companheira Morgana de Santana.

Pernambuco

Data da fundação: 12 de julho de 1985.

Presidentes: José Augusto Lins e Silva Pires
Díbulo Véras
Luciano Bivar

Fatos importantes: Palco de importantes acontecimentos da História brasileira, Pernambuco, berço de alguns dos maiores líderes liberais brasileiros, ajudou o PL nascer. Mulheres e homens pernambucanos, na condição de primeiros signatários do Manifesto do PL, são personagens do início do Partido, como Luciano Bivar, que, com seu estilo moderno e empreendedor, foi o grande responsável pela consolidação e o registro definitivo do PL, em mais de 100 municípios do Estado; e Díbulo Véras, notável articulador nos instantes de indecisão. Ao lado disso, não se pode deixar de citar o trabalho entusiasmado e competente do Grupo Jovem de Pernambuco, presidido pelo companheiro Armando Feitosa.

Piauí

Data da fundação: 8 de agosto de 1985.

Presidentes: Vereador Alcides Brito
Deputado Xavier Neto

Fatos importantes: Xavier Neto e Alcides Brito têm sido os responsáveis pela boa presença do PL no Piauí. Nas eleições que disputou, o Partido alcançou resultados bastante significativos, elegendo, por exemplo, para a Assembléia Legislativa, os companheiros Xavier Neto e Adolfo Nunes, além de inúmeros prefeitos e vereadores.

Rio Grande Do Norte

Data da fundação: 30 de abril de 1986.

Presidentes: Francisco Marques Neto
Deputado Flávio Rocha

Fatos importantes: Flávio Rocha, Presidente regional do PL e nosso Vice-Presidente nacional, é uma das mais sérias e promissoras lideranças surgidas no cenário nacional. Sua luta pela redução da carga fiscal que pesa sobre o contribuinte, com a introdução do Imposto Único (veja aula que trata do assunto, neste volume) tem sido acompanhada por toda a nação.

No aspecto de ação partidária, o PL norte-riograndense, em 1988, elegeu mais de 50 prefeitos e centenas de vereadores no Estado. Nossa representação na Assembléia Legislativa é das mais respeitáveis, sobretudo, com a atuação dos companheiros Raimundo Fernandes e Patrício Júnior.

Graças ao decisivo trabalho de companheiros como Flávio Rocha, Vivaldo Costa, Leôncio Queiroz, entre outros, o PL inscreveu-se, definitivamente, como um dos principais personagens da história política do Rio Grande do Norte.

Sergipe

Data da fundação: 15 de julho de 1985.

Presidentes: Deputado Nélson Araújo dos Santos
João Fontes
Jorge Rabelo Leite
Luciano Vieira Nascimento

Fatos importantes: O PL de Sergipe e Luciano Nascimento parece terem sido feitos um para o outro.

Com dedicação, seriedade e a ajuda de companheiros como o vereador José Lopes de Menezes, entre outros, Luciano Nascimento levou o PL a todo o Estado, conquistando prefeituras importantes e participando de câmaras municpais, com quase uma centena de vereadores.

REGIÃO SUDESTE

Espírito Santo

Data da fundação: 1º de julho de 1986.

Presidentes: Raimundo Teixeira Galvão
Francisco Hilário Brandão
José Eduardo Rodrigues
Deputado Jones Santos Neves

Fatos importantes: A participação de Jones Santos Neves, com sua cultura e visão liberal invejáveis que dignificam a vida pública e o parlamento brasileiro, tem ajudado o PL a manter sua posição de importância no cenário político nacional.

No trabalho de consolidação do Partido no Estado, além da marcante presença do companheiro Jones, não se pode deixar de reconhecer o esforço de José Eduardo Rodrigues, entre outros que têm dedicado grande parte de seu tempo em propagar nossos ideais.

Minas Gerais

Data da fundação: 25 de abril de 1986.

Presidentes: Roberto Farias de Medeiros
Aluísio Pimenta
Deputado José Leandro
Francisco de Salles Dias Horta

Fatos importantes: Minas Gerais, fonte de inspiração das grandes conquistas políticas de nosso povo, tem lugar de destaque na história do PL, como exemplo de nitidez de propósitos e de sujeição à ação de bem-servir. Os dias que sucederam as eleições de 1986, quando o Partido disputou seriamente o Governo do Estado com Itamar Franco, e a incessante preocupação com os aspectos da cultura partidária, significaram o ponto de partida de uma revolucionária forma de ação política, graças à liderança e experiência de Aluísio Pimenta. Os cursos à distância, por exemplo, uma das marcas do PL, tiveram em Aluísio Pimenta um dos grandes estimuladores. Sua postura e exemplos, na condição de candidato à Vice-Presidência da República, nas eleições de 1989, dignificam qualquer instituição.

O PL de todo o país orgulha-se de participar do convívio de companheiros como Getúlio Neiva e Maurício Campos, representantes mineiros de nossa bancada na Câmara Federal; José Leandro, Ermano Batista, Mauro Lobo e Ronaldo Vasconcelos, que significam nossa presença na Assembléia Legislativa do Estado; Ronaldo Gontijo, Luiz Sávio Souza Cruz, José Domingos e Marcus Las Casas, que deixam o PL em posição de destaque no Legislativo belo-horizontino.

O PL mineiro tem dado belos exemplos de como um partido deve crescer, a partir do fortalecimento de suas bases. A prova disso está no retumbante resultado alcançado nas últimas eleições municipais: 75 prefeitos e mais de oito centenas de vereadores mineiros pertencem ao Partido Liberal.

Rio de Janeiro

Data da fundação: 3 de julho de 1985.

Presidentes: Deputado Herculano Carneiro
Deputado Alvaro Valle

Fatos importantes: Assim como os grandes rios, que ao nascerem de pequenos filetes d'água, promovem o progresso de suas regiões ribeirinhas, o PL iniciou sua história em pequenas reuniões realizadas na casa do Deputado Alvaro Valle, em colégios, como o São José, na Tijuca, em clubes, sindicatos, associações de bairros e residências do

Rio de Janeiro. No início, ainda não se manifestara a idéia de organizar um partido político. Havia, sim, um desejo muito forte de mudar a maneira de se fazer vida pública. Naquela época — maio de 1985 —, discutia-se a morte prematura da chamada Nova República, que loteava cargos públicos e os distribuía como se fossem mercadoria de segunda classe; manifestava-se a decepção com as novas legendas partidárias que nasciam, mas, que, de novas, apenas tinham o nome e a programação visual; repudiava-se o fato de que os personagens que se mantiveram em cena, anos a fio, tratando apenas de seus interesses pessoais, e que se acreditavam banidas da vida pública, renasciam das cinzas, e, mais insaciáveis que nunca, disputavam as fatias do poder.

Devido à gravidade do quadro que se desenhava, todos sentiram a necessidade de se oferecer alternativa mais séria ao justo clamor público. As idéias bem alinhavadas por Alvaro Valle, transformaram-se em doutrina; a doutrina passou a representar um ideal. Estavam lançadas as primeiras sementes do PL.

Como testemunhas de toda a jornada do Partido no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, desde quando ainda sequer existia formalmente, pudemos acompanhar, bem de perto, o trabalho de companheiros de primeira hora, como, por exemplo, nossa saudosa D.Laura Valle, a mãe de todos nós, que, desafiando o peso de seus oitenta e muitos anos, chovesse ou fizesse sol, fazia questão de dar o seu voto a cada eleição e estar presente nas reuniões de sua casa; Egon Koch, cujo trágico e prematuro desaparecimento, em um desastre de automóvel, não nos faz apenas chorar, mas lamentar a perda do amigo que jamais será esquecido; Américo Camargo, nosso primeiro representante na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Nilton Caldeira, o secretário querido por todos, que conhece cada detalhe do Partido no Estado; Jadihel Loredo Júnior, Jacinto Lamas, Silvério Velloso Filho, Carlos Martinez, Eduardo Portella Netto, Helô Vital, Professora Conceição Moura e sua filha Mariângela, Celina e Alfredo Passos Telles, Christiano de Paula, Luiz Wanderley (o Vavá), Paulo Roberto de Oliveira. Estes e muitos outros nomes de mulheres e homens simbolizam o início de todo um trabalho que há de trazer frutos de esperança e crença na vida e no homem públicos. Trabalho continuado por companheiros que garantiram a consolidação do Partido em todo o Estado, como Mauro Magalhães, Milton Steinbruch, Vitor José Lourenço (Bom Jardim), Luiz Mário Concebida (com firme atuação no norte-fluminense), Valter Barros (Niterói), Ricardo Maciel (Barra Mansa), Durval Luz (Paracambi), Alberto Ahmed (Vassouras), Renê Granado (Nova Iguaçu), Pedro Baldi (São Gonçalo), Clarindo Menezes (São Fidélis), Amaro Aguiar (Italva) e Simone Rangel, liderança que participa de setores jovens do Partido, desde os 9 anos de idade.

No campo da ação partidária, sempre nos lembraremos do pioneirismo na implantação dos cursos de formação política, em auditórios lotados.

Finalmente, não podemos deixar de registrar a participação de

companheiros em eleições das quais o Partido participou. Como as consagradoras votações de Alvaro Valle; as vitórias de Nélson Costa Mello (Prefeito de Guapimirim), Cláudio Ribeiro (Prefeito de Rio das Ostras), Alvaro Moreira (Prefeito de Bom Jesus do Itabapoana), Jorge Júlio Costa dos Santos (Prefeito de Belford Roxo), Carlos Moraes (Prefeito de Japeri), Nélson Bornier, nosso dinâmico vice-presidente regional, José Egydio, do noroeste fluminense, e outros ativos participantes de nossa bancada federal; o trabalho de nossos deputados estaduais Herculano Carneiro, Veiga Brito, José Nicolau, Antônio Francisco Neto, Ibiraci Pereira, Domingos de Freitas, Tuninho Duarte e José Richard; de companeheiros eleitos para câmaras municipais do Estado.

São Paulo

Data da fundação: 3 de julho de 1985.

Presidentes: Deputado Ruy Codo
Eduardo Pacheco e Silva
Deputado João Mellão Neto

Fatos importantes: A liderança de João Mellão Neto, símbolo da melhor cultura paulistana; o espírito dinâmico e arrojado de Valdemar Costa Neto, nosso atual Vice-Presidente nacional; a experiência de Diogo Nomura e Fausto Rocha, revigorada com a juventude de Robson Tuma e a operosidade de Gilberto Kassab, são fortes componentes da fórmula ideal de bem-servir à causa pública. Homens de primeira hora, como Antonio Roberto Alves Braga, Abílio Borin, Newton Faria, Ameleto Wetge, Alfredo Cotait e Natanael Miranda dos Anjos, que pautam suas vidas com a causa liberal.

Nossos prefeitos, eleitos sob a legenda do PL, têm procurado adotar estilos de administração pública compatíveis com a nossa filosofia de trabalho.

Nossos representantes nas câmaras municipais, contados às centenas, são grandes responsáveis pela consolidação do Partido em todo o Estado. Citando a combativa companheira Manoela Perestrelo, tentamos lembrar esses nossos bravos e valorosos vereadores.

Finalmente, uma reflexão sobre um dos maiores inspiradores do PL: Bartolomeu Santos. Bartô, como era carinhosamente chamado por seus amigos, dono de uma cultura invulgar, tinha o sangue da política nas veias. Seus sábios conselhos, na época da formação do Partido, foram fundamentais. Foi o grande mentor do PL de São Paulo. Vitimado pelo câncer, Bartô deixou-nos saudades e o orgulho de tê-lo ao nosso lado como companheiro de luta.

REGIÃO SUL

Paraná

Data da fundação: 3 de julho de 1985.

Presidentes: Luiz Antonio Grocoski
Vereador Horácio Rodrigues
Deputado Columbino Grassano

Fatos importantes: O Paraná é um exemplo de Estado onde o PL deu certo, desde o primeiro momento. Em Curitiba, onde nossa presença na Câmara Municipal sempre foi das mais expressivas, Horácio Rodrigues, o grande feitor do PL paranaense, e Ezequias Losso, entre outros, com garra e brilhantismo, representam todo um trabalho coroado de absoluto êxito. Nos outros municípios, prefeitos, vereadores e inúmeros companheiros têm sido eficazes pontas-de-lança do processo de crescimento e consolidação do Partido, tais como Marco Rocha Loures (Maringá), Messias Carneiro de Moraes (Ponta Grossa), Jorge Coimbra (Londrina), Antonio Grassano (Arapongas), Modesto Golim (Realeza), Edno Guimarães (Cianorte). Nossos representantes na Assembléia Legislativa do Paraná — Columbino Grassano e Carlos Simões — dignificam o Partido, por suas atitudes e comportamentos exemplares.

Rio Grande do Sul

Data da fundação: 25 de abril de 1986.

Presidentes: Altair Venzon
Vereador Wilson Santos
Deputado Sanchotene Felice
Onyx Dornelles Lorenzoni

Fatos importantes: Cenário de grandes momentos e importantes vultos de nossa História, o Rio Grande do Sul tem sido testemunha do esforço de companheiros como Onyx Lorenzoni, Balbo Teixeira — o sempre bem-sucedido Prefeito de São Gabriel —, e muitos outros, que têm procurado levar a bandeira do PL por todo o Estado. Não podemos deixar de mencionar o espírito de liderança do falecido companheiro de Caçapava do Sul, Ciro Carlos de Mello, que muito fez pela interiorização do Partido, levando-o aos mais recônditos rincões da terra gaúcha.

Santa Catarina

Data da fundação: 17 de julho de 1987.

Presidente: Honorato Antonio Tomelim

Fatos importantes: Definitivamente consolidado como atuante força política, o PL se faz representar em quase todo o Estado ocupando prefeituras importantes, como a de Blumenau, Rio do Oeste, Mafra, Benedito Novo, São José do Cerrito, e São Ludgero.

Para que esse êxito fosse alcançado, temos de destacar o arrojo e

a competência de companheiros que têm dado o melhor em prol de nossa legenda, como Honorato Tomelin, brilhante professor da Universidade Federal de Santa Catarina; Armando Nees, nosso notável articulador; Salomão Ribas Júnior, que nos orgulha com sua firme atuação na Assembléia Legislativa; e Antônio Ceron, símbolo de operosidade e amor à causa liberal.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Distrito Federal

Data da fundação: 3 de julho de 1985.

Presidentes: Jacinto Lamas
César Rômulo Silveira Neto
Antonio Gomes
Flávio Reihner

Fatos importantes: Graças, principalmente, ao esforço de companheiros como Antonio Gomes, Jucivaldo Salazar, Flávio Reihner, José Claudino Ramos Sobrinho, José Ornellas, e vários outros, o PL tem-se conduzido, na Capital Federal, como uma de suas grandes forças políticas. Os cursos de formação do Partido, em Brasília, tornaram-se prática salutar e sempre bem recebida por todos aqueles que pretendam acompanhar o processo político com seriedade e honradez.

Goiás

Data da fundação: 3 de julho de 1985.

Presidentes: Valter Gomes Barbosa
Alberico Borges
Robson Pereira Guedes
Deputado Kleber Adorno
Aziz Ibrahim
Deputado Cleovan Siqueira

Fatos importantes: O PL de Goiás se constitui em uma de nossas seções mais atuantes e bem organizadas. Nos aspectos da cultura e ação partidárias, todos reconhecem a capacidade excepcional de nossos companheiros goianos em organizar cursos das mais variadas modalidades — desde os tradicionais, de formação política, até os de preparação de militantes; em promover encontros e seminários, com vistas ao intercâmbio e troca de experiências entre os vários diretórios do Estado; em produzir publicações de interesse real para filiados e militantes do Partido, como, por exemplo, o bem-elaborado "Manual do Vereador".

Cleovan Siqueira — eleito, em 1988, vereador pelo PL de sua paradisíaca Caldas Novas, e, na eleição seguinte, deputado estadual — participou do primeiro escalão do Governo estadual — Secretaria do Trabalho — com o brilho e noção de espírito público que só os homens

de promissora carreira sabem ter; Aziz Ibrahim, o companheiro de primeira hora, que faz do PL, com galhardia e bravura, a sua razão de ser; João Roberto de Oliveira e José Batista Neto, homens dotados de excepcional capacidade de organização e senso partidário, que sabem, como poucos, manter eficaz nossa complexa estrutura goiana. Todos são motivo de orgulho e a razão do sucesso de nosso Partido em Goiás.

Com relação ao desempenho do PL nas últimas eleições, tivemos centenas de companheiros eleitos para prefeituras e câmaras municipais do Estado, além de mais de duas centenas de vereadores. Nossa representatividade na Assembléia Legislativa estadual é sobejamente respeitada, graças à seriedade de nossos deputados Cleovan Siqueira e Alvaro Peixoto.

Mato Grosso

Data da fundação: 30 de abril de 1986.

Presidentes: Deputado Maçao Tadano
Deputado Zanete Cardinal
Ricardo Correia
Deputado Ricarte de Freitas Júnior

Fatos importantes: Em Mato Grosso, o PL já nasceu grande.

Em 1986, começamos nossa jornada com o Senador Benedito Canellas, os Deputados Maçao Tadano, Zanete Cardinal, J. Barreto e abnegados companheiros, como Ricarte de Freitas Júnior, preocupados em levar nossos ideais a todos os rincões do Estado.

Consolidamos nossa marcante atuação com a conquista de importantes Prefeituras, entre elas, a de Rondonópolis, o segundo maior município matogrossense, graças ao brilho de J. Barreto; Sinop, com o companheiro Antônio Contini; Barra do Garças, com Wilmar Peres; além de significativa representatividade em inúmeras Câmaras Municipais.

Na bancada do Estado, na Câmara dos Deputados, o PL é amplamente majoritário, ocupando metade de suas cadeiras, com os companheiros Wellington Fagundes, João Teixeira, Ricardo Correa e Oscar Travassos. Enquanto que na Assembléia Legislativa, temos o orgulho de contar com a participação de Amador Ataíde Tut, Gilmar Donizeti Fabris e Ricarte de Freitas Júnior.

Mato Grosso do Sul

Data da fundação: 29 de maio de 1987.

Presidentes: Bernardo Elias Lahdo

Fatos importantes: O PL de Mato Grosso do Sul tem-se destacado, graças ao trabalho exemplar de Bernardo Lahdo, como uma das seções mais atuantes nas ações de disseminação dos ideais do Partido. Os cursos organizados pelo PL sul-matogrossense são marcos de uma nova maneira, naquele Estado, de se tratar a Política.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Esta bibliografia não é exaustiva. Ela menciona livros que abordam temas ou assuntos tratados neste volume e que se encontram à disposição para consultas, pelos diretórios regionais.

A.N.E.C., *Como Foi Instaurada a Dominação Sovieto-Comunista*, Veritas, Rio, 1960.

Abranches, Dunshee de, *Como se Faziam Presidentes*, José Olympio, Rio, 1973.

Abreu Ramos, Plínio de, *Como Agem os Grupos de Pressão?*, Civilização, Rio, 1963.

Abreu, Hugo, *O Outro Lado do Poder*, Nova Fronteira, Rio, 1979.

Abreu, Hugo, *Tempo de Crise*, Nova Fronteira, Rio, 1980.

Adler, Mortimer J., et alia, *The Development of Political Theory and Government-II(900)*, Nacional, Chicago, 1959.

Aizcorbe, Roberto, *La Crisis Argentina*, Occitania, Buenos Aires, 1984.

Alalc, *Alalc*, Peuser, Buenos Aires, 1961.

Alencastro, Luiz-Felipe, *L'imperatif Electoral-1964-1981*, La Documentation Française, Paris, 1981.

Allilueva, Svetlana, *Twenty Letters to a Friend*, Hutchinson, Londres, 1967.

Almeida Filho, Hamilton, *A Sangue Quente-A Morte de Vladimir Herzog*, Alfa-Ômega, S.Paulo, 1978.

Alsogaray, Alvaro C., *Bases para La Acción Política Futura*, Atlandida, Buenos Aires, 1968.

Althusser, Louis, *Lenin et La Philosophie Suivi de Marx et Lenin Devant Hegel*, Maspéro, Paris, 1982.

Alves, Albérico Barroso, *O Romance da Revolução*, Artenova, Rio, 1974.

Alves, Aluízio, *Sem Ódio e Sem Medo*, Nosso Tempo, Rio, 1969.

Amaral Peixoto, Alzira Vargas, *Getulio Vargas, Meu Pai*, Globo, Porto Alegre, 1960.

Amnesty International, *Témoignages des Prisonniers de La Justice Militaire de São Paulo*, Comité France-Brésil, Paris, 1975.

Amoroso Lima, Alceu do, *A Experiência Reacionária*, Tempo Brasileiro, Rio, 1968.

Amoroso Lima, Alceu do, *Revolução, Reação ou Reforma*, Tempo Brasileiro, Rio, 1964.

Anonimo, *Journal D'un Guerillero*, Seuil, Paris, 1968.

Ansart, Pierre, *La Gestion des Passions Politiques*, L'Age D'Homme, Lausanne, 1983.

Anselmo, Cabo, *Porque Eu Traí*, Global, S.Paulo, 1984.

Antoine, Charles, *L'Eglise et le Pouvoir au Brésil*, Desclée de Brouwer, Paris, 1971.

Apparu, Jean-Pierre, *La Droite Aujourd'Hui*, Albin Michel, Paris, 1979.

Arena, *Estatuto da Arena*, Arena, Brasília, 1975.

Aristóteles, *A Política*, Atena, S.Paulo, 1957.

Arnault, J, et alia, *Cristãos e Comunistas*, Europa-América, 1976.

Aron, Raymond, *Démocratie et Totalitarisme*, Gallimard, Paris, 1965.
Aron, Raymond, *L'Opium des Intellectuels, Calmann-Levy, Paris, 1955.*
Aron, Raymond, *Marxismes Imaginaires*, Gallimard, Paris, 1970.
Asch, Salomom E., *Psicologia Social-I*, Nacional, S.Paulo, 1960.
Asch, Salomom E., *Psicologia Social-II*, Nacional, S.Paulo, 1960.
Assis, J. Carlos de, *Os Mandarins da República*, Paz e Terra, Rio, 1984.
Attlee, Clement, *Bases e Fundamentos do Trabalhismo*, A Noite, Rio.
Audouin, Raoul, *Les Lois de La Liberté*, Institut Economique, Paris, 1985.
Baffa, Ayrton, *Nos Porões do SNI*, Objetiva, Rio, 1989.
Bahia, Luiz Alberto, *A Dimensão Injusta*, Zahar, Rio, 1968.
Balandier, Georges, *Anthropologie Politique*, Presses Universitaires, Paris, 1967.
Balandier, Georges, *Antropologia Política*, Presença, Lisboa, 1980.
Balladur, Edouard, *Je Crois en Homme Plus Qu'en L'Etat*, Flammarion, Paris, 1987.
Bandeira, Muniz, *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil 1961-1964*, Civilização, Rio, 1977.
Barbosa, Rui, *Discursos Parlamentares-XXXIX*, MEC, Rio, 1979.
Bardawil, José Carlos, *Os Sobreviventes*, Senado Federal, Brasília, 1977.
Barnet, Richard J., et alia, *O Poder Global*, Record, Rio, 1974.
Barreto, Tobias, *Discurso em Mangas de Camisa*, Instituto Tancredo Neves, Brasília, 1988.
Barros, Adirson de, *Ascensão e Queda de Miguel Arraes*, Equador, Rio, 1965.
Barros, Adirson de, *Marco-Geisel e a Revolução Brasileira*, Artenova, Rio, 1976.
Bastiat, Frederic, *A Lei*, José Olympio, Rio, 1987.
Beaud, Michel, *Histoire du Capitalisme*, Seuil, Paris, 1981.
Beer, Max, *História do Socialismo e das Lutas Sociais-I*, Calvino, Rio, 1944.
Beer, Max, *História do Socialismo e das Lutas Sociais-II*, Calvino, Rio, 1944.
Benevides, Maria Victória de M., *O Governo Kubitschek*, Paz e Terra, Rio, 1976.
Benoist, Jean-Marie, *Marx est Mort*, NRF, Paris, 1970.
Benoit, Francis-Paul, *La Démocratie Liberale*, Presses Universitaires, Paris, 1978.
Bernardet, Jean-Claude, et alii, *Brasil Hoy, Siglo XXI*, México, 1968.
Berthu, Georges, *Vive La Proprieté!*, Albin Michel, Paris, 1984.
Betancourt, Luis Adrian, *Por Que Carlos?*, Letras Cubanas, La Habana, 1981.
Betto, Frei, *Batismo de Sangue-os Dominicanos e a Morte de Carlos Marighella*, Civilização, Rio, 1983.
Bezerra de Menezes, Geraldo, *O Comunismo-Crítica Doutrinária*, CBAG, Rio, 1972.
Bidart Campos, German J., *Grupos de Presión y Factores de Poder*, A.Pena Lillo, Buenos Aires, 1961.
Bivar, Luciano, *Brasil Alerta: Psicoses Socialistas*, Autor, Recife, 1985.
Bivar, Luciano, *Cuba-Num Retrato sem Retoques*, Barrister's, Rio, 1986.
Bobbio, Norberto, et alii, *Elites, Grupos de Pressão e Mudança Política*, UnB, Brasília, 1984.
Bodino, M., *Pró e Contra Mao — Julgamento da História*, Melhoramentos, S.Paulo, 1975.
Boffa, Giuseppe, *Depois de Kruschev*, Civilização, Rio, 1967.
Bonavides, Paulo, *A Crise Política Brasileira*, Forense, Rio, 1969.
Bonavides, Paulo, et alii, *Curso de Introdução à Ciência Política, UnB*, Brasília, 1984.
Borda, Orlando Fals, *Révolutions Inachevées en Amérique Latine*, Siglo Veintiuno, México, 1972.
Bournazel, Alain, *La Gauche N'Aura Jamais Le Pouvoir*, Intervalle, Paris, 1978.
Bramsted, E.K., *El Liberalismo en Occidente I*, Unión Editorial, Madri, 1982.
Bramsted, E.K., *El Liberalismo en Occidente II*, Unión Editorial, Madri, 1982.
Bramsted, E.K., *El Liberalismo en Occidente III*, Unión Editorial, Madri, 1982.
Bramsted, E.K., *El Liberalismo en Occidente iV*, Unión Editorial, Madri, 1982.
Bramsted, E.K., *El Liberalismo en Occidente V*, Unión Editorial, Madri, 1982.
Bramsted, E.K., *El Liberalismo en Occidente VI*, Unión Editorial, Spain, 1982.

Braud, Philippe, *La Vie Politique*, Presses Universitaires, Paris, 1985.
Braud, Philippe, *Le Suffrage Universel Contre La Démocratie,* Presses Universitaires, Paris, 1980.
Braun, Oscar, *Desarrollo del Capital Monopolista en Argentina*, Tiempo Contemporáneo, Buenos Aires, 1970.
Brejnev, L.I., *Le P.C.U.S. en Lutte pour L'Unité des Forces Révolutionnaires*, Progress, Moscou, 1975.
Brejnev, L.I., *Rapport D'Activité du Comité Central du PCUS-XX^e Congress*, Novasti, Moscou, 1976.
Brilhante Ustra, Carlos Alberto, *Rompendo o Silêncio*, Editerra, Brasília, 1974.
Brooks, Harvey, *The Government of Science*, M.I.T., Cambridge, 1968.
Broue, Pierre, *Les Proces de Moscou*, Julliard, Paris, 1964.
Buchanan, James M., et alii, *El Sector Público en Las Economias de Mercado*, Espasa-Calpe, Madri, 1979.
Bukhanov, V., et alia, *URSS Questions and Answers*, Novosti, Moscou.
Burdeau, Georges, *El Liberalismo Político*, Editorial Universitária, Buenos Aires, 1979.
Burdeau, Georges, *La démocratie*, Seuil, Paris, 1956.
Burton, John, et alii, *Keynes's General Theory: Fifty Years on*, The Inst.of Economic Affairs, Londres, 1986.
Buss, Theo, *La Bolivie Sous Le Couperet*, Favre, Paris, 1982.
Butler, D.E., *Comportamento Político*, Laudes, Rio, 1958.
Caldera, Rafael, *La Solidariedad Pluralista de América Latina*, OCI, Caracas, 1973.
Callado, Antonio, *Tempo de Arraes*, José Alvaro, Rio, 1965.
Calvez, Jean-Yves, *Introduction a La Vie Politique*, Aubier Montaigne, Paris, 1967.
Calvez, Jean-Yves, *La Pensée de Karl Marx*, Seuil, Paris, 1957.
Campos Sales, Manuel Ferraz de, *Da Propaganda à Presidência*, Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
Cardonnel, Jean, et alii, *Socialismo e Cristianismo*, Paz e Terra, Rio, 1967.
Cardoso, F.H., et alia, *Dependance et Dévéloppement en Amérique Latine*, PUF, Paris, 1978.
Cardoze, Michel, *Nouveau Voyage a L'Intérieur du Parti Communiste Français*, Fayard, Paris, 1986.
Carneiro, Glauco, *História das Revoluções Brasileiras-I*, O Cruzeiro, Rio, 1965.
Carneiro, Glauco, *História das Revoluções Brasileiras-II*, O Cruzeiro, Rio, 1965.
Carpeaux, Otto Maria, *A Batalha da América Latina*, Civilização, Rio, 1965.
Carvalho, Ferdinando de, *Lembrai-vos de 35*, Bibliex, Rio, 1975.
Carvalho, Ferdinando de, *O Arraial*, Guavira, Rio, 1978.
Carvalho, Ferdinando de, *Os Sete Matizes do Vermelho*, Artenova, Rio, 1977.
Castello Branco, Carlos, *Os Militares no Poder-I*, Nova Fronteira, Rio, 1977.
Castello Branco, Carlos, *Os Militares no Poder-II*, Nova Fronteira, Rio, 1977.
Castello Branco, Humberto de A., et alii, *A Revolução de 31 de Março*, Bibliex, Rio, 1966.
Castello Branco, Humberto de A., *Mensagem ao Congresso Nacional*, Imprensa Nacional, Rio, 1966.
Castro Gomes, Angela Maria de, *Regionalização e Centralização Política*, Nova Fronteira, Rio, 1980.
Castro, Fidel, *Révolution Cubaine-I*, Maspéro, Paris, 1968.
Castro, Fidel, *Révolution Cubaine-II*, Maspéro, Paris, 1968.
Catlin, George G., *Historia de Los Filósofos Políticos*, Peuser, Buenos Aires, 1956.
Cavalcanti Fortes, Do Carmo, *Tenório — O Homem e o Mito*, Record, Rio, 1986.
Ceausescu, Nicolae, *Report to the Nineth Congress of the R.C.P.*, Meridiane, Bucharest, 1965.
CED, *Cooperação para o Progresso na América Latina*, Record, Rio, 1961.
Chacon, Vamireh, *Estado e Povo no Brasil*, José Olympio, Rio, 1977.

Chacon, Vamireh, *História dos Partidos Brasileiros*, UnB, Brasília, 1981.
Chagas, Carlos, *A Guerra das Estrelas*, L & PM, Porto Alegre, 1985.
Che Guevara, E., *Da un Altro Vietnam*, Samona, Roma, 1966.
Che Guevara, E., *El Diario del Che en Bolivia*, Arco, Santiago, 1968.
Che Guevara, E., *Le Socialisme & L'Homme*, Maspéro, Paris, 1983.
Che Guevara, E., *Reminiscences of the Cuban Revolutionary War*, MR, Londres, 1968.
Chirkin, V., et alia, *A Socialist-Oriented State*, Progress, Moscou, 1983.
Cícero, *Da República e Orações*, Atena, S.Paulo, 1957.
Claude, Jean, et alia, *Public Administration and Social Changes in Argentina: 1943-1955*, FGV, Rio, 1966.
Cole, J.P., *Geografia de La Politica Mundial*, Eudeba, Buenos Aires, 1962.
Colletti, Lucio, *Le Déclin du Marxisme*, Presses Universitaires, Paris, 1984.
Comblin, Joseph, *Le Pouvoir Militaire en Amérique Latine*, Jean-Pierre Delarge, Paris, 1977.
Comité Brésil Pour L'Amnistie, *Brésil Dossiers*, Autor, Paris, 1976.
Comité France-Brésil, *Evénements de São Paulo*, Comité France-Brésil, Paris, 1977.
Cony, Carlos Heitor, *O Ato e o Fato*, Civilização, Rio, 1964.
Corbisier, Roland, *Reforma ou Revolução*, Civilização, Rio, 1968.
Correia Neto, Jonas, *A Guerra Revolucionária Comunista*, Autor, Porto Alegre.
Costa e Silva, Arthur da, *Aspectos do Processo de Desenvolvimento*, Imprensa Nacional, Rio, 1969.
Costa, João Cruz, *História das Idéias no Brasil*, José Olympio, Rio, 1956.
Cotta, Maurizzio, et alii, *Curso de Introdução à Ciência Política-IV*, UnB, Brasília, 1984.
Couto e Silva, Golbery do, *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, Bibliex, Rio, 1957.
Couto e Silva, Golbery do, *Conjuntura Política Nacional — O Poder Executivo*, José Olympio, Rio, 1981.
Couto e Silva, Golbery do, *Planejamento Estratégico*, Bibliex, Rio, 1955.
Crosson, Frederick.J, *Um Impacto da Ciência nas Mudanças Sociais*, Forum, Rio, 1969.
Cunha, Paulo José, *A Noite das Reformas*, Autor, Brasília, 1979.
Cunhal, Alvaro, *A Situação Política e as Tarefas do Partido no Momento Actual*, Avante, Lisboa, 1974.
Dahl, Robert A., *A Moderna Análise Política*, Lidador, Rio, 1966.
Dahrendorf, Ralf, *O Liberalismo e a Europa*, UnB, Brasília, 1981.
Debray, Regis, *La Guerrilla du Che*, Seuil, Paris, 1974.
Debrun, Michel, *O Fato Político*, FGV, Rio, 1962.
Delgado, A., et alia, *Le Réformisme en Amérique Latine*, Revue Internationale, Paris, 1967.
Deutsch, Karl, *Deutsch na UnB*, UnB, Brasília, 1980.
Diegues Jr., Manuel, *População e Propriedade no Brasil*, OEA, Washington, 1959.
Dimenstein, Gilberto, *A República dos Padrinhos*, Brasiliense, S.Paulo, 1988.
Dimenstein, Gilberto, et alii, *O Complô que Elegeu Tancredo*, JB, Rio, 1985.
Dória, Seixas, *Eu, Réu sem Crime*, Equador, Rio.
Downs, Anthony, *An Economic Theory of Democracy*, Harper & Row, Nova Iorque, 1957.
Dreifuss, René Armand, *1964: A Conquista do Estado*, Vozes, Petrópolis, 1981.
Dreitzel, Hans-Peter, *Tecnologia e Ideologia*, Tempo Brasileiro, Rio, 1975.
Dumont, Rene, et alia, *Lemal-Dévéloppement en Amérique Latine*, Seuil, Paris, 1982.
Dutra, Eloy, *Ibad — Sigla da Corrupção*, Civilização, Rio, 1963.
Dutra, Tarso, *O Voto Distrital*, Autor, Brasília, 1983.
Dutschke, Rudi, *Ecrits Politiques*, Christian Bourgois, Paris, 1968.
Duverger, Maurice, *As Modernas Tecnodemocracias*, Paz e Terra, Rio 1975.
Duverger, Maurice, *Introduction à La Politique*, Gallimard, Paris, 1964.
Duverger, Maurice, *Los Partidos Políticos*, Fondo de Cultura, México, 1981.
Duverger, Maurice, *Méthodes de La Science Politique*, Zahar, Rio 1981.
Ebenstein, W., *Los Ismos Políticos Contemporáneos*, Ariel, Barcelona, 1975.

Eceme, *Chefia e Lideranças*, Eceme, Rio, 1985.
Emiliano, José, et alia, *Lamarca, O Capitão da Guerrilha*, Global, S.Paulo, 1981.
Engels, F., *Anti-Duhring, Foreign*, Moscou, 1962.
Engels, F., et alii, *Introdução ao Estudo do Marxismo*, Calvino, Rio, 1945.
Epstein, Leon D., *Political Parties in Western Democracies*, Pall Mall, Londres, 1967.
Escorel, Lauro, *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*, Simões, Rio, 1958.
Evaristo Arns, D.Paulo, *Brasil: Nunca Mais*, Vozes, Petrópolis, 1985.
Fanon, Frantz, *Os Condenados da Terra*, Civilização, Rio, 1968.
Faoro, Raymundo, *Os Donos do Poder-I*, Globo, Porto Alegre, 1976.
Faoro, Raymundo, *Os Donos do Poder-II*, Globo, Porto Alegre, 1976.
Fazoli Filho, Arnaldo, *Educação no Japão*, Letras & Letras, São Paulo, 1991.
Fedenko et alia, *Teorias do Colonialismo*, GRD, Rio, 1964.
Fernandes Levi, Edmundo, *O Partido Político nas Constituições Brasileiras*, Senado Federal, Brasília, 1976.
Fernandes, Fernando Carlos, *Partidos Políticos na Democracia*, UEG, Rio, 1967.
Fernandes, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Zahar, Rio, 1975.
Fernandes, Florestan, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Zahar, Rio, 1975.
Ferrando Badia, Juan, *Democracia Frente à Autocracia*, Tecnos, Madri, 1980.
Ferrando Badia, Juan, *La Democracia en Transformación*, Tecnos, Madri, 1973.
Ferreira Filho, Manuel G., *A Democracia Possível*, Saraiva, S.Paulo, 1974.
Field, G.C., *Teoria Política*, Zahar, Rio, 1959.
Figueiredo, João, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Imprensa Nacional, Brasília, 1981.
Fittkau, E.J., et alii, *Biogeography and Ecology in South America*, Autor, Nova Iorque, 1968.
Flamant, Maurice, *Histoire du Libéralisme*, Presses Universitaire de France, Paris, 1988.
Flamant, Maurice, *Le Libéralisme Contemporain*, Presses Universitaires de France, Paris, 1988.
Fleischer, David V., *Os Partidos Políticos no Brasil-I*, UnB, Brasília, 1981.
Fleischer, David V., *Os Partidos Políticos no Brasil-II*, UnB, Brasília, 1981.
Foster Dulles, John W., *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Nova Fronteira, Rio, 1977.
Foucault, Michel, et alii, *Sobre Justiça Popular*, A Regra do Jogo, Porto, 1974.
Fourcans, André, *Pour un Nouveau Libéralisme*, Albin Michel, Paris, 1982.
Francisco, José, et alia, *Nueva Clase Política o Nueva Política?*, Oceano, México, 1986.
Frank, Pierre, *Le Stalinisme*, Maspéro, Paris, 1977.
Freire, Paulo, *Pédagogie des Opprimés*, Maspéro, Paris, 1974.
Freyre, Gilberto, *Aventura e Rotina*, José Olympio, Rio, 1953.
Freyre, Gilberto, *Casa-Grande & Senzala-I*, José Olympio, Rio, 1954.
Freyre, Gilberto, *Casa-Grande & Senzala-II*, José Olympio, Rio, 1954.
Freyre, Gilberto, *Sobrados & Mocambos-II*, José Olympio, Rio, 1951.
Freyre, Gilberto, *Sobrados & Mocambos-III*, José Olympio, Rio, 1951.
Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mocambos-I*, José Olympio, Rio, 1951.
Friedmann, John R.P., *Introdução ao Planejamento Democrático*, FGV, Rio, 1959.
Fromm, Erich, *Meu Encontro com Marx e Freud*, Zahar, Rio, 1963,
Fromm, Erich, *The Fear of Freedom*, Routledge, Londres, 1955.
Fulbright, J.W., *The Arrogance of Power*, Random, Nova Iorque, 1966.
Fundação Milton Campos, *As Eleições Nacionais de 1978*, Fundação Milton Campos, Brasília, 1979.
Furtado, Celso, *O Brasil Pós-"Milagre"*, Paz e Terra, Rio, 1981.
Gadelha, Marcondes, *Revolução de 30*, Câmara dos Deputados, Brasília, 1984.
Gallimard, Chili, *Le Dossier Noir*, Gallimard, Moscou, 1974.
Gallo, E., *Liberalismo y Sociedad*, Macchi, Buenos Aires, 1984.
Gama Filho, *Súmulas de Estudo de Problemas Brasileiros*, Autor, Rio.
Gambini, Roberto, *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*, Símbolo, S.Paulo, 1977.

Garaudy, Roger, *De L'Anatheme au Dialogue*, Plon, Paris, 1965.
Garaudy, Roger, *Ya no es Posible Callar*, Monte Avila, Caracas, 1970.
Garcia Cotarelo, Ramon, *Los Partidos Políticos*, Sistema, Madri, 1985.
Geisel, Ernesto, *Estratégia do IV Governo da Revolução*, IBGE, Rio, 1973.
Geze, François, et alia, *Argentine-Révolution et Contre-Révolutions*, Seuil, Paris, 1975,
Gheerbrant, Alain, *La Iglesia Rebelde de América Latina*, Siglo Veintiuno, México, 1970.
Giddens, Anthony, *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Presença, Lisboa, 1972.
Giersch, Herbert, *Liberalisation for Faster Economic Growth*, Institute of Economic Affairs, Londres, 1986.
Giscard D'Estaing, Valéry, *Le Pouvoir et la Vie*, CIE 12, Paris, 1988.
Góes, Walder de, et alia, *O Drama da Sucessão*, Nova Fronteira, Rio, 1984.
Góes, Walder de, *O Brasil do General Geisel*, Nova Fronteira, Rio, 1978.
Gombin, Richard, *As Origens do Esquerdismo*, Seuil, Paris, 1972.
Gombin, Richard, *Les Origines du Gauchisme*, Seuil, Paris, 1971.
Gorbachev, Mikhail, *Perestroika*, Best Seller, S.Paulo, 1987.
Gorender, Jacob, *Combate nas Trevas*, Ática, S.Paulo, 1987.
Goulart, João, *Ação Governamental de João Goulart*, IBGE, Rio, 1964.
Governo Iugoslavo, *Los Huéspedes Extranjeros en el Quinto Congreso*, Iugoslávia, Belgrado, 1960.
Grael, Dickson M., *Aventura, Corrupção e Terrorismo*, Vozes, Petrópolis, 1985.
Gramsci, Antonio, *Cartas do Cárcere*, Civilização, Rio, 1966.
Gramsci, Antonio, *Concepção Dialética da História*, Civilização, Rio, 1966.
Gramsci, Antonio, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Civilização, Rio, 1968.
Guedes, Carlos Luís, *Tinha que ser Minas*, Nova Fronteira, Rio, 1979.
Guerreiro Ramos, *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, Zahar, Rio, 1963.
Guevara, Juan Francisco, *Argentina y su Sombra*, Autor, Buenos Aires, 1970.
Guilherme, Wanderley, *Quem Dará o Golpe no Brasil?*, Civilização, Rio, 1962.
Guillemin, Henri, *L'Arrière Pensée de Jaures*, Gallimard, Paris, 1966.
Guillen, A., *La Agonía del Imperialismo-I*, Sophos, Buenos Aires, 1957.
Guillen, A., *La Agonía del Imperialismo-II*, Sophos, Buenos Aires, 1957.
Gunther, John, *A Rússia por Dentro*, Globo, Porto Alegre, 1959.
Gunther, John, *Inside South America*, Hamish Hamilton, Londres, 1967.
Gurvitch, Georges, *Études Sur Les Clases Sociales*, Gonthier, Paris, 1966.
Haddad, Jamil A., *Revolução Cubana e Revolução Brasileira*, Civilização, Rio, 1961.
Haecker, Frederick J., *Crusaders, Criminals, Crazies*, W.W.Norton, Nova Iorque, 1976.
Hardy, Marcos Armando, *Esquema del Estado Justicialista*, Quetzal, Buenos Aires, 1957.
Harrington, Michael, *Por uma Esquerda Democrática*, Civilização, Rio, 1969.
Harris, Andre, et alia, *Voyage a L'Intérieur du Parti Communiste*, Seuil, Paris, 1974.
Herrera, Amilcar O., et alii, *América Latina-Ciência e Tecnologia*, Universitaire, São Francisco, 1970.
Hipólito, Lúcia, *PSD de Raposas e Reformistas*, Paz e Terra, Rio, 1985.
Hispanic Foundation, *Latin America*, Library of Congress, Washington, 1967.
Hoffer, Eric, *Fanatismo e Movimento de Massa*, Lidador, Rio, 1968.
Humphrey, Humbert, *War on Poverty*, McGraw-Hill, Nova Iorque, 1964.
Ianni, Octavio, et alia, *Política e Revolução Social no Brasil*, Civilização, Rio, 1960.
Ianni, Octavio, *Imperialismo y Cultura de La Violencia en America Latina*, Siglo Veintiuno, México, 1970.
Ianni, Octavio, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Civilização, Rio, 1975.
Ingrao, Pietro, *Masses et Pouvoir*, PUF, Paris, 1980.
INL, *Organizações e Programas Ministeriais*, INL, Brasília, 1979.
Innocentini, Mario, *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, Tecnos, S.Paulo, 1979.
Interbrás, *Ficção & Realidade*, Lord, Rio, 1984.

IPEA, *Brasil: 14 Anos de Revolução*, IBGE, Brasília, 1978.
IPEA, *Realizações do Governo Geisel*, IBGE, Brasília, 1979.
Ipola, Emílio de, *Ideología y Discurso Populista*, Folios, México, 1978.
Iusi, Luiz, *Sobre Partidos Políticos, Direito Eleitoral*, Autor, Porto Alegre, 1975.
Jaguaribe, Hélio, *Estado, Sociedade e Partidos Políticos na Atualidade Brasileira*, Paz e Terra, Rio, 1992.
JB, *Partidos e Políticos*, JB, Rio, 1982.
Jelen, Christian, *Le P.C.F. Sans Peine*, Fayard, Paris, 1979.
Jorge, Fernando, *Getúlio Vargas e o seu Tempo-I*, T.A. Queiroz, S.Paulo, 1985.
Jouvenal, Bertrand, *Du Pouvoir*, Hachette, Paris, 1972.
Juarez, Roberto, *Atentados Políticos en la Argentina*, A.Pena Lillo, Buenos Aires, 1970.
Jurema, Abelardo, *Exílio*, Acaua, João Pessoa, 1978.
Kaplan, Marcos, *Formação do Estado Nacional*, Eldorado, Rio, 1974.
Kaufmann, Arnold, *L'Homme D'Action et la Science*, Hachette, Paris, 1968.
Kennedy, Robert, *O Desafio da América Latina*, Laudes, Rio, 1972.
Kilroy-Silk, *O Socialismo a Partir de Marx*, Ulisséia, Lisboa, 1974.
Kolm, Serge-Christophe, *Le Libéralisme Moderne*, Presses Universitaires, Paris, 1984.
Kothen, Robert, *El Pluralismo Político*, Atlantico, Buenos Aires, 1956.
Kovago, Jan, *Minha Pátria Está Só*, Lidador, Rio, 1971.
Kozak, Jan, *O Assalto ao Parlamento*, IBAD, Rio, 1962.
Kraft, Guillermo, Si Pretendemos ser un Pueblo Joven..., Foro de la Empresa, Buenos Aires, 1963.
Kruschev, Nikita, *Informe Secreto -XX Congreso del PCUS*, La Causa, Buenos Aires, 1956.
Kubitschek, Juscelino, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Imprensa Nacional, Rio, 1957.
Kubitschek, Juscelino, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Imprensa Nacional, Rio, 1958.
Kuucinen, O.V., et alia, *Fundamentos di Marxismo-Leninismo*, Vitória, Rio, 1962.
Kuucinen, O.V., et alia, *Manual de Marxismo e Leninismo*, Fundamentos, Buenos Aires, 1961.
Labaki, Amir, *A Crise da Renúncia e a Solução Parlamentarista*, Brasiliense, S.Paulo, 1986.
Labin, Suzanne, *A Guerra Política-Arma do Comunismo Internacional*, 1960.
Lacerda, Carlos, *Brasil — Entre a Verdade e a Mentira*, Bloch, Rio, 1965.
Lacroix, Jean, *Marxismo, Existencialismo, Personalismo*, Paz e Terra, Rio, 1967.
Lagoa, Ana, *SNI-Como Nasceu, Como Funciona*, Brasiliense, S.Paulo, 1983.
Lajolo, Laurana, *Antonio Gramsci-Uma Vida*, Brasiliense, S.Paulo, 1982.
Lamounier, Bolívar, *A Ciência Política nos Anos 80*, UnB, Brasília, 1982.
Lamounier, Bolívar, *Política Local e Tensões Estruturais no Brasil*, IUPERJ, Rio, 1968.
Langlois, Denis, *Guide du Militant*, Seuil, Paris, 1972.
Laqueur, Walter, *Guerrilla*, Little Brown, Boston, 1976.
Lavrov, A., *El XXIII Congreso del PCUS*, Novosti, Moscou, 1966.
Lazitch, Branko, *Le Rapport Khrouchtchev et son Histoire*, Seuil, Paris, 1976.
Lechner, Norbert, *La Crisis del Estado en América Latina*, El Cid, Caracas, 1977.
Lechner, Norbert, *La Democracia en Chile*, Signos, Buenos Aires, 1970.
Lecoeur, Auguste, *La Stratégie du Mensonge*, Ramsay, Paris, 1980.
Lefranc, Georges, *Le Socialisme Réformiste*, Presses Universitaires, Paris, 1971.
Lenin, V.I., *A Catástrofe Iminente e os Meios de a Combater*, Estampa, Lisboa, 1975.
Lenin, V.I., *Against Dogmatism and Sectarianism in the Working-Class Movement*, Progress, Moscou, 1965.
Lenin, V.I., *Como Iludir o Povo*, Centelha, Coimbra, 1974.
Lenin, V.I., *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, Latitude, Porto, 1961.
Lenin, V.I., *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, Latitude, Porto, 1961.
Lenin, V.I., *L'Impérialisme, Stade Suprême du Capitalisme*, Sociales, Paris, 1979.
Lenin, V.I., *La Faillité de la II^e Internacionale*, Sociales, Paris, 1971.

Lenin, V.I., *La Révolution Prolétarienne et le Rénegat Kautsky*, Sociales, Paris, 1971.
Lenin, V.I., *Marx, Engels, Marxism*, Progress, Moscou, 1976.
Lenin, V.I., *On the United States of America*, Progress, Moscou, 1975.
Lenin, V.I., *Socialism and Religion*, Progress, Moscou, 1976.
Lenin, V.I., *The Collapse of the Second International*, Progress, Moscou, 1975.
Lenin.V.I., *O Trabalho do Partido entre as Massas*, Vitória, Rio, 1961.
Lenin.V.I., *Pour Caractériser le Romantisme Économique*, Sociales, Paris, 1973.
Lepage, Henri, *Demain le Libéralisme*, Générale Française, Paris, 1980.
Lepage, Henri, *Mañana el Liberalismo*, Espasa-Calpe, Madri, 1982.
Lepage, Henri, *Pourquoi la propriéte?*, Hachette, Paris, 1985.
Lepp, Ignace, *Itinéraire de Karl Marx a Jesus-Christ*, Montaigne, Paris, 1955.
Lieuwen, Edwin, *Generals Versus Presidents*, Pall Mall, Londres, 1964.
Lima Junior, O. Brasil, et alia, *As Origens da Crise*, Vértice, S.Paulo, 1987.
Lispson, Leslie, *Os Grandes Problemas da Ciência Política*, Zahar, Rio, 1967.
Loewenstein, Karl, *Political Power-The Governamental Process*, University of Chicago, Chicago, 1965.
Lopez-Frequest, Rufo, *Fui Ministro de Fidel*, Laudes, Rio, 1969.
Lowy, Michael, *Le Marxisme en Amérique Latine de 1909 a nos Jours*, Maspéro, Paris, 1980.
Luckas, Georg, *Introdução a uma Estética Marxista*, Civilização, Rio, 1968.
Lyra Tavares, A., *Segurança Nacional*, Bibliex, Rio, 1958.
Machado Filho, Abílio, et alia, *Galbraith na UnB*, UnB, Brasília, 1980.
Maciel, Marco, *Educação e Liberalismo*, José Olympio, Rio, 1967.
Maia Neto, *Brasil-Guerra Quente na América Latina*, Civilização, Rio, 1965.
Malaparte, Curzio, *Técnica del Golpe de Estado*, Plaza, Barcelona, 1960.
Manent, Pierre, *Les Liberaux-I*, Pluriel, Paris, 1986.
Manent, Pierre, *Les Liberaux-II*, Pluriel, Paris, 1986.
Maquiavel, *O Príncipe*, Atena, S.Paulo, 1956.
Maquiavel, *O Príncipe*, Guimarães, Lisboa, 1984.
Maquiavel, *O Príncipe*, UnB, Brasília, 1976.
Marchais, G., *Pour un Parti Toujours Plus Fort*, Cahiers du Communisme, Paris, 1966.
Marcuse, Herbert, *La Sociedad Opresora*, Tiempo Nuevo, Caracas, 1970.
Marcuse, Herbert, *Razão e Revolução*, Saga, Rio, 1969.
Marighela, Carlos, *Pour la Libération du Brésil*, Aubier-Montaigne et autres, Paris, 1970.
Marini, Ruy Mauro, *Subdesarrollo y Revolución*, Siglo Veintiuno, México, 1969.
Maritain, Jacques, *O Homem e o Estado*, Agir, Rio, 1956.
Marques Moreira, Marcílio, et alii, *O Príncipe — Estudo*, UnB, Brasília, 1984.
Marshall, Andrew, *Brazil*, Thames and Hudson, Londres, 1966.
Martins, Luciano, *Le Régime Autoritaire Brésilien et la Libéralisation Politique*, La Documentation Française, Paris, 1982.
Marx, Engels, Lenin, *The Essential Left*, Unwin, Londres, 1963.
Marx, Karl, Engels, F., *Obras Escolhidas-II*, Vitória, Rio.
Marx, Karl, Engels, F., *Oeuvres Choisies*, Progress, Moscou, 1975.
Marx, Karl, Engels, F., *On Colonialism, Progress*, Moscou, 1965.
Marx, Karl, *Teoria Económica*, Peninsula, Barcelona, 1976.
Marx, Karl, *The Poverty of Philosophy*, Progress, Moscou, 1978.
Matta-Emmanuel, *A Problemática Institucional do Brasil*, UFMG, Belo Horizonte, 1982.
Matta-Machado, Edgard de Godói, *Memorial de Idéias Políticas*, Vega, Belo Horizonte, 1975.
Mayo, Henry B., *Introdução à Teoria Marxista*, Freitas Bastos, Rio, 1966.
Mc Carthy, Eugene J., *Resposta aos Conservadores*, Laudes, Rio, 1968.
Mc Carthy, Eugene, *A Liberal Answer to the Conservative Challenge*, Frederick A.Praeger, Nova Iorque, 1965.
MDB, Programa, Estatuto, *Código de Ética*, MDB, Brasília, 1972.

Médici, Emílio G., *A Verdadeira Paz*, Imprensa Nacional, Brasília, 1971.
Médici, Emílio G., *Discurso de Posse na Presidência da República*, Imprensa Nacional, Rio, 1969.
Médici, Emílio G., et alii, *Metas e Bases para a Ação do Governo*, IBGE, Rio, 1970.
Médici, Emílio G., *Nova Consciência de Brasil*, Imprensa Nacional, Rio, 1970.
Médici, Emílio G., *O Jogo da Verdade*, Imprensa Nacional, Rio, 1971.
Médici, Emílio G., *Tarefa de Todos Nós*, Imprensa Nacional, Rio, 1971.
Melo Filho, Murilo, *O Desafio Brasileiro*, Bloch, Rio, 1970.
Melo Franco, Afonso Arinos de, *A Câmara dos Deputados*, Câmara dos Deputados, Brasília, 1976.
Mendes, Cândido, *A Inconfidência Brasileira*, Forense, Rio, 1986.
Menendez Roces, Cesar, et alia, *Marketing Electoral*, Ibérico, Madri, 1983.
Menynaud, Jean, *A Ciência Política-Sua Natureza e seu Alcance*, FGV, Rio, 1960.
Mergulhão, Benedicto, *O General Café na Revolução Branca de 37*, Pongetti, Rio, 1945.
Merquior, José Guilherme, *O Argumento Liberal*, Nova Fronteira, Rio, 1983.
Messine, Philippe, *Liberté, Egalité, Modernité*, La Decouverte, Paris, 1985.
Meynaud, Jean, *Los Grupos de Pressión*, Eudeba, Buenos Aires, 1962.
Michel, Henri, *Les Fascismes*, Presses Universitaires, Paris, 1977.
Middendorf II.J.William, *La Libre Entreprise, Clé du Dévéloppement*, Institut Économique de Paris, Paris, 1986.
Mills, C.W., *A Elite do Poder*, Zahar, Rio, 1962.
Mills, C.Wright, *Poder e Política*, Zahar, Rio, 1965.
Moniz, Edmundo, *O Golpe de Abril*, Civilização, Rio, 1965.
Montenegro, Abelardo F., *Os Partidos Políticos do Ceará*, UFC, Fortaleza, 1980.
Moraes, Denis de, et alia, *Prestes*, Vozes, Petrópolis, 1982.
Morais Filho, Evaristo, *As Idéias Fundamentais de Tavares Bastos*, Difel, Rio, 1978.
Moreira Alves, Márcio, *La Paix Est Morte*, DDB, Paris, 1973.
Moreira Alves, Márcio, *Torturas e Torturados*, Idade Nova, Rio, 1967.
Morel, Edmar, *A Revolta da Chibata*, Letras e Artes, Rio, 1963.
Morel, Edmar, *O Golpe Começou em Washington*, Civilização, Rio, 1965.
Morel, Edmar, *Vendaval da Liberdade*, Civilização, Rio, 1967.
Moss, Robert, *O Colapso da Democracia*, Nórdica, Rio, 1978.
Mourão Filho, Olympio, *Memórias: A Verdade de um Revolucionário*, L & PM, Porto Alegre, 1978.
Nagy, Imre, *Contradicciones del Comunismo*, Losada, Buenos Aires, 1958.
Nascimento, Abdias do, et alii, *Memórias do Exílio*, Arcadia, Lisboa, 1976.
Nasser, David, *João Sem Medo*, O Cruzeiro, Rio, 1965.
Nery, Sebastião, *As 16 Derrotas que Abalaram o Brasil*, Francisco Alves, Rio, 1975.
Nery, Sebastião, *Folclore Político-I*, Record, Rio, 1975.
Nery, Sebastião, *Folclore Político-II*, Record, Rio, 1976.
Neto de Carvalho, *Pressupostos e Dificuldades da Ação Política*, Dom Quixote, Lisboa, 1986.
Newton Carlos, *Peru-O Novo Nacionalismo Latino-Americano*, Lia, Rio, 1969.
Nieuwenhuis, F.Domela, *Le Socialisme en Danger*, Payot, Paris, 1975.
Nord, Pierre e Bergier, Jacques, *A Atual Guerra Secreta*, Expressão e Cultura, Rio, 1969.
North, Robert C., *Le Comunisme Chinois*, Hachette, Paris, 1966.
Novak, Michael, *O Espírito do Capitalismo Democrático*, Nórdica, Rio, 1982.
Novosti, *L'U.R.S.S. et Les Pays en Voie de Dévelloppement*, Anh.
Oliveira, Franklin de, *Revolução e Contra Revolução no Brasil*, Civilização, Rio, 1962.
Ossowski, Stanislaw, *Estrutura de Classes na Consciência Social*, Zahar, Rio, 1964.
Paim, Antonio, *Evolução Histórica do Liberalismo*, Itatiaia, Belo Horizonte, 1987.
Palmeira, Vladimir, et alia, *A Esquerda Armada no Brasil*, Moraes, Lisboa, 1976.
Parry, Albert, *Terrorism: From Robespierre to Arafat*, Vanguard, Nova Iorque, 1976.

PC do B, *O Socialismo Vive (8º Congresso do PC do B)*, Anita Garibaldi, São Paulo, 1992.
PC do B, *Manifesto, Estatuto e Programa do Partido Comunista do Brasil*, PC do B, S.Paulo, 1985.
PC do B, *Política e Revolucionarização do Partido*, Maria da Fonte, Lisboa, 1977.
PCB, *Projeto de Manifesto, Programa e Estatutos*, PCB, Brasília, 1983.
PCP, *Documentos Políticos do Comitê do PCP*, Avante, Lisboa, 1975.
PCP, *Programa e Estatuto do PCP*, Avante, Lisboa, 1974.
PCUS, *Proclamação-Programa dos Comunistas (Bolcheviques) Soviéticos*, Seara Vermelha, Lisboa, 1974.
PCUS, *Programa del Partido Comunista de la Unión Soviética*, Revista URSS, Montevidéu.
PCUS, *Programm of the Communist Party of the Soviet Union (XXII Congr.)*, Foreign Languages, Moscou, 1961.
PDS, *Estatuto do PDS*, PDS, Brasília, 1980.
Pécaut, Daniel, *Le Rôle Politique des Intellectuels en Amérique Latine*, Centre D'Étude, Paris, 1982.
Pedrosa, Mário, *A Opção Brasileira*, Civilização, Rio, 1966.
Peixoto, A.Carlos, *Les Elections de 1974 et 1978*, La Documentation Française, Paris, 1980.
Peralva, Osvaldo, *Líderes Soviéticos*, Andes, Rio.
Pereira, Astrojildo, *Formação do PCB*, Prelo, Lisboa, 1976.
Pessoa de Morais, *Sociologia da Revolução Brasileira*, Leitura, Rio, 1965.
Pessoa, Rui, *Espionagem e os Meios Jurídicos de Segurança Nacional*, Bibliex, Rio, 1966.
Peyrefitte, Alain, *Quand la Rose se Fanera*, Plon, Paris, 1983.
Pinto, Aníbal, et alii, *Chile, Hoy*, Siglo Veintiuno, México, 1970.
Polin, Raymund et Polin, Claude, *Le Libéralisme-Oui ou Non*, La Table Ronde, Paris, 1984.
Poncins, Michel de, *Tours Capitalistes ou la Réponse au Socialisme*, De Chire, Paris, 1983.
Portella de Mello, Jayme, *A Revolução e o Governo Costa e Silva*, Guavira, Rio, 1979.
Portella, Eduardo, *Brasil à Vista*, Tempo Brasileiro, Rio, 1985.
Potrovski, M.N., *Causas Econômicas da Revolução Russa*, Calvino, Rio, 1944.
Poulantzas, Nicos, *Fascisme et Dictature*, Seuil/Maspéro, Paris, 1974.
Prado de Mendonça, Eduardo, *A Constituição da Liberdade*, Convívio, S.Paulo, 1977.
Prelot, Marcel, *A Ciência Política*, Difusão Européia do Livro, S.Paulo, 1964.
Prestes, Luís Carlos, *A Crise e Perspectivas do PCB*, Voz Operária, Rio, 1981.
Ramos, Jorge Abelardo, *Manuel Ugarte y la Revolución Latino Americana*, Coyoacan, Buenos Aires, 1961.
Rangel, Carlos, *Du Bon Sauvage au Bon Révolutionnaire*, Robert Laffont, Paris, 1976.
Rangel, Carlos, *L'Occident et le Tiers-Monde*, Robert Laffont, Paris, 1982.
Reale, Miguel, *Parlamentarismo Brasileiro*, Saraiva, S.Paulo, 1962.
Reis Velloso, João Paulo, *O Último Trem Para Paris*, Nova Fronteira, Rio, 1986.
Revel, Jean-François, *Comment les Démocracies Finissent*, Grasset, Paris, 1983.
Revel, Jean-François, *El Estado Megalomano*, Planeta, Assunção, 1981.
Revel, Jean-François, *La Tentation Totalitaire*, Robert Laffont, Paris, 1976.
Revel, Jean-Francois, *Lettre Ouverte à la Droite*, Albin Michel, Paris, 1968.
Riedinger, Edward Anthony, *Como se Faz um Presidente*, Nova Fronteira, Rio, 1988.
Rivas, Hugo Garcia, *Uruguay*, El Cid, Buenos Aires, 1984.
Rivera, Enrique, *Peronismo y Frondizismo*, Patria Grande, Buenos Aires, 1958.
Rocha Lima, V., et alii, *Getúlio — Uma História Oral*, Record, Rio, 1986.
Rocha, Munhoz da, *Radiografia de Novembro*, Civilização, Rio, 1960.
Rockfeller Brothers Fund, *O Poder da Idéia Democrática*, Record, Rio, 1963.
Rodrigues, José Honório, *A Assembléia Constituinte de 1823*, Vozes, Petrópolis, 1974.
Rodrigues, José Honório, *História Combatente*, Nova Fronteira, Rio, 1982.
Rolim, Coronel, *Operação Tempo*, São Paulo, S.Paulo, 1963.

Romanova, Z., *La Expansión Económica de Estados Unidos en America Latina*, Progreso, Moscou.
Rothbard, Murray N., *Esquerda e Direita*, José Olympio, Rio, 1979.
Rothbard, Murray N., *O Essencial Von Mises*, Instituto Liberal, Rio,
Rouquié, Alain, *Amérique Latine*, Seuil, Paris, 1987.
Rouquié, Alain, et alii, *Les Partis Militaires au Brésil*, Fond. Nat. Sciences Politiques, Paris, 1980.
Rouquié, Alain, *L'Etat Militaire en Amérique Latine*, Seuil, Paris, 1981.
Rouquié, Alain, *La Politique de Marx*, Sycomore, Paris, 1981.
Rousseau, J.J., *Du Contrat Social*, Union Générale, Paris, 1973.
Rousseau, J.J., *El Contrato Social*, Mirasol, Buenos Aires, 1961.
Sabino, Fernando, *Zélia, uma Paixão*, Record, Rio, 1991.
Sampaio, Armando, *Glasnost e Perestroika: Uma Revolução Cultural*, Rioarte, Rio, 1988.
San Tiago Dantas, *Idéias e Rumos para a Revolução Brasileira*, José Olympio, Rio, 1963.
Santos Neves, José, *Nossa Década Decisiva*, Autor, Brasília, 1991.
Santos, Ruy, et alii, *As Eleições de 1974 in Revista Brasileira de Estudos Políticos*, UFMG, Belo Horizonte, 1976.
Santos, Wanderley Guilherme dos, *Teoria Política e Prospectos Democráticos in Dados*, IUPERJ, Rio, 1969.
Saraceno, Pasquale, *Lo Stato e L'Economia*, 5 Lune, Roma, 1963.
Sartori, Romolo, *Le Partecipacioni Economiche Dello Stato*, Studium, Roma, 1957.
Sartre, Jean-Paul, *Marxismo y Existencialismo*, Sur, Buenos Aires, 1963.
Scenna, Miguel Angel, *Los Militares, Belgrano*, Buenos Aires, 1980.
Schaff, Adam, *O Marxismo e o Indivíduo*, Civilização, Rio, 1967.
Schmandt, Henry J., *A History of Political Philosophy*, Bruce, Milwaukee, 1960.
Schmitt, Karl M., et alia, *Evolution or Chaos*, Pall Mall, Londres, 1963.
Schumpeter, Joseph A., *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Fundo de Cultura, Rio, 1959.
Schwartzenberg, Roger-Gerard, *La Droite Absolue*, Flammarion, Paris, 1981.
Schwartzenberg, Roger-Gerard, *O Estado Espetáculo*, Difel, Rio, 1978.
Schwartzman, Simon, *Sociedade e Estado*, IUPERJ, Rio, 1970.
Seiler, Daniel-Louis, *Partis et Familles Politiques*, Presses Universitaires, Paris, 1980.
Senado Federal, *Anais do Senado do Império do Brasil*, Senado Federal, Brasília, 1972.
Senna, Milton, *Como Não se Faz um Presidente*, Gernasa, Rio, 1968.
Servan-Schreiber, Jean-Jacques, *Le Défi Americain*, Denoel, Paris, 1967.
Silio, Antonio F., *3 Aspectos de la Revolución Cubana... y un Mensaje, Veritas, Rio.*
Silva, Hélio, *1922 — Sangue na Areia de Copacabana*, Civilização, Rio, 1964.
Silva, Hélio, *1930 — A Revolução Traída*, Civilização, Rio, 1966.
Silva, Hélio, *A Grande Marcha*, Civilização, Rio, 1965.
Silva, Hélio, *A Vez e a Voz dos Vencidos*, Vozes, Petrópolis, 1988.
Silva, Hélio, *Os Tenentes no Poder*, Civilização, Rio, 1966.
Simon, Yves, *Filosofia do Governo Democrático*, Agir, Rio, 1955.
Skidelsky, Robert, *John Maynard Keynes*, Alianza, Madri, 1986.
Skidmore, Thomas, *Brasil: De Castelo a Tancredo*, Paz e Terra, Rio, 1988.
Skidmore, Thomas, *Politics in Brazil-1930-1964*, Oxford University, Nova Iorque, 1967.
Smith, Adam, *O Jogo do Dinheiro*, Expressão e Cultura, Rio, 1969.
Sobolev, M., *A Organização do Partido e o Colectivo Militar*, Progreso, Moscou, 1983.
Sobral Pinto, *Por que Defendo os Comunistas*, Comunicação, Belo Horizonte, 1979.
Solari, Aldo E., *Estudiantes y Política en América Latina*, Monte Avila, Caracas, 1968.
Sorauf, Francis, *Iniciação ao Estudo da Ciência Política*, Zahar, Rio, 1967.
Sorman, Guy, *A Solução Liberal*, Inquerito, Lisboa, 1984.
Sorman, Guy, *A Solução Liberal*, José Olympio, Rio, 1986.
Sorman, Guy, *Les Vrais Penseurs de Notre Temps*, Fayard, Paris, 1989.

Sorman, Guy, *Sortir du Socialisme*, Fayard, Paris, 1990.
Souza Esteves, Eunice Maria, *O Pensamento Parlamentar e o Parlamentarismo*, UnB, Brasília, 1982.
Souza, Daniel de, *A Ideologia, os Ideólogos e a Política*, Horizonte, Lisboa, 1978.
Spinoza, *Traité de L'Autorité Politique*, Gallimard, Paris, 1978.
Stalin, J.V., *Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*, Vitória, Rio, 1953.
Starling, Heloísa M. Murgel, *Os Senhores das Gerais*, Vozes, Petrópolis, 1986.
Steiner, G.A., *A Função do Governo na Vida Econômica*, Agir, Rio, 1956.
Stewart Jr, Donald, *O Que é o Liberalismo*, Instituto Liberal, Rio, 1988.
Stewart, Michael, *Modern Forms of Government*, George Allen, Londres, 1964.
Stoyanovitch, K., *La Pensée Marxiste et la Droit*, Universitaires, Paris, 1974.
Sweezy, Paul M., *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Zahar, Rio, 1962.
Sweezy, Paul, *El Capitalismo Monopolista (In Monthly Review)*, Perspectivas, Buenos Aires, 1964.
Syrkis, Alfredo, *Os Carbonários — Memórias da Guerrilha Perdida*, Global, S.Paulo, 1981.
Tatu, Michel, *Le Pouvoir en U.R.S.S.*, Grasset, Paris, 1967.
Tigrid, Pavel, *Primavera em Praga*, Laudes, Rio, 1968.
Tito, Josip Broz, *Política Exterior Iugoslava*, Iugoslava, Belgrado, 1960.
Torres, Camilo de Oliveira, *Razão e Destino da Revolução*, Vozes, Petrópolis, 1964.
Touchard, Jean, *Histoire des Idées Politiques-I*, Presses Universitaires, Paris, 1959.
Touchard, Jean, *Histoire des Idées Politiques-II*, Presses Universitaires, Paris, 1958.
Trotsky, Leon, *Literatura e Revolução*, Zahar, Rio, 1969.
Trotsky, Leon, *Moral e Revolução*, Paz e Terra, Rio, 1969.
Trotsky, Leon, *Terrorismo e Comunismo*, Saga, Rio, 1969.
Trotta, Frederico, *Manual de Política* Contemporânea, Leitura, Rio, 1967.
Valenzuela, Carlos, *Frustraciones y Realidades Políticas en Latino América*, A.Pena Lillo, Buenos Aires, 1961.
Valladares, Armando, *Contra Toda a Esperança*, Intermundo, S.Paulo.
Valle, Alvaro, *A Câmara dos Deputados e a Política Externa*, MRE, Rio, 1982.
Valle, Alvaro, *As Eleições de 1982 e o Voto Distrital*, Essinger, Rio, 1984.
Valle, Alvaro, *As Novas Estruturas Políticas Brasileiras*, Nórdica, Rio, 1977.
Valle, Alvaro, *Estruturas Políticas Brasileiras*, Laudes, Rio, 1970.
Valle, Alvaro, *O Parlamento*, UGF, Rio, 1984.
Valverde, Maria Fernanda, *Rumos do Direito Político Brasileiro até 1988*, FGV, Rio, 1989.
Vanhecke, Charles, *Brésil*, Seuil, Paris, 1976.
Vargas, Luthero, *A Revolução Inacabada*, ISBN, Rio, 1988.
Vários, *Hacia la Estabilización Politica-I*, Unión Editorial, Madri, 1982.
Vários, *Hacia la Estabilización Política-II*, Unión Editorial, Madri, 1982.
Vários, *Teoria Política*, UnB, Brasília, 1979.
Vega, Luis Mercier, *Mécanismes du Pouvoir en Amérique Latine*, Universitaires, Paris, 1967.
Ventura, Suenir, *1968 — O Ano Que Não Terminou*, Nova Fronteira, Rio, 1989.
Vereker, Charles, *El Desarrollo de la Teoria Politica*, Eudeba, Buenos Aires, 1961.
Vianna, Oliveira, *Evolução do Povo Brasileiro*, José Olympio, Rio, 1956.
Vianna, Oliveira, *Instituições Políticas Brasileiras-I*, José Olympio, Rio, 1955.
Vianna, Oliveira, *Instituições Políticas Brasileiras-II*, José Olympio, Rio, 1955.
Vieira Pinto, Alvaro, *Por Que os Ricos Não Fazem Greve?*, Civilização, Rio, 1962.
Vilela, Teotonio, et alia, *Projeto Brasil*, Senado Federal, Brasília, 1978.
Vives, Juan, *Les Maitres de Cuba*, Robert Laffont, Paris, 1981.
Vlahovic, Veljko, *Un Paso Hacia Atrás*, Iugoslavia, Belgrado, 1961.
Von Mises, Ludwig, *As Seis Lições*, José Olympio, Rio, 1986.
Von Mises, Ludwig, *La Acción Humana*, Unión Editorial, Madri, 1986.
Von Mises, Ludwig, *Liberalism in the Classical Tradition*, Cobden Press, São Francisco, 1985.

Von Mises, Ludwig, *O Mercado*, José Olympio, Rio, 1987.
Von Mises, Ludwig, *Politique Économique*, Institut Économique de Paris, Paris, 1986.
Wamberto, José, Castelo Branco, *Revolução e Democracia*, Lux, Rio, 1970.
Werneck Sodré, Nelson, *Introdução à Revolução Brasileira*, Civilização, Rio, 1967.
Werneck Sodré, Nelson, *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, Civilização, Rio, 1967.
Werneck Sodré, Nelson, *Que é o Povo no Brasil?*, Civilização, Rio, 1962.
Werneck Sodré, Nelson, *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, Imprensa Nacional, Rio, 1959.
Wernet, Augustin, *Sociedades Políticas(1831-1832)*, Cultrix, S.Paulo, 1978.
Wilson, Edmund, *Rumo à Estação Finlândia*, Companhia das Letras, S.Paulo, 1987.
Wionczek, Miguel S., *A Integração Latino-Americana e a Política Econômica dos EUA*, Paz e Terra, Rio, 1969.
Wise, David, et alia, *O Governo Invisível*, Civilização, Rio, 1968.
Wolfe, Bertram D., *Three Who Made a Revolution*, Delta, Nova Iorque, 1964.
Yizhe, Li, Chinois, *Si Vous Saviez...*, Christian Bourgois, Paris, 1976.
Young, Jordan M., *Fim de um Ciclo Civil*, Nova Fronteira, Rio, 1973.
Young, Jordan M., *The Brazilian Revolution and the Aftermath*, Rutgers, New Brunswick, 1967.
Zavala, Silvio, *The Defence of Human in Latin America*, Unesco, Bruxelas, 1964.
Zenteno, Raul Benitez, *Clases Sociales y Crisis Política en America Latina*, Siglo Veintiuno, México, 1979.

LANGRAF
ARTESANATO GRÁFICO LTDA.
RUA FELISBELO FREIRE, 212
RAMOS - RIO DE JANEIRO - RJ
TEL.: 290-5398 / 290-9236
FAX : 590-1549